

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



Adélia Alexandra Duarte Ferreira

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais e Segurança Interna

XXX Curso de Formação de Oficiais de Polícia

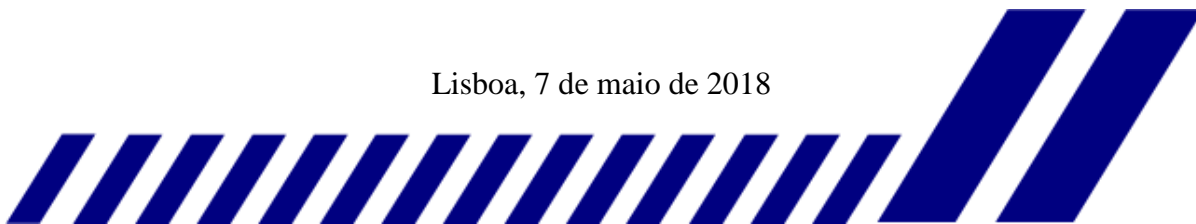
A POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA EM CENÁRIOS DE CRISE

**REFLEXÃO SOBRE AS CAPACIDADES POLICIAIS EM SITUAÇÕES
DE CONTINGÊNCIA**

Orientador

SUPERINTENDENTE, PROF. DOUTOR LUÍS ELIAS

Lisboa, 7 de maio de 2018



Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



Adélia Alexandra Duarte Ferreira

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais e Segurança Interna

XXX Curso de Formação de Oficiais de Polícia

A POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA EM CENÁRIOS DE CRISE

**REFLEXÃO SOBRE AS CAPACIDADES POLICIAIS EM SITUAÇÕES
DE CONTINGÊNCIA**

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, elaborada sob a orientação
do Superintendente, Professor Doutor Luís Manuel André Elias.



Dedicatória

*“A maior glória não é ficar de pé,
mas levantar-se cada vez que se cai.”*

(Confúcio)

Aos que estiveram por perto quando mais precisei,
Aos que sempre acreditaram em mim,
Rogério, Jacqueline, Leandro, Marco, Almeida, D^a Rosa, Sr. Manuel,
Aos meus verdadeiros amigos...
Sempre vos serei grata!

Agradecimentos

O renascimento das cinzas não é algo fácil, mas quando somos capazes de o fazer vezes e vezes sem conta, há algo do qual não podemos duvidar, nunca fomos realmente fracos e a cada dia tornamo-nos mais fortes.

A vida é uma constante conquista de objetivos para quem quer evoluir, seja ela uma evolução pessoal, profissional, ou um outro tipo de evolução qualquer que nos faça sentir realizados, embora umas pessoas sejam mais ambiciosas que outras no que respeita a realizações. Foram muitas as batalhas que tive ao longo da minha existência e as maiores foram travadas nestes últimos anos ao longo do curso. Conheci e perdi muita gente importante, aproximei-me de alguns e distanciei-me de outros. Muitas escolhas tiveram de ser feitas, muitas decisões tiveram de ser tomadas e outras foram-me impostas. Umas mais difíceis de aceitar que outras, mas o certo é que foi com esse conjunto de acontecimentos, uns melhores que outros, que cheguei até onde me encontro hoje.

Aproxima-se o momento de dar mais um grande passo. Uma longa e dura jornada está prestes a terminar e novas portas hão-de abrir-se, com mais desafios, com novas dificuldades e certamente com alegrias que nem consigo ainda imaginar, onde existe apenas a certeza que serão fruto do caminho que escolhi. Nestes cinco anos que se passaram conquistei um dos maiores objetivos que me propus alcançar. Recordo ainda vividamente, embora já tenha passado algum tempo, o dia em que decidi seguir o sonho que me levaria a um futuro, em que comecei a desenhar o caminho que quis seguir. Recordo sem dificuldade a jovem menina que sozinha se lançou num mundo novo, num mundo desconhecido, a jovem menina que não olhando a medos seguiu em frente por mais que existissem coisas que tivesse de deixar para trás. Hoje, uma jovem mulher, a poucos dias de abraçar o caminho e a profissão que escolhi no início desta longa caminhada, é chegado o momento de agradecer a quem de alguma forma devo o que sou hoje, àqueles que me deram o melhor mas também aos que com o menos bom me mostraram o que eu não devia seguir para me tornar a pessoa que sou. Nestes agradecimentos também constarão os que de alguma forma me ajudaram na concretização deste trabalho.

Mãe, podes não ter sido capaz de resistir a muitas investidas da vida, e isso levou a que muitas coisas importantes se perdessem. Podes não ter estado bem para ti própria em muitos momentos, não te sendo por isso possível estares forte para me apoiar quando mais precisei de ti, mas não deixas de ser minha mãe e como tal tenho um carinho muito grande

por ti. Só tu e eu sabemos como eram os nossos laços desde que nasci, mas que infelizmente as circunstâncias não permitiram que eles permanecessem iguais ou mais fortes. Obrigada pelo que fizeste de essencial por mim, inclusive dar-me a vida. Sempre foste importante para mim e continuarás a ser. Pai, gostaria que estivesses mais presente, que percebesses que precisávamos mais de ti.

Ao Leandro, o meu pequeno grande homenzinho. Obrigada por existires. Foste sem dúvida a melhor prenda que me deram era eu ainda bem pequenina e até hoje, nenhuma prenda te superou, e duvido que isso aconteça tão cedo. Devo-te um agradecimento muito especial. Agradeço-te por seres este pedaço de mim, que me alegra desde o dia em que nasceste e te peguei bem pequenino, desde o dia em que sem ainda entenderes o que eu dizia, te prometi proteger. Obrigada pelas alegrias que me deste desde que nasceste e por aquelas que tenho a certeza que me vais dar ao longo dos anos. Obrigada por seres esse menino de quem me orgulho e quero continuar a orgulhar. Passamos por muito mas somos duros, e eu vou estar sempre aqui para que para ti seja mais fácil. Esta conquista não é só minha, é tua também. Obrigada por teres aguentado quase tudo longe de mim quando me tive de ir embora, as lágrimas que deitaste quando saí vão ser agora e no futuro compensadas. Foi só um sacrifício do qual tiraremos frutos um dia, juntos, felizes. Obrigada por nunca me abandonares e demonstrares do teu jeito bem próprio o carinho enorme que tens por mim. És sem dúvida uma das pessoas a quem devo agradecer muito. Estivemos juntos nesta batalha e estaremos em muitas mais.

Aos meus avós, que cedo demais partiram e não esperaram ver-me formada, não esperaram ver-me mais mulher. Obrigada por tudo, pelos bons ensinamentos e pelos menos bons que me ajudaram a crescer, parte do que sou também vos devo a vocês. Espero que onde estiverem vejam as minhas conquistas, que sintam orgulho de mim e que sobretudo tenham maneira de sentir o carinho que tenho por vocês.

À Jacque, uma grande mulher que, por alguma razão, tive a sorte que fizesse parte da minha vida. Muito obrigada! Pelo apoio incondicional, por nunca me ter falhado quando precisei, pela sensibilidade com que lidou comigo, essa sensibilidade pura que lhe é intrínseca. Obrigada por não me ter virado as costas e ter-me oferecido o seu colo quando não existia ninguém a amparar-me. Obrigada pela grande mulher que é, inclusive comigo. Esse seu espírito maternal permanecerá sempre guardado no compartimento de boas recordações que existe no meu coração. É alguém que tive a felicidade de encontrar e talvez

das melhores pessoas com que me irei cruzar. Sou-lhe profundamente agradecida, deu-me mais do que aquilo que você pensa.

Ao Rogério, sem dúvida um farol. Um grande homem que me mostrou alguns caminhos, que sem dúvida teve um peso importante em algumas decisões que tomei. Devo-lhe em parte um agradecimento por esta conquista que tão importante é para mim. Obrigada pelos ensinamentos, que me ajudaram a crescer em muitos aspetos, profissionais e pessoais. Que o bem que algum dia me fez lhe seja retribuído, se não o for por mim, que seja pela vida. Obrigada também por estar por perto quando mais precisei, obrigada por não ter recuado nos meus momentos mais difíceis. Vou sempre lembrar e cumprirei, “nunca me esquecer de onde vim”, você certamente saberá qual é esta frase.

Ao Marco, obrigada pela ótima companhia. Eram as nossas brincadeiras que me salvavam dos momentos mais críticos. Andamos sempre às turras, mas gostamos muito um do outro! Quem diria que de “educadora” passaríamos a “quase manos”!

Ao Rogério, à Jacqueline, ao Marco, à D.^a Rosa e ao Sr. Manuel, muito obrigada por terem sido como uma família para mim.

Ao Almeida, agradeço todos os ensinamentos que me ia passando e eu ia absorvendo com gosto. Sem dúvida uma pessoa formidável que não podia deixar de agradecer.

À Adélia e ao Cláudio, obrigada por realmente terem acreditado em mim, obrigada pelo apoio e obrigada por entenderem o quanto isto era importante para mim, por nunca terem descredibilizado os meus objetivos e desejarem o melhor para mim.

Aos meus verdadeiros e fiéis amigos. Aqueles que ampararam as minhas lágrimas mas que também partilharam as minhas maiores alegrias. Que nos mantenhamos assim por muitos mais anos. Obrigada pela paciência e pelos melhores momentos de sempre. À Teresa, Neusa, Tó Zé, Cátia, Jéssica, Alberto, Ricardo, Edu, Luís, Sara, Inês, David. São os melhores amigos que eu poderia ter.

Aos pais da minha grande amiga Neusa, o Sr. Costa Neto e a D.^a Neusa Cruz, um muito obrigado por me receberem sempre como uma filha, desde o primeiro momento que embarquei nesta aventura. Sem dúvida duas pessoas fenomenais.

À Professora Cristina Macedo pelo apoio desde o início desta aventura, pela força, pelos conselhos, pelo carinho. Sem dúvida uma grande mulher!

Ao meu orientador, o Sr. Superintendente Luís Elias, muito obrigada, pela sua disponibilidade. Sem a sua orientação e apoio não seria possível a realização deste trabalho. Obrigada por ter aceitado o desafio e ter de certo modo confiado nas minhas capacidades.

Um especial obrigado ao Subcomissário Manuel Fernandes e ao Subcomissário Rui Dias, pela disponibilidade e pelos ensinamentos que serão muito importantes para dar os meus primeiros passos no mundo profissional. Obrigada por tudo!

Um muito obrigado a todos os polícias da Esquadra do Viso, do Comando Metropolitano do Porto, sem excluir nenhum de vós, pela forma fantástica que me receberam, bem como por todos os ensinamentos que me transmitiram, em especial ao Chefe Manuel Silva, um profissional incrível e uma pessoa excecional, aprendi muito consigo, ao Agente Principal Vítor Mendes e Agente Arlete Lima, pela grande paciência que tiveram para me ensinar, aos Agentes Principais Sérgio Ribeiro e Luís Costa, pelos conhecimentos transmitidos, e a todos os excelentes elementos da esquadra, sem exceção. Pessoas realmente extraordinárias que levarei para sempre na minha memória. Obrigada por tudo, também pela boa disposição e hospitalidade que senti de todos vós!

Aos Srs. Oficiais, Chefes e Agentes da Unidade Especial de Polícia que contribuíram para o meu trabalho. Muito obrigada pela vossa disponibilidade e apoio, sem a vossa ajuda isto também não era possível.

A todos os Srs. Oficiais, Chefes e Agentes, da Polícia de Segurança Pública que se disponibilizaram a ajudar na elaboração desta dissertação, ao Sr. Coronel Lemos Pires, ao Sr. Gonçalo Sousa e à Dr.^a. Patrícia Gaspar, um muito obrigado!

À Agente Principal Teresa Antunes, pela disponibilidade que sempre teve para ajudar.

Obrigada à escola que me vê sair uma mulher mais madura que aquela que viu entrar, que me deu uma das melhores formações para a vida, um muito obrigado à minha casa-mãe, uma grande casa, por tudo aquilo que me proporcionou, ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Resumo

Uma instituição preparada para cenários que extravasem os recursos utilizados diariamente, com planeamentos que prevejam situações que vão além daqueles que ocorrem com mais frequência, é uma instituição capaz de dar resposta num cenário crítico de forma mais eficaz e eficiente, sendo maior a probabilidade de sucesso na resolução desse tipo de ocorrências.

Na definição do conceito de crise, depáramo-nos com a complexidade e abrangência do mesmo. Referindo-nos apenas a quatro grandes dimensões de crise, nomeadamente Estado de Sítio e Estado de Emergência, Catástrofes e Acidentes Graves, Incidentes Tático-Policiais e Ciberataques, dimensões de crise que à partida parecem diferentes mas com muitos aspetos em comum, além do enquadramento teórico destas dimensões de crise.

No desenvolvimento do presente trabalho tentamos apurar se a Polícia de Segurança Pública está apta para atuar num destes cenários que possam vir a acontecer, e que Portugal não está isento de vir a sofrer, mesmo que não existam, até ao momento, experiências com alguns dos cenários críticos apresentados no nosso país, como é o caso de situações de Estado de Sítio, mas que nada impede que aconteçam. No presente trabalho são elencados os meios humanos e materiais que a PSP tem à sua disposição para utilizar numa dessas situações, é explorado o tipo de formação e treinos existentes nesse âmbito, bem como o tipo de planeamentos existentes na Polícia, tudo de modo a aferir a capacidade de atuação da PSP nesses cenários de crise, caso um deles efetivamente ocorra.

Palavras-Chave: Crise, Emergência, Polícia, Planeamento, Recursos, Preparação.

Abstract

An institution prepared for scenarios that exceed the resources used daily, with plans that anticipate situations that go beyond the usual ones, is an institution capable of responding to a critical scenario in a more effective and efficient way, being more likely to successfully solve this type of occurrences.

In the defining of crisis, we are faced with its complexity and scope. Referring only to four major dimensions of crisis, State of Siege and State of Emergency, Disasters and Serious Accidents, Tactical Police Incidents and Cyberattacks, dimensions of crisis that at first appear different but in fact have many aspects in common, in addition to the theoretical framework of these crisis dimensions.

In this work, we try to determine if the Polícia de Segurança Pública is able to act in one of these scenarios that may happen, and that Portugal is not exempt from suffering, even that there are not, until now, experiences with some of the critical scenarios presented in our country, as is the case of situations of State of Siege, but nothing prevents them from happening. The present work lists the human and material resources that the PSP has at its disposal for use in one of these situations. It explores the type of training and training availability in this area, as well as the type of planning in the Police, in order to assess the ability of PSP to perform in these crisis scenarios, should one of them actually occur.

Keywords: Crisis, Emergency, Police, Planning, Resources, Preparation.

Índice Geral

Dedicatória.....	i
Agradecimentos	ii
Resumo	vi
Abstract.....	vii
Índice Geral.....	viii
Lista de Siglas e Abreviaturas.....	x
Lista de Anexos.....	xiii
Lista de Apêndices	xiii
Lista de Tabelas	xiv
Introdução	1
Metodologia da Investigação	4
Capítulo I. Cenários de Crise.....	6
1. Crise - Abordagem Conceptual.....	6
1.1. Estado de Sítio e Estado de Emergência.....	11
1.2. Incidentes Tático-Policiais	15
1.3. Catástrofes e Acidentes Graves... ..	20
1.4. Ciberataques	26
Capítulo II. A Polícia em Cenários de Crise.....	33
1. Do Planeamento - Abordagem Conceptual... ..	33
1.1. Dos Planos de Emergência na PSP.....	37
1.2. Do Comando e Controlo.....	40
1.2.1. Do Comando Estratégico	41
1.2.2. Do Comando Operacional.....	42
1.2.3. Do Comando Tático... ..	43
2. A Capacidade de Atuação da PSP em Cenários de Contingência: Prevenção e Reação	43
2.1. Formação e Treino dos Polícias.....	44

2.2. Logística e Recursos Humanos	49
Capítulo III. Resultados e Discussão.....	57
1.1. Entrevistas Aplicadas	57
1.2. Considerações Finais e Propostas.....	62
Referências Bibliográficas	67
Anexos.....	72
Apêndices.....	81
Tabelas	199

Lista de Siglas e Abreviaturas

ANPC - Autoridade Nacional de Proteção Civil

BRIPA – Brigada de Proteção Ambiental

CCO - centros de coordenação operacional

CCOD - Centros de Coordenação Operacional Distrital

CCON - Centro de Coordenação Operacional Nacional

CI – Corpo de Intervenção

CIEXSS – Centro de Inativação de Explosivos e Segurança em Subsolo

CNCS – Centro Nacional de Cibersegurança

COMETLIS - Comando Metropolitano de Lisboa

COMETPOR - Comando Metropolitano do Porto

CRP – Constituição da República portuguesa

DGAM/PM – Direção-Geral da Autoridade Marítima/Polícia Marítima

DN/PSP - Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública

EIR – Equipa de Intervenção Rápida

EM – Estado (s) - Membro (s)

EPP – Escola Prática de Polícia

EPRI – Equipas de Prevenção Rápida Imediata

EUA - Estados Unidos da América

FA – Forças Armadas

FSS – Forças e Serviços de Segurança

GNR – Guarda Nacional Republicana

GOC – Grupo Operacional Cinotécnico

GOE – Grupo de Operações Especiais

ICNF - Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas

INEM - Instituto Nacional de Emergência Médica

IPMA - Instituto Português do Mar e da Atmosfera

ISCPSI – Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

ITP – Incidente-Tático Policial

LSI – Lei de Segurança Interna

NATO – *North Atlantic Treaty Organization*

NEP - Norma de Execução Permanente

NRBQ – Nucleares, Radiológicos, Biológicos, Químicos

ONU – Organização das Nações Unidas

PCCOFSS - Plano de Coordenação, Controlo e Comando Operacional das Forças e Serviços de Segurança

PEPIC - Programa Europeu para Proteção de Infra-Estruturas Críticas

PNEPC – Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil

PSP – Polícia de Segurança Pública

SGSSI - Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna

SIOPS - Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro

SSI - Sistema de Segurança Interna

UCAT - Unidade de Coordenação Antiterrorismo

UE – União Europeia

UEP - Unidade Especial de Polícia

Lista de Anexos

Anexo I. Despachos de Autorização para a realização de entrevistas a elementos da PSP e recolha de informações.	73
Anexo II. Modelo de Evolução de Crises.	76
Anexo III. Modelo de Evolução de uma Crise Progressiva.....	77
Anexo IV. Necessidades elencadas pela PSP aquando da realização do exercício do Grupo ATLAS em 2014.	79

Lista de Apêndices

Apêndice I. Guião das Entrevistas Aplicadas.....	82
Apêndice II. Análise de Entrevistas – Questão 1: Conceito de Crise	90
Apêndice III. Análise de Entrevistas – Questão 2: Estado de Sítio/Estado de Emergência.....	94
Apêndice IV. Análise de Entrevistas – Questão 3: Incidentes Tático-Policiais.	99
Apêndice V. Análise de Entrevistas – Questão 4: Incidentes Tático-Policiais.....	103
Apêndice VI. Análise de Entrevistas – Questão 5: Acidente grave/Catástrofe	106
Apêndice VII. Análise de Entrevistas – Questão 6: Ciberataques.	112
Apêndice VIII. Análise de Entrevistas – Cibersegurança – Questão2.	117
Apêndice IX. Análise de Entrevistas – Cibersegurança – Questão3.	120
Apêndice X. Análise de Entrevistas – Cibersegurança – Questão 4.....	123
Apêndice XI. Análise de Entrevistas – Cibersegurança – Questão5.	126
Apêndice XII. Análise de Entrevistas – Cibersegurança – Questão 6.....	129
Apêndice XIII. Análise de Entrevistas – Cibersegurança – Questão 7.	132
Apêndice XIV. Questões Extra Guião.....	137
Apêndice XV. Entrevista A (PSP).	143
Apêndice XVI. Entrevista B (PSP).	149
Apêndice XVII. Entrevista C (PSP).	157
Apêndice XVIII. Entrevista D (PSP).	162
Anexo XIX. Entrevista E (PSP).	166
Apêndice XX. Entrevista F (F.A.)	175
Apêndice XXI. Entrevista G (CNCS).	180
Apêndice XXII. Entrevista H (ANPC).	184
Apêndice XXIII. Entrevista I (PSP).	193

Lista de Tabelas

Tabela I. Exercícios/Simulacros em que a PSP participou/organizou em 2015.....	200
Tabela II. Exercícios/Simulacros em que a PSP participou/organizou em 2016.	203
Tabela III. Incidentes Tático-Policiais ocorridos em 2015 resolvidos com êxito pela PSP.	206
Tabela IV. Formação Ministrada na PSP em Matérias de Estado de Sítio/Estado de Emergência, ITP's, Catástrofes e Acidentes Graves e Ciberataques.....	207
Tabela V. Competências da PSP Enquanto Agente de Proteção Civil.	209
Tabela VI. Principais Conclusões e Falhas Ocorridas nos Incêndios de Julho de 2017 em Pedrógão Grande	211
Tabela VII. Medidas de segurança às instalações que poderão estar presentes nos planos de segurança às instalações da PSP	213
Tabela VIII. Medidas de segurança eletrónica que poderão ser implementadas em planos da PSP	214

Introdução

Ao longo da sua existência, o Homem foi sempre confrontado com situações críticas, quer individualmente, quer em sociedade, fossem elas mais ou menos graves. As crises estiveram sempre presentes, em todos os acontecimentos do quotidiano, em várias áreas distintas, e a sociedade e o Homem do atual século XXI não são exceção, sendo vários os riscos a que a humanidade está exposta.

Dos riscos elencados no *The Global Risks Report 2018, 13th Edition* (2018), podemos verificar que alguns dos que têm mais tendência a surgir na nossa sociedade, que podem vir a constatar-se como uma ameaça futura para a mesma, e que são mais pertinentes elencar para o presente trabalho, são nomeadamente: as alterações climáticas, a crescente dependência cibernética, os ciberataques, a falha de infraestruturas críticas, conflitos interestatais, entre outros.

As alterações climáticas extremas, bem como os conflitos violentos, podem conduzir a fenómenos geopolíticos e sociais graves, podendo causar tensões culturais, entre outras, culminando na necessidade de se adotarem mecanismos preventivos e reativos por parte dos Estados e das forças de segurança. Os desastres naturais em grande escala são uma ameaça à produtividade global, levando, entre outras, a crescentes dificuldades económico-sociais que podem gerar situações que levem à declaração de um Estado de Sítio ou de Emergência por exemplo.

Um outro ponto que importa considerar é a questão da evolução das novas tecnologias e do potencial negativo que a dependência das redes digitais pode acarretar. Hoje em dia todos estamos ligados em rede e a maior parte da nossa vida tem a tecnologia omnipresente, desde as nossas contas bancárias ao nosso local de trabalho ou às nossas vidas nas redes sociais, por exemplo. Com a capacidade de ocorrerem cada vez mais ataques cibernéticos e cada vez mais sofisticados, a facilidade em se cometerem mais crimes, via internet, ou o facto de se poder executar ataques à distância contra alguém que está do outro lado do planeta, traz preocupações acrescidas para quem é responsável pela segurança, até porque neste campo, a legislação existente é frágil e não é uma tarefa fácil conseguir manter a segurança nos moldes que as tecnologias nos apresentam. É relativamente fácil cometer crimes, por vezes até inovadores e com um raio de ação global, sendo difícil, na maioria das vezes, a identificação dos autores.

O mundo no seu todo está a mudar. Cada vez mais assiste-se a uma evolução tecnológica constante, a alterações nos paradigmas e nos valores das sociedades, e paralelamente a alterações ambientais. Há que se considerar ainda o facto de que, com o fenómeno da globalização, todos estamos interligados e o que acontece numa extremidade do globo pode resultar em repercussões no lado oposto, deste modo, devemos estar atentos não apenas ao que acontece ao nível nacional, mas também ao nível internacional.

Tudo isto tem implicações na segurança em geral. A Polícia de Segurança Pública (PSP), bem como as restantes forças de segurança, não deverão portanto ficar em desvantagem relativamente à sociedade, devendo acompanhar a sua evolução, de modo a cumprir a sua missão da forma mais eficaz e eficiente possível, tendo que se adaptar às mudanças e encontrar mecanismos capazes de fazer face a elas, da melhor forma.

A PSP, uma força de segurança uniformizada e armada, com natureza de serviço público e dotada de autonomia administrativa, tem como missão assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, conforme consta no artigo 1.º da Lei nº 53/2007 e no artigo 272.º da Constituição da República Portuguesa (CRP). Nas demais atribuições da PSP, conferidas pela Lei de Segurança Interna (Lei nº 53/2007, de 31 de Agosto), podemos verificar no artigo 3º, nº.1, al. i), que cabe à PSP “proteger, socorrer e auxiliar os cidadãos, e defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo, por causas provenientes da ação humana ou da natureza”. Assim sendo, a missão da PSP vai além da garantia da ordem e tranquilidade públicas, da proteção de pessoas e bens, entre outras atribuições que constituem a missão concedida à nossa instituição. Desta forma, ao nível das Ciências Policiais, torna-se um assunto pertinente e importante a ser explorado, dado que torna-se expectável uma preparação adequada por parte da PSP para atuação nestes cenários, devendo existir, não apenas a preocupação da proteção de pessoas, da sua integridade física e da sua exposição a determinados perigos, mas também da proteção de bens e infraestruturas, entre outros.

Perceber e apurar quais as reais capacidades de atuação da Polícia em possíveis cenários de crise, ter a consciência dos planos que existem para situações extremas, dos meios e equipamentos que estão disponíveis e que estão determinados para fazer face a uma situação que exceda o emprego de meios que são normalmente utilizados, ter o conhecimento do que está a ser lavrado, quer a nível de formação dos polícias, quer a nível de planeamentos e de soluções destinados a fazer face a uma eventual situação de crise, possuir o discernimento

necessário de como a PSP deve operar em situações de contingência, revela-se uma vantagem e algo necessário para a nossa força de segurança.

Dada a possibilidade da ocorrência de crises de diversa natureza (catástrofes naturais, atentados terroristas, desordens públicas, ciberataques, entre outros), revela-se importante a PSP estar preparada para operar em situações de contingência, continuando a conseguir desempenhar a sua missão. Sendo elevada a probabilidade de a ocorrência de um destes acontecimentos culminar num cenário de emergência e de catástrofe, é importante a PSP revelar-se previamente uma instituição organizada e preparada para atuar da melhor maneira possível e desejável num destes hipotéticos cenários.

Dada a abrangência do conceito de crise e a limitação existente relativamente à extensão do presente trabalho, iremos cingir-nos a quatro grandes dimensões de crise, pertinentes de serem avaliadas numa perspetiva policial e dos pontos de vista estratégico, operacional e tático. Dentro dessas quatro dimensões, uma vez mais devido à limitação existente no trabalho, quanto à sua extensão, não iremos também esgotar o tema de cada uma das dimensões de crise que serão abordadas. Essas dimensões são nomeadamente, situações que levem à declaração do Estado de Sítio ou do Estado de Emergência, Incidentes Tático-Policiais, Catástrofes e Acidentes Graves e Ciberataques.

Propomo-nos ao longo da presente dissertação analisar a capacidade de atuação da PSP em cada uma destas quatro grandes dimensões de crise, avaliando essa capacidade com base nos recursos humanos e logísticos existentes na instituição, na formação ministrada aos polícias nessas matérias e nos planeamentos de contingência que possam existir, uma vez que em momentos de emergência, revela-se fulcral a existência de planos e preparação prévia por parte das forças de segurança e outras entidades, com competências destinadas ao socorro e salvamento de pessoas.

No cumprimento diário e continuado da sua missão, a PSP lida com diversas ocorrências, algumas delas com mais frequência, que não revelam um elevado índice de surpresa, e outras que se destacam pelo seu caráter inopinado e imprevisível. De facto, não existirão duas situações completamente iguais, no entanto, poderão apresentar alguns pontos comuns entre elas, sendo mais fácil escolher um caminho a seguir e saber qual a melhor decisão a tomar de forma a resolver o problema em causa. Por outro lado, no caso das situações inopinadas, esse caminho poderá não estar tão desbravado, pertencendo a um mundo mais desconhecido, sendo por essa razão mais difícil atuar e decidir neste tipo de contextos. Assim, se é importante existirem planos pré-definidos para as situações de rotina

e para aquelas que são atempadamente do nosso conhecimento, revela-se ainda mais importante a existência antecipada de planos e preparação, para aquelas ocorrências inesperadas, que fogem da normalidade diária operacional e que caso ocorram, exijam uma atuação incisiva e rápida para que as consequências não sejam exponencialmente maiores, e para que seja assim possível, minimizar riscos e danos.

Metodologia da Investigação

No que concerne à metodologia utilizada na nossa investigação, é importante definir alguns conceitos. Em termos metodológicos de um trabalho de investigação, revela-se importante a “distinção entre método e metodologia” (Espírito Santo, 2010, pp.11). O método acaba por ser uma componente basilar de todo um trabalho científico, e “procura traduzir uma conceção global de planeamento de uma investigação, que compreende, (...) um caminho de investigação apropriado a seguir (...) e o planeamento e concretização de uma ou mais técnicas e procedimentos”, ao passo que a metodologia acaba por corresponder ao “estudo sistemático dos métodos, concretizados em diferentes técnicas válidas (...)” (Espírito Santo, 2010, pp.11).

Face ao que anteriormente foi exposto, na parte introdutória e de contextualização do nosso trabalho, encontramos o problema da nossa investigação. Estará a PSP preparada para atuar num dos cenários de crise que nos propomos estudar? Estará a nossa instituição apta a operar de forma eficiente e eficaz numa dessas situações? Qual a sua preparação para fazer face a futuras ocorrências desta natureza? Que meios, logísticos e humanos, tem a PSP à sua disposição? E o planeamento e planos existentes serão os mais adequados? Conseguirá a Polícia portuguesa preservar a segurança do cidadão num cenário que exija a utilização de meios que excedam os normalmente utilizados? Estará capacitada para atuar nestas situações nas vertentes de *safety* e de *security*? Ou será que ainda há um longo caminho de melhoramento a percorrer por parte da instituição? Responder a estas questões poderá sem dúvida alguma, ilustrar, de forma mais consciente, a capacidade que, neste momento, a PSP tem para operar em situações de exceção, situações essas que, caso ocorram, implicarão consequências consideráveis na segurança dos cidadãos.

A presente investigação tem como objetivos refletir sobre o conceito de crise, compilar o que está predeterminado relativamente à atuação da PSP em cenários que conduzam à declaração de um Estado de Sítio/Estado de Emergência, Incidentes Tático-Policiais (ITP's), Catástrofes e Acidentes Graves e Ciberataques, elencar o que é feito a nível institucional,

em termos de formação dos polícias, na vertente de atuação nas referidas situações de crise, enunciar os meios materiais e humanos, à disposição da Polícia, para fazer face à possível ocorrência daqueles acontecimentos críticos, e assim tentar determinar a aptidão da PSP para agir naquelas situações de exceção.

Numa primeira fase vamos apoiar-nos numa pesquisa bibliográfica, de modo a efetuar uma revisão da literatura e fazer uma abordagem conceptual e de enquadramento temático. Posteriormente, recorreremos a métodos qualitativos, por serem os mais adequados a serem utilizados numa investigação como a nossa. De acordo com Espírito Santo (2010, pp.25), verificamos que podemos decompor “os métodos qualitativos nas técnicas de observação e entrevista”. Assim, dentro desses métodos recorreremos à técnica de utilização de entrevistas qualitativas exploratórias, de modo a recolher informações e opiniões de várias pessoas com vasta experiência nas matérias que temos em estudo, pertencentes, quer à cadeia de comando quer a outra distinta, da PSP, das Forças Armadas (F.A.), da Autoridade Nacional da Proteção Civil (ANPC) e do Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS), conseguindo assim promover-se a possibilidade de se encontrar a formulação de outros problemas de investigação. A forma como essas entrevistas foram desenvolvidas e encaminhadas encontra-se elencada de forma mais pormenorizada na parte referente à análise de entrevistas, que consta no Capítulo III, no ponto referente às “entrevistas aplicadas”, do presente trabalho. A análise das entrevistas foi feita com recurso à análise de conteúdo por unidades de contexto e posteriormente por questão realizada.

Capítulo I. Cenários de Crise

1. Crise – Abordagem Conceptual.

O ser humano, desde tempos remotos da sua existência até aos dias contemporâneos, foi sendo sujeito a várias situações de crise. Desde crises de cariz ambiental, que provocaram a escassez de algum bem essencial, que possam ter quase comprometido a sua sobrevivência, a crises do foro social ou político, ainda mais vincadas no Homem moderno. De facto, o conceito de crise sempre esteve presente ao longo da existência humana, mesmo antes de surgir a tentativa de o definir.

Mas o que é uma crise? Este conceito é utilizado em vários cenários e contextos, não existindo apenas uma definição concetual. Etimologicamente, “crise” tem origem na palavra *Krísis*, do Grego Clássico, cujo significado remete para a ideia de julgamento, de decisão (num momento fulcral, de extrema urgência) (Saraiva, 2011). De um modo geral, uma crise corresponde a uma mudança ou alteração, de um cenário, que anteriormente estava em equilíbrio, e que passa a estar numa situação problemática, instável, causada por um ou mais fatores, “designa uma fase ou uma situação perigosa, da qual pode resultar algo benéfico ou algo nocivo para o indivíduo ou para a comunidade que passa por essa situação” (Morujão, 1989). Refere-se a um momento difícil, de tensão, conflito, escassez, perigo, onde podem surgir dúvidas e incertezas.

Normalmente a palavra “crise” tem uma conotação negativa. Doorley e Garcia referem que “uma crise pode ser considerada sinónimo de problemas para uma organização a vários níveis. No entanto, esta não tem de ser necessariamente um evento catastrófico” (cit in Diegues, 2011).

São várias as aceções existentes para esta palavra. Encontrámos o conceito de crise empregue em diversas áreas científicas, e não só, tal como na área da sociologia, psicologia, medicina, economia, política, entre muitas outras. Na medicina, por exemplo, uma crise diz respeito a uma “alteração repentina do estado de saúde de alguém, aparentemente saudável, ou o agravamento súbito de uma doença crónica” (INFOPÉDIA. Dicionários Porto Editora, 2017). Numa abordagem psicológica, uma crise poderá evidenciar-se como uma “manifestação súbita e intensa de natureza emocional ou nervosa, é uma alteração do equilíbrio emocional” (INFOPÉDIA. Dicionários Porto Editora, 2017). Numa perspetiva económica, a crise representa uma “rutura de equilíbrio entre grandezas económicas, especialmente entre a produção e o consumo” (Nova Enciclopédia Larousse, vol. VII, 1997). Uma crise a nível político será a “alteração do equilíbrio dinâmico existente no ambiente

interno de um Estado ou nas relações entre dois ou mais Estados e que ameaça os interesses fundamentais de uma das partes envolvidas” (Nova Enciclopédia Larousse, vol. VII, 1997). De facto, além destas áreas, o conceito de crise poderia ser empregue em muitas mais, todavia não são as mais relevantes para o nosso trabalho. Apesar de várias definições do conceito de crise, algo comum em todas elas, é o facto de uma crise incluir sempre “um risco ou ameaça em relação a uma situação conceptualizada de acordo com a informação, saber, e valores adotados pelo observador” (Moreira, 2010), e em qualquer caso de crise, nunca existir apenas uma solução para a resolução da mesma, mas sim um conjunto de soluções que surgem de acordo com a situação em concreto em que a crise surgiu. Há que se ter em consideração ainda que nunca existe uma crise igual a outra. Embora possam ser semelhantes ou geradas por fatores idênticos, dificilmente nos deparamos com duas situações iguais.

Silva (2012) apresenta-nos um outro conceito de crise, referindo que a mesma corresponde à rutura de um equilíbrio existente, com um aumento da tensão e a possibilidade de guerra. Afirmar ainda que a crise é uma sequência de interações, sendo um processo fortemente dinâmico, onde existe um conjunto de ações e reações, o que nos leva a mais uma característica da crise, a imprevisibilidade do seu resultado. Esta imprevisibilidade define o ambiente de crise, sendo arcado pelo medo, tensão e urgência (*cit in* Pinto, 1987).

Silva (2012) refere ainda que entende-se que estamos perante uma situação de crise quando, cumulativamente, se verifica uma alteração no ambiente interno ou externo, que ameaça e põe em causa os valores essenciais de uma sociedade, da qual resulte uma elevada probabilidade de confrontação militar e para a qual existe um tempo limitado de resposta. Afirmar que não é reconhecido, de forma explícita, a atribuição do fator surpresa como condição necessária para estarmos perante uma crise. Podemos na maioria das vezes encontrar o fator surpresa em fenómenos naturais por exemplo. Porém, não são todas as crises que apresentam esse fator, como é o caso de uma crise económica, à partida, antes de a mesma ocorrer, já existe algo que a prevê de forma antecipada (*cit in* Brecher, 1997).

Diegues (2011) indica-nos na sua obra que se revela pertinente dividir as crises em situações imprevisíveis e previsíveis, referindo que as imprevisíveis são aquelas, tais como catástrofes naturais, acidentes ou sabotagem, que provocam mais danos decorrentes da sua imprevisibilidade, ao passo que as previsíveis decorrem de ações que há partida já existe conhecimento, podendo de certa forma existir uma preparação prévia para enfrentar a crise que surgirá, como é o caso por exemplo de algumas crises económicas que atingem por vezes certas organizações (*cit in* Caetano *et al*, 2006).

Segundo Combs (2007) as crises são eventos inconcebíveis que levam à surpresa da sociedade e dos seus atores. As crises ocorrem quando uma comunidade percebe uma ameaça urgente aos valores fundamentais ou a funções que sustentam de algum modo a vida e que devem ser tratadas com urgência e em condições de incerteza. As mesmas acabam por criar desafios difíceis para as autoridades públicas bem como para várias organizações. No mesmo artigo refere-se que uma crise é definida como “uma ameaça significativa para operações que podem ter consequências negativas se não forem tratadas corretamente”. Encontra-se no Anexo II um Modelo de Evolução de Crises utilizado por Teresa de Almeida e Silva e Pedro Ferreira da Silva, em *Caos Urbano* (2012), bem como um outro modelo, que consta no Anexo III, elaborado por nós, resultado da interpretação e análise de outros, como os Modelos de Brecher, Snyder e Jonathan Roberts.

Do ponto de vista social, e sobretudo da política interna ou internacional, Elias (2011, pp.150) refere-nos que “a crise é o ponto crucial de um processo que marca a eventual passagem da paz para a guerra ou da guerra para a paz, do diálogo para o combate, da vida para a morte” (*cit in* Moreira, 2010).

Além da utilização do conceito de crise na linguagem quotidiana, e em vários domínios, ao nível das instituições internacionais como a União Europeia (UE), a Organização da Nações Unidas (ONU) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (vulgo NATO), dada a natureza de atuação das mesmas, existiu também a necessidade de definirem o conceito de crise.

Embora não exista uma definição formal, para a UE, uma crise é, de acordo com a Decisão 2008/617/JAI do Conselho, de 23 de Junho de 2008, relativa à melhoria da cooperação entre as unidades especiais de intervenção dos Estados-Membros (EM) da UE em situações de crise, na alínea b), do artigo 2.º, “qualquer situação em que as autoridades competentes de um EM tenham motivos razoáveis para crer que existe uma infração penal que apresenta uma ameaça física grave e direta para pessoas, bens patrimoniais, infraestruturas ou instituições nesse EM, em particular as situações relacionadas com a luta contra o terrorismo”.

É importante mencionar que, no geral, “o espaço de intervenção política da UE na gestão de crises e emergências na sua vizinhança ou com impacto na segurança internacional é definido por dois domínios de intervenção, nomeadamente o mecanismo de gestão militar de crises e o mecanismo de gestão civil de crises” (Saraiva, 2011). A mesma autora menciona ainda que a distinção entre missões civis e militares é “totalmente artificial”, apenas

preocupações políticas e financeiras determinaram essa separação, dado existir dificuldade de alguns governos verem aprovada internamente a participação das suas F.A. em missões militares no exterior, contribuindo ainda para esta diferenciação o facto das missões militares da UE serem suportadas financeiramente pelos EM do país de origem das forças, ao contrário das missões de Gestão Civil de Crises, que são financiadas pelo orçamento da Comissão Europeia (Saraiva, 2011).

No que concerne à NATO, ainda de acordo com o artigo de Saraiva (2011), anteriormente mencionado, não há nenhum documento oficial da organização onde se encontre plasmado o seu pensamento relativamente à matéria de crises, não existindo, na NATO, uma definição aprovada sobre crises. Embora não exista uma definição oficial, encontramos algumas tais como, “uma situação nacional ou internacional, em que há uma ameaça a valores, interesses ou objetivos prioritários das partes envolvidas”, e quanto à Gestão de Crises encontramos definições como “o conjunto de ações coordenadas tomadas para minimizar as crises, evitar o seu agravamento para um conflito armado e conter eventuais hostilidades”. A NATO mantém o entendimento clássico do que é uma crise bem como a Gestão de Crises, distinguindo claramente nas suas definições os conceitos de paz, crise e guerra (Saraiva, 2011).

Oficialmente a NATO considera que podem existir “crises políticas, militares ou humanitárias, podendo ser causadas por conflitos armados ou políticos, incidentes tecnológicos ou desastres naturais”, contudo, para se lidar com uma crise, é necessária uma “avaliação sobre a natureza, dimensão e gravidade da mesma” (Saraiva, 2011).

Ainda segundo Saraiva (2011), dos mecanismos existentes para a Gestão de Crises, de facto, a ONU é das três organizações abordadas, aquela que dispõe do modelo mais avançado, designadamente através da condução de Operações de Apoio à Paz em territórios em situação de pré ou pós-conflito. Nos últimos anos assistimos a um aumento da capacidade operacional de auxílio às vítimas de catástrofes naturais, de crises tecnológicas e crises político-sociais.

Em Portugal não existe uma definição legal de crise. A única referência que encontramos na legislação portuguesa consta no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 173/2004, de 21 de julho¹ (Rodrigues, 2011). Nesse Decreto-Lei é considerada uma situação de crise toda aquela que se encontra entre a normalidade e a guerra, tendo carácter urgente quer a tomada

¹ Diploma que criou o Sistema Nacional de Gestão de Crises, posteriormente revogado pela Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, que aprova a Lei de Segurança Interna.

de decisões, quer ações imediatas, bem como a aplicação de meios adequados de resposta, no sentido do restabelecimento do estado de normalidade. Deste modo, encontrámo-nos perante uma definição tão ampla que “podemos afirmar que caberá dentro do conceito de crise qualquer fenómeno ou ocorrência que perturbe o quotidiano, desde que não atinja o patamar da guerra” (Rodrigues, 2011, pp.108-109).

“Perante a ocorrência de uma crise, independentemente da sua natureza, que ponha em causa sérios interesses da sociedade, a preocupação fundamental é agir, não só de forma coordenada, mas também em tempo oportuno, que quase sempre é imediato. Neste sentido o processo de tomada de decisão e a operação de resposta a desencadear deverá antes de mais ser caracterizada pela celeridade” (Rodrigues, 2011, pp. 109).

“Algo caracterizador de uma crise é que essa surge sem um aviso prévio” (Rodrigues, 2011). É portanto fundamental que existam, já predefinidas, regras e procedimentos de atuação em caso de crise para que se ocorrer uma situação de crise, o processo de atuação possa ser mais célere e assim impedir que as consequências do mesmo fenómeno tomem proporções ainda maiores.

De acordo com Luís Elias (2017), em Portugal existem cinco áreas consideradas fundamentais na Gestão de Crises, nomeadamente a Diplomacia, a Defesa Nacional, a Segurança Interna, a Proteção Civil e a Segurança do Ciberespaço. Ao longo deste trabalho iremos abordar as quatro últimas áreas, excluindo a Diplomacia por não ser pertinente para o nosso tema.

Outro aspeto importante de elencar no presente trabalho é a existência da Cláusula de Solidariedade, prevista no Título VII, artigo 222.º, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. A Cláusula menciona que a UE e os seus EM atuarão em conjunto, num espírito de solidariedade, se um EM for alvo de um ataque terrorista ou vítima de uma catástrofe. Nestes casos, a mesma Cláusula refere que a UE mobilizará todos os meios ao seu dispor, incluindo os militares, disponibilizados pelos EM, para prevenir a ameaça terrorista noutros EM bem como para proteger as instituições democráticas e a população de um eventual ataque, prestar assistência, a pedido das autoridades políticas, em caso de ataque terrorista e ainda prestar assistência a um EM, também a pedido das autoridades políticas, caso ocorra uma catástrofe. Para que, a pedido de uma autoridade política, estas assistências de um EM para outro Estado ocorram, os mesmos devem coordenar-se no Conselho Europeu.

De acordo com o artigo 17.º, n.º2, alínea e), da Lei de Segurança Interna, compete ao Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna (SGSSI), nas suas competências de direção, “ser o ponto nacional de contacto permanente para situações de alerta e resposta rápidas às ameaças à segurança interna, no âmbito dos mecanismos da União Europeia”.²

Existindo uma panóplia imensa de áreas e contextos nos quais o conceito de crise pode ser aplicado, ao longo do presente trabalho iremos cingir-nos apenas a um leque de cenários, por uma questão de opção, tratando apenas aqueles enquanto fenómenos que perturbem, de alguma forma, a ordem e a paz públicas, que impliquem uma atuação das forças de segurança, ou que possam colocar em causa a boa atuação das mesmas, nomeadamente situações que ponham em causa a soberania, a independência, a integridade territorial ou a ordem constitucional democrática, e não possam ser eliminados pelos meios normais previstos na lei, que levem à declaração de um Estado de Sítio, ou a situações de ameaças, perturbações ou as calamidades que levem a que seja decretado o Estado de Emergência, situações de Acidentes Graves e Catástrofes, Incidentes Tático-Policiais e Ciberataques, sendo estes os cenários de crise que consideramos mais importantes abordar e que mais impacto poderão ter na PSP no desempenho da missão que lhe é atribuída.

1.1. Estado de Sítio e Estado de Emergência.

Em momentos de crise geram-se por vezes situações delicadas onde se revela necessário, por um lado, salvaguardar a ordem e a paz social, e por outro, não cair em excessos resultantes de quem detém o poder, sendo fundamental manter-se o equilíbrio necessário para a estabilidade do Estado e da sua sociedade (Faria, 2011).

No Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência (Lei n.º 44/86, de 30 de setembro, alterada mais recentemente pela Lei Orgânica n.º 1/2012, de 11 de maio) bem como na CRP é feita a destrição entre dois Estados de Exceção, nomeadamente o Estado de Sítio e o Estado de Emergência, concluindo-se desta forma, que estes dois últimos contemplam um conceito mais amplo, o inicialmente referido Estado de Exceção.

No artigo 1.º da Lei n.º 44/86, de 30 de setembro, bem como no n.º 2 do artigo 19.º da CRP, consta que ambos os Estados de Exceção “só podem ser declarados, no todo ou em parte do território nacional, no caso de agressão efetiva ou iminente por forças estrangeiras, de grave ameaça ou perturbação da ordem constitucional democrática ou ainda em caso de calamidade pública”, podendo ser declarados da “forma prevista na Constituição da

² Deste modo, sempre que é necessário recorrer ao disposto na Cláusula de Solidariedade, é o SGSSI o intermediário.

República Portuguesa, regendo-se pelas normas constitucionais, e pelo regulamentado na Lei n.º 44/86, de 30 de setembro”, ressalvando-se que, especificamente, no caso do Estado de Emergência, este apenas é declarado quando as agressões, ameaças, perturbações ou as calamidades em causa, são de menor gravidade, e apenas poderá “determinar a suspensão parcial de alguns Direitos, Liberdades e Garantias suscetíveis de serem suspensos, prevendo-se, se necessário, o reforço dos poderes das Autoridades Administrativas Cíveis e o apoio às mesmas por parte das Forças Armadas” (art.º 19.º, n.º3, CRP e art.º 9.º da Lei n.º44/86, de 30 de setembro). Já o Estado de Sítio é declarado “quando se verifiquem ou estejam iminentes atos de força ou insurreição, que ponham em causa a soberania, a independência, a integridade territorial ou a ordem constitucional democrática, e não possam ser eliminados pelos meios normais previstos na Constituição e na lei” (art.º 8.º, n.º1 do Regime do Regime do Estado de Sítio e de Emergência), podendo o mesmo Estado de Exceção “suspender ou restringir, parcial ou totalmente, o exercício de Direitos, Liberdades e Garantias, sendo possível estabelecer a subordinação das Autoridades Cíveis às Autoridades Militares ou a sua substituição por estas” (art.º 8.º, n.º 2, Lei n.º 44/86, de 30 de setembro). No artigo 4.º da Lei n.º 44/86, de 30 de setembro, verificamos ainda que cada um dos Estados de Exceção podem ser declarados “em relação a todo ou a parte do território nacional, consoante o âmbito geográfico das suas causas determinantes, só podendo sê-lo relativamente à área em que a sua aplicação se mostre necessária para manter ou restabelecer a normalidade”. Segundo o art.º 3.º, n.º1 da Lei n.º 44/86 de 30 de setembro, bem como o artigo 19.º, n.º 4 da CRP, constatamos que a declaração e execução de ambos os Estados de Exceção “devem respeitar o Princípio da Proporcionalidade, e adequação das medidas, e limitar-se, nomeadamente quanto à sua extensão, duração e meios utilizados, ao estritamente necessário ao pronto restabelecimento da normalidade constitucional”.

Relativamente às Forças de Segurança, no decorrer do Estado de Sítio, as mesmas “ficam colocadas, para efeitos operacionais, sob o comando do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, por intermédio dos respetivos Comandantes-Gerais” (art.º 8.º, n.º 3, Lei n.º 44/86, de 30 de setembro), ao passo que as Autoridades Administrativas Cíveis “continuam no exercício das competências que, nos termos do Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência e da declaração do Estado de Sítio, não tenham sido afetadas pelos poderes conferidos às Autoridades Militares, mas devem em qualquer caso facultar a estas os elementos de informação que lhes forem solicitados” (art.º 8.º, n.º 4, Lei n.º 44/86, de 30 de setembro).

Na mesma Lei n.º 44/86, de 30 de setembro, constata-se no seu artigo 10.º, que “a declaração do Estado de Sítio ou do Estado de Emergência compete ao Presidente da República e depende da audição do Governo e da autorização da Assembleia da República ou, quando esta não estiver reunida nem for possível a sua reunião imediata, da respetiva Comissão Permanente, sendo que, quando autorizada pela Comissão Permanente da Assembleia da República, a declaração do Estado de Sítio ou do Estado de Emergência terá de ser ratificada pelo Plenário logo que seja possível reuni-lo”. No artigo 11.º da citada Lei, apura-se ainda que “a declaração do Estado de Sítio ou do Estado de Emergência reveste a forma de Decreto do Presidente da República e carece da Referenda do Governo”. Em contraponto, verificamos no n.º 2 do art.º 26º do mesmo diploma, que “a modificação da declaração do Estado de Sítio ou do Estado de Emergência no sentido da redução das respetivas providências ou medidas, bem como a sua revogação, operam-se por Decreto do Presidente da República, referendado pelo Governo, independentemente de prévia audição deste e de autorização da Assembleia da República”.

No artigo 13.º prevê-se a cessação dos mesmos Estados de Exceção, quando as circunstâncias que os fizeram ser declarados também cessam, ou então quando termina o prazo fixado na respetiva declaração ou pela recusa da sua ratificação pelo Plenário.

Torna-se ainda relevante de referir que, declarados o Estado de Sítio ou de Emergência, “não é permitido afetar a aplicação das regras constitucionais relativas à competência e ao funcionamento dos órgãos de soberania e de governo próprio das regiões autónomas ou os direitos e imunidades dos respetivos titulares” (art.º 19.º, nº7, CRP e art.º 3.º, n.º 2, Lei n.º 44/86, de 30 de setembro). Constata-se também no n.º 8 do mesmo artigo da CRP, bem como no artigo 19.º da Lei 44/86, de 30 de setembro, que declarado um desses Estados de Exceção, “as autoridades adquirem competência para tomarem as providências necessárias e adequadas ao pronto restabelecimento da normalidade constitucional”.

Os cenários de crise sejam eles do tipo que forem, em alguns casos, podem levar à perturbação do exercício pacífico e integral, no todo ou em parte, dos Direitos, Liberdades e Garantias dos cidadãos, existindo a possibilidade de se proceder à suspensão ou limitação dos mesmos (Faria, 2011). A aplicação destes dois Estados de Exceção, tal como já referimos anteriormente, limita e condiciona de certa forma alguns direitos, porém, no que concerne aos Direitos, Liberdades e Garantias dos cidadãos, “a declaração do Estado de Sítio ou do Estado de Emergência é adequadamente fundamentada e contém a especificação dos Direitos, Liberdades e Garantias cujo exercício fica suspenso, não podendo o Estado

declarado ter duração superior a quinze dias, ou duração superior à fixada por lei quando em consequência de declaração de guerra, sem prejuízo de eventuais renovações, com salvaguarda dos mesmos limites” (art.º 19º, n.º5, CRP e art.º 5.º da Lei n.º 44/86, de 30 de setembro). A declaração destes mesmos Estados não pode, em caso algum, colocar em causa alguns Direitos, Liberdades e Garantias, nomeadamente o direito à vida, à integridade pessoal, o direito à identidade pessoal, à capacidade civil e à cidadania, à não retroatividade da lei criminal, direito à defesa dos arguidos e os direitos à liberdade de consciência e de religião (art.º 19.º, n.º6, CRP e art.º 2.º, n.º1, Lei n.º 44/86, de 30 de setembro). Nos casos em que possa ocorrer a suspensão dos Direitos, Liberdades e Garantias dos cidadãos terá sempre de ser respeitado o Princípio da Igualdade e Não Discriminação assim como os limites expostos nas alíneas do n.º 2 do artigo 2.º, da Lei 44/86, de 30 de setembro.

Nos termos do artigo 27.º do mesmo Regime, os atos de processo previstos nos artigos respeitantes à declaração e vigência dos dois Estados de Exceção que temos abordado, revestem natureza urgentíssima e têm prioridade sobre quaisquer outros.

A declaração do Estado de Sítio ou do Estado de Emergência deverá conter, de forma clara e expressa, a caracterização e fundamentação do Estado declarado, o âmbito territorial, a duração, deverá conter a especificação dos Direitos, Liberdades e Garantias cujo exercício fica suspenso ou restringido, bem como, no Estado de Sítio, a determinação dos poderes conferidos às Autoridades Militares, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do mesmo diploma legal, e no Estado de Emergência, a determinação do grau de reforço dos poderes das Autoridades Administrativas civis e do apoio às mesmas pelas F.A., sendo caso disso, conforme verificável no artigo 14.º da Lei n.º 44/86, de 30 de setembro.

A execução da declaração de ambos Estados de Exceção compete ao Governo, que deverá, por sua vez, manter informados o Presidente da República e a Assembleia da República (art.º 17.º Lei n.º 44/86, de 30 de setembro). A nível Regional e Local, sem por em causa o exposto neste mesmo artigo 17.º, e sem prejuízo das competências do Representante da República e dos órgãos de governo próprio, o emprego das F.A. para execução da declaração do Estado de Sítio nas regiões autónomas é assegurado pelo respetivo comandante-chefe, verificando-se igualmente que a execução da declaração do estado de emergência nas regiões autónomas é assegurado pelo Representante da República, em cooperação com o governo regional (artigo 20.º da Lei 44/86, de 30 de setembro). No que concerne aos poderes conferidos às autoridades militares, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 8.º, do mesmo diploma legal, a execução da declaração do Estado de Sítio no

território continental, a nível local, é assegurada pelos comandantes militares, na área do respetivo comando. Compete ainda ao Governo da República, sem prejuízo das suas atribuições, nomear as autoridades que coordenam a execução da declaração do Estado de Emergência no território continental, a nível local, sem embargo de, em situações de calamidade pública, a coordenação mencionada ser assegurada pelos comandantes operacionais distritais de operações de socorro, na área da respetiva jurisdição (artigo 20.º da Lei 44/86, de 30 de setembro).

No que respeita ao funcionamento dos órgãos de direção e fiscalização, conforme o artigo 18.º da mesma Lei que temos vindo a citar, declarado um dos referidos Estados de Exceção, que abranja todo o território nacional, o Conselho Superior de Defesa Nacional, bem como a Procuradoria-Geral da República e o Serviço do Provedor de Justiça, mantêm-se em sessão permanente.

A modificação da declaração do Estado de Sítio ou do Estado de Emergência no sentido da redução das respetivas providências ou medidas, bem como a sua revogação, operam-se por decreto do Presidente da República, referendado pelo Governo, independentemente de prévia audição deste e de autorização da Assembleia da República (n.º 2, art.º 26.º, Lei n.º 44/86, de 30 de setembro).

Quem violar o legalmente disposto quanto ao Estado de Sítio e Estado de Emergência, incorre no crime de desobediência (art.º 7.º, Lei n.º 44/86, de 30 de setembro).

É importante referir que, mesmo declarado um destes Estados de Exceção, as medidas de polícia estão sempre sujeitas ao princípio da proporcionalidade (Faria, 2011).

Em situações de Estados de Exceção “as atribuições da PSP são as resultantes da legislação sobre a defesa nacional e sobre o Estado de Sítio e de Emergência” (art.3.º, Lei n.º 53/2007).

Como consta no artigo 59.º, da Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto, em Estado de Guerra, de Sítio ou de Emergência, verifica-se ainda que as atividades de proteção civil subordinam-se ao disposto na Lei de Defesa Nacional e na Lei sobre o Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência.

1.2. Incidentes Tático-Policiais.

A Lei de Segurança Interna (LSI), Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, destina-se, tal como se encontra explanado no seu n.º 3 do artigo 1.º, a proteger a vida e a integridade das pessoas, a paz pública e a ordem democrática, designadamente contra o terrorismo, a

criminalidade violenta ou altamente organizada, a sabotagem e a espionagem, a prevenir e a reagir a acidentes graves ou catástrofes, a defender o ambiente e a preservar a saúde pública.

A LSI legisla acerca da Segurança Interna, na generalidade, acabando por enunciar, no n.º 3 do seu 18.º artigo, os Incidentes Tático-Policiais de carácter grave, definindo estes últimos como aqueles que, além dos que venham a ser considerados como tal pelos Ministros da Administração Interna e da Justiça, “requeiram a intervenção conjunta e combinada de mais de uma força e serviço de segurança, e que envolvam ataques a órgãos de soberania, estabelecimentos hospitalares, prisionais ou de ensino, infraestruturas destinadas ao abastecimento e satisfação de necessidades vitais da população, meios e vias de comunicação ou meios de transporte coletivo de passageiros e infraestruturas classificadas como infraestruturas nacionais críticas, aqueles que envolvam armas de fogo em circunstâncias em que sejam postas em causas vidas ou a integridade física das pessoas, aqueles em que são usadas substâncias explosivas, incendiárias, nucleares, radiológicas, biológicas ou químicas, ou ainda que envolvam sequestros ou tomada de reféns”.

Este tipo de incidentes abarcam o último e quinto nível de intervenção policial, sendo que, de acordo com a sua doutrina, a PSP atua através da conjugação dos Comandos Metropolitanos, Regionais e Distritais de Polícia (consoante os casos) e a Unidade Especial de Polícia (UEP) nestas situações, uma vez que estas requerem a utilização de meios que ultrapassam aqueles utilizados normalmente. É o Plano de Coordenação, Controlo e Comando Operacional das Forças e Serviços de Segurança (PCCOFSS) que vem regular, de forma mais específica, a gestão de Incidentes Tático Policiais graves, aqueles que requeiram a intervenção conjunta e combinada de mais que uma Força e Serviço de Segurança (FSS). O mesmo documento define, além do que está previsto na LSI, um Incidente Tático-Policial (ITP) como uma “ocorrência inopinada e de carácter reativo, configurando uma situação de flagrante delito ou que exija a imediata intervenção policial, cuja natureza, características e resolução envolvam, por motivos diversos, o emprego de recursos que ultrapassem os normal e quotidianamente utilizados, que envolvam suspeitos com armas de fogo ou outras capazes de produzir ofensas corporais graves ou morte, principalmente quando já foram utilizadas, envolvam substâncias explosivas, incendiárias, nucleares, radiológicas, biológicas ou químicas”.

Sempre que se verifiquem os pressupostos legais que enquadram certa ocorrência como um ITP, deve o comandante do comando territorialmente competente assumir a sua gestão, tendo, no entanto, o Diretor Nacional da PSP ou o Comandante-Geral da GNR a

obrigação de comunicar, de imediato, tal facto ao Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna (SGSSI). Caso se verifique a existência de um ITP de carácter grave, então será o SGSSI, no âmbito das suas competências de controlo, o responsável pela articulação das FSS necessários à gestão da ocorrência em causa, tal como está previsto no n.º2, alínea b), do artigo 18.º da LSI.

Há que ter em conta que, um ITP, em última análise, poderá vir a ser comandado pelo SGSSI, contudo, caso esse Incidente não seja de gravidade acrescida, o comando é exercido, por regra, pelo comandante territorialmente competente.

A LSI veio transformar o modelo existente da resposta nacional às situações de ameaça e crise. A figura do SGSSI surge por forma a estabelecer mecanismos de articulação entre as diversas FSS, com os organismos congéneres internacionais bem como com todos os sistemas periféricos, públicos e privados, relevantes na área da segurança (Vicente, 2011).

Relativamente à figura do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna (SGSSI) importa ter em consideração os seguintes aspetos.

O SGSSI tem competências de coordenação, direção, controlo e comando operacional, conforme o artigo 15.º da LSI. De um modo geral, as competências de coordenação correspondem aos poderes necessários à concertação de medidas, planos ou operações entre as diversas forças e serviços de segurança, à articulação entre estas e outros serviços ou entidades públicas ou privadas e à cooperação com os organismos congéneres internacionais ou estrangeiros, de acordo com o PCCCOFSS (art.º 16.º LSI). As competências de direção dizem respeito aos poderes de organização e gestão administrativa, logística e operacional dos serviços, sistemas, meios tecnológicos e outros recursos comuns das FSS (art.º 17 LSI). As competências de controlo do SGSSI correspondem, de acordo com o artigo 18.º da LSI, ao poder de articulação das FSS no desempenho de missões ou tarefas específicas, limitadas pela sua natureza, tempo ou espaço, que impliquem uma atuação conjunta. É no conjunto das suas competências de controlo, que o SGSSI articula a atuação das FSS envolvidos na gestão de ITP's graves. Nesses incidentes graves, o SGSSI, marca presença na sala de situação. São ainda conferidos pela LSI, no seu artigo 19.º, ao SGSSI competências de comando operacional. Estas competências consistem nos poderes de planeamento e atribuições de missões ou tarefas que requeiram a intervenção conjunta de diferentes FSS, em situações extraordinárias, como ataques terroristas ou acidentes graves e catástrofes, que sejam determinadas pelo Primeiro-Ministro.

Está ainda previsto no artigo 21.º da LSI o Gabinete Coordenador de Segurança. O mesmo é o órgão especializado de assessoria e consulta para a coordenação técnica e operacional da atividade das FSS e funciona na direta dependência do Primeiro-Ministro ou, por sua delegação, do Ministro da Administração Interna. Compete ao Gabinete Coordenador de Segurança assistir, de modo regular e permanente, o SGSSI no exercício das suas competências de coordenação, direção, controlo e comando operacional, bem como estudar e propor políticas públicas de segurança interna, esquemas de cooperação de FSS, aperfeiçoamentos do dispositivo das FSS, bem como as condições de trabalho do pessoal, das instalações, dos meios e normas de atuação e procedimentos a adotar em situações de grave ameaça à segurança interna. Além destas competências explanadas no artigo 22.º da LSI, o mesmo artigo refere ainda que ao Gabinete Coordenador de Segurança compete também dar parecer sobre os projetos de diplomas relativos à programação de instalações e equipamentos das forças de segurança e proceder à recolha, análise e divulgação dos elementos respeitantes aos crimes participados e de quaisquer outros elementos necessários à elaboração do relatório de segurança interna.

Na dependência do SGSSI encontra-se também a Unidade de Coordenação Antiterrorismo (UCAT), prevista no artigo 23.º da LSI. A UCAT é o órgão de coordenação e partilha de informações, no âmbito do combate ao terrorismo. Compete-lhe a coordenação dos planos de execução das ações previstas na Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo e, no plano da cooperação internacional, a articulação e coordenação entre os pontos de contato para as diversas áreas de intervenção em matéria de terrorismo. A criação deste órgão foi a última alteração à LSI.

Na Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2015, que aprova a Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo, está também prevista a existência da UCAT. A Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo funda-se no compromisso de combate ao terrorismo em todas as suas manifestações, compromisso esse que assenta em cinco objetivos estratégicos face aos atos terroristas, detetar, prevenir, proteger, perseguir e responder, tal como está previsto no n.º 3 do mesmo documento. De modo a satisfazer o cumprimento desses objetivos estratégicos, surge a UCAT, responsável por coordenar os planos e ações da Estratégia Nacional, bem como, no âmbito de cooperação internacional, existindo de modo a articular e a coordenar a rede de pontos de contacto nas diversas áreas de intervenção em matéria de terrorismo. Este órgão é coordenado pelo SGSSI e vê estabelecido o regime

aplicável à sua organização e funcionamento no Decreto-Regulamentar n.º 2/ 2016, de 23 de agosto.

A UCAT desempenha funções muito importantes nomeadamente no que respeita à troca de informações que são essenciais numa situação de crise.

Este órgão conta, como entidades que integram a sua estrutura, com o SGSSI, o Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa, com o Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, os Diretores Nacionais da PSP, Polícia Judiciária e do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, e com os diretores do Serviço de Informações Estratégicas e Defesa e do Serviço de Informações de Segurança, bem como representantes da Autoridade Marítima Nacional (artigo 23.º, n.º1, Lei de Segurança Interna).

As FSS deverão cooperar entre si, nomeadamente no que respeita à comunicação de informações, tal como consta no artigo 6.º da LSI. O SGSSI, em conjunto com o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, asseguram entre si a articulação operacional quando existe a necessidade de colaboração das F.A. em matéria de Segurança Interna, conforme o artigo 35.º da LSI.

Cabe ao SGSSI coordenar as FSS, no desempenho de missões ou tarefas específicas, limitadas pela sua natureza, tempo ou espaço, que impliquem uma atuação conjunta, tal como podemos verificar no artigo 18.º, n.º1 LSI. Essa articulação deverá ser orientada através do PCCOFSS. O PCCOFSS é aprovado pelo Conselho de Ministros, que deverá também garantir o seu regular funcionamento, tal como prevê o artigo 8.º da LSI. O Plano encontra-se organizado em seis capítulos e cinco anexos. O primeiro capítulo versa sobre os princípios fundamentais que enquadram o conjunto de atividades, bem como os que orientam o funcionamento do sistema de segurança interna, o segundo capítulo caracteriza o sistema de segurança interna, identificando os seus órgãos e competências, o capítulo seguinte aborda as atividades que, no seu conjunto, compõem a atividade de segurança interna, o capítulo subsequente trata as diversas estruturas de coordenação e cooperação abrangidas pelo sistema de segurança interna, o quinto capítulo descreve o quadro geral do sistema de alerta, e o sexto e último capítulo fixa as normas gerais, específicas e especiais, de procedimento em situações concretas. Relativamente aos anexos integrantes do PCCOFSS, o anexo A é aquele que nos interessa para o presente trabalho. É nesse anexo onde está prevista, de modo mais detalhado, a gestão de ITP's. Do anexo em questão existem alguns pontos importantes a considerar para a presente exposição. O mesmo começa por definir de forma genérica o que é um ITP, tendo sido já mencionada acima a mesma definição. É feita

seguidamente a descrição de várias fases que compõem a resolução deste tipo de incidentes. Sem aprofundar são essas fases, a notícia da ocorrência, a contenção inicial, a ativação de recursos, a consolidação da contenção e a resolução propriamente dita do incidente em questão. No anexo A existe ainda uma área reservada ao comando e gestão de ITP's. O comando e gestão destes incidentes tem como objetivos conter, estabilizar e resolver o incidente, garantir a articulação entre as diversas entidades e organismos intervenientes, estabelecer e definir planos de resposta a contingências, garantir a implementação e cumprimentos das diretivas pré-definidas, manter o contacto permanente com o escalão decisório superior, assegurar o rápido regresso à normalidade, gerir as relações com a comunicação social e assegurar o apoio logístico de toda a operação.

Na resolução de ITP's as FS e em concreto a PSP têm sempre que se coordenar com outras entidades de competências próprias, pelo que deverão sempre estar bem definidos, os princípios de comando e controlo.

1.3. Catástrofes e Acidentes Graves.

Um desastre, nas palavras de Lourenço (s.d., pp.19), é um “acontecimento súbito, inesperado ou extraordinário, concentrado no tempo e no espaço, que provoca prejuízos severos na vida dos indivíduos, afetando as principais funções da sociedade em determinada área e que deve obrigar a repensar tudo, em função da gravidade, desde as finalidades (acidente grave), às regras (catástrofe) e até aos sistemas de valores (calamidades) ”.

Gomes & Saraiva (2013) definem desastre natural como um “acontecimento (mais especificamente a concretização de um perigo) que resulta de processos naturais da Terra ou que a afeta levando à perda de vidas humanas, ocorrência de feridos ou ainda a perdas económicas e ambientais”.

De seguida procederemos, sem esgotar o tema, a uma abordagem sobre catástrofes e acidentes graves.

Catástrofe, do grego, “*Katastrophe*” é “um acontecimento sofrido que cause perturbação, podendo provocar destruições, mortes. Pode significar ainda grande infelicidade, desastre; acontecimento decisivo que conduz ao desenlace de uma tragédia” (Nova Enciclopédia Larousse, vol. V, 1997, pp.1556).

Legalmente, encontrámos uma definição de catástrofe na Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto, a Lei de Bases da Proteção Civil. No n.º2 do artigo 3.º do mesmo diploma constatamos que catástrofe é “o acidente grave ou a série de acidentes graves suscetíveis de

provocarem elevados prejuízos materiais e, eventualmente, vítimas, afetando intensamente as condições de vida e o tecido socioeconómico em áreas ou na totalidade do território nacional.”

As catástrofes poderão ter origem natural, origem humana, e em alguns casos, ter origem natural mas ser agravadas ou desencadeadas por meios humanos.³

O World Disasters Report, Resilience: saving lives today, investing for tomorrow (2016) contabiliza um total de 6.090 desastres reportados em todos os continentes do planeta, entre o ano 2006 e 2015, sendo o continente asiático aquele que mais soma em desastres ocorridos a nível mundial. Ao longo deste período de tempo, à exceção do ano de 2006 que chegou a ultrapassar o registo de 700 desastres, os restantes anos têm valores que oscilam entre os 500 e 600 registos. No mesmo espaço temporal, foram registados no total, a nível mundial, 771.911 mortes provocadas por desastres.

Poderão de facto existir várias catástrofes e cada uma delas com origens diferentes, todavia, a todas é comum o rasto de destruição e devastação que deixam quando ocorrem.

As catástrofes são imprevisíveis, contudo, em alguns casos, é possível prever e prevenir algumas, de forma a que os seus efeitos sejam menos devastadores, como são exemplo os furacões e outras tempestades catastróficas. Com as alterações climáticas que temos vindo a assistir, a tendência será para que essas catástrofes ocorram com mais frequência e que tenham efeitos cada vez mais graves, tanto em termos de perda de vidas humanas como de danos materiais.

Desde tempos mais remotos até à atualidade, foram inúmeras as catástrofes que assolaram vários locais na Terra.⁴

A nível internacional é grande a lista de eventos desta natureza que envolvem muita destruição. Em dezembro de 2004 deu-se um *tsunami* no oceano Índico, atingindo a Indonésia, ao largo da costa de Sumatra. Foi um fenómeno que, segundo fonte oficiais, tirou

³ Uma erupção vulcânica, por exemplo, é desencadeada naturalmente, sem interferência qualquer do Homem, sendo resultado única e exclusivamente de um processo natural da Terra, mas no caso de uma catástrofe nuclear, a mesma tem origem humana. No caso de uma inundação, por exemplo, causada por questões naturais, pode ter os seus efeitos agravados pela ação humana, como a desflorestação, a ocupação abusiva das zonas perto das águas, a impermeabilidade dos solos nas cidades, que impedem o necessário escoamento das águas, entre outras, sendo este um possível exemplo de catástrofes que têm origem natural mas, em simultâneo, interferência humana.

⁴ Desde catástrofes como a que ocorreu em agosto de 79d.C., em Pompeia, na Itália, com a erupção do Vesúvio, onde ainda hoje restam vestígios do que aconteceu, inclusive a existência de habitantes da época petrificados e modelados pelo material expelido do vulcão, até catástrofes que se deram mais recentemente.

a vida a mais de 230 mil pessoas, provocando um grande cenário de devastação e de morte.⁵ Nesta catástrofe, “embora o acionamento dos meios militares tenha sido rápido e organizado e se tenham seguido os planeamentos existentes e treinados, articulando autoridades militares e civis, o que permitiu salvar muitas vítimas, de facto, nem tudo terá corrido completamente bem”.⁶

Em agosto de 2005, o furacão *Katrina* atinge os Estados Unidos da América, com categoria de nível 4, provocando devastação em vários Estados, embora tivessem antecipado a sua passagem pelos mesmos locais que acabaram com sinais de destruição.⁷ Tal como refere a notícia do jornal Público, datada do dia 27 de agosto de 2015, da autoria de Rita Siza, o furacão *Katrina* foi “uma tragédia em atos: o primeiro correspondente à tempestade, o segundo resultado da inundação e o terceiro referente à crise social e política, alimentada pela confusão e inaptidão das autoridades e líderes políticos.”⁸

Em março de 2011, ocorreu um dos *tsunamis* mais recentes da história da humanidade e também um dos que mais devastação e vítimas mortais causou: sismo seguido de *tsunami* que atingiu o Japão.⁹

Poderíamos elencar um conjunto infindável de catástrofes que ocorreram a nível internacional e deixaram um rasto de destruição ainda hoje lembrado.

Mesmo com um clima considerado moderado¹⁰, sem registo histórico da ocorrência frequente de grandes catástrofes naturais, ao contrário do que acontece em certos locais do planeta, conhecidos pela grande atividade catastrófica, de facto, o nosso país não está livre que um evento dessa natureza, tal como inundações, incêndios em larga escala ou até mesmo um sismo, venha a acontecer.¹¹ Portugal não está livre de ser atingido por um destes eventos¹² e sendo um país com uma grande área costeira, devemos portanto estar alertados

⁵ Fonte: <https://aterraemmarte.com/desastres-naturais-os-5-tsunamis-mais-destrutivos-da-historia/>. Consultado em 10 de janeiro de 2018.

⁶ Fonte: (MACHADO, Miguel. Grande Sismo do Leste do Japão: o papel das Forças Armadas. Em: <http://www.operacional.pt/grande-sismo-do-leste-do-japao-papel-das-forcas-armadas/>. Consultado em 10 de janeiro de 2018.

⁷ Fonte: <https://www.pilotopolicial.com.br/resposta-a-desastres-katrina-o-que-mudou/>. Consultado em 10 de janeiro de 2018.

⁸ Fonte: (SIZA, Rita. Em: <https://www.publico.pt/2015/08/27/mundo/noticia/katrina-a-destruicao-de-uma-cidade-com-hora-marcada-1706048>. Consultado em 10 de janeiro de 2018.

⁹ Fonte: <https://aterraemmarte.com/desastres-naturais-os-5-tsunamis-mais-destrutivos-da-historia/>. Consultado em 10 de janeiro de 2018.

¹⁰ Portugal, nas palavras do geofísico José Borges, em entrevista ao Diário de Notícias, do dia 18 de dezembro de 2009, tem “uma atividade sísmica moderada, pautada por eventos de grande intensidade, mas muito separados no tempo”, sendo que, “no contexto mundial, há zonas muito piores, nomeadamente no Pacífico”.

¹¹ No passado, em Portugal, mais concretamente em 1755, a nossa nação foi atingida por uma grande catástrofe natural, um terramoto, seguido de um *tsunami* e posteriores incêndios que devastaram, não exclusivamente a cidade de Lisboa, embora tenha sido nela onde se verificou mais estragos, a 1 de novembro desse mesmo ano.

¹² Os terramotos e os *tsunamis*, consistem num abalo provocado pela libertação de energia do interior da Terra, mas ao contrário dos primeiros, no caso do *tsunami*, o seu epicentro localiza-se em zona submersa, ou próximo de zonas costeiras,

para a necessidade de possuímos mecanismos de proteção e de atuação pensados e planeados para fazer face a uma situação semelhante.

Mas não foi apenas no passado que encontramos exemplos de catástrofes que devastaram regiões portuguesas. A maior catástrofe registada desde abril de 1974 ocorreu recentemente, no verão de 2017 quando deflagraram inúmeros incêndios no centro do país.¹³ Com uma imensa área ardida e com centenas de feridos e dezenas de mortos, será uma catástrofe que prevalecerá na memória nacional. Tal como notícia de 16 de outubro de 2017, no *Jornal Económico*, um relatório explica o que falhou neste fenómeno catastrófico, os “meios disponíveis e o comandante operacional não se mostraram suficientes para controlar o incêndio”. Analisamos um relatório datado de outubro de 2017, referente aos incêndios de julho. Na Tabela VI foram sintetizadas as partes que consideramos mais importantes e relevantes mencionar no presente trabalho.

Entrando agora em matéria de acidentes graves, na Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto, a Lei de Bases da Proteção Civil, existe uma definição de “acidente grave”, elencada no n.º 1 do art.º 3.º. Essa definição refere que um “acidente grave é um acontecimento inusitado com efeitos relativamente limitados no tempo e no espaço, suscetível de atingir as pessoas e outros seres vivos, os bens ou o ambiente”.

Um acidente é um acontecimento “repentino e imprevisto, provocado pela ação do homem ou da natureza, com danos significativos e efeitos muito limitados no tempo e no espaço, suscetíveis de atingirem pessoas, bens ou o ambiente” (Lourenço, s.d., pp.19).

Um acidente grave de grandes dimensões pode por vezes tornar-se uma catástrofe, nomeadamente quando o mesmo não é resolvido da maneira mais rápida e eficaz possível, quando os meios para o efeito são escassos ou não atuam conforme o esperado, podendo conferir uma dimensão catastrófica ao acidente.

Em Portugal tivemos ainda alguns exemplos de acidentes graves¹⁴, que pelas suas proporções, juntamente com o número de danos e vítimas, podem, de certa forma, enquadrar-se numa catástrofe. No nosso país ocorrem também, além de acidentes de viação, acidentes graves com quedas de aeronaves de pequena dimensão, derrocada de edifícios e aluimento

são ambos imprevisíveis e, quando iniciados, desenvolvem-se rapidamente, podendo ser devastadores em muitas das situações em que ocorrem.

¹³ Desde Pedrógão Grande, os incêndios alastraram aos concelhos vizinhos, nomeadamente Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Ansião, Alvaiázere, Góis, Penela, Oleiros, Sertão e Pampilhosa da Serra, tendo-se estes focos de incêndio juntado e criado um dos maiores incêndios florestais da História portuguesa.

¹⁴ É, por exemplo, o caso da queda da ponte Hintze Ribeiro, que fazia a ligação entre Castelo de Paiva e Entre-os-Rios, em março de 2001, e vitimou 59 pessoas, e fez ainda um número considerável de feridos.

de terrenos, entre outras ocorrências diversas que se enquadram na definição de acidente grave.¹⁵

A proteção civil é, tal como constatamos na Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto, no seu artigo 1.º, “a atividade desenvolvida pelo Estado, regiões autónomas e autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram”, sendo a atividade de proteção civil de um caráter “permanente, multidisciplinar e plurissetorial, cabendo a todos os órgãos e departamentos da Administração Pública promover as condições indispensáveis à sua execução, de forma descentralizada”. No artigo 2.º do mesmo diploma verificamos que a atividade de proteção civil “é desenvolvida em todo o território nacional”. Verificamos ainda que “a atividade de proteção civil pode ser exercida fora do território nacional, em cooperação com Estados estrangeiros ou organizações internacionais de que Portugal seja parte”.

Os objetivos fundamentais de atuação da Proteção Civil, elencados no artigo 4º são, nomeadamente, a prevenção dos riscos coletivos na ocorrência de acidente grave ou de catástrofe, a atenuação dos riscos e a limitação dos efeitos caso um desses fenómenos ocorra, o socorro e assistência de pessoas e outros seres vivos em perigo, a proteção de bens e valores culturais, ambientais e de elevado interesse público e por último o objetivo de apoiar a reposição da normalidade da vida das pessoas afetadas por um desses eventos.

São agentes de proteção civil, no âmbito do artigo 46º, os Corpos de Bombeiros, as Forças de Segurança, as F.A, os órgãos da Autoridade Marítima Nacional, a Autoridade Nacional da Aviação Civil, o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), os sapadores florestais e ainda a Cruz Vermelha, que exerce, em cooperação com os demais agentes, e de acordo com o seu estatuto próprio, funções de proteção civil nos domínios da intervenção, apoio, socorro e assistência sanitária e social.

As F.A. colaboram, no âmbito das suas missões específicas, em funções de proteção civil (artigo 52.º, Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto). As FA promovem as ações de formação e instrução necessárias ao desempenho das suas funções no âmbito da proteção civil, com a

¹⁵ Internacionalmente ocorreram também acidentes graves que não são possíveis de acontecer a nível nacional. Acidentes que implicaram queda de aeronaves, ou acidentes nucleares, como o caso de Chernobyl em 1986, ou o caso da França, em 2008, nos reatores nucleares de Tricastin, explosões, como é exemplo a explosão da plataforma petrolífera Deepwater Horizon, nos Estados Unidos, em abril de 2010, acidentes em minas como aconteceu na mina San José, no Chile, em 2010, onde 33 mineiros ficaram soterrados por vários dias, entre outros tipos de acidentes que poderíamos continuar aqui a enumerar.

colaboração da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) ou de outras entidades e serviços funcionalmente relevantes, em termos a regulamentar por portaria do Ministro da Defesa Nacional (artigo 55.º, Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto). As forças e os militares são empregues sob a cadeia de comando das FA, sem prejuízo da necessária articulação com os comandos operacionais da estrutura de proteção civil (artigo 57.º, Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto).

O artigo 51.º do mesmo diploma prevê o auxílio externo, referindo no seu n.º 4 que “A Autoridade Nacional de Proteção Civil deve prever a constituição de equipas de resposta rápida modulares com graus de prontidão crescentes para efeitos de ativação, para atuação dentro e fora do país.”

O Decreto-Lei n.º 72/2013, de 31 de maio, a versão mais recente do Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho, surgiu com o intuito de criar o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS). O SIOPS é, de acordo com o mesmo diploma, “o conjunto de estruturas, normas e procedimentos que asseguram que todos os agentes de proteção civil atuam, no plano operacional, articuladamente sob um comando único, sem prejuízo da respetiva dependência hierárquica e funcional”, tendo sido criado com o objetivo de dar resposta a “situações de iminência ou de ocorrência de acidente grave ou catástrofe” (artigo 1.º, Decreto-Lei n.º 72/2013, de 31 de maio). No preâmbulo do mesmo documento constatamos que o SIOPS veio estabelecer um sistema de gestão de operações que define a organização dos teatros de operações e dos pontos de comando, de modo a clarificar competências e a consolidar a doutrina operacional.

No âmbito do artigo 2.º do diploma em questão, a coordenação institucional é assegurada, a nível nacional e distrital, pelos Centros de Coordenação Operacional (CCO), que por sua vez, têm como responsabilidade a gestão da participação operacional de cada força e/ou serviço no decorrer de operações de socorro. São os CCO os encarregues de assegurar a coordenação dos recursos e do apoio logístico no desenrolar das operações, recolher informação estratégica relevante, bem como difundir a mesma, que se revele fundamental ser difundida pelos vários agentes envolvidos na operação em questão, informar permanentemente a autoridade política e assegurar uma resposta adequada à situação, por parte do SIOPS.

A nível nacional temos o Centro de Coordenação Operacional Nacional (CCON). Este assegura a articulação de todas as entidades e instituições, de abrangência nacional, que são

imprescindíveis para fazer face a situações de emergência, acidentes graves e catástrofes.¹⁶ O CCON é coordenado pelo presidente da ANPC, podendo o mesmo fazer-se substituir pelo Comandante Operacional Nacional da ANPC (artigo 3.º, Decreto-Lei n.º 72/2013, de 31 de maio).

No âmbito distrital, à semelhança do que se verifica a nível nacional, existem os Centros de Coordenação Operacional Distrital (CCOD), que asseguram a articulação de todas as entidades, a nível de distrito, envolvidas em operações de emergência e socorro, catástrofes e acidentes graves.¹⁷ Os CCOD são coordenados pelos comandantes operacionais distritais da ANPC (artigo 4.º, Decreto-Lei n.º 72/2013, de 31 de maio).

De facto, a imprevisibilidade e força da natureza podem trazer, em determinadas situações, consequências graves e devastadoras para o Homem, no entanto, essas consequências podem ser ainda potenciadas com a obra do mesmo.¹⁸ Em Portugal, devemos estar preparados para estas situações, pois quando não existe uma atuação adequada a estas ocorrências, os efeitos prejudiciais podem ser agravados.

1.4. Ciberataques.

Com a evolução tecnológica que temos vivenciado nas últimas décadas, a estreita relação existente entre a nossa sociedade atual e a tecnologia, e a sua quase constante utilização no quotidiano das pessoas, revela pontos positivos mas também fragilidades que podem gerar situações menos benéficas. Tanto a nível pessoal como a nível institucional a tecnologia é uma realidade cada vez mais presente. Na generalidade das organizações a maioria dos procedimentos diários são realizados tendo por base algum tipo de tecnologia. As organizações utilizam os meios tecnológicos que têm à disposição de forma a tornar o seu trabalho mais eficiente e eficaz, a aproximar-se dos seus clientes, a poupar e a tornarem-se mais ágeis, em termos quer de tempo quer de meios materiais e humanos, a tornarem o seu trabalho diário mais fácil, entre outros proveitos que podem retirar do uso nas novas tecnologias. É raro, nos tempos que correm, encontrar uma organização que não se encontre no espaço cibernético, que não possua a sua base de dados, ou que não possua uma rede institucional, por exemplo. De facto, a implementação das tecnologias da informação no dia-

¹⁶ Integra representantes da ANPC, das FA, PSP, Guarda Nacional Republicana (GNR), INEM, Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), entre outras entidades, cujo seu empenhamento venha a revelar-se necessário.

¹⁷ Estes CCOD integram representantes das mesmas entidades que integram os Centros de Coordenação Operacional Nacional.

¹⁸ Quando o Homem faz construções megalómanas como barragens ou contribui excessivamente para alterações do meio ambiente, o que pode resultar em catástrofes naturais, ou não, e em acidentes com efeitos cada vez mais gravosos.

ad ia institucional poderá facilitar em alguns parâmetros laborais e organizacionais, porém, existem riscos que nem sempre conseguem ser de imediato percecionados. O mundo virtual pode trazer vários benefícios e facilidades, no entanto arrasta consigo inúmeros perigos, podendo conferir várias fragilidades às instituições que usufruem do ciberespaço. As instituições passam a estar expostas a perigos tais como ciberataques.

De facto, a evolução tecnológica abriu portas a novos crimes e formas novas e mais fáceis de se praticarem crimes. Com a capacidade de ocorrerem cada vez mais ataques cibernéticos, e cada vez mais sofisticados, a facilidade em se cometerem mais crimes, via internet, ou o facto de se poder executar ataques à distância contra alguém, que está do outro lado do planeta, entre outros, traz preocupações acrescidas para quem é responsável pela segurança, até porque neste campo, a pouca legislação ainda existente é frágil e não é uma tarefa fácil conseguir manter a segurança nos moldes que as tecnologias nos apresentam, sendo relativamente fácil cometer crimes, por vezes até inovadores, sendo difícil, na maioria das vezes a identificação dos autores, que têm à sua disposição um raio de ação global.

Importa definir alguns conceitos tais como cibercrime, ciberguerra, ciberterrorismo e cibersegurança. Existem muitos autores a defender várias definições, contudo todas elas acabam por ser idênticas nem termos de significado. Para Pereira (2015), o cibercrime, também designado como crime informático, é “ a atividade criminosa que utiliza meio informáticos”. Dentro do cibercrime podem-se incluir crimes desde o *download* de filmes até fraudes informáticas ou furtos de contas bancárias que se encontrem na rede informática, criação e proliferação de vírus, publicação de dados confidenciais, entre outros. Fazem ainda parte do cibercrime por exemplo portais informáticos onde é fomentado o tráfico de droga e armas.

Não havendo consolidada uma definição jurídica de cibercriminalidade, encontramos na Lei do Cibercrime (Lei n.º 109/2009, de 15 de setembro) os crimes que praticados através do uso de meios tecnológicos, são considerados cibercrimes, nomeadamente o crime de falsidade informática (art.º 3.º), o crime de dano relativo a programas ou outros dados informáticos (art.º 4.º), a sabotagem informática (art.º 5.º), interceção ilegítima (art.7.º), a reprodução ilegítima de programa protegido (art.º 8.º), ou todos os outros crimes que possam ser cometidos por meio de um sistema informático.

Mostra-se importante definir o conceito de ciberguerra. Citando Pereira (2015), a ciberguerra é relativa a “ atos de pirataria informática, politicamente motivados, que se destinam a realizar atos quer de sabotagem, quer de espionagem. É uma forma de guerra de

informação, mas que ultrapassa largamente os efeitos de uma guerra comum de informação, uma vez que os seus efeitos podem revelar-se devastadores”.

De acordo com Nunes (2004), o ciberterrorismo é “a utilização do ciberespaço para a condução de ações terroristas”. Para este autor, a utilização do ciberespaço “como vetor privilegiado de condução de ações terroristas tem obrigado os Estados a rever os fundamentos das suas estratégias de segurança e defesa” No seu artigo, Nunes (2004) refere que o *National Infrastructure Protection Center*, organismo responsável pela implementação dos mecanismos de proteção das infra-estruturas críticas governamentais dos EUA, define ciberterrorismo como “um ato criminoso perpetrado através de computadores que resulta em violência, morte ou destruição e que gera o terror, com o objetivo de coagir um governo a alterar as suas políticas”.

Os Estados podem ser alvos de ciberterrorismo, de espionagem, de grupos ativistas *hacker*, ou de atos de guerra. Embora à partida possam não parecer uma ameaça física, de facto estas potenciais ameaças, que partem de um campo virtual, poderão colocar em risco Estados bem como as suas populações.

Por mais que estes conceitos possam estar definidos, de facto, quando estamos perante um destes fenómenos, é difícil, na prática, de identificá-los de forma rápida e eficaz, de modo a atuar o mais célere possível, bem como tomar as medidas mais acertadas para o caso em concreto. Embora não existam dúvidas em classificar os fenómenos, mesmo que alguns dos conceitos não estejam legalmente definidos, quando estes ocorrem, existe uma grande dificuldade em determinar imediatamente a sua origem. Torna-se difícil apurar imediatamente se o ciberataque se trata de um ato de guerra, terrorista ou criminoso, bem como determinar se se trata de um ato perpetrado de um Estado contra um outro Estado, de um grupo contra um Estado ou organização, ou de um indivíduo contra um Estado ou instituição.

Por outro lado, surge-nos outro conceito, o de cibersegurança, que está relacionado diretamente com as tecnologias e com os mecanismos destinados à proteção de computadores, redes informáticas, bem como de tentativas de acesso indevidas e não autorizadas, de algumas vulnerabilidades existentes, e de ataques disseminados via *internet* através de criminosos informáticos (Pereira, 2015). A cibersegurança é algo de relevo que as pessoas e principalmente instituições devem dar primazia. É de tal ordem importante que até a NATO acabou por integrar nos seus planos de defesa a cibersegurança. De facto vários Estados criaram também unidades especializadas, integradas nas suas FA, que visam

combater a espionagem eletrônica, a sabotagem informática, bem como qualquer tipo de guerra de origem eletrônica. Se considerarmos o ciberespaço como “todo o espaço ou “território” que integra as redes eletrônicas ou de comunicação que constituem a infra-estrutura sobre a qual são criados, tratados, armazenados e distribuídos fluxos de informação, então a cibersegurança deve de igual modo ser entendida como a segurança deste mesmo espaço cibernético” (Caldas, 2011, pp.94).

Assim, com a forte utilização destas redes de comunicação e informação por parte das organizações, “a proteção das infra-estruturas críticas de informação, tornou-se não só uma necessidade como um imperativo.” (Caldas, 2011, pp.95). Quando falamos em ciberataques, devemos ter em consideração que estes são capazes, em alguns casos, de provocar consequências catastróficas para Estados e populações, por vezes tão ou mais gravosas que um outro ataque armado ou catástrofe natural. Um ataque cibernético a uma instituição como a PSP, ou outra força de segurança, pode ter consequências como falhas nas comunicações, dificultando a prossecução da sua missão, permitir acesso a informações confidenciais de alta importância, por parte de redes criminosas por exemplo, entre outras consequências. Um ataque deste cariz a uma entidade que presta socorro em situações de emergência, causando interferências nas comunicações, pode também provocar consequências gravosas no que respeita à proteção e socorro de pessoas numa situação de urgência. Desde ataques a infra-estruturas de fornecimento de água, energia, alimentação, comunicações, infra-estruturas ministeriais, e outras pertencentes ao governo, são apenas alguns exemplos de estruturas que, atacadas, poderiam ter um impacto negativo quer num Estado, quer na sociedade civil. Devemos portanto adotar medidas que reduzam a nossa vulnerabilidade e que criem proteções contra estes fenómenos que podem ocorrer e que são difíceis de evitar ou prever, mas que podem causar danos incalculáveis.

Perante o exposto, não existem dúvidas que na questão da ocorrência, cada vez mais provável, deste género de ataques, revela-se fulcral apostar na proteção de infra-estruturas críticas (Alberto, 2011). Alberto (2011) refere no seu artigo que, em 2005, a Comissão Europeia lançou o Programa Europeu para Proteção de Infra-Estruturas Críticas (PEPIC). O PEPIC acaba por abranger todas as ameaças, desde ameaças terroristas a catástrofes naturais. Este Programa Europeu tem como objetivo principal melhorar a proteção de infra-estruturas críticas na UE e é assegurado através da implementação de legislação a nível da Europa. Essa legislação assenta fundamentalmente num processo de identificação e designação de infra-estruturas críticas europeias, avaliando as suas necessidades de segurança, na

determinação de medidas que facilitem a aplicação do PEPIC, no apoio aos EM relativamente à segurança das infra-estruturas críticas e na implementação de medidas financeiras.¹⁹ Alberto (2011) menciona ainda que o PEPIC tem como objetivos a “identificação e classificação de infra-estruturas críticas, tendo em conta o impacto nas funções vitais da sociedade, caso a infra-estrutura seja atingida ou destruída, a identificação de interdependências geográficas e setoriais e ainda o objetivo de assegurar o planeamento de contingência para fazer face a estas ameaças”. Alberto (2011) afirma ainda que “a prossecução destes objetivos só pode ser concretizada através de uma forte cooperação entre o Estado e as empresas públicas e privadas responsáveis por estas infra-estruturas críticas” (Alberto, 2011, pp.14).

A cooperação entre Estados torna-se também importante no que respeita a esta matéria. A Diretiva n.º 1148/2016, de 6 de julho de 2016, apresentada pela Comissão Europeia enuncia as medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de segurança das redes e da informação em toda a UE. A Comissão Europeia tem como objetivos, no que concerne à matéria de cibersegurança, aumentar as capacidades de cibersegurança da União, Reforçar o seu papel nesse domínio e desenvolver políticas de cibersegurança nos países da UE de forma unificada²⁰. A *European Network and Information Security Agency* é, tal como nos indica a sua denominação, uma agência de segurança das redes e dos sistemas de informação da UE. É responsável por prestar apoio à UE e aos seus países relativamente à prevenção, deteção e resposta a incidentes de segurança da informação, dedicando-se ao desenvolvimento e implementação de medidas destinadas a garantir a segurança das redes e da informação na EU.²¹ Em termos de cooperação existe também a *Information Sharing and Analysis Center*, uma rede de cooperação entre grupos de interesse, transversal ao setor público e privado. Esta rede opera como uma plataforma destinada à partilha de informações sobre cibersegurança, versando sobre incidentes e vulnerabilidades, trocas de experiências, bem como a partilha de informações sobre políticas internas que contribuam para gerar uma cultura de cibersegurança nacional.²² De acordo com o Centro Nacional de Cibersegurança, a nível da NATO é referida também a cooperação entre países nesta matéria. Além de promover a sensibilização, formação e treino em ciberdefesa, os países aliados da NATO estão envolvidos na partilha de

¹⁹Fonte: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM%3A133260>. Consultado em 10 de fevereiro de 2018.

²⁰Fonte: <https://www.cncs.gov.pt/cooperacao/comissao-europeia/>. Consultado em 5 de fevereiro de 2018.

²¹Fonte: <https://www.cncs.gov.pt/cooperacao/enisa/>. Consultado em 5 de fevereiro de 2018.

²²Fonte: <https://www.cncs.gov.pt/cooperacao/isac/>. Consultado em 5 de fevereiro de 2018.

informação e assistência mútua na prevenção, mitigação e recuperação de ciberataques.²³ Por último podemos mencionar a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, uma organização que tem como objetivos principais a detecção precoce de ameaças à segurança, prevenção de conflitos, gestão de crises e reabilitação pós-conflito no espaço europeu, que aborda a segurança em três dimensões, nomeadamente, as dimensões político-militar, económica e ambiental, e humana.²⁴ Esta organização estabeleceu um conjunto de medidas que visam reduzir o risco de tensões entre Estados, resultantes do mau uso das Tecnologias da Informação e Comunicação.²⁵

Há que ter em conta que o uso de tecnologias para cometer cibercrimes, ciberguerras ou “a utilização do ciberespaço como vetor privilegiado de conduções de ações terroristas tem vindo a assumir uma importância crescente para as sociedades ocidentais, obrigando os Estados a rever os fundamentos das suas estratégias de segurança e defesa” (Nunes, 2004). É importante que exista cooperação entre Estados e, dentro dos Estados, cooperação do mesmo com as instituições públicas e privadas que o integram, uma vez que nos encontramos num mundo e numa sociedade cada vez mais globalizados e ligados em rede, o que nos torna de certo modo vulneráveis e mais suscetíveis de sofrermos um ciberataque, que poderá ter repercussões severas em alguns casos.

O compromisso de combate ao terrorismo em todas as suas manifestações, através do qual surge a Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo, assenta na concretização de cinco objetivos estratégicos, detetar, prevenir, proteger, perseguir e responder, já elencados anteriormente no presente trabalho. No âmbito do objetivo de proteger, a Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo prevê “implementar o Plano de Ação Nacional para a Proteção contra as Ciberameaças, integrado numa estratégia nacional de cibersegurança” e “avaliar as vulnerabilidades dos sistemas de informação críticos, e manter e acompanhar a adoção das medidas de correção face a ciberataques”.

A Estratégia Nacional de Segurança do Ciberespaço enuncia seis Eixos de intervenção²⁶, que determinam medidas e linhas de ação, destinadas a reforçar o potencial estratégico nacional no ciberespaço. No Eixo 1 (estrutura de segurança do ciberespaço) é importante referirmos a previsão da criação de um gabinete de gestão de crises no

²³ Fonte: <https://www.cncs.gov.pt/cooperacao/nato/>. Consultado em 5 de fevereiro de 2018

²⁴ Fonte: http://direitoshumanos.gddc.pt/2_2/IIPAG2_2_2.htm. Consultado em 5 de fevereiro de 2018

²⁵ Fonte: <https://www.cncs.gov.pt/cooperacao/osce/>. Consultado em 5 de fevereiro de 2018

²⁶ O eixo 1 é referente à “estrutura de segurança do ciberespaço”, o eixo 2 ao “combate ao cibercrime”, o eixo 3 à “proteção do ciberespaço e das infraestruturas”, o eixo 4 à “educação, sensibilização e prevenção”, o eixo 5 à “investigação e desenvolvimento”, e o eixo 6 à “cooperação”.

ciberespaço, “que se insira numa abordagem integrada na resposta às ameaças e riscos num efetivo sistema nacional de gestão de crises e que integre atores relevantes neste domínio”.

Como resposta a incidentes e ao combate do cibercrime enunciados no Eixo 2 da Estratégia Nacional de Segurança do Ciberespaço, o Decreto-lei n.º 81/2016, de 28 de novembro, menciona a necessidade da Polícia Judiciária “reforçar o ajustamento com as estruturas europeias e internacionais de informação e contrainformação criminal”. É portanto inadiável a implementação de uma unidade operacional especializada na Polícia Judiciária, que permita alcançar a necessária respostas estrutural, preventiva e repressiva ao fenómeno do cibercrime e do ciberterrorismo, tal como menciona o mesmo Decreto-lei. Cria-se assim a Unidade Nacional de Combate ao Cibercrime e à Criminalidade Tecnológica (UNC3T), que tem como competências a prevenção, deteção, investigação criminal e coadjuvação das autoridades judiciais relativamente aos crimes previstos na Lei do Cibercrime, anteriormente elencados, dos crimes praticados com recurso ou por meio de tecnologias ou de meios informáticos, previstos na Lei de Proteção de Dados Pessoais e no Código dos Direitos Conexos, incluindo a interferência e desbloqueio de formas de proteção tecnológica de bens e serviços, de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, de crimes de devassa, sempre que praticados por meio ou através de sistema informático, de burla informática e nas comunicações, crimes relativos à interferência e manipulação ilegítima de meios de pagamento eletrónico e virtuais e crimes de espionagem quando cometidos na forma de um programa informático concebido para executar ações nocivas que constituam uma ameaça avançada e permanente (art.º 9.º-A).

Capítulo II. A Polícia em Cenários de Crise

1. Do Planeamento – Abordagem Conceptual.

Importa, primeiramente, esclarecer a diferença entre aquilo que é um planeamento e aquilo que é um plano.

O planeamento é um “processo de orientação da ação para determinados fins”, consiste em “prever, com maior margem de certeza, os acontecimentos futuros e predeterminar ações que deverão ser desencadeadas em função das previsões que se alcançaram”. O planeamento tem como função “regular ou controlar a atividade dos indivíduos e dos grupos, de modo que os efeitos negativos que possam surgir se reduzam ao mínimo, e estimular um melhor rendimento, de acordo com um conjunto amplo de fins e objetivos mais específicos, que se tenham estabelecido no plano” (INFOPÉDIA. Dicionários Porto Editora, 2017).

De acordo com Wilson (1973), o planeamento é o processo de desenvolvimento de um método ou procedimento, que pretende facilitar a realização de um objetivo definido. Wilson refere ainda que encontramos uma grande variedade de planos, desde planos aplicados na arquitetura, a planos militares por exemplo.

Numa visão mais militarizada, planear é o “processo pelo qual o comandante visualiza um resultado final, transmite um método eficaz para o atingir, e comunica a sua visão, intenção e decisões. O resultado do planeamento é um plano ou uma ordem que atribui tarefas aos subordinados, que orienta a preparação de atividades, que permite atribuir ou reatribuir recursos e que estabelece a fita do tempo e as condições para a sua execução” (Manual do Processo de Decisão Militar, 2006, pp.2).

A *Nova Enciclopédia Larousse* (1994) define “plano” como a ação de planear, remetendo ainda para o conceito de planificação, definindo-o como o ato de planificar, sendo este último o ato de se organizar, de se reger, segundo um plano, o desenvolvimento de alguma coisa.

Um plano pode, ainda, ser definido como “um conjunto contínuo de ações que evoluem num determinado enquadramento de ações antecipadas para maximizar oportunidades” (Manual do Processo de Decisão Militar, 2006, pp.2).

O planeamento é, portanto, o ato de planear, de criar um plano que possibilite alcançar um certo propósito, é o ato de prever, antecipar algo que ainda não aconteceu, é preparar-se para fazer algo de forma organizada. Por outro lado, o plano é o que resulta do planeamento, é o documento físico que formaliza o registo de decisões do planeamento, apresenta de forma

sistematizada e justificada as decisões tomadas no planeamento, é o produto do planeamento (Marcondes, 2016). O planeamento “não tem um fim em si mesmo, é um meio para atingir o sucesso na execução da operação através de um plano eficaz.” (Manual do Processo de Decisão Militar, 2006, pp.3).

Podemos optar pela elaboração de um planeamento por várias ordens de razão, ou porque os recursos são escassos e é preciso utilizá-los de forma eficaz, ou porque é necessário intervir nas causas dos problemas, para prevenir o seu reaparecimento no futuro, ou porque não é possível resolver simultaneamente todos os problemas e há que definir prioridades, tal como podemos constatar na definição apresentada pela Infopédia, Dicionários da Porto Editora (2017). A mesma fonte refere ainda de relevante que todo o planeamento segue um processo sequencial de fases.²⁷

A existência de um plano numa instituição como a PSP visa satisfazer imensos propósitos. Ajuda na implementação e esclarecimento de políticas, definindo de forma mais precisa o objetivo a ser atingido, delineando o que deve ser feito para o alcançar, funciona como um guia, ou como uma referência, quer no treino, quer na própria execução, simplificando a direção que os membros de um grupo ou equipa devem tomar, auxiliando na coordenação e na definição de responsabilidades de cada elemento. O planeamento faz também com que se dê uma atenção permanente à melhoria de práticas e procedimentos, permite um controlo dos procedimentos realizados e ainda permite uma rentabilização dos recursos da organização que são utilizados no cumprimento de um objetivo (Wilson, 1973).

Santos (2011) refere que o planeamento poderá surgir em detrimento de uma tentativa de síntese e coordenação de todos os recursos disponíveis, como recursos humanos, recursos naturais e recursos financeiros, de uma comunidade, tendo como fim último alcançar objetivos específicos no período de tempo mais curto, e com o mínimo de custos.

A palavra “emergência” poderá ser aplicada em várias situações diferentes, em vários campos, quer científicos quer mais em situações do quotidiano, porém existe sempre algo em comum. O conceito de emergência, no contexto, que nos interessa referir, poderá ser definido como um “acontecimento inesperado, ou de gravidade excecional, que requer uma reação imediata ou urgente” (INFOPÉDIA. Dicionários Porto Editora, 2017). Uma emergência implica o surgimento de algo, é um acontecimento. Esse acontecimento é

²⁷ Essas fases são nomeadamente a identificação do problema, formulação dos objetivos gerais e específicos, identificação dos possíveis condicionalismos, prospeção da situação futura, formulação e avaliação de ações futuras e a elaboração de um plano preferencial, que poderá incluir as políticas ou estratégias a seguir, bem como o plano definitivo.

caracterizada por algo repentino e imprevisto, apresentando um caráter crítico e perigoso (Giglio-Jacquemot, 2005).

De acordo com Ferreira (2007), um Plano de Emergência “é um documento que deverá descrever todas as possíveis situações de emergência que requerem uma atuação imediata e organizada de um grupo de pessoas com formação e informação específica para o efeito”. Esses planos deverão portanto ser alvo de permanente atualização e revisão periódica, bem como serem divulgados aos colaboradores da organização cujo plano abrange.

Para a ANPC os planos de emergência são documentos desenvolvidos com “o intuito de organizar, orientar, facilitar, agilizar e uniformizar as ações necessárias à resposta, devendo ser simples, flexíveis, dinâmicos, precisos e adequados às características locais”. Esses planos devem “antecipar os cenários suscetíveis de desencadear um acidente grave ou catástrofe, definindo a estrutura organizacional e os procedimentos para preparação e aumento da capacidade de resposta à emergência”.²⁸

Para a mesma entidade, os Planos de Emergência de Proteção Civil “são documentos formais nos quais as autoridades de Proteção Civil, nos seus diversos níveis, definem as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil imprescindíveis à resposta e à reposição da normalidade, de forma a minimizar os efeitos de um acidente grave ou catástrofe sobre as vidas, a economia, o património e o ambiente”.²⁹ São elaborados de acordo com a Resolução n.º 25/2008, de 18 de julho e estabelecem a tipificação dos riscos, as medidas de prevenção a adotar, a identificação dos meios e recursos mobilizáveis, em situação de acidente grave ou catástrofe, definem os critérios de mobilização e os mecanismos de coordenação dos meios e recursos, públicos ou privados, utilizáveis, estabelecem a estrutura operacional que garante a unidade de direção e o controlo permanente da situação e definem ainda as responsabilidades concernentes aos organismos, serviços e estruturas públicas ou privadas, com competências no domínio da atividade de proteção civil.³⁰

Existem vários Planos de Emergência de Proteção Civil. Quanto à finalidade, podemos encontrar Planos Gerais, se têm o objetivo de fazer face à generalidade das emergências, ou Planos Especiais, se têm como finalidade de serem aplicados na ocorrência de acidentes graves e catástrofes específicas. Relativamente ao âmbito de aplicação, de acordo com a extensão territorial, temos Planos Nacionais, Regionais, Distritais, Municipais,

²⁸ Fonte: <http://planos.prociv.pt/Pages/PlanosEmergencia.aspx>. Consultado em 8 de fevereiro de 2018.

²⁹ Fonte: <http://planos.prociv.pt/Pages/PlanosEmergencia.aspx>. Consultado em 8 de fevereiro de 2018.

³⁰ Fonte: <http://planos.prociv.pt/Pages/PlanosEmergencia.aspx>. Consultado em 8 de fevereiro de 2018.

Supra-Municipais, quando estão envolvidos mais que um município do mesmo distrito, ou Supra-Distritais, quando estão em causa mais que um distrito.³¹

O Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil (PNEPC) é um instrumento de suporte às operações de proteção civil em caso de ocorrência ou na iminência de um acidente grave ou catástrofe em Portugal. Visa possibilitar a unidade de direção das ações a desenvolver, a coordenação técnica e operacional dos meios a empenhar e a adequação das medidas de caráter excecional a adotar. O PNEPC é um plano geral, com um âmbito de aplicação territorial a todo o território continental. O seu diretor é o Primeiro-Ministro, podendo este ser substituído, nas suas ausências, pelo Ministro da Administração Interna. Compete ao diretor assegurar a direção, coordenação e controlo do PNEPC e das medidas excecionais de emergência. O PNEPC acaba por se articular diretamente com os Planos Regionais e Distritais de Emergência, e indiretamente com os Planos Municipais Emergência de Proteção Civil. É ativado mediante decisão da Comissão Nacional de Proteção Civil (art.º 36.º, n.º3 alínea a), Lei de Bases da Proteção Civil), ou na emissão de declaração, pelo Governo, da situação de calamidade (art.º 22.º, n.º 2, alínea b), Lei de Bases da Proteção Civil), nos casos de ocorrência ou iminência de ocorrência de acidente grave ou catástrofe cujas consequências esperadas apresentem gravidade de grandes dimensões e que exijam o acionamento de meios públicos e privados adicionais, sendo declarada a sua desativação, também pela Comissão Nacional de Proteção Civil, quando está assegurada a reposição da normalidade.

O PNEPC destina-se a coordenar a resposta às situações previstas na Lei de Bases da Proteção Civil e no SIOPS, nomeadamente algumas situações que se destacam pela sua particular incidência ou pela potencial gravidade das suas consequências.³² O Plano constitui-se como uma “plataforma preparada para responder, de forma organizada, a situações de acidente grave ou catástrofe, definindo estruturas de coordenação, direção, comando, e controlo, regulando a forma como é assegurada a coordenação institucional e a articulação e intervenção das organizações integrantes do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro e de outras entidades públicas ou privadas a envolver nas operações”.

³¹ Fonte: <http://planos.prociv.pt/Pages/PlanosEmergencia.aspx>. Consultado em 8 de fevereiro de 2018

³² Situações como incêndios florestais, incêndios urbanos, cheias e inundações, sismos, tsunamis, rutura de barragens, ondas de calor e vagas de frio, secas, acidentes graves de tráfego, respetivamente acidentes ferroviários, aéreos, marítimos e fluviais, nevões, destruição de praias e sistemas dunares, acidentes industriais, transporte de matérias perigosas por estrada, caminho-de-ferro e conduta, deslizamentos de vertentes, galgamentos costeiros, erosão costeira, colapso de estruturas e edifícios, ciclones e ventos fortes e incidentes envolvendo agentes nucleares, radiológicos, biológicos e químicos (NRBQ).

De acordo com o PNEPC, no que respeita à missão dos agentes de proteção civil, os mesmos desempenham funções de intervenção, reforço, apoio e assistência, durante a fase de emergência tal como na fase de reabilitação. No que concerne especificamente à PSP, enquanto agente de proteção civil, encontra-se na Tabela V as suas competências, nessas duas fases.

O mesmo Plano menciona ainda que a PSP é também uma das entidades interveniente, que sob coordenação do Centro de Coordenação Operacional Nacional, fornece apoio logístico às Forças de Intervenção. Sob a coordenação da Autoridade Nacional de Comunicações a PSP é também mais uma das entidades intervenientes nessa área. Intervém ainda na Manutenção da Ordem Pública, podendo ser a entidade coordenadora, no que concerne à conduta operacional, mediante o espaço de jurisdição da emergência em causa, a PSP, GNR ou a Direção-Geral da Autoridade Marítima - Polícia Marítima (DGAM/PM). Intercede também na emergência médica, sob a coordenação do INEM. De acordo com a área de jurisdição, a PSP atua também nos procedimentos de evacuação, sob coordenação do INEM e do Instituto da Segurança Social, presta auxílio relativamente ao fornecimento de apoio psicológico, sob coordenação da ANPC, a PSP apoia nos procedimentos de socorro e salvamento e sob coordenação do Ministério Público, coadjuvado técnica e operacionalmente pelo Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, presta apoio relativos aos serviços mortuários.

1.1. Dos Planos de Emergência na PSP.

Tal como consta na obra de Orando Wilson (1973), *Police Planning*, que se verifica ainda atual nos nossos dias, os planos em organizações como a PSP podem ser classificados quanto à sua natureza de várias maneiras. Podemos encontrar planos procedimentais, táticos, operacionais, planos de cariz extra-departamental e ainda planos de gestão de meios (materiais e de pessoal). Os planos procedimentais incluem todos os procedimentos que foram delineados e adotados oficialmente como o método padrão de ação a ser seguido por todos os membros que fazem parte de determinado departamento. Estes planos constituem os procedimentos padrão de um departamento ou unidade em concreto. Os planos táticos também afetam todos os membros da força de segurança, no entanto são restritos a métodos que deverão ser tomados em determinado local e em circunstâncias específicas. É um tipo de plano desenhado para ser aplicado em certas situações, tendo procedimentos igualmente específicos. Os planos operacionais incluem os programas de trabalho nas várias áreas de

atuação da instituição, de fora a clarear a definição.³³ Neste tipo de planos deve ser designados, para cada ramo de serviço, os Homens e equipamentos a serem empenhados. Relativamente aos planos extra-departamentais, são todos aqueles que exigem uma ação ou assistência de pessoas ou entidades externas à instituição.³⁴ No que concerne aos planos de gestão de meios, os mesmos tratam de assuntos relativos ao equipamento e ao pessoal e ao que é indispensável para a execução do trabalho.³⁵

O objetivo estratégico dos planos de contingência é, de acordo com o *The IPO Security Model*, contrariar ameaças emergentes e responder ao surgimento de situações inesperadas.³⁶ Estes planos deverão dar respostas a emergências que surjam. O mesmo modelo de segurança anteriormente referenciado indica-nos que existem princípios básicos que devem ser incorporados num planeamento de emergência. Um dos princípios é a gestão combinada e coordenada, ou seja, devem incluir várias instituições como a PSP, autoridades de saúde, bombeiros, organizações do setor privado, entre outras, definindo-se na fase de planeamento deveres e responsabilidades específicas de cada possível interveniente, bem como os procedimentos correspondentes a cada entidade que poderá intervir, devendo estar estes disponíveis a todos os que participam e claros. Sempre que possível, os planeamentos de emergência deverão conter os planos de emergência das autoridades locais. Outro princípio é a avaliação, devendo constar as características do cenário que o plano prevê ocorrer, os itinerários de emergência, identificação de itinerários de emergência, identificação de pontos de paragem de veículos de socorro e viaturas de emergência médica, localização de hospitais, disponibilidade e localização de equipamentos de emergência, entre outros aspetos relevantes. A existência de respostas é outro princípio básico. Deverão existir nos planos de contingência um conjunto de cenários e alternativas para lidar com questões específicas. As respostas deverão ser flexíveis e variar de acordo com os efeitos da crise. O último princípio básico apresentado é a existência de formação e treino. É fundamental testar a eficácia dos planos e competência de todas as entidades envolvidas no cenário previsto. (*The IPO Security Model*, 2007, pp.52-53).

³³ São exemplos de planos operacionais aqueles que definem os fins de quem faz patrulha, ou investigação criminal, ou apenas sobre o tráfico, ou controlo do crime juvenil, entre outras.

³⁴ São exemplos deste tipo de planos os que preveem uma preparação para a ocorrência de desastres, ou planos de defesa civil.

³⁵ São estes os planos que incluem o tratamento de questões como compras de material, recrutamento de pessoas, questões disciplinares, ou de promoção de pessoal, entre outras.

³⁶ São utilizados para responder a situações como “incêndios, explosões, terrorismo, ataques NRBQ, ataques suicidas, falhas estruturais, tumultos, falhas de energia, falhas de equipamentos de segurança”, entre outros.

Ao longo da nossa investigação deparámo-nos com a inexistência de verdadeiros planos de contingência ou planos de emergência na PSP. A nível nacional, existem sim planos de segurança às instalações policiais, existindo uma NEP que define o que deve constar nesses mesmos planos. Contudo, não encontrámos planos de contingência ou outros planos que se possam enquadrar neste tipo de matéria. A PSP inspira-se também de certa forma em alguns procedimentos indicados pela ANPC no que respeita à elaboração de planos de emergência, tentando aplicar alguns desses procedimentos na elaboração dos seus planos de segurança às instalações.

No *Manual de Boas Práticas Parte III – Segurança Física*, do Gabinete Nacional de Segurança, são enunciadas medidas que devem ser tomadas e que devem ser consideradas nos planos de segurança às instalações no geral e que podem ser aplicados nos planos de segurança às instalações da PSP. Essas medidas constam organizadas na Tabela VII de forma mais detalhada.

Fazendo uma abordagem à cibersegurança, no mesmo manual, o Gabinete Nacional de Segurança disponibiliza informação acerca da realização de planos de segurança que pode ser aplicada a todas as instituições que manuseiam informações classificadas³⁷, inclusive à PSP. Nesses planos surgem medidas de segurança física que “visam garantir que as ações sobre a informação sensível são, por um lado, efetuadas por pessoas autorizadas, responsáveis e que têm necessidade de conhecer e, por outro, são apoiadas por redes e sistemas de informação com o grau de disponibilidade, integridade, confidencialidade, autenticidade e não-repúdio necessários” negando ou dificultando a entrada fraudulenta ou forçada de pessoas desconhecidas, assegurando que os dados pessoais são manuseados e armazenados de forma correta, segregando o acesso aos dados com base na necessidade de conhecer por parte de quem quer aceder à informação, dissuadindo, impedindo e detetando ações não autorizadas e detetando e reagindo rapidamente a quebras de segurança. (Manual

³⁷ O SEGNAC 1 contém instruções, normas e princípios básicos a serem seguidos de modo a garantir-se a segurança de matérias classificadas de âmbito governamental.

O SEGNAC 2 define princípios e normas aplicáveis em matéria de segurança na atividade industrial, tecnológica e de investigação, quando está em causa a salvaguarda de interesses nacionais, de países aliados e de organizações ou alianças de países de que Portugal faça parte e se justifique a sua aplicação.

O SEGNAC 3 define instruções, normas e princípios básicos, destinados a garantir a segurança das matérias classificadas no âmbito dos organismos do Estado, quando transmitidas por meios elétricos e eletrónicos, excluindo-se daqueles organismos as Forças Armadas.

O SEGNAC 4 visa garantir que o tratamento de dados e programas estejam em conformidade com a classificação de segurança dos documentos que lhes deram origem e visa responsabilizar os diretores dos estabelecimentos, empresas, organismos ou serviços pela proteção de dados e programas, instalações, material informático, do pessoal, das comunicações e outras atividades contra quebras de segurança.

de Boas Práticas, 2018, pp.3). Encontram-se na Tabela VIII algumas medidas de segurança eletrônica, de forma mais discriminada, e que podem ser aplicadas à PSP.

1.2. Do Comando e Controlo.

Como já vimos anteriormente, a PSP é uma Força de Segurança sujeita a uma hierarquia de comando. O comando e controlo são dois conceitos que se complementam e estão muito inerentes ao meio militar, e consequentemente ao meio das Forças de Segurança ou outras forças que, pelas funções que desempenham possuam determinadas semelhanças entre si, inclusive a necessidade da existência de uma cadeia de comando.

Existe mais que uma aceção concetual para os termos de comando e controlo, porém, da abordagem conceptual que nos interessa, “comando” pode ser definido como “a autoridade que um comandante das forças armadas (ou forças de segurança) legalmente exerce sobre os subordinados em virtude da sua posição ou designação” (*Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms*, 2010, pp.40). O comando e controlo pode ser definido como “o exercício da autoridade e direção por um comandante designado sobre as forças designadas no cumprimento de determinada missão” (*Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms*, 2010, pp.40). Já o sistema de comando e controlo são “ as instalações, equipamentos, comunicações, procedimentos e pessoal, essenciais para um comandante planear, dirigir e controlar as operações das forças designadas de acordo com as missões atribuídas” (*Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms*, 2010, pp.40).

O planeamento é um elemento fulcral no que respeita ao Comando e Controlo. Para que as operações policiais, principalmente em operações como a gestão de ITP's, entre outras, que possuem um elevado nível de exigência na sua prossecução e resolução, cumpram o seu objetivo, é imprescindível que as mesmas sejam devidamente enquadradas e comandadas. Em matéria de gestão de incidentes torna-se então importante tecer algumas considerações quanto aos níveis de comando e controlo. Existe na PSP doutrina relativamente a este assunto. Uma NEP define os diversos níveis de comando e as responsabilidades e competências que lhes são inerentes. Esse documento aplica-se a todas as ações policiais, quer sejam ocorrências de rotina, de incidentes de segurança ou operações planeadas. Essa NEP define “comando” como “o exercício da autoridade, por parte de um comandante, para ordenar, dirigir, coordenar e controlar as ações dos polícias pertencentes às unidades e subunidades sob a sua responsabilidade hierárquica”. Por “controlo” é definido

o “processo que permite a um comandante, ou superior hierárquico, assistido pela sua estrutura de Comando e Controlo, supervisionar, monitorizar e avaliar as atividades desenvolvidas por polícias pertencentes às unidades e subunidades sob sua responsabilidade hierárquica, ou outras forças atribuída, garantindo o correto cumprimento das ordens, instruções e diretivas”.

Na mesma NEP, sobre Comando e Controlo, menciona que na PSP são definidos três níveis de comando, que iremos de seguida abordar, e são eles o nível Estratégico, Operacional e Tático. Por analogia, podemos determinar que, existindo esses três níveis de comando, então, na PSP teremos também três níveis de planos na nossa instituição, cada um deles produzido ao nível de comando a que corresponde, existindo portanto planos Estratégicos, Operacionais e táticos.

A nível militar, encontramos também planeamentos de nível tático e planeamentos de nível operacional. “Apesar de não existirem limites claros entre os níveis da guerra, estes estão classificados em estratégico, operacional e tático.” Os dois últimos “complementam-se mas têm diferentes finalidades” (Manual do Processo de Decisão Militar, 2006, pp.13). O nível operacional “focaliza-se no desenvolvimento de planos para campanhas e operações de grande envergadura, utilizando como ferramenta a arte operacional.” (Manual do Processo de Decisão Militar, 2006, pp.13). Os planos correspondentes a este nível “estabelecem a ligação entre os objetivos estratégicos e a aplicação de forças militares.” O planeamento tático “gravita em torno de batalhas e empenhamentos, conduzidos para alcançar os objetivos atribuídos às unidades táticas. (...) Os horizontes de planeamento são relativamente reduzidos”. (Manual do Processo de Decisão Militar, 2006, pp.14).

1.2.1. Do Comando Estratégico.

Numa das possíveis definições existentes de estratégia, podemos verificar que a mesma é “a ciência-arte que trata da preparação e utilização da coação para, apesar da hostilidade dos opositores, atingir os objetivos fixados pela entidade política” (Barrento, 2010, pp. 110).

O nível Estratégico coincide com a Direção Nacional da PSP. Citando a NEP elencada no ponto anterior, daquilo que lhe compete, é relevante elencar algumas das suas competências, nomeadamente, a competência de manter a ligação com a tutela política, manter a ligação com o nível operacional de comando, bem como assegurar o seu alinhamento com a estratégia definida, acionar recursos externos que se verifiquem

necessários para o desenrolar da operação, definir de forma clara os objetivos orientadores de cada operação, autorizar a intervenção planeada em ITP's e definir os pressupostos genéricos que justificam a intervenção de emergência nesses incidentes, assegurar o alinhamento das ações policiais com as linhas estratégicas orientadoras definidas, tomar conhecimento das decisões táticas, assegurar o registo do processo conducente a uma decisão e dos pressupostos das decisões estratégicas e das ordens emitidas, aprovar a política e orientações da comunicação institucional para o evento que está em causa, e assegurar a realização de um *debriefing* com os comandantes dos restantes níveis de comando.

Por analogia, como referimos anteriormente, temos portanto planos Estratégicos, que são planeados a nível da Direção Nacional da PSP e da tutela. São planos projetados de modo a atingir algum objetivo, ou a possuir um alcance a nível nacional, de toda a instituição.

1.2.2. Comando Operacional.

Uma definição exequível daquilo que será a arte operacional é “a abordagem cognitiva de comandantes e equipas, apoiada pela sua habilidade, experiência, criatividade e julgamento, para desenvolver estratégias e operações para organizar e empregar forças militares integrando fins, maneiras e meios” (DOD Dictionary of Military and Associated Terms, 2018, pp.172).

Ao comandante Operacional, ainda citando a mesma NEP, compete-lhe manter a ligação com o nível estratégico e com o nível tático de comando, definir de forma clara os objetivos operacionais orientadores de cada operação, que concretizem os objetivos estratégicos definidos, emitir as ordens ao comandante tático, assegurar o acompanhamento permanente das forças sob seu controlo operacional, transmitir a ordem que autoriza a intervenção planeada em ITP's, assegurar que as táticas utilizadas pelo comandante tático estão de acordo e alinhados com os objetivos estratégicos e operacionais, assegurar que as táticas e equipamentos utilizados pelo comandante tático são proporcionais aos graus de ameaça verificados na ocorrência policial, assegurar o registo do racional e dos pressupostos das decisões operacionais e das ordens emitidas e ainda propor ao nível estratégico o formato e o momento dos contactos a estabelecer com os órgãos de comunicação social, relacionados com o evento em questão. O comando de nível Operacional pode ainda, excecionalmente e com autorização do comando Estratégico, na resposta a incidentes inopinados, assumir o comando Tático, fundindo-se os dois níveis de comando.

Por analogia, encontramos na PSP também planos Operacionais, que são desenhados a nível dos Comandos Metropolitanos, Comandos Distritais e Comandos Regionais. Esses planos irão incidir ao nível dos Comandos policiais, sendo mais restritivos que o anterior.

1.2.3. Do Comando Tático.

A tática, entre muitas definições, pode ser considerada como “ o emprego e arranjo ordenado de forças em relação a outras” (DOD Dictionary of Military and Associated Terms, 2018, pp.227).

O comandante Tático tem como competências, de acordo ainda com a mesma NEP, manter a ligação com o nível operacional de comando, executar a ordem da intervenção planeada num ITP decidindo qual o momento para o fazer, e emitir a ordem de intervenção de emergência em ITP's quando indubitavelmente estiverem iminentes ou em curso agressões que façam perigar a vida de terceiros, ou se os suspeitos tentarem fugir do local, informar o nível operacional de comando de todas as ações policiais e intervenções a executar, emitir as ordens de execução aos recursos policiais que se encontrem no local da operação, assegurar o registo do processo conducente a uma decisão e dos pressupostos das decisões táticas e das ordens emitidas, garantir a unidade de comando e que todos os comandantes das subunidades e valências presentes no local estão sob a sua autoridade, assegurar que é montado e ativado no local um posto de comando tático nas situações que assim o exijam e quando isso ocorrer, permanecer no posto de comando tático no local e assegurar que os restantes comandantes e responsáveis pelas valências presentes no local também o fazem, implementar os protocolos operacionais definidos, e ainda certificar-se que as táticas e equipamentos utilizados pelos policias das subunidades operacionais são proporcionais aos graus de ameaça verificados na ocorrência.

Tal como os níveis de comando anteriores, por analogia podemos afirmar que na PSP existem também planos Táticos, que são gerados ao nível das Divisões policiais e das esquadras. Esses planos serão aplicados a um nível ainda mais restrito que os anteriores, nomeadamente ao nível das Divisões e Esquadras policiais. Não raras vezes são planos que ajudam a cumprir objetivos definidos nos planos dos níveis estratégicos e operacionais.

2. A Capacidade de Atuação da PSP em Cenários de Contingência:

Prevenção e Reação.

Até ao momento conseguimos entender que numa situação de crise revela-se fulcral uma atuação rápida, eficaz e sobretudo preparada. Além da existência de meios adequados,

é importante a existência de planeamento. Por detrás de um bom planeamento deverão existir meios preparados para atuar em determinados tipos de situações de contingência, assim como uma formação contínua daqueles que, na ocorrência de uma dessas situações, irão intervir na linha da frente. Nesses planeamentos deverão constar cada tipo de situação, passível de ocorrer, e quais os passos gerais a seguir. Deverão estar descritas linhas orientadoras do que cada elemento deverá cumprir, quer a nível de comando e direção, quer a nível de quem executa as tarefas no terreno. Este último aspeto é também muito importante para o sucesso das operações, principalmente nas que envolvem situações urgentes. Planeamento, meios materiais adequados e suficientes e recursos humanos com formação e informação, treinados, aliados a uma coordenação e comando bem estruturados e definidos, são meio caminho andado para que uma situação de crise seja resolvida com sucesso, da forma mais eficaz e eficiente, até porque numa ocorrência desse cariz, quanto mais rápida e assertiva for a intervenção, melhores serão os resultados e mais reduzidas serão as consequências e o impacto da mesma.

De seguida procederemos à exposição e análise do que existe na PSP a nível de planeamento operacional, da formação dos polícias, bem como dos equipamentos e dos meios humanos, destinados à atuação em ocorrências com um perfil extraordinário, que saem fora dos moldes que fazem parte da rotina, ocorrências com índole urgente, que implicam grande concentração de meios, num curto espaço de tempo. Só após esta exposição e avaliação estaremos mais aptos para concluir o nível de preparação da nossa polícia para atuar nestes cenários críticos, assim como a preparar para propor algumas alterações tendo em vista a melhoria da atuação da nossa organização neste tipo de situações.

2.1. Formação e Treino dos Polícias.

A formação é importante a todos os níveis. A formação inicial é importante pois é aquela que nos deixa aptos para a nossa função profissional, que nos fornece as ferramentas básicas e essenciais. Todavia, embora seja a formação inicial fundamental, não deverá ser a única ao longo de uma carreira, principalmente numa carreira como a policial, em que o polícia deverá sempre fazer uma manutenção dos seus conhecimentos práticos e teóricos, táticos e técnicos, dada a especificidade da função, quer porque, por exemplo, a legislação vai sofrendo alterações, ou porque a realidade está em constante mudança, quer porque a nível prático há que existir treino, como é o caso do manuseamento de armas, entre outras situações que poderíamos aqui elencar. É portanto importante a existência de uma formação

contínua. Além destes aspetos, de facto, ao obterem novos conhecimentos, técnicas e uma maior preparação para o desempenho no trabalho diário, o indivíduo vai ter um nível de confiança maior e adotar um ponto de vista mais positivo em todos os momentos, podendo desta forma, a capacitação do pessoal, melhorar as habilidades dos funcionários para a comunicação e liderança, o que os colocará em melhores posições de trabalho.³⁸ Mais formação leva a uma maior confiança e à vontade do polícia para desempenhar as suas funções, o que consequentemente leva a um melhor e mais adequado serviço prestado por ele.

Iremos primeiramente analisar o tipo de formação inicial ministrada nos estabelecimentos de ensino policiais, nomeadamente no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), na Escola Prática de Polícia (EPP), e na Unidade Especial de Polícia (UEP), nos cursos que cada uma das unidades fornece, bem como a formação fornecida pelas mesmas ao longo da carreira dos polícias.

A EPP é o estabelecimento de ensino policial responsável pela formação base dos agentes que são integrados nas fileiras da PSP após realização do Curso de Formação de Agentes com aproveitamento. É a “casa mãe” daqueles que intervêm em primeira linha, fornecendo-lhes a formação que lhes é essencial para o desempenho diário da missão que lhes é conferida. Mas que tipo de formação adquirem os agentes ao longo do Curso de Formação de Agentes, no que respeita às dimensões de crise que temos vindo a abordar ao longo do presente trabalho?

A matéria relativa a ITP's é abordada na área curricular das “Táticas das Forças de Segurança”. Neste âmbito, é lecionada a doutrina policial existente nesta matéria, nomeadamente a Norma de Execução Permanente que referimos no primeiro capítulo do presente trabalho, quando abordamos o tema dos ITP's. Dado que são os agentes os primeiros a chegar ao local, possuindo um papel muito importante, uma vez que se os procedimentos iniciais forem executados da forma mais acertada são os primeiros passos para o bom desenrolar dos procedimentos seguintes que levarão à resolução do incidente, da NEP relativa à Gestão de Incidentes Tático-Policiais mais especificamente no que concerne às primeiras duas fases de atuação que incumbe aos agentes de primeira linha executar. É também ministrado mais pormenorizadamente o anexo E do mesmo documento, relativo ao Atirador Ativo.

³⁸ Fonte: (OLIVERAS ENRIC-FRANCESC. Em: <http://blog.grupo-pya.com/pt-br/importancia-da-formacao-profissional/>. Consultado em março de 2018

Durante o Curso de Formação de Agentes é lecionada ainda a disciplina curricular de “Legislação Policial” bem como competências de “Saber Efetuar uma Patrulha”, parte integrante da mesma disciplina, as quais incidem, essencialmente, sobre a prevenção. Relativamente à disciplina de “Legislação Policial”, conteúdos lecionados que possam ser revelantes, ao nível da formação, para os agentes fazerem face às dimensões de crise que temos vindo a estudar, são abordados conhecimentos teóricos de armamento e equipamento policial para uso e proteção individual, a nível prático, é abordado o treino individual do equipar e armar para o desempenho do serviço de patrulha, é tratado os comportamentos, atitudes e cuidados a ter antes, durante e no final do serviço e saber detetar fenómenos de radicalização, de modo a prevenir eventuais atentados terroristas. Quanto à competência de “Saber Efetuar uma Patrulha” é exposto conhecimento e o saber que os agentes devem ter quanto à caracterização dos vários tipos de abordagens consoante o risco inerente à abordagem/intervenção, nomeadamente a passagem do risco desconhecido para o alto risco, com colaboração e sem colaboração, com uma e duas viaturas policiais e diferente número de efetivo policial, bem como abordagem a viaturas nos mesmos parâmetros. Abordam ainda, em matéria de acidentes, o tipo de acidentes, conceito de morto, estatisticamente morto, ferido, ferido leve, ferido grave, e procedimentos em caso de acidente e a sua importância, abordagem de um caso de acidente e medidas de segurança a adotar.

O ISCPSI é uma instituição de ensino superior público universitário policial e é responsável pela formação dos Oficiais de Polícia, quer no início, quer ao longo das suas carreiras policiais, podendo fornecer outro tipo de formação técnico-profissional, que não a Oficiais ou a futuros Oficiais de Polícia da PSP, no âmbito da segurança interna.

Relativamente à formação inicial de Oficiais de Polícia, no decorrer do Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais, ao longo dos cinco anos de formação, no que concerne à transmissão de algum conhecimento, aos cadetes, futuros Oficiais, acerca de matérias como a cibersegurança e ciberataques, Estado de Sítio e Estado de Emergência e Incidentes Tático Policiais, são ministradas as disciplinas curriculares de Sistemas e Tecnologias de Informação e Comunicação, Direitos Fundamentais e Direitos do Homem, Sociologia, Estratégia e Tática das Forças de Segurança, que ao longo de dois anos aborda temas diferentes nas áreas de estudo do presente trabalho, sendo ministrado ainda uma formação prática, quer nos estágios intercalares, quer no estágio prático final, existindo ao longo dos anos curriculares, passagens pela Unidade Especial de Polícia. É pertinente ainda mencionar a disciplina de Investigação Criminal onde é ministrada a matéria de Gestão do

Local do Crime, uma vez que caso ocorra alguma situação que se enquadre nas dimensões de crise que temos vindo a abordar ao longo do trabalho, a PSP continua a exercer as suas competências de investigação criminal e de preservação de vestígios em cenários de crime.

No que respeita à formação fornecida pelo ISCPSI, ao longo da carreira dos Oficiais de Polícia, relativamente a disciplinas curriculares que abarquem as matérias que temos vindo a elencar ao longo do trabalho, é ministrada a unidade curricular de Planeamento de Operações e Gestão de Grandes Eventos, no Curso de Comando e Direção Policial, correspondente ao curso de promoção do posto de Comissário para Subintendente, e no Curso de Direção e Estratégia Policial, fornecido a Intendentes que são promovidos a Superintendentes, temos a unidade curricular de Prospetiva, Planeamento e Gestão de Operações.

Quer na formação inicial, quer nas formações de promoção anteriormente elencadas, o ISCPSI organiza ainda visitas de estudo ao longo dos vários cursos, sendo para este caso relevante referir as visitas efetuadas à ANPC e ao CNCS.

Na UEP, desde 2010 até ao momento atual, foram ministrados três cursos de Ordem Pública, um em 2010, outro em 2012 e outro que terminou recentemente, em abril de 2018. Nesses cursos, concluíram com sucesso um total de 277 polícias que integraram as fileiras do CI. Foram ainda ministrados no mesmo período temporal dois cursos de Operações especiais para o GOE, um curso em 2013, em que apenas 13 polícias o terminaram com aproveitamento, e outro que está a decorrer no presente ano, e que se conta que termine em julho de 2018. Desde 2010 a UEP ministrou ainda dois cursos de Cinotécnica de modo a aumentar as fileiras do GOC. Um dos cursos ocorreu em 2012 e outro em 2015, tendo ficado aptos um total de 35 polícias.

No que concerne à formação dos polícias, seja ela formação de especialização, ou formação contínua, destacam-se ainda algumas ações nas matérias que interessam para o nosso estudo, e que constam na Tabela IV, de forma mais explícita.

No que respeita ainda à formação existente na PSP destacaremos agora alguns dos exercícios que abrangem as nossas matérias em que a instituição participa. No âmbito da cooperação policial, conforme o *Plano de Atividades para 2014*, da PSP, devemos mencionar a participação da nossa instituição num exercício de âmbito europeu, organizado pela UEP, e realizado em Portugal, no ano de 2014, tendo-se destacado a participação da PSP no subgrupo *Building*, bem como no projeto *Silent Teams*, sendo estes integrantes do quadro da Rede Atlas. De acordo com uma fonte institucional, o Grupo ATLAS congrega

várias unidades contraterroristas dos países da EU, subdividindo-se em vários grupos de trabalho, sendo que o GOE integra o *Working Building Group*, um grupo que trabalha vários cenários em edifícios. Desse grupo fazem parte outros países, nomeadamente a Áustria, a Lituânia, a Eslováquia, Polónia, Alemanha e Eslovénia. Além de compor o *Working Building*, o GOE integra o projeto *Silent Team*, juntamente com a Áustria, França, Itália e Holanda. Neste projeto que tem modalidade tática, o GOE está presente por uma questão estratégica, de forma a consolidar o seu prestígio junto das unidades de grande importância Europeia.

No exercício que decorreu em Portugal, em 2014, foi testado na prática o conceito *Silent Team* bem como as linhas orientadoras que regem o pedido de apoio que um EM poderá fazer a outro EM da EU, onde se recorre ao envio e utilização no terreno de Equipas de Intervenção, para apoio em situações extremas de crise. Para a realização do exercício foram elencadas algumas necessidades, que estão elencadas no Anexo IV.

Realizado no termos do SIOPS, damos relevância ainda ao simulacro, de grande dimensão e complexidade, realizado na Caixa Geral de Depósitos de Lisboa, que acontece anualmente e conta com a participação de várias entidades, inclusive da PSP, participando ainda neste exercício local, entidades como a Polícia Judiciária, o Ministério Público, o Regimento de Sapadores dos Bombeiros, o INEM e o Serviço Municipal de Proteção Civil. O exercício em causa permite que todas as entidades intervenientes, como a PSP, melhorem as suas rotinas e procedimentos de modo a atuarem mais eficazmente na eventualidade de um incidente real.³⁹

Nos últimos três anos, podemos destacar a realização de outros exercícios e simulacros em que a PSP participou. Fontes institucionais indicam-nos que em 2015, em colaboração com outras entidades, a PSP organizou e colaborou 221 ações em diversas áreas no domínio do *safety* e do *security*, dos quais fazemos destaque, o Exercício de Proteção Portuária em Lisboa, o Treino Operacional Conjunto de Socorro e Resgate em Montana, o Exercício de BREC e Desencarceramento, Exercício de Proteção Portuária no Porto de Setúbal – Exercício SETUBALEX 2015, o Simulacro na Embaixada dos EUA, o Simulacro no Aeródromo do Corvo. Esses exercícios estão sumariamente descritos na Tabela I. De acordo com a mesma fonte, em 2015 resolveram-se cinco ocorrências classificadas como ITP com êxito, conforme se pode verificar mais pormenorizadamente na Tabela III. Em 2016 a PSP

³⁹Fonte: <http://www.cgd.pt/Institucional/Sala-de-Imprensa/2017/Pages/Caixa-realiza-simulacro-anual-de-emergencia.aspx>. Consultado em 3 de março de 2018.

organizou e colaborou, juntamente com outras entidades, nacionais e internacionais, no total 320 simulacros e exercícios em diversas áreas do *safety* e *security*, como aconteceu em 2015. Realizaram um Simulacro de ITP no Centro Comercial Colombo em Lisboa, o Exercício de Emergência *Full Scale* ALS 2016, o Exercício CPX na Ponte 25 de Abril, o Exercício LIVEX nas instalações da Lisnave – Estaleiro da Margueira, mais um Simulacro na Embaixada dos EUA, conforme a Tabela II que pormenoriza esses eventos. Em 2017, a mesma fonte indica-nos a realização de 384 ações da mesma natureza no entanto não as especifica. O último *Relatório Anual de Segurança Interna*, concernente a 2017, menciona que “ao longo do ano as FSS e a ANPC realizaram e participaram em 1.435 exercícios e simulacros nos domínios *security* e *safety*, em cooperação com diversas entidades nacionais e estrangeiras.” (Relatório Anual de Segurança Interna, 2017, pp.112). Desses exercícios conjuntos, é destacado o RAILEX 17, realizado na estação ferroviária de Coima, organizado pela GNR, em articulação com as restantes FSS e a ANPC, sob coordenação do SGSS, com o objetivo de testar a capacidade de coordenação entre entidades, num incidente grave e complexo. (Relatório Anual de Segurança Interna, 2017).

De facto, como pudemos averiguar, na PSP existe formação em áreas críticas como Estado de Sítio e Estado de Emergência, Incidentes Tático-Policiais, Catástrofes e Acidentes Graves e Ciberataques, verificando-se que destas matérias, são os ITP's aqueles cuja maior preparação e doutrina há na nossa Polícia. Contudo, apesar de as matérias serem lecionadas, somos de acordo, com base na experiência e visualização no terreno, que nenhuma delas, à exceção da temática dos ITP's, é ministrada de forma muito aprofundada, nem tem uma vertente prática muito frequente, à exceção das formações existentes na UEP, em que esta matéria é mais trabalhada e praticada, quer nos cursos dados aos polícias, aquando o ingresso dos mesmos nas diferentes subunidades operacionais existentes, quer nas formações ao longo da vida operacional daqueles, verificando-se uma necessidade de melhorar o pormenor com que essas áreas são abordadas, bem como promover a realização de mais treinos e atividade práticas que envolvam cenários que contenham estes tipos de situações, uma vez que se verifica alguma carência a nível de treinos e exercícios práticos, com cenários que imitem possíveis ocorrências.

2.2. Logística e Recursos Humanos.

A escassez de meios é uma realidade geral da Polícia e isso é verificável no dia-a-dia desde a gestão de uma esquadra policial até à gestão de meios a nível da Direção Nacional

por exemplo. Contudo, a PSP tem sempre conseguido dar resposta às situações que surgem diariamente.

No nosso trabalho é fundamental conseguirmos perceber o tipo de material que a nossa instituição tem à sua disposição para fazer face às diversas situações, principalmente às que nos propusemos estudar. Importa-nos verificar qual o material à disposição dos polícias com funções de patrulha, dos que compõem as Equipas de Intervenção Rápida (EIR), as Equipas de Prevenção e Reação Imediata (EPRI), e os polícias que pertencem a quatro das cinco subunidades operacionais da Unidade Especial de Polícia, nomeadamente o Corpo de Intervenção, o Grupo de Operações Especiais, o Grupo Operacional Cinotécnico e o Centro de Inativação de Explosivos e Segurança em Subsolo (CIEXSS), uma vez que são aqueles que numa situação de Estado de Sítio e Estado de Emergência, de Incidente Tático-Policial ou de Catástrofe ou Acidente Grave, terão maior probabilidade de serem chamados a intervir, quer seja em primeira linha ou posteriormente.

Ao analisarmos o Despacho n.º14/GDN/2017, relativo ao armamento e equipamento policial de proteção individual, que “define a tipologia e as características do armamento e equipamento policial para uso e proteção individuais e estabelece os procedimentos relativos à sua distribuição, manutenção, conservação e utilização individualizada em missão de serviço ou em contexto de atuação policial”, de acordo com o artigo 1.º do mesmo documento, ao darmos enfoque ao anexo II desse Despacho, verificamos que todos os polícias com as várias funções que mencionamos anteriormente e que iremos analisar, a todos eles é possível o uso de algemas metálicas, aerossóis de gás pimenta, coletes balísticos exteriores, óculos de proteção e pistolas individuais (Glock 19, de calibre 9 mm). Além deste material, nas unidades e subunidades policiais, os polícias que diariamente desempenham funções de patrulha poderão eventualmente usar armas elétricas (Taser), bastões extensíveis, bastões policiais e coletes de alta visibilidade. Os polícias que compõem as Equipas de Intervenção Rápida (EIR), poderão usar ainda armas elétricas, bastões de ordem pública, capacetes balísticos, capacetes de ordem pública, coletes de alta visibilidade, escudos balísticos, escudos de ordem pública, joalheiras e caneleiras de proteção, luvas de ordem pública e máscaras antigás. Os polícias integrantes nas EPRI poderão ainda usar armas elétricas, bastões extensíveis e bastões policiais. Relativamente à UEP, os elementos do CI, além do material que é comum a todas as outras funções desempenhadas pelos polícias, podem utilizar armas elétricas, bastões de ordem pública, capacetes balísticos, capacetes de ordem pública, escudos balísticos, escudos de ordem pública, fatos de proteção antitotim

(VTOP), luvas de ordem pública e máscaras antigás. Quem integra as fileiras do GOE poderá utilizar ainda bastões extensíveis, armas elétricas, capacetes balísticos, escudos balísticos e máscaras antigás. Os policiais que pertencem ao GOC poderão equipar-se com bastões de ordem pública, capacetes balísticos, escudos balísticos, luvas de ordem pública e máscaras antigás. Por último, os operacionais do CIESSS poderão usar ainda escudos balísticos, fatos anti bomba, fatos ignífugos e anti estáticos e fatos NRBQ.

Além do equipamento de proteção e armamento individual de uso normal que acabamos de elencar, nas unidades e subunidades policiais verificamos que apenas existem as caçadeiras Shotgun e escudos balísticos como material que pode vir a ser utilizado por todos, numa situação que exceda em certa medida os acontecimentos com que os nossos policiais lidam sobretudo nas esquadras e que normalmente ocorrem no dia-a-dia. Nas dimensões de crise que nos temos focado ao longo do presente trabalho, tratando-se de cenários que, caso ocorram, a Polícia irá carecer de meios que ultrapassem aqueles que são utilizados diariamente, fomos ainda recolher informações relativamente aos meios que a UEP tem ao seu dispor e que poderão ser utilizados caso ocorra uma das situações que temos em estudo.

O GOE⁴⁰, para fazer face a uma situação de Incidente Tático-Policial, entre outras possíveis situações que não iremos agora elencar, tem ao seu dispor diverso armamento. Concretamente no caso de um ITP, da panóplia de armas que a Polícia tem distribuídas à UEP, inclusive ao GOE, é relevante referir a existência de carabinas de precisão para os atiradores especiais, vulgo *sniper*. Dessas carabinas de precisão podemos referenciar três modelos diferentes, nomeadamente carabinas de precisão de calibre 308 mm, 338 mm e ainda calibre 50 mm. Dos policiais que constituem o grupo de assalto, além do armamento individual, a pistola Glock 19, de 9 mm, os mesmos utilizam ainda armas de ombro como a pistola-metralhadora HK MP5, com coronha retrátil e rebaixada, e ainda apetrechadas com um Aimpoint Micro T1.⁴¹ Foram ainda recentemente adquiridas outras armas de ombro que poderão ser utilizadas por exemplo na prevenção e combate ao terrorismo, nomeadamente a metralhadora HK G36C, de calibre 5.56 mm. Possuem ainda a metralhadora HK G36KV, com lança granadas, de calibre 40 mm, a metralhadora FN P90, calibre 5.7 mm, e ainda armas Taser. Relativamente a meios automóveis, além das viaturas usadas normalmente,

⁴⁰ O GOE tem quatro especialidades, nomeadamente a esquipa de aberturas e explosivos, que utiliza como recurso material explosivo para criar meios de acesso, como abertura de portas, paredes, entre outros, a equipa de atiradores, a equipa de negociação e ainda a equipa de meios técnicos, que fazem por exemplo o manuseamento de material fibroscópio para obtenção de imagens utilizadas nas operações entre outras funções.

⁴¹ O Aimpoint é uma tecnologia que, regulada com as miras das armas, permite uma pontaria mais rápida.

importa referir que o GOE é detentor de uma carrinha de negociação⁴² e dois veículos táticos blindados (VTB).⁴³ Um desses veículos está equipado com uma câmara isotérmica e de infravermelhos. Os VBT têm proteção balística e são excelentes para entrar em Zonas Urbanas Sensíveis. Podem e devem ser utilizados não apenas em ITP's, mas noutros cenários que temos vindo a elencar ao longo do trabalho.⁴⁴ Está também em vias de projeto a conceção de carros, concebidos para fazerem de postos de comando. A nível de proteção dos polícias, o GOE possui, além de outro equipamento de proteção, material de proteção balística, nomeadamente capacetes balísticos com viseira balística.⁴⁵

Para fazer face às situações que temos em estudo, o CIEXSS, no que concerne à sua atuação em ITP's tem capacidade de inibição de frequências (*electronic countermeasures*),⁴⁶ capacidade de diagnóstico através de Raio X e veículos de controlo remoto (VCR), vulgarmente conhecidos por *robots*. Quanto às ameaças nucleares, radiológicas, biológicas e químicas (NRBQ), tem equipamentos de deteção de ameaças nucleares, biológicas e químicas, e equipamentos de identificação de ameaças radiológicas e químicas. O CIEXSS possui ainda câmaras e detetores de metais a 7 metros, e tem capacidade de fazer acesos verticais em subsolo, o que pode ser utilizado em cooperação com o GOC numa vertente do safety, no resgate e salvamento, bem como o resgate em locais de acesso dificultado. Importa também referir a sua capacidade de atuação em acidentes com materiais industriais tóxicos. A nível de equipamentos de proteção individual dos polícias, podemos evidenciar dois tipos de equipamento, nomeadamente o equipamento de proteção individual contra ameaças explosivas e equipamento contra ameaças NRBQ. Esta subunidade acaba por treinar, numa vertente do *safety*, o salvamento com corpos de Bombeiros, e numa vertente do *security*, as buscas com o GOC. O CIEXSS tem ainda ao seu dispor um laboratório, bem equipado, onde podem ser realizadas experiências que ajudam no melhoramento da sua atuação. Quanto a meios auto desta subunidade operacional, importa fazer menção da existência de viaturas destinadas à inativação de explosivos, viaturas de segurança em subsolo, viaturas de resposta a situações NRBQ e ainda a existência de contentores bomba.

⁴² Apropriada para os negociadores que intervêm na gestão de ITP's, que possui no seu interior uma consola de negociação bem como outros meios tecnológicos.

⁴³ Essas viaturas passaram a ser parte integrante da frota da PSP na altura da Cimeira da NATO em Lisboa, no ano de 2010.

⁴⁴ Podem ser utilizados por exemplo em cenários de catástrofe, ou num caso de tiroteio, para nos podermos deslocar e ir buscar feridos, entre outros cenários imagináveis, em que os polícias necessitam de uma proteção extar e eficaz para se fazerem deslocar.

⁴⁵ Com nível de proteção IIIA para calibres até 9 mm, e coletes e escudos balísticos com nível de proteção IIA e IIIA.

⁴⁶ Que podem por exemplo impedir a ativação à distância de um engenho explosivo através do uso de um telemóvel.

O GOC tem cães de ordem pública que poderiam ser utilizados numa situação de Estado de Sítio/Estado de Emergência que possa vir a ocorrer.⁴⁷ Os binómios poderiam atuar neste âmbito, em conjunto com o CI, no que respeita à atuação em multidões. Nestes casos, os elementos do GOC, entre outros equipamentos, possuem equipamento de proteção individual antimotim (V-TOP). Numa situação de ITP, poderiam ser utilizados os cães de ordem pública e patrulhamento, para garantir a segurança,⁴⁸ os cães de intervenção tática canina,⁴⁹ ou ainda cães de deteção de explosivos,⁵⁰ não esquecendo que para cada tipo de situação, existe equipamento de proteção individual adequado. Num cenário de catástrofe, o GOC tem ao seu dispor cães de busca e salvamento.⁵¹ É importante ainda referir a existência de coleiras com GPS para os cães bem como material de técnicas de acesso, tal como por exemplo material de rapel, cordas, entre outros.

O CI, além dos meios normais para fazer face às situações com que lida diariamente, possui dois tipos de carrinhas táticas, umas que podem ser utilizadas por exemplo numa situação de catástrofe ou acidente, com o colapso de estruturas,⁵² e outras que estão preparadas para atuar em ITP's, numa contenção inicial.⁵³ Existe ainda uma carrinha que serve de "arrecadação ambulante" onde se encontram coletes, escudos, bem como outro material suplente. A nível de armamento, é relevante referir armamento que pode ser utilizado em caso de ITP, como as espingardas HK G36 KV, calibre 5.56 mm, as metralhadoras HK MP5, e HKMP5-A3, que são um modelo mais recente, as metralhadoras MG36, as Taser, granadas *flash bang* utilizadas como meio de distração e confusão, muzzle breaks de calibre 12 mm, aptas para aberturas de portas, caçadeiras Shotgun, calibre 12 mm e ainda podemos referir o Carabinete lança granadas, marca Brugger e Thomet, calibre 44 mm. Em suma, verificamos que à exceção de alguns materiais à disposição do CI que podem vir a ser utilizados em situações de catástrofes por exemplo, na sua grande maioria, das dimensões que temos como estudo, esses materiais serviriam para serem utilizados em situações de ITP's.

⁴⁷ São cães que poderão ser ativados para este cenário, pois são capazes de entrar em cordões de segurança necessários de se fazer, são capazes de intervir em tumultos e no impedimento de tentativas de pilhagens que possam acontecer num cenário destes.

⁴⁸ Utilizando-os por exemplo nos perímetros de segurança impedindo a ultrapassagem dos mesmos pelas pessoas.

⁴⁹ Que podem ser utilizados em conjunto com o GOE, enviando-se o cão para procurar um *active shooter* por exemplo.

⁵⁰ No caso de ser necessário verificar se uma porta ou outro meio de entrada está armadilhada com explosivos, entre outras situações possíveis.

⁵¹ Uns utilizados numa vertente de escombros e outros numa vertente de grandes áreas, como por buscas em matas.

⁵² Apetrechadas sempre com um gerador, um holofote e material de corte como rebarbadoras.

⁵³ Equipadas com escudos balísticos, coletes balísticos, capacetes balísticos e arietes.

A UEP, além das cinco subunidades operacionais que a compõem, tem ainda um Núcleo de Meios Técnicos, inserido na área operacional, mas que ainda não consta na orgânica da PSP. Trata-se de uma equipa, relativamente recente, com cerca de quatro anos, composta por seis polícias, pertencentes a cada uma das subunidades operacionais. Do material existente neste núcleo, deveremos mencionar a existência de dois drones AR4.⁵⁴ Estes drones planadores, comparados aos outros meios aéreos não tripulados, os drones verticais, possuem maior autonomia, no entanto a qualidade da imagem é inferior. Os AR4 raramente são utilizados para trabalhar em zonas urbanas, optando-se para isso pelos drones verticais, uma vez que aqueles necessitam de espaço para fazer uma deslocação prévia para conseguir levantar voo. A PSP tem um acordo com a empresa portuguesa TEKEVER, acabando por trabalhar em conjunto com a mesma no melhoramento do material. Esta equipa trabalha ainda com outro tipo de meios aéreos não tripulados, como o MATRICE 600 PRO, equipado com uma câmara térmica para captação de imagens durante a noite ou em espaços sem luminosidade, bem como uma câmara Z3, tendo-lhe sido acoplado pela equipa um RTK, uma tecnologia que funciona como proteção de interferências eletromagnéticas. Temos ainda o MATRICE 900 DJI PRO, que possui apenas uma câmara e é um dos mais apropriados para intervir numa situação de catástrofe, num ITP, numa grande manifestação, entre outras situações críticas, uma vez que nos permite ter uma imagem fixa. Permite a ligação de um cabo (Safe-T elistar) que leva alimentação até ao drone e traz imagem até aos operadores, podendo aguentar horas ou até dias, o tempo necessário, com a ajuda desse cabo de 100 metros de comprimento. Possuímos ainda aparelhos de menores dimensões, os drones DJI Phantom 3 PRO. Estes aparelhos têm uma qualidade de imagem excelente, um grande alcance de imagem, rápidos e fáceis de montar, silencioso e muito práticos para as operações.

Portanto, a UEP tem um núcleo muito bem equipado, apenas faltando neste momento aparelhos resistentes à humidade,⁵⁵ estando a proceder-se a uma renovação da frota e tendo-se proposto a aquisição do drone GJI MATRICE 210 RTK. Estes aparelhos que acabamos de mencionar emitem imagem para o posto de comando, na sala de operações e é feita a retransmissão para o posto de comando, que é feita pelo Departamento de Informações Policiais. Estes aparelhos podem ser utilizados em várias situações/operações, por exemplo no acompanhamento de altas entidades, como apoio ao Corpo de Segurança Pessoal, podendo adquirir imagens de um nível superior, que sem eles seria impossível de visualizar,

⁵⁴ Tratam-se de meios aéreos não tripulados planadores, em que não existe o seu controlo direto, ou seja, não é um controlo imediato, a sua rota é pré-definida pelos operadores, embora estes possam mudar a rota inicial se assim o pretenderem.

⁵⁵ De facto podemos proteger os aparelhos, existem produtos para esse efeito, no entanto não há câmaras à prova de água.

podem ser ainda utilizados em cenários de catástrofes, nas operações de busca e salvamento, bem como noutras operações em que seja necessário obter uma noção do meio que nos rodeia, o que sem estes aparelhos era impossível de obter. Podem ainda ser utilizados na prevenção, na monitorização de acidentes, catástrofes, ITP's, para fazer-se planeamentos através da recolha de imagens de várias áreas de difícil acesso, poderão ser utilizados em vigilâncias, seguimentos e mapeamentos.⁵⁶ A equipa que compõe o Núcleo de Meios Técnicos da UEP é uma equipa que está constantemente a trabalhar no melhoramento dos aparelhos.⁵⁷ Existe a colaboração com vários Comandos de Polícia, sempre que há a necessidade da utilização destes aparelhos, e ainda colaboração com todas as subunidades operacionais da UEP.

A UEP possui ainda ao seu dispor meios para se poder deslocar em meio aquático, nomeadamente motas de água e lanchas rápidas.⁵⁸

Importa ainda referir que numa situação de catástrofe ou acidente grave, a UEP, bem como a DN/ PSP, possuem gruas capazes de movimentar e carregar objetos que sem elas seria impossível fazê-lo. Outro material existente na UEP, e que a DN/PSP está empenhada em adquirir e confeccionar em maior número, são as grades de contenção de ordem pública, que poderão ser úteis em vários dos cenários que temos em estudo.

As subunidades operacionais da UEP parecem-nos ter, de um modo geral, o material mínimo desejável, suficiente e adequado para responder a situações críticas como as que temos em estudo, embora se verifique também que existem mais meios para fazer face a ITP's do que propriamente a outras situações das que temos abordado ao longo do trabalho. Contudo, baseados na nossa observação, ao longo do período de elaboração da presente dissertação, em que estivemos presentes no terreno, não nos pareceu de todo suficiente, o material existente nas subunidades policiais nos Comandos Territoriais, para fazerem frente a uma situação crítica, que para ser enfrentada, tenham de se exceder os meios utilizados diariamente.⁵⁹ Numa situação crítica a UEP é acionada, todavia, levará algum tempo até à sua chegada, e em alguns pontos esse tempo pode ser ainda mais prolongado,⁶⁰ sendo

⁵⁶ No entanto, cada operação exige uma preparação minuciosa e tudo tem de ser testado momentos antes, uma vez que as atualizações dos sistemas podem ser um problema e existe a necessidade de garantir que tudo corre em conformidade com o planeado.

⁵⁷ Vão acompanhando de forma constante a evolução tecnológica de forma a terem os melhores resultados.

⁵⁸ Umhas com capacidade para transportar doze homens em alto mar e outras para transportar dez homens sentados e acomodados com o seu material individual de trabalho.

⁵⁹ Deveríamos ter as esquadras policiais com mais material de proteção, como alguns capacetes balísticos por exemplo e mais armamento.

⁶⁰ Dado que apenas temos a UEP em Lisboa, Porto, Faro, Açores e Madeira, e em alguns desses pontos não existem todas as valências da UEP.

potencialmente as tripulações dos carros patrulha, as EIR e os patrulheiros, aqueles que irão enfrentar imediatamente o problema, devendo, por isso, existir mais material e equipamento.

A PSP embora possa não ter todos os meios que gostaria na sua posse, para fazer face a diversas situações, tem-se mostrado alertada e sensibilizada para a possibilidade da ocorrência destes cenários, expressando interesse para estes casos, revelando a existência de esforços para que a instituição comece a adquirir meios para que possa estar mais preparada. É do nosso conhecimento que se encontra em fase de desenvolvimento o procedimento de aquisição de material e equipamentos que poderão ser utilizados em cenários críticos como acidentes graves e catástrofes, estando em projeto a aquisição de *kits* específicos que serão posteriormente distribuídos pelas unidades policiais. Será adquirido um *kit* de campanha para intervenção em catástrofe, composto por equipamento de pernoita,⁶¹ por equipamento para operação em incêndios⁶² e ainda composto por equipamento para operações em cheias.⁶³ Além deste será ainda adquirido um *kit* de sinalização para brigadas de investigação de acidentes. Este *kit* possuirá cones de sinalização dobrável e luz intermitente, sinais de trânsito para utilização em corte e/ou desvio de trânsito, lanternas policiais de sinalização, raquetes de sinalização, painéis direcionais led portáteis, *traffic lamps*/lanternas sequenciais, fitas de balizamento/isolamento e ainda marcadores de vestígios.

⁶¹ Nomeadamente colchões pneumáticos, sacos cama e mochilas de transporte.

⁶² Do qual fazem parte gorros de proteção, nomeadamente cógulas, luvas e capacetes de proteção, máscaras florestais com dois filtros, garrafas de ar comprimido de emergência e cobertores/abrigos refratários.

⁶³ Do qual fazem parte coletes flutuadores salva vidas, arneses básicos com cordas de ligação/segurança, mosquetões OK Screw-lock, cordas de rapel com 25 metros e ainda mosquetões de segurança.

Capítulo III. Resultados e Discussão

1.1. Entrevistas Aplicadas.

Foram realizadas no total nove entrevistas. Um dos entrevistados pertence à ANPC (entrevistado H), outro ao CNCS (entrevistado G), outro às F.A. (entrevistado F) e seis à PSP, nomeadamente Oficiais de Polícia (entrevistados B,C,D,E,I) e um Agente Principal do CI (entrevistado A).

Foram aplicados guiões compostos por uma parte com questões iguais e comparáveis entre si, e questões adaptadas à área de especialização dos entrevistados. Assim, podemos comparar diretamente as questões dos entrevistados I e G, dadas as suas áreas de especialização. A estes dois, colocámos questões relativas à matéria de ciberataques, sendo que o entrevistado G elucidou-nos acerca da situação do país e o entrevistado I sobre a situação da PSP no que concerne ao tema de ciberataques e cibersegurança.

Seguidamente, ao longo da interpretação de resultados das entrevistas realizadas, iremos referindo as restantes questões que não se aplicaram a todos os entrevistados pelas suas diferentes áreas de especialização, e como tal não faria sentido serem sujeitos às mesmas.

Após a realização de entrevistas e posterior análise, que consta nos Apêndices II a XIII, chegámos às conclusões que se seguem.

No que concerne à primeira questão, relativa ao conceito de crise, concluímos que dos nove entrevistados sujeitos à questão, sete, partilham a ideia de que uma crise é tudo aquilo que cause perturbação na normalidade, é algum tipo de rutura brusca. Do total de entrevistados, dois mencionam ainda que um exemplo de crise que existirá na PSP é a sua imagem institucional. Três dos nove entrevistados referiram que o conceito de crise é muito abrangente, com mais do que um entendimento. Quatro mencionam também que o conceito de crise é inexistente no léxico das instituições a que pertencem, nomeadamente na ANPC, na PSP, nas F.A. e no CNCS. Um dos entrevistados proferiu a existência de lacunas na PSP no que concerne à resolução de crises.

Na segunda questão aplicada, referente a situações que levem à declaração de Estado de Sítio ou de Estado de Emergência, os nove entrevistados, responderam à mesma, referindo-se à instituição a que pertencem. De cinco entrevistados, pertencentes à PSP, no que respeita à capacidade de atuação da sua instituição, num cenário de Estado de Sítio/Estado de Emergência, um é da opinião que a PSP não tem, de todo, capacidade de atuar numa situação dessas. Pelo contrário, três defendem que a mesma instituição tem capacidade de atuar, outro, julga que a PSP terá ainda que melhorar este aspeto, embora não

considere a instituição completamente incapaz de atuar num cenário de Estado de Sítio/Estado de Emergência. Outros dois entrevistados, um pertencente às F.A. e outro à ANPC, são da opinião que ambas as instituições, respetivamente, possuem capacidade de atuar num cenário de Estado de Sítio/Emergência, dentro das suas competências específicas. Quatro entrevistados mencionam ainda que existe a necessidade de mais treino, quer dentro das próprias instituições a que cada um pertence (PSP, ANPC e F.A), quer entre elas mesmas, e dois entrevistados partilham a opinião que existe a necessidade de uma revisão na legislação em vigor referente a estes dois Estados de Exceção. No que respeita aos recursos humanos e materiais, para a atuação num Estado de Sítio/Emergência, um entrevistado pertencente à PSP, refere que há falta de meios, outro diz que há falta de complementaridade de meios, outro refere que existem na PSP os meios materiais e humanos que satisfazem as necessidades mínimas, e outro ainda menciona que a PSP encontra-se a trabalhar na aquisição de material para fazer face a uma possível ocorrência deste âmbito. Quanto à necessidade de formação, um entrevistado afirma que a PSP está a trabalhar na melhoria da mesma.

Na terceira questão, relativa à temática de ITP's, dada a sua área de especialização, apenas cinco, pertencentes à PSP, forma sujeitos à mesma. Assim, no que respeita à capacidade de atuação da PSP num ITP, um dos entrevistados proferiu que um problema que ainda se verifica é o tempo que a Polícia demora a chegar ao local, que deveria ser, na sua opinião, menor. Dois afirmam que existe a necessidade de adequar a doutrina existente, em alguns aspetos, em matéria de ITP's. Todos estes entrevistados afirmam que a PSP está preparada para atuar numa situação de ITP, sendo todos unânimes nesse aspeto. Dois afirmam existir treino nesta área dentro da instituição, outros dois referem que tem havido também formação. Dois mencionam que existe a necessidade de apostar mais na formação de todos os polícias e não apenas na formação daqueles que integram a UEP. Um entrevistado tem a opinião que existe a necessidade de melhorar as condições do material existente e quatro afirmam existir material, mencionando que ainda se está a assistir a mais investimentos a esse nível na PSP. Um entrevistado sustenta ainda a necessidade da PSP acompanhar a evolução tecnológica e adquirir materiais melhorados e mais adequados à realidade em que vivemos atualmente.

A quarta questão foi aplicada apenas a seis entrevistados. Assim, foi possível aferir que da experiência pessoal dos mesmos, em situações de ITP's, no que concerne às principais falhas detetadas por eles, um dos entrevistados refere a incapacidade dos polícias, que

trabalham da área onde ocorre o incidente, de fornecerem informações corretas, suficientes e adequadas aos polícias da UEP, quando estes últimos vão intervir na resolução do mesmo. Desses seis entrevistados, três referem a existência de conflitos entre entidades, motivados pelo choque de competências. Dois elencaram a falta de comunicação entre entidades, falta de treino conjunto e de doutrina de atuação comum a todos. Um entrevistado afirma que os polícias já têm boa capacidade para fazerem perímetros de segurança quando chegam ao local de ocorrência. Três afirmaram que dos ITP's com que contactaram de alguma forma ao longo das suas carreiras correram sempre bem. Dois referiram ainda a importância de investimento em Centros de Comando e Controlo Operacionais.

Quanto à questão relativa à capacidade de atuação em acidentes graves e catástrofes, cinco entrevistados responderam relativamente à capacidade da PSP, um quanto à capacidade das F.S. e outro quando à capacidade da ANPC. Relativamente à capacidade de atuação da PSP, um deles referiu que a mesma não está preparada, ao passo que os outros quatro, afirmaram que a aquela estava preparada para cenários razoáveis, existindo ainda pontos a melhorar, como é o caso dos treinos. Um mencionou que a PSP não tem meios para atuar neste tipo de cenário, ao passo que outros dois, afirmaram que a mesma tem de possuir meios para a maioria dos cenários, mas não todos os meios, devendo sim existir formas de ir buscar mais meios a outras fontes externas à instituição. Outro entrevistado é da opinião que a PSP tem os meios mínimos para uma situação razoável, mas não para uma situação extrema. Um referiu ainda que na PSP não se treina. Outro entrevistado refere que deveria existir treino conjunto com outras entidades e outro ainda afirma que se verificam alguns treinos conjuntos e simulacros. Dois entrevistados mencionam que quanto à formação, a mesma existe, porém, temos ainda muito a melhorar, e outro entrevistado menciona a necessidade da PSP criar doutrina nesta área das catástrofes e dos acidentes graves. O entrevistado pertencente às F.A. refere que as mesmas têm os meios mínimos suficientes, mas existem dúvidas se existem meios para uma situação de maior gravidade, no entanto, julga que as F.A. estão preparadas, dependendo da dimensão da catástrofe ou do acidente. No caso da ANPC, o entrevistado dessa instituição afirma que numa situação extrema não existem meios suficientes, mas que a mesma tem os meios mínimos indispensáveis, estando preparada para a maioria das situações.

Quanto à última questão colocada, relativamente à cibersegurança e ciberataques, no que concerne à capacidade da PSP em fazer face a um hipotético ataque cibernético, dos cinco entrevistados pertencentes à instituição, um diz que na DN/PSP existem excelentes

técnicos na área. Dois referem que existem dificuldades na prevenção destes ataques, havendo muitas vulnerabilidades. Três afirmam que a PSP está a desenvolver esforços nesta área, embora não seja uma instituição que esteja totalmente protegida. Um entrevistado tem ainda a opinião de que a existência de civis a trabalhar em serviços da PSP acaba por trazer mais uma vulnerabilidade à instituição. Dois afirmam que todas as informações da PSP estão em bases de dados e em sistemas informáticos, que se forem atacados causarão grandes perturbações a todos os níveis, inclusive a nível operacional. Outro refere que a instituição não está completamente preparada para uma situação dessas, dada a falta a experiência. Outro entrevistado menciona que a PSP deverá ser uma das instituições mais apetecíveis para ser alvo de um ataque deste cariz, dada a natureza das informações que possui nos seus sistemas informáticos. Por último, um entrevistado afirma que os Comandos Metropolitanos da PSP não têm nenhum *know how*, nem técnico nem tecnológico, para combater um ciberataque, sendo essa uma questão a resolver a nível da DN/PSP. Respeitante à mesma questão, mas quanto à situação das F.A., o entrevistado dessa instituição afirma que existem novas doutrinas e têm-se realizado exercícios em conjunto com as instituições do Estado. Afirma também que as F.A. têm um sistema de cibersegurança bastante bom, porém, ainda não se poderá garantir que as mesmas estão totalmente preparadas para resistir a um ciberataque. Já o entrevistado da ANPC afirma que a instituição a que pertence, num ataque às suas comunicações, ficaria praticamente inoperacional e com sérias dificuldades.

Concentremo-nos agora nas duas entrevistas realizadas particularmente em matéria de ciberataques, a um Oficial da PSP e a um elemento do CNCS.

Ambos revelam unanimidade nas definições dos conceitos de cibercrime, cibersegurança e ciberterrorismo, concordando que o primeiro se trata dos crimes previstos na Lei do Cibercrime e outros ilícitos praticados com recurso a meios tecnológicos. A ciberguerra é um Estado de Guerra, só que a atuação é feita através do ciberespaço apenas. O ciberterrorismo é o terrorismo praticado no ciberespaço. O entrevistado pertencente aos quadros da PSP menciona que o ciberespaço é todo o ambiente cibernético tecnológico, afirmando ainda que não existe uma definição de ciberterrorismo em Portugal. Relativamente ao conceito de cibersegurança, ambos concordam que se trata de um conjunto de medidas e ações de prevenção, monitorização, deteção, reação, análise e correção que visam manter o estado de segurança desejado e garantir a confidencialidade, integridade, disponibilidade e não repúdio da informação, das redes digitais e dos sistemas de informação no ciberespaço, e das pessoas que nele interagem.

Ambos concordam que a sociedade, o Estado e as instituições, inclusive a PSP, estão muito dependentes das Tecnologias da Informação e Comunicação. O entrevistado pertencente ao CNCS refere que essas tecnologias são vulneráveis e por vezes de uso duplo, gerando riscos sociais e materiais. O outro entrevistado indica que encontramos problemas como a utilização não autorizada de informação que esteja no ciberespaço, o desvio da mesma, e ainda problemas relacionados com a privacidade e a informação. Refere ainda que o investimento na cibersegurança numa instituição como a PSP é fundamental.

Quanto à questão da preparação da PSP e do Estado português para fazer face a uma situação de Estado de Sítio/Estado de Emergência, ocorrendo em simultâneo um ciberataque, o entrevistado do CNCS refere que é fundamental informar, sensibilizar e consciencializar entidades públicas e infraestruturas críticas, bem como empresas e a sociedade civil. Importa que o país se dote de recursos humanos qualificados, existindo a necessidade de reforçar a cooperação nacional e internacional. O entrevistado pertencente à PSP é da opinião que existe incapacidade por parte da PSP e do Estado para enfrentar uma situação de Estado de Sítio/Estado de Emergência num aspeto de cibersegurança, afirmando ainda que a PSP tem algumas valências preparadas mas não está preparada num todo. Existe um cenário de planeamento e treino mínimos, verificando-se uma atuação na base da reação.

Relativamente à preparação da PSP e do Estado português para fazer face a uma catástrofe ou acidente grave, ocorrendo em simultâneo um ciberataque, um dos entrevistados menciona a existência de um Planeamento Civil de Emergência que prende-se com o compromisso das Entidades competentes dotarem Portugal, com capacidade permanente, contribuindo para o incremento da resiliência nacional, onde se inclui a Cibersegurança, referindo também que o CNCS, ao qual pertence, articula com a ANPC nestes casos. O outro entrevistado afirma que a PSP não está preparada porque acima de tudo não estão previstas estratégias de resiliência. Na perspetiva organizacional, não existem medidas alternativas ao SIRESP caso este falhe.

No que concerne às consequências da utilização das tecnologias a nível nacional e no âmbito da criminalidade, um dos entrevistados refere que se tem verificado um aumento exponencial dos crimes sexuais contra menores praticados através da Internet, tem-se assistido ao desenvolvimento de novos modos de atuação com características únicas, de onde se destacam o cibercrime e o cibercrime organizado, o aumento de crimes como fraude bancária e usurpação de identidade, desvio e revelação de informação sensível ou classificada e ainda sabotagem informática, ou a crescente espionagem do Estado,

mencionando ainda o crescimento de sérias ameaças à sobrevivência do Estado de Direito democrático e ao espaço de liberdade, segurança e justiça. O outro entrevistado mencionou consequências como a perda de informação, o uso indevido dessa informação, e diminuição muito clara da capacidade de intervenção e também de planeamento.

Por último, questionados ambos quanto às medidas que poderiam ser tomadas a nível nacional, e a nível da PSP, o entrevistado do CNCS afirmou que a cibersegurança é uma responsabilidade de todos, que é imperativo todas as entidades estarem preparadas além de um mínimo necessário. Mencionou ainda que o CNCS promove um conjunto de atividades com vista à capacitação das entidades, nomeadamente ações de formação para técnicos e decisores, definição de um conjunto mínimo de capacidades técnicas, operacionais e humanas, de acordo com um determinado modelo de maturidade, e divulgação de boas práticas para a gestão de incidentes de Cibersegurança. O Oficial da PSP entrevistado referiu que quanto às medidas a serem adotadas pela instituição nesta área seriam, a existência de um programa de continuidade de negócio e um programa também de recuperação, a necessidade de todos os polícias e civis da PSP terem determinados níveis de formação na área preventiva e interventiva em termos de cibersegurança, e a necessidade de se criar uma equipa que lide com estas matérias de cibersegurança na PSP. Afirmou ainda que a PSP tem participado em vários exercícios coordenados e dirigidos pelo Exército, no âmbito da implementação da Escola de Cibertecnologia da NATO, referindo que embora existam falhas, a PSP tem acompanhado a evolução de tudo o que é feito em torno da cibersegurança e ciberdefesa.

1.2. Considerações Finais e Propostas.

Ao longo da realização da presente dissertação concluímos que existem várias definições do conceito de crise, em diversas áreas. Porém, em todos os casos, uma crise refere-se a algum distúrbio da normalidade, a uma situação de rutura que gera dificuldades.

Relativamente à temática sobre as situações que conduzam à declaração do Estado de Sítio/Estado de Emergência, existem algumas ideias importantes de salientar. Antes de mais, qualquer que seja a crise com que nos deparemos, seja a sua gravidade mais ou menos elevada, por mais limitativa que essa crise possa ser, existe um aspeto muito importante que não deverá nunca ser quebrado, a violação de Direitos Fundamentais. Mesmo em casos extremos não podem ser colocados em causa determinados desses Direitos tais como o direito à vida, um direito intransmissível e indisponível.

Ainda relativamente à declaração desses Estados de Exceção em Portugal, de facto, a PSP em nenhum deles ficará sobre o total comando das operações. Todavia, em ambos os casos terá de continuar a desempenhar a sua missão. Concordamos, que na declaração de um desses Estados, a normalidade estará alterada, e como tal, a PSP terá de ter as condições necessárias de modo a continuar a desempenhar a sua função num cenário desses. Concluímos que, nesse aspeto, a legislação poderia ser readaptada ao paradigma atual, podendo-se delinear melhor as competências de atuação da PSP e de outras FSS em casos extremos que, igualmente exigindo a aplicação de meios diferentes dos utilizados normalmente, acabam por não se enquadrar totalmente nem num caso de Estado de Sítio, nem num caso de Estado de Emergência, como poderão servir de exemplo os casos de atentados terroristas.

Na Estratégia de Combate ao Terrorismo estão a ser trabalhados planos, um deles, foca-se na cooperação entre militares e polícias. Embora esses trabalhos se tenham debruçado em questões de terrorismo, esta poderá vir a ser uma boa base para o futuro, podendo-se adaptar algumas das novas medidas de articulação entre Forças Armadas e Forças de Segurança, para situações mais graves, que não abarquem o terrorismo, mas que poderão vir a usufruir de uma articulação entre ambas as forças, dado o caráter grave que possam ter.

Em matéria de ITP's, concluímos que a PSP tem uma doutrina bem definida, onde é discriminado de forma explícita quem tem competência para atuar, e em que circunstâncias/fase de resolução do ITP, em todos os níveis (estratégico, tático e operacional). Existe treino e formação com alguma regularidade e até ao momento os meios disponíveis têm-se verificado suficientes, embora possam sempre existir algumas melhorias nesse âmbito, nomeadamente no acompanhamento tecnológico e melhoramento do material existente. Apontamos também uma carência a nível de treino conjunto com outras entidades e forças de segurança.

Na questão das Catástrofes e Acidentes Graves, verificamos que a PSP tem meios e Homens preparados, nomeadamente no caso das subunidades operacionais da UEP, para acorrer a uma situação de catástrofe ou acidente grave, tendo-se verificado também a preocupação da instituição em adquirir material para fazer face a estas situações. Todavia, a nível dos Comandos Territoriais, das subunidades e unidades operacionais, se as mesmas se virem envolvidas nesse acontecimento, é difícil arranjar formas de fazer os polícias se deslocarem e desempenharem as suas funções, quer seja na vertente do *safety*, quer do

security. Aliás, se as infraestruturas policiais forem elas próprias alvo de uma situação desse género, não existem sequer verdadeiros planos de contingência, havendo apenas, dentro dos planos que existem na instituição, e que mais se podem aproximar de um plano de contingência, os planos de segurança às instalações. Neste sentido, a aposta na elaboração e aplicação de planos de contingência revela-se um ponto importante para a PSP, podendo-se até vir a propor a criação de uma equipa direcionada apenas para a elaboração desses planos. Sublinhamos a necessidade de se desenvolver doutrina em matéria de planeamentos, definindo-se protocolos de procedimentos que todos deverão seguir em vários casos de emergência que possam surgir.

No que respeita aos ciberataques, essa é sem dúvida, das dimensões abordadas no trabalho, a que requer mais trabalho. Em primeiro lugar, o quadro legal deverá acompanhar o paradigma das sociedades. A evolução tecnológica constante é uma realidade, e como tal, a legislação deverá acompanhar o seu andamento, verificando-se até ao momento, uma lacuna grande a esse nível, embora se comecem a desenhar algumas estratégias no âmbito nacional e da PSP.

Em contexto de cibersegurança, a PSP tem acompanhado aquilo que tem sido desenvolvido a nível europeu, tendo também participado em vários exercícios coordenados e dirigidos pelo Exército, no âmbito da implementação da Escola de Cibertecnologia da NATO. Contudo, a PSP deveria ter uma equipa (que não tem até ao momento) que trabalhasse a tempo inteiro essa área tão crítica e que tantas vulnerabilidades apresenta à nossa instituição. Deveria também existir uma estratégia de resiliência que permitisse à PSP continuar a sua missão, quer num cenário dito “normal”, quer em situações críticas como catástrofes ou num outro qualquer evento que causasse grandes perturbações como um ataque às comunicações ou aos sistemas informáticos. É de sublinhar que em situações de ciberataques é necessário garantir meios eficazes para proteger informações existentes nos sistemas da PSP. Nessa matéria, a PSP deverá continuar a apostar no trabalho de “patrulhamento-informático” que já se verifica, sendo um mecanismo que a instituição tem, para se tentar ir protegendo e mantendo alerta sobre possíveis tentativas de ataques às suas redes e sistemas. Seria também importante apostar na formação de todos os polícias de forma a combater a iliteracia informática, de modo a elucidá-los acerca de medidas de proteção e prevenção, no que respeita ao manuseamento de informações nos sistemas, bem como relativamente sobre os procedimentos a adotar em caso de ciberataque.

De forma mais generalizada, concluímos também que algo a melhorar em todas as dimensões que abordamos, é de facto a cooperação entre entidades, bem como o treino conjunto e o treino dentro da própria PSP, que existe, mas é passível de ser melhorado em qualidade e quantidade. Concluimos ainda que em todas aquelas dimensões, a PSP tem os meios mínimos adequados para prosseguir a sua missão. Porém, existem melhorias a fazer, verificando-se já a preocupação da instituição em adquirir material que poderá vir a ser utilizado em diversas das situações por nós elencadas. Neste aspeto, verificamos também que das dimensões abordadas, a matéria de ITP's, é onde a PSP revela uma maior e melhor capacidade de atuação, comparativamente às restantes vertentes estudadas. Em contraponto, a vertente de cibersegurança é aquela que necessita de mais investimento e demonstra mais vulnerabilidades, as quais, deverão ser resolvidas ou minoradas.

Um outro problema que podemos mencionar na totalidade das dimensões é quando às competências da PSP que colidem com as competências de outras FSS, quer em termos de competência territorial, quer em termos de atribuições, pelo que aí verificamos uma necessidade de um reajustamento legislativo.

A PSP tem ainda, nas várias dimensões, algumas limitações logísticas. De facto, a mesma não deverá possuir um sistema de total autossuficiência, como acontece com os vários ramos das F.A. Contudo, deverão existir mecanismos que permitam à PSP requerer facilmente, desde material mais básico, como por exemplo WC's portáteis, a serem utilizados em situações de ITP's com duração de longas horas, a meios mais complexos e dispendiosos como helicópteros, drones ou sistemas de CCTV. No que concerne aos meios necessários, citando as palavras de Torres (2015, pp.109), “não é de facto possível acorrer a todas as ameaças, havendo que as priorizar de acordo com as probabilidades de ocorrência e respetivos impactes e direcionar os esforços para os cenários de maior criticidade, de acordo com a estratégia de gestão de riscos previamente assumida”, uma vez que “a decisão no domínio da segurança, mais do que nunca, tem hoje de ser especialmente assente em critérios de cientificidade e de racionalidade económica, de forma a maximizar a eficácia sem com isso consumir de forma desnecessária recursos eternamente escassos (...)”.

Porém, a PSP deverá ter os meios mínimos indispensáveis à prossecução da sua missão, seja numa situação de rotina, seja numa situação como as dimensões de contingência que analisámos; quanto mais não seja prever-se a existência de um sistema a nível nacional em que exista uma “reserva” de meios materiais, adaptados às várias missões e valências da PSP e de outras FSS, onde a PSP possa requerer os meios necessários numa situação como

as que elencamos ao longo do trabalho, podendo ser partilhado por várias FSS e outras entidades públicas, de modo a não implicar um gasto inoportuno ao Estado português.

Todavia, é relevante salientar que num caso completamente extremo, nem a PSP, nem qualquer outra entidade do Estado estará completamente preparada para tal. Tudo depende da intensidade da situação de crise que se verifique, contudo, a PSP possui os requisitos mínimos em termos de formação, recursos humanos e logística, para atuar na grande maioria das situações que se possam verificar.

Importa realçar que a PSP tem-se mostrado muito proactiva junto da comunidade, sendo importante prosseguir com esse dinamismo. Deverão ser promovidas ações de sensibilização, de modo a criar e consolidar sentimentos de autoproteção nos cidadãos, essencialmente junto de locais como escolas, transportes, centros comerciais, entre outros, em que se observe a presença de população, e possam oferecer algum tipo de risco de ocorrência de um evento crítico. É oportuno a PSP trabalhar estas questões em conjunto com o cidadão, de modo que, caso ocorra algum infortúnio, que resulte em algo crítico, se minimizem os danos.

Relativamente às limitações e dificuldades que encontrámos na realização do trabalho podemos apontar o espaço relativamente reduzido que tivemos para abordar temas tão complexos que sem dúvida mereciam mais desenvolvimento e aprofundamento da nossa parte, tendo-se revelando difícil a escolha de matéria a abordar sobre este assunto bem como a filtragem de informação essencial.

Não esgotámos, de todo, o tema, pelo que para trabalhos próximos, podemos propor investigações na área do planeamento de contingência ao nível da PSP, bem como o estudo de uma proposta da implementação de um modelo de Plano de Contingência para a PSP. Podemos também propor investigações na área da adequação, em termos de qualidade e aplicabilidade, dos meios que existem para fazer face a cada uma das dimensões que estudámos, assim como investigações mais aprofundadas na área da formação e treino existentes nestes domínios.

Referências Bibliográficas

Bibliografia

- Alberto, C. (2011). Infra-Estruturas Críticas Nacionais: Proteção, Prevenção e Resposta a Ameaças. *Revista Segurança e Defesa*, n.º 16.
- Análise e apuramento dos factos relativos aos incêndios que ocorreram em Pedrógão Grande, Castanheira de Pera, Ansião, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Arganil, Góis, Penela, Pampilhosa da Serra, Oleiras e Sertão, entre 17 e 24 de junho de 2017.* (2017). Comissão Técnica Independente.
- Barrento, A. (2010). *Da Estratégia*. Tribuna da História Editora. Lisboa.
- Combs, W. T. (2007). Em: <http://www.instituteforpr.org/crisis-management-and-communications>.
- Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms* (2010).
- Diegues, S. C. (2011). *A Comunicação da Crise e a Web 2.0: Um retrato de empresas portuguesas*. Covilhã: Universidade da Beira Interior Artes e Letras.
- DOD Dictionary of Military and Associated Terms. (s.d.).
- Elias, L. (2011). Estratégia Portuguesa na Gestão Civil de Crises. Em *Revista n.º 129. IDN*.
- Elias, L. (2017). *Sistema de Prevenção e Resposta a Crises – o Caso Português*. IDN. Lisboa.
- Espírito Santo, P. d. (2010). *Introdução à Metodologia das Ciências Sociais. Gênese, fundamentos e problemas*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Faria, M. J. (2001). *Direitos Fundamentais e Direitos do Homem, Volume I*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Ferreira, I. C. (2007). *O Plano de Emergência*. Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- Giglio-Jacquemot, A. (2005). *Urgências e emergências em saúde: perspectivas de profissionais e usuários*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.

- Gomes, C. A., & Saraiva, R. G. (2013). Uma realidade multidimensional. Em: Atas do Colóquio CATÁSTROFES NATURAIS. Lisboa, 24 de outubro de 2012, Instituto de Ciências Jurídico-Políticas. Faculdade de Direito de Lisboa.
- INFOPÉDIA. *Dicionários Porto Editora*. (4 de novembro de 2017). Obtido de <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/crise>
- Lourenço, L. (s.d.). *Riscos Naturais e Proteção do Ambiente. Ocorrências, Incidentes, Acidentes e Desastres*.
- Manual do Processo de Decisão Militar*. (2006). Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Manual de Boas Práticas Parte III - Segurança Física*. Gabinete Nacional de Segurança. Em:
(https://www.gns.gov.pt/media/10697/MBP%20III_Seguran%C3%A7a%20F%C3%ADstica_V1_16ABR18.pdf, Consultado em 28 de abril de 2018.).
- Marcondes, J. S. (2016). *Planeamento, Plano e Projeto: Conceitos, Diferença, Relações*. Acedido em: 18, fevereiro, 2018, em:
<https://www.gestaodesegurancaprivada.com.br/planejamento-plano-e-projeto-conceitos/>
- Moreira, A. (2010). *A Crise, a Segurança, a Mudança*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Morujão, A. F. (1989). Em *Logos Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, 1ª edição, (Vol.I) (p. 1229). Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo.
- Nova Enciclopédia Larousse (Vol. V.) (1997). Lisboa: Círculo de Leitores, Lda. e Larousse.
- Nova Enciclopédia Larousse (Vol. VII.) (1997). Lisboa: Círculo de Leitores, Lda. e Larousse.
- Nova Enciclopédia Larousse (Vol.18.) (1994). Lisboa: Circuito de Leitores, Lda e LarousseEnciclopédique.
- Nunes, P. (2004). Ciberterrorismo: Aspetos de Segurança . *Revista Militar n.º 2433*.
- Plano de Atividades para 2014 PSP*. Gabinete de Estudos e Planeamento - Direção Nacional da PSP. (2013).

- Relatório Anual de Segurança Interna 2017*. (2017) Lisboa: Sistema de Segurança Interna (Gabinete do Secretário-Geral).
- Rodrigues, N. (2011). A Gestão de Crises no Contexto da Segurança Interna. *Politeia - Ano VIII*: pp. 107-117.
- Santos, M. O. (2011). *Noções Introdutórias Sobre o Processo de Planeamento*. Évora: Universidade de Évora.
- Saraiva, F. (2011). A Definição de Crise das Nações Unidas, União Europeia e NATO. *Nação e Defesa, Nº129, 5ª série*: pp. 11-30.
- Silva, P. F., Carreira, C., Romana, H.B., Fernandes, J., Clemente, P., Silva, P., Jóia, R. (2012). *Caos Urbano*. Pactor. Lisboa.
- The Global Risks Report, 2018, 13.ª Edition*. (2018).
- The IPO Security Model*. (2007).
- Torres, J. E. (2015). *Gestão de Riscos no Planeamento, Execução e Auditoria de Segurança*. Lisboa: ISCPSI.
- Vicente, P. A. (2011). As Forças Armadas e a Segurança Interna. O Caso Nacional. *Revista Militar n.º2512*.
- Wilson, O. W. (1973). *Police Planning, 2ª Edição*. USA, Springfield, Illinois: United States Library, Lisbon.
- World Disasters Report, Resilience: Saving Lives Today, Investing for Tomorrow*. International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies. (2016).

Webgrafia

- Caixa Geral de Depósitos - Simulacro Anual de Emergência*. (s.d.) Consultado em 3 de março de 2018: <http://www.cgd.pt/Institucional/Sala-de-Imprensa/2017/Pages/Caixa-realiza-simulacro-anual-de-emergencia.aspx>.
- Desastres naturais: os 5 tsunamis mais destrutivos da história*. (s.d.). Consultado em 10 de janeiro de 2018: <https://aterraemmarte.com/desastres-naturais-os-5-tsunamis-mais-destrutivos-da-historia/>.

Direitos Humanos - Gabinete Documentação e Direito Comparado. (s.d.). Consultado em 5 de fevereiro de 2018: http://direitoshumanos.gddc.pt/2_2/IIPAG2_2_2.htm”.

European Network and Information Security Agency. (s.d.). Consultado em 5 de fevereiro de 2018: <https://www.cncs.gov.pt/cooperacao/enisa/>.

European Programme for Critical Infrastructure Protection. (s.d.). Consultado em 10 de fevereiro de 2018: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM%3A133260>.

Information Sharing and Analysis Center. (s.d.). Consultado em 5 de fevereiro de 2018: <https://www.cncs.gov.pt/cooperacao/isac/>.
MACHADO, M. (2011). *Grande Sismo do Leste do Japão: o papel das Forças Armadas*. Consultado em: 10 de janeiro de 2018: <http://www.operacional.pt/grande-sismo-do-leste-do-japao-papel-das-forcas-armadas/>.

Katrina - Resposta a Desastres: O que mudou? (2016). Consultado em 10 de janeiro de 2018: <https://www.pilotopolicial.com.br/resposta-a-desastres-katrina-o-que-mudou/>.

North Atlantic Treaty Organization. (s.d.). Consultado em 5 de fevereiro de 2018: <https://www.cncs.gov.pt/cooperacao/nato/>.

OLIVERAS E. (s.d.). *A importância da Formação Profissional*. Consultado em março de 2018: <http://blog.grupo-pya.com/pt-br/importancia-da-formacao-profissional/>.

SIZA, R. (2005). *katrina-A destruição de uma cidade com hora marcada*.

Consultado em 10 de janeiro de 2018:

<https://www.publico.pt/2015/08/27/mundo/noticia/katrina-a-destruicao-de-uma-cidade-com-hora-marcada-1706048>.

Organização para a Segurança e Cooperação na Europa. (s.d.). Consultado em 5 de fevereiro de 2018: <https://www.cncs.gov.pt/cooperacao/osce/>.

Planos de Emergência de Proteção Civil. (s.d.). Consultado em 8 de fevereiro de 2018: <http://planos.prociv.pt/Pages/PlanosEmergencia.aspx>.

Legislação

Constituição da República Portuguesa. (2008). Coimbra: Almedina.

Decisão 2008/617/JAI do *Conselho da União Europeia*. 2008.

Decreto-Lei n.º 72/2013, de 31 de maio. *Diário da República, 1.ª série — N.º 105 — 31 de maio de 2013*. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 81/2016, de 28 de novembro. *Diário da República 1.ª série — N.º 228- de 28 de novembro de 2016*. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 173/2004, de 21 de julho, revogado pela Lei n.º 23/2008. *Diário da República, 1.ª série - A — N.º 170 — 21 de julho de 2008*. Lisboa.

Decreto-Regulamentar n.º 2/2016, de 23 de agosto. *Diário da República 1.ª série - N.º 161 — de 23 de agosto de 2016*. Lisboa.

Despacho n.º 14/GDN/2017. (Regulamento de armamento e equipamento individual da PSP). *Ministério da Administração Interna. Direção Nacional da PSP*. Lisboa.

Lei n.º 44/86, de 30 de setembro. *Diário da República, 1.ª série — N.º 92 — de 11 de maio de 2012*. Lisboa.

Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto. *Diário da República, 1.ª série — N.º 168 — 31 de Agosto de 2007*. Lisboa.

Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto. *Diário da República, 1.ª série — N.º 167 — 29 de Agosto de 2008*. Lisboa.

Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto. *Diário da República, 1.ª série — N.º 149 — 3 de agosto de 2015*. Lisboa.

Lei n.º 109/2009, de 15 de setembro. *Diário da República, 1.ª série — N.º 179 — 15 de Setembro de 2009*. Lisboa.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 7-A/2015. *Diário da República, 1.ª série — N.º 36 — 20 de fevereiro de 2015*. Lisboa.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 87/2013. *Diário da República, 1.ª série — N.º 240 — 11 de dezembro de 2013*. Lisboa.

Resolução n.º 25/2008, de 18 de julho. *Diário da República, 1.ª série - N.º 31 - 13 de Fevereiro de 2008*. Lisboa.

Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. *Jornal Oficial da União Europeia*.

Anexos

Anexo I. Despachos de Autorização para a realização de entrevistas a elementos da PSP e recolha de informações.

POLÍCIA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA
DIRECÇÃO DE ENSINO
SECRETARIA ESCOLAR

Exmo. Senhor
Diretor Nacional Adjunto/Unidade Orgânica de Recursos Humanos
(Departamento de Formação)
DN/PSP Largo da Penha da França, N.º 1
1199-010 LISBOA

17/2/2018
O Diretor Nacional Adjunto de Formação
Jorge Sá Pereira da Oliveira
Superintendente-Chefe

Ass: Referência:
Ass: Comunicação:
Nossa Referência: 65/SECDE/2018
Classificador: 080.01.10
Processo: SECDE/201700061ASP
Data: 2018-02-05
Assunto: PEDIDO DE COLABORAÇÃO EM TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

1. O Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP), no 5.º ano - Estágio - compreende a elaboração de uma dissertação/trabalho de projeto que deverá, obrigatoriamente, incidir sobre um tema das áreas científicas de Ciências Policiais, Ciências Jurídicas, Ciências Sociais e Humanas e/ou Ciências de Desenvolvimento e Adaptação Motora.

2. Neste sentido, a Aspirante a Oficial de Polícia Adélia Alexandra Duarte Ferreira irá realizar o seu estudo numa daquelas áreas científicas, subordinado ao tema "A Polícia de Segurança Pública em Cenários de Crise: Reflexo Sobre as Capacidades Policiais em Situação de Contingência", do qual é Orientador o Superintendente, Prof.º Doutor Luís André Elias.

3. Deste modo, solicita-se a V.ª Ex.ª autorização para a realização de entrevistas às seguintes individualidades da estrutura orgânica da PSP:

- Exmo. Sr. Superintendente Luís Simões - Diretor do Departamento de Operações;
- Exmo. Sr. Superintendente Fátima Ferrandes - Diretor Adjunto do INCPSP;
- Exmo. Sr. Intendente Diogo Prates - Chefe da Área Operacional da UEP;
- Exmo. Sr. Intendente Mário Pereira - Chefe da Área Operacional do COMETPOR;
- Exmo. Sr. Agente Principal Celso Guerra - Corpo de Intervenção da UEP;

4. Solicita-se, ainda, ao núcleo de formação da DN/PSP, dados relativos ao tipo de formação que é ministrada aos elementos policiais, relativa à atuação em cenários de crise e emergência, nomeadamente, formação ministrada para fazer face a situações de Estado de Sítio e Estado de Emergência; Incidentes Policiais; Acidentes Graves e Catástrofes; Cibercrimes; quer ao longo da carreira dos elementos policiais, quer em locais de formação específicos como o Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, a Escola Prática de Polícia, a Unidade Especial de Polícia, entre outros cursos e unidades policiais onde haja formação neste sentido.

5. Assim sendo, atendendo à natureza do estudo, a realização das referidas entrevistas e a informação fornecida será uma mais-valia para a recolha de dados necessários para a elaboração da Dissertação de Mestrado, uma vez que lhe irá conferir maior credibilidade e fundamentação nas respostas e nas conclusões.

6. Junto se anexa o guia de entrevista, com as questões a colocar a cada entrevistado.

7. Mais se informa V.ª Ex.ª de que a Aspirante a Oficial de Polícia Adélia Ferreira se compromete ao dever de confidencialidade e anonimato, da informação obtida, fora do âmbito do seu trabalho académico.

O Diretor
Abílio Pinto Vieira
Abílio Pinto Vieira
Superintendente-chefe

R. 1.ª de Maio, nº5 - 1349-040 Lisboa - Tel. 21 361 2900 - Fax. 21 361 0838 - www.psp.pt - msp@psp.pt

DIRECÇÃO NACIONAL
FSP/DAO
SECTO
COMUNICAÇÃO

Entrada Nº 4110
Data 12 FEV. 2018
P 3 FOS

117808

POLÍCIA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA
DIRECÇÃO DE ENSINO
SECRETARIA ESCOLAR



Exmo. Senhor
Diretor Nacional Adjunto/Unidade Orgânica de Recursos
Humanos
(Departamento de Formação)
DN-PSP Largo da Penha de França, N.1
1199-010 LISBOA

*Autografo de função do
do Departamento de Formação
em 5/3/2018*
Diretor Nacional Adjunto/URRH
D. João Oliveira
Superintendente-chefe

Sua Referência:
Sua Comunicação:
Nossa Referência: 85/SECDE/2018
Classificação: 080.01.10
Processo: SECDE/201700001ASP
Data: 2018-02-22

**Assunto: PEDIDO DE COLABORAÇÃO EM TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS**

1. O Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP), no 5.º ano - Estágio - compreende a elaboração de uma dissertação/trabalho de projeto que deverá, obrigatoriamente, incidir sobre um tema das áreas científicas de Ciências Policiais, Ciências Jurídicas, Ciências Sociais e Humanas e/ou Ciências de Desenvolvimento e Adaptação Motora.

2. Neste sentido, a Aspirante a Oficial de Polícia Adélia Alexandra Duarte Ferreira irá realizar o seu estudo numa daquelas áreas científicas, subordinado ao tema "A Polícia de Segurança Pública Em Cenários de Crise: Reflexão Sobre as Capacidades Policiais em Situação de Contingência", do qual é Orientador o Superintendente, Prof.º Doutor Luís André Elias.

3. Deste modo, solicita-se a V.ª Ex.ª autorização para a realização de entrevista à seguinte individualidade da estrutura orgânica da PSP:

Exmo.º Sr. Superintendente-chefe José Matos Torres - Diretor Nacional Adjunto-Unidade Orgânica Logística e Finanças.

5. Assim sendo, atendendo à natureza do estudo, a realização da referida entrevista e a informação fornecida será uma mais-valia para a recolha de dados necessários para a elaboração da Dissertação de Mestrado, uma vez que lhe irá conferir maior credibilidade e fundamentação nas respostas e nas conclusões.

6. Junto se anexa o guião de entrevista, com as questões a colocar ao entrevistado.

7. Mais se informa V.ª Ex.ª de que a Aspirante a Oficial de Polícia Adélia Ferreira se compromete ao dever de confidencialidade e anonimato, da informação obtida, fora do âmbito do seu trabalho académico.

REGIÃO NACIONAL PSP/DADI	Extrato Nº <i>5869</i>
REGIÃO CORRESPONDÊNCIA	Data <i>28.FEV.2018</i>

O Diretor

Abílio Pinto Vieira
Superintendente-chefe



R. 1.ª de Maio, nº3 - 1300-080 Lisboa - Tel: 213613900 - Fax: 213610575 - www.icspi.pt - icspi@icspi.pt

142438
Página 1/1

POLÍCIA SEGURANÇA PÚBLICA					
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA					
DIRECÇÃO DE ENSINO					
SECRETARIA ESCOLAR					
<div><div>Exmo. Senhor Diretor Nacional Adjunto/Unidade Orgânica de Recursos Humanos (Departamento de Formação) DN/PSP Largo da Penha de França, N.1 1199-010 LISBOA</div><div> O Diretor Nacional Adjunto UORH José Ferreira da Silva Superintendente-Chefe</div></div>					
<div><div>Sua Referência: Sua Comunicação: Nossa Referência: 116/SECDE/2018 Classificador: OII.01.10 Processo: SECDE201700001ASP Data: 2018-03-21</div><div>Assunto: PEDIDO DE COLABORAÇÃO EM TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS</div></div>					
<div><div>1. O Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP), no 5.º ano - Estágio - compreende a elaboração de uma dissertação/trabalho de projeto que deverá, obrigatoriamente, incidir sobre um tema das áreas científicas de Ciências Policiais, Ciências Jurídicas, Ciências Sociais e Humanas e/ou Ciências de Desenvolvimento e Adaptação Motora.</div><div>2. Neste sentido, a Aspirante a Oficial de Polícia Adélia Alexandra Duarte Ferreira irá realizar o seu estudo numa daquelas áreas científicas, subordinado ao tema "A Polícia de Segurança Pública Em Cenários de Crise. Reflexão Sobre as Capacidades Policiais em Situação de Contingência", do qual é Orientador o Superintendente, Prof.º Doutor Luís André Elias.</div><div>3. Deste modo, solicita-se a V.ª Ex.ª autorização para a realização de entrevista à seguinte individualidade da estrutura orgânica da PSP: Exmo.º Sr. Intendente Rui Filipe Resende Melo Coelho De Moura.</div><div>5. Assim sendo, atendendo à natureza do estudo, a realização da referida entrevista e a informação fornecida será uma mais-valia para a recolha de dados necessários para a elaboração da Dissertação de Mestrado, uma vez que lhe irá conferir maior credibilidade e fundamentação nas respostas e nas conclusões.</div><div>6. Junto se anexa o guião de entrevista, com as questões a colocar ao entrevistado.</div><div>7. Mais se informa V.ª Ex.ª de que a Aspirante a Oficial de Polícia Adélia Ferreira se compromete ao dever de confidencialidade e anonimato, da informação obtida, fora do âmbito do seu trabalho académico.</div></div>					
<div><div>O Diretor</div><div> Abílio Pinto Vieira Superintendente-chefe</div></div>					
<div><div><div>6, 1ª de Maio, nº3 1340-040 Lisboa Tel: 213613900 Fax: 213610535 www.icpsi.pt icpsi@icpsi.pt</div></div><div><table border="1"><tr><td>DIRECÇÃO NACIONAL PSP/DAG</td><td>Unidade nº 8435</td></tr><tr><td>SEÇÃO CORRESPONDÊNCIA</td><td>Data 26 MAR 2018 P.º 2 fo 5</td></tr></table></div><div><div>147400</div><div>Página: 1/1</div></div></div>		DIRECÇÃO NACIONAL PSP/DAG	Unidade nº 8435	SEÇÃO CORRESPONDÊNCIA	Data 26 MAR 2018 P.º 2 fo 5
DIRECÇÃO NACIONAL PSP/DAG	Unidade nº 8435				
SEÇÃO CORRESPONDÊNCIA	Data 26 MAR 2018 P.º 2 fo 5				

Anexo II. Modelo de Evolução de Crises.

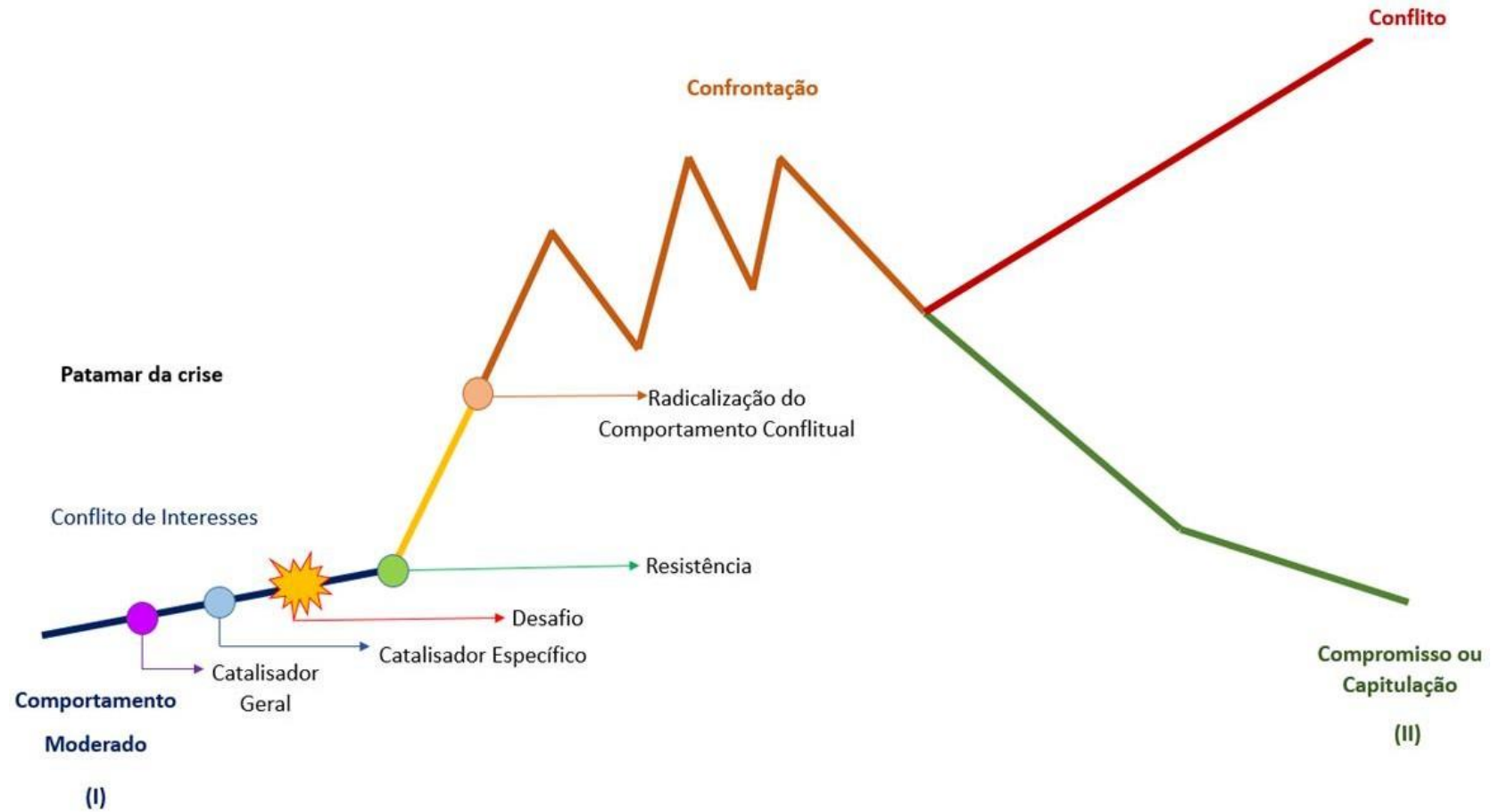


Figura1: Modelo de Evolução da Crise.

Fonte: Adaptado de Pinto (1987, p.5); *Caos Urbano* (2012)

Anexo III. Modelo de Evolução de uma Crise Progressiva.

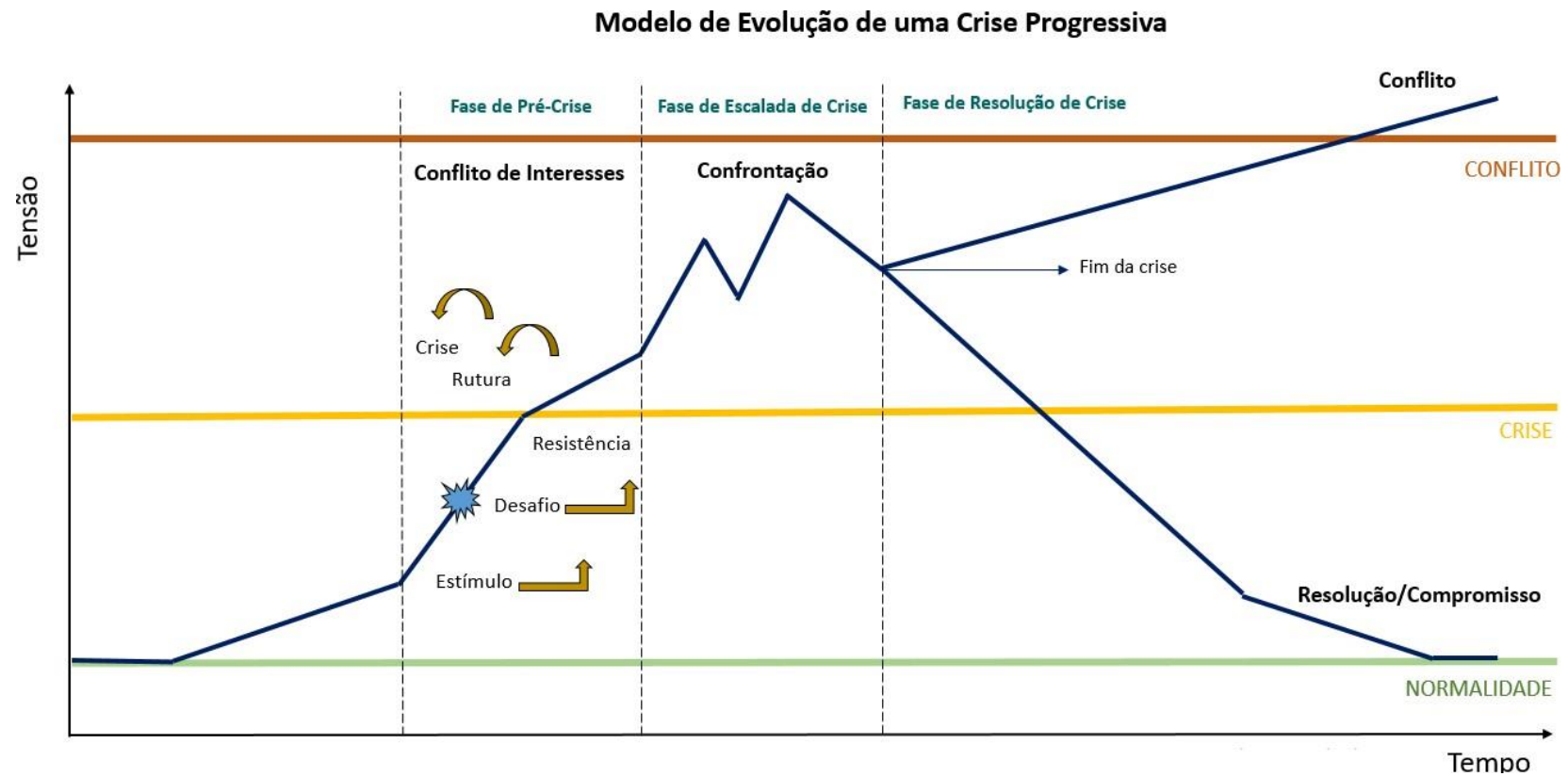


Figura 2: Modelo de Evolução de uma Crise Progressiva.

Fonte: resultado a comparação e análise de alguns modelos, nomeadamente os Modelos de Brecher (1993), Snyder (1977) e Jonathan Roberts (1998).

Explicação do Raciocínio:

Num referencial que relaciona o Tempo e a Tensão, estão definidos três patamares, nomeadamente o patamar da Normalidade, o patamar da Crise e o patamar de Conflito.

Estão também definidos três principais fases de crise. São elas a Fase de Pré-Crise, a Fase de Escalada de Crise e a Fase de Resolução da Crise.

A fase de Pré-Crise inicia-se quando ao longo do tempo começa a aumentar a tensão, no entanto, essa é ainda aceitável. Nesta fase acaba por existir uma situação de Conflito de Interesses. Surge um Estímulo, ou seja, um elemento desencadeador, que gera um Desafio entre as partes. Perante esse cenário, surgirá uma resposta, ou seja, cria-se uma Resistência. Essa resistência poderá levar a uma Rutura, que desencadeia a Crise propriamente dita.

Entramos então na fase seguinte de Escalada de Crise, onde ocorre a Confrontação de ambas as partes, correspondendo à fase central da crise.

Atingido o potencial máximo de tensão suportável, inicia-se a Fase de Resolução da Crise, onde a mesma acaba, existindo para isso dois caminhos diferentes. Ou a crise é resolvida, mediante um acordo, entre as partes, fechando-se um compromisso, ou então parte-se para o Conflito, uma concorrência de forças entre as partes. Nesta última forma de resolução da crise, terminasse também com essa mesma crise, embora se atinja o máximo de tensão, uma vez que o conflito gera hostilidades reais, ou seja, enquanto poderemos visualizar uma crise consoante as ameaças que ela oferece, bem como as consequências daí geradas, o conflito deixa de ser uma ameaça, para passar a ser uma hostilidade real, com consequências certas, sejam elas positivas ou negativas.

Anexo IV. Necessidades elencadas pela PSP aquando da realização do exercício do Grupo ATLAS em 2014.

Para a realização do exercício do Grupo ATLAS, de âmbito europeu, realizado em Portugal, em 2014, que contou com a participação da PSP no subgrupo *Building*, bem como no projeto *Silent Teams*, foram elencadas algumas necessidades, quer a nível de meios logísticos, quer de meios humanos.

Necessidades Logísticas:

- Dois helicópteros, tendo-se proposto a aquisição destes à Força Aérea e Marinha Portuguesas;

- Casas de banho portáteis,
- Computadores,
- Monitores LCD, para divulgação de imagens do ITP no Posto de Comando,
- Impressoras,
- Cinco câmaras de filmar,
- Um *Quad Display*,
- Rádio para comunicar,
- *Kit* de acesso a estruturas elevadas,
- *Kit* bolsa médica de perna.
- Um veículo de combate a incêndio urbano requerido ao Regimento de Sapadores dos Bombeiros.

Necessidades de meios humanos:

- Reforço, a nível de efetivo, na Equipa Central de Negociação da UEP;
- Um Psicólogo,
- Equipas do Departamento de Informações Policiais para fornecerem apoio técnico, equipas de Investigação Criminal,
- Elementos para efetuarem patrulhas dobradas e cortes de trânsito,
- Solicitou-se a presença e colaboração do INEM, com um hospital de campanha, veículos de emergência.

de âmbito europeu, organizado pela UEP, e realizado em Portugal no ano de 2014, tendo – se destacado a sendo estes integrantes do quadro da Rede Atlas. De acordo com uma fonte institucional, o Grupo ATLAS congrega várias unidades contraterroristas dos países da EU, subdividindo-se em vários grupos

Apêndices

Apêndice I. Guião das Entrevistas Aplicadas

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



XXX Curso de Formação de Oficiais de Polícia

GUIÃO DE ENTREVISTA

A POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA EM CENÁRIOS DE CRISE.
REFLEXÃO SOBRE AS CAPACIDADES POLICIAIS EM SITUAÇÕES DE
CONTINGÊNCIA.

Mestrando: **ADÉLIA ALEXANDRA DUARTE FERREIRA**

Orientador: ***SUPERINTENDENTE, PROFESSOR DOUTOR LUÍS ELIAS***

Porto, 20 de janeiro de 2018.

Guião de Entrevista

ENQUADRAMENTO:

As entrevistas que vimos propor serão realizadas no âmbito da elaboração da Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais e Segurança Interna, cuja temática é “A Polícia de Segurança Pública em Cenários de Crise. Reflexão Sobre as Capacidades Policiais em Situações de Contingência”.

Dada a possibilidade da ocorrência de crises de diversa natureza (catástrofes naturais, atentados terroristas, desordens públicas, ciberataques, entre outros) revela-se importante a PSP estar preparada para operar em situações de contingência. Sendo elevada a probabilidade de a ocorrência de um destes acontecimentos culminar num cenário de emergência e de catástrofe, é importante a nossa instituição revelar-se previamente organizada e preparada para atuar da melhor maneira possível e desejável num destes hipotéticos cenários.

As entrevistas realizadas pretendem, portanto, dar resposta ao problema de estudo em causa, saber qual a capacidade de atuação da PSP em situações de contingência/em cenários de crise.

As entrevistas têm como objetivos:

1. Obter esclarecimentos sobre o conceito de crise;
2. Saber como é a atuação operacional da PSP em cenários de contingência;
3. Aferir informações sobre a formação dos polícias na vertente de atuação em situações de crise, por causa humana ou natural;
4. Averiguar se, segundo os entrevistados, os equipamentos à disposição da PSP, para fazer face a situações de crise serão os mais eficazes, eficientes e suficientes;
5. Aferir se a PSP está preparada para agir nas vertentes safety e security em situações de crise.

QUESTÕES A COLOCAR: Oficiais e Agentes da Polícia de Segurança Pública.

1. O que considera uma crise? No seu ponto de vista, quando estamos perante uma situação de crise?

2. A PSP está preparada para vir a atuar numa situação de Estado de Sítio/Estado de Emergência? Na sua opinião, o que deverá ainda ser melhorado nesse âmbito?

3. No seu ponto de vista, a PSP está preparada para atuar em Incidentes Tático-Policiais? O que poderá ainda ser melhorado? Terá a PSP os meios adequados para resolver Incidentes Tático-Policiais? Na sua opinião o que está em falta?

4. Apelando à sua experiência profissional, recorda algum Incidente Tático-Policial em Portugal? Como avaliaria a atuação da PSP e outras entidades que estiveram envolvidas?

5. Considera que a PSP está preparada para atuar eficaz e eficientemente numa situação de catástrofe ou de acidente grave? Na sua opinião, a PSP tem os meios materiais e humanos adequados e suficientes para atuar perante um cenário de catástrofe ou acidente grave?

6. Considera a PSP uma instituição preparada para fazer face a um ciberataque? O que considera importante ainda ser feito de modo que a PSP fique mais preparada para resistir a um ciberataque? Quais as consequências de um ciberataque a uma instituição como a PSP em Portugal?

NOTA: As questões terão de ser respondidas tendo sempre em contra a legislação existente, a doutrina, a formação e os meios existentes em cada instituição a que os entrevistados pertencem.

QUESTÕES A COLOCAR: Autoridade Nacional de Proteção Civil.

1. O que considera uma crise? No seu ponto de vista, quando estamos perante uma situação de crise?

2. A Proteção Civil está preparada para vir a atuar numa situação de Estado de Sítio/Estado de Emergência? Na sua opinião, o que deverá ainda ser melhorado nesse âmbito a nível nacional?

3. Considera que a Proteção Civil está preparada para atuar eficaz e eficientemente numa situação de catástrofe ou de acidente grave?

4. Na sua opinião, a Proteção Civil tem os meios materiais e humanos adequados e suficientes para atuar perante um cenário de catástrofe ou acidente grave?

5. Considera a Proteção Civil uma instituição preparada para fazer face a um ciberataque? O que há a melhorar a nível nacional relativamente a esta área? Na sua opinião, quais as consequências de um ciberataque a uma instituição como a Proteção Civil em Portugal?

6. O que pensa relativamente à formação dos elementos da Proteção Civil para fazer face a situações de crise, tais como cenários de Estado de Sítio e Estado de Emergência, Acidentes e Catástrofes Graves, Incidentes Tático-Policiais e Ciberataques?

7. Apelando à sua experiência profissional, recorda situações em que a ANPC tenha atuado com a intervenção da PSP? Como avaliaria essa interação com a PSP e outras entidades?

NOTA: As questões terão de ser respondidas tendo sempre em contra a legislação existente, a doutrina, a formação e os meios existentes em cada instituição a que os entrevistados pertencem.

QUESTÕES A COLOCAR: Forças Armadas.

1. O que considera uma crise? No seu ponto de vista, quando estamos perante uma situação de crise?

2. As Forças Armadas estão preparadas para vir a atuar numa situação de Estado de Sítio/Estado de Emergência? Na sua opinião, o que deverá ainda ser melhorado nesse âmbito?

3. Considera que as Forças Armadas estão preparadas para atuar eficaz e eficientemente numa situação de catástrofe ou de acidente grave? Na sua opinião, as Forças Armadas têm os meios materiais e humanos adequados e suficientes para atuar perante um cenário de catástrofe ou acidente grave?

4. Considera as Forças Armadas preparadas para fazer face a um ciberataque? O que considera importante ainda ser feito de modo que as Forças Armadas fique mais preparadas para resistirem a um eventual ciberataque? Na sua opinião, quais as consequências de um ciberataque numa instituição como as Forças Armadas em Portugal?

5. O que pensa relativamente à formação dos militares para fazer face a situações de crise, tais como cenários de Estado de Sítio e Estado de Emergência, Acidentes e Catástrofes Graves e Ciberataques? Como avaliaria a cooperação nestes cenários entre as Forças Armadas e as Forças de Segurança, nomeadamente a PSP, e o que poderia ser melhorado a esse nível?

NOTA: As questões terão de ser respondidas tendo sempre em contra a legislação existente, a doutrina, a formação e os meios existentes em cada instituição a que os entrevistados pertencem.

QUESTÕES A COLOCAR: Centro Nacional de Cibersegurança.

1. O que considera uma crise? No seu ponto de vista, quando estamos perante uma situação de crise?
2. Como definiria os conceitos de “cibercrime”, “ciberguerra” e “ciberterrorismo”? O que os distingue e como se conseguem identificar, quando estamos perante um deles?
3. O que é a cibersegurança? Qual a importância da cibersegurança no mundo atual?
4. Numa perspetiva de cibersegurança, Portugal está preparado para enfrentar uma situação de Estado de Sítio/Estado de Emergência? Na sua opinião, o que deverá ainda ser melhorado nesse âmbito?
5. Numa situação de catástrofe ou de acidente grave, se ocorrer em simultâneo um ciberataque às redes de comunicação das Forças de Segurança e às Forças de Proteção e Socorro, Portugal está preparado para atuar uma situação desse género?
6. Na sua opinião, quais as consequências que Portugal poderia sofrer a nível de segurança interna e externa, caso fosse alvo de um ciberataques? Qual o impacto/possíveis consequências de um ciberataque a uma Infraestrutura-Crítica no nosso país?
7. Que medidas pensa serem importantes adotar numa instituição como a Polícia de Segurança Pública (PSP), de modo a fazer face a um possível ciberataque? Quais as medidas de segurança que considera fundamental adotar, em primeira linha, de modo a reduzir a vulnerabilidade, a nível informático, de uma instituição como a PSP?

**QUESTÕES A COLOCAR: Oficial da PSP especialista em Tecnologias das
Informações e Comunicações.**

1. O que considera uma crise? No seu ponto de vista, quando estamos perante uma situação de crise?
2. Como definiria os conceitos de “cibercrime”, “ciberguerra” e “ciberterrorismo”? O que os distingue e como se conseguem identificar, quando estamos perante um deles?
3. O que é a cibersegurança? Qual a importância da cibersegurança no mundo atual? Qual a sua importância para uma instituição como a PSP?
4. Numa perspetiva de cibersegurança, a PSP está preparado para enfrentar uma situação de Estado de Sítio/Estado de Emergência? Na sua opinião, o que deverá ainda ser melhorado nesse âmbito?
5. Numa situação de catástrofe ou de acidente grave, se ocorrer em simultâneo um ciberataque às redes de comunicação da PSP e às Forças de Proteção e Socorro, Portugal está preparado para atuar uma situação desse género?
6. Na sua opinião, quais as consequências que a PSP poderia sofrer caso fosse alvo de um ciberataques? Qual o impacto/possíveis consequências de um ciberataque?
7. Que medidas pensa serem importantes adotar numa instituição como a PSP, de modo a fazer face a um possível ciberataque? Quais as medidas de segurança que considera fundamental adotar, em primeira linha, de modo a reduzir a vulnerabilidade, a nível informático, de uma instituição como a PSP? O que ainda falha na PSP a nível de cibersegurança?

Porto, 20 de janeiro de 2018.

Adélia Alexandra Duarte Ferreira

Aspirante a Oficial de Polícia 3019/15600

Análise de Entrevistas
Questões Gerais
(Entrevistados A, B, C, D, E, F e H)

Apêndice II. Análise de Entrevistas – Questão 1: Conceito de Crise

Matriz cromática das unidades de contexto e de registo - Questão 1

Entrevistado	Unidade de Contexto	Unidade de Registo
A	“(…) existem vários tipos de crise na PSP, (…) a PSP está em crise, em todos os aspetos, não só do ponto de vista económico, (…) para mim isto é crise (…)”	1.1
B	“ O meu conceito de crise não é um conceito binário (...). Podemos dizer que há níveis de crise (...) ninguém consegue dizer, qual é o conceito de uma crise nesse figurino de, ou estamos em crise, ou estamos fora dela (...) é tudo uma questão gradativa.”	1.4
	“(…) estamos numa situação de crise quando esse estado de normalidade, de tranquilidade, tido como padrão é agitado por poucos momentos ou de forma duradoura. (...) estará numa situação de crise quando nós não estamos numa situação de tranquilidade, (...) tudo o que não é estado de normalidade pura (...).”	1.2
C	“(…) situação de extrema gravidade, que não esteja planeada, e que de alguma forma obriga a uma conjugação de esforços institucionais, pessoas e instituições, das mais variadas, para se poder responder com eficácia a essa crise, e minimizar os efeitos dessa crise e de toda a parte negativa que ela traz para a sociedade, tentando de alguma forma recuperar o normal funcionamento das instituições.”	1.2
	“(…) seria interessante, em termos doutrinários, nós termos a possibilidade de estabelecer critérios diferentes daquilo que é uma situação, daquilo que é um problema, daquilo que é um incidente, como é um Incidente Tático-Policial, e o que é que é uma crise (...).”	1.5
D	“(…) duas variáveis que interferem sempre numa crise, que é a questão do risco e da ameaça. Há uma crise quando há uma ameaça que despoleta, ou quando se identificam possíveis riscos. (...) também se pode falar numa crise que seja transversal à instituição, ou apenas que afete uma pequena parte dessa instituição (...) Eu posso entender, que se eu tiver um ITP aqui no Porto, estou em crise, porque há uma ameaça, porque há riscos que são conhecidos, e porque há a possibilidade desse evento alterar a normalidade. (...) é uma ameaça ou riscos que possam alterar a minha normalidade de funcionamento.”	1.2

E	“(…) é um conceito que não faz parte do léxico policial. Nós não falamos em crises (…) na nossa Constituição não fala em momento nenhum em situações de crise, (…) Também nos nossos conceitos em que trabalhamos, não existe este conceito de crise a nível interno. A única área em que se fala, no âmbito policial, em situações de crise, em gestão de crises (…)”	1.5
	“(…) é um conceito que é difícil de definir, que é utilizado em diversas ciências, (…) contextos e a situações completamente diferentes	1.2
	“Podemos às vezes falar em situações de crise, quando é afetada a imagem institucional da PSP (…) ”	1.1
F	“Crise é uma coisa brusca, uma surpresa que faz causar uma resposta, e isso leva a alterações procedimentais (...), a nível nacional, é de facto uma mudança brusca, estamos a falar de incerteza (...). ”	1.2
	“(…) tínhamos em Portugal, até 2004, (...) o Sistema Nacional de Gestão de Crises, havia um Gabinete de Crise e havia uma forma de lidar, em Portugal, com estruturas do Estado, a nível interministerial, que resolvia essa dimensão da crise (...), essa dimensão desapareceu e ficamos com uma lacuna na minha opinião, que provavelmente teremos de resolver mais tarde ou mais cedo.”	1.3
	“Crise é um conceito que tem dois entendimentos diferentes, num Estado e num ponto de vista internacional.”	1.4
G	(...) situações disruptivas, que atentem ao normal funcionamento da ação governativa e da sociedade em geral. (...) comprometidos os interesses, a soberania e a segurança nacionais, (...) a ocorrência de origem interna ou externa, que face à sua proporção obrigue à necessidade de coordenação e articulação dos serviços públicos e privados.”	1.2
	“No aspeto ciber será um evento inesperado nas redes e sistemas de informação, cujo impacto altere o normal funcionamento (...).”	1.6
H	“(…) é um conceito muito abrangente. Não há propriamente, em termos internacionais e nacionais, um conceito de crise muito bem estruturado e muito bem consolidado.”	1.4
	“(…) ao nível daquilo que é a atuação da Proteção Civil, o conceito de crise não é contemplado (...) não seja um conceito que nós tenhamos adotado para nós na nossa legislação. (...) não faz parte do nosso léxico.”	1.5
	“(…) crise é tudo aquilo que na prática cria algum tipo de rutura na rotina. (...) mas uma rutura significativa (...). A partir do momento em que deixo de ter o meu “estado normal”, e passo a ter uma situação que me obriga a assumir medidas excecionais, medidas diferenciadas, um comportamento diferente (...) depois há diferentes dimensões (...) Tudo aquilo que obriga a situações de exceção, situações de um empenho maior de meios, de meios diferenciados, que obriga a intervenção por exemplo de nível nacional (...).”	1.2

I	“(…) não é um conceito que esteja legalmente consagrado.”	1.5
	“(…) e que pode, e acima de tudo, ter um grande impacto no funcionamento ou das instituições democráticas ou da sociedade como um todo(…).”	1.2

A POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA EM CENÁRIOS DE CRISE
REFLEXÃO SOBRE AS CAPACIDADES POLICIAIS EM SITUAÇÕES DE CONTINGÊNCIA

Análise de conteúdo final - Questão 1

Categorias	Subcategorias	Unidades de Registro	Entrevistados									Unidades de Enumeração	Resultados (%)
		Questão 1	A	B	C	D	E	F	G	H	I		
Definição do conceito de crise.	Conceito de crise.	1.1 A imagem institucional da PSP poderá ser um exemplo de crise.	x				x					2	22.2%
		1.2 Uma crise é tudo aquilo que cause alguma perturbação na normalidade, algum tipo de rutura brusca.		x	x	x	x	x	x	x	x	8	88.8%
	Abrangência do conceito de crise.	1.4 É um conceito abrangente, com mais que um entendimento.		x				x		x		3	33.3%
		1.5 Inexistência do conceito no léxico das instituições a que os entrevistados pertencem (PSP, ANPC, CNCS, FA).			x		x		x	x	x	5	55.5%
	Resolução de crises a nível nacional.	1.3 Existência de uma lacuna a nível nacional da resolução de crises.						x				1	11.1%
Observação: Todos os nove entrevistados foram igualmente sujeitos à questão.													

Apêndice III. Análise de Entrevistas – Questão 2: Estado de Sítio/Estado de Emergência.

Matriz cromática das unidades de contexto e de registo - Questão 2

Entrevistado	Unidade de Contexto	Unidade de Registo
A	“Não. Infelizmente acho que não. (...) A PSP a nível geral não está preparada para uma situação dessas. (...) Provavelmente em cem homens, apenas dois poderão estar preparados. (...) na PSP não se preparam homens para o Estado de Sítio ou de Emergência, que na realidade podem vir a acontecer. (...) o nosso patrulheiro é o primeiro a entrar em atuação. O patrulheiro não está preparado para isso. (...) os polícias não são testados nem preparados para uma situação destas. (...) Para muitas coisas banais o agente não está preparado, muito menos para coisas mais críticas.”	2.1
	“Na PSP não se treina em cenários reais, (...) Existem treinos em que algumas forças especiais se juntam a outras forças militares, para treinarem especificamente um cenário em concreto, mas quem anda diariamente no terreno não tem esse treino. (...) o patrulheiro não sabe como atuar perante um cenário desses, porque não houve um simulacro, não houve um reconhecimento da área nem identificação de possíveis áreas de fuga.”	2.2
	“Sim. A nível de material não há dúvidas que há falta (...) A PSP não tem efetivo suficiente (...)”	2.3
	“Sim. (...) não há dúvidas que há falta, e a nível de conhecimentos também. (...) certamente que os poucos conhecimentos que alguns podem ter, foram adquiridos através de gastos próprios dos elementos, não foi a PSP que investiu.”	2.4
B	“Claro, claramente que sim.”	2.6
	“(...) complementaridade de meios que por vezes as forças policiais não têm (...)”	2.7
	“(...) a Polícia tem, para a grande maioria, para quase a totalidade de situações de crise, e mesmo num estado de Emergência ou de Sítio, a Polícia de Segurança Pública, como uma força que tem 22.000 homens, que tem mais que um Exército, ou a Força Aérea, tem que ter e tem, capacitação humana e logística para tal. Claro, que sem prejuízo de outros meios que sejam complementares,	2.8
C	“Sim, penso que em termos genéricos, a PSP está em condições de responder a um cenário desse género, seja de	2.6

	Estado de Sítio, seja do Estado de Emergência, seja de um outro evento qualquer categorizado de forma diferente.”	
	“No entanto, não de haver áreas que por falta de exercício, ou por falta de experiência (...) poderá haver necessidade disso mesmo, (...) de exercícios conjuntos com outras entidades (...).”	2.2
	“No entanto, não de haver áreas que por falta de exercício, ou por falta de experiência (...) poderá haver necessidade disso mesmo, ou de formação específica nessa matéria, (...).”	2.4
	“(...) o Regime de Estado de Sítio e de Estado de Emergência é de 1986, e entretanto a ameaça mudou completamente, (...) E talvez poderemos olhar para o Regime atual do Estado de Sítio e Estado de Emergência e este não dar resposta a tudo o que é necessário (...).”	2.10
D	“Eu acho que a PSP estaria portanto preparada para atuar num cenário destes. É preciso ver que a polícia está vocacionada para a sua missão e a nossa missão é aquela que nós fazemos todos os dias e mesmo num Estado de Sítio ou num Estado de Emergência é nesta missão que nós vamos trabalhar, podemos é ter de pôr recursos e meios à disposição de outras forças, que são geridos por outra força, (...) eu penso que estamos preparados porque vamos trabalhar na nossa missão, embora coordenados por uma entidade diferente.”	2.6
E	“Também relativamente ao Estado de Sítio, obviamente as coisas não estão definidas, pelo menos o que sabemos, é que ficaremos (Policia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana) na dependência do Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas. Portanto, são cenários que neste momento são difíceis de equacionar quais serão as funções e as competências das Forças de Segurança, fora daquilo que é normal, num Estado Democrático (...).”	2.10
	“Claro que há coisas a melhorar, isto é um trabalho que nunca vai estar acabado (...).”	2.11
	“O pessoal da PSP tem sido fundamentalmente treinado para ocorrências de rotina e para operações planeadas (...).”	2.2
	“(...) é exatamente aquilo que nós temos feito, que é capacitar, e dar mais capacidade e mais poder e mais capacidade de intervenção a todo o pessoal de primeira linha (...).”	2.12
	“(...) temos participado em praticamente todos os fóruns, (...) tem havido de facto nos últimos anos uma preocupação grande, no sentido de cada vez mais, a PSP está a ser preparada aos diferentes níveis, seja ao nível tático de reação imediata, ou seja depois ao nível de gestão de comando e controlo, aos diferentes níveis, para poder ter uma reação adequada quando estas situações ocorrerem.”	2.13

F	“Estão. As Forças Armadas têm um conceito estratégico militar, desde 2014, que define claramente o que se faz em Estado de Sítio e em Estado de Emergência. (...) as Forças Armadas têm, (...)as capacidades necessárias para responderem a cada uma das situações, a nível local, regional e nacional.”	2.5
G	NÃO SE APLICA	
H	“Eu penso que sim, (...) independentemente do cenário em que esteja a atuar, as nossas funções são quase sempre as mesmas (...) a grande diferença é que a coordenação macro da operação, transita daquilo que é esfera do Ministério da Administração Interna para a esfera do Ministério da Defesa Nacional, portanto, acabam por ser as Forças Armadas.”	2.9
	“Aquilo que importará porventura articular, ou treinar mais e exercitar e perceber como é que na prática isto se processa, é esta alteração daquilo que são estruturas de comando e coordenação.”	2.2
I	NÃO SE APLICA	

A POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA EM CENÁRIOS DE CRISE
REFLEXÃO SOBRE AS CAPACIDADES POLICIAIS EM SITUAÇÕES DE CONTINGÊNCIA

Análise de conteúdo final - Questão 2

Categorias	Subcategorias	Unidades de Registo	Entrevistados									Unidades de Enumeração	Resultados (%)
		Questão 2	A	B	C	D	E	F	G	H	I		
Estado de Sítio e Estado de Emergência	Capacidade para atuar em Estado de Sítio/estado de Emergência.	2.1 A PSP não tem capacidade de atuar num Estado de Sítio/Estado de Emergência.	x									1/5	20%
		2.6 A PSP tem capacidade de atuar num Estado de Sítio/Estado de Emergência.		x	x	x						3/5	60%
		2.11 A PSP está ainda a melhorar nesse aspeto.					x					1/5	20%
		2.5 As FA têm capacidade de atuar num Estado de Sítio/Estado de Emergência.						x				1/1	100%
		2.9 A ANPC tem capacidade de atuar num Estado de Sítio/Estado de Emergência.								x		1/1	100%
	Observação: Dos nove entrevistados, dois deles não foi aplicada a questão, pela área de especialização. Dois dos entrevistados pertencem a instituições diferentes da PSP, nomeadamente, um pertence às Forças Armadas e outro à Autoridade Nacional de Proteção Civil, pelo que responderam à questão tendo em conta a instituição a que pertencem. Dos entrevistados cinco pertencem à PSP, respondendo relativamente a essa instituição.												

A POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA EM CENÁRIOS DE CRISE
REFLEXÃO SOBRE AS CAPACIDADES POLICIAIS EM SITUAÇÕES DE CONTINGÊNCIA

	Necessidade de treino.	2.2 Existe a necessidade de mais treino, quer nas próprias instituições quer entre elas.	x		x		x			x			4/7	57.14%
		<u>Observação:</u> Dos nove entrevistados, dois não foi sujeito a esta questão pela sua área de especialização.												
	Proposta de alterações na legislação.	2.10 Necessidade de uma revisão na legislação em vigor.			x		x						2/7	28.57%
	<u>Observação:</u> Dos nove entrevistados, dois não foram sujeitos a esta questão pelas suas áreas de especialização.													
	Recursos humanos e matérias.	2.3 Há falta de meios materiais e meios humanos.	x										1/7	14.2%
		2.7 Há falta de complementaridade de meios.		x									1/7	14.2%
		2.8 Há os meios materiais e humanos que satisfazem as necessidades mínimas.		x									1/7	14.2%
		2.12 A PSP está a trabalhar na aquisição de material.					x						1/7	14.2%
	<u>Observação:</u> Dos nove entrevistados, dois não foram sujeitos a esta questão pelas suas áreas de especialização.													
	Necessidade de formação.	2.4 Há necessidade de haver mais conhecimento e formação nesta área.	x		x								2/7	28.57%
		2.13 A PSP está a trabalhar na melhoria da formação.					x						1/7	14.2%
	<u>Observação:</u> Dos nove entrevistados, dois não foram sujeitos a esta questão pelas suas áreas de especialização.													

Apêndice IV. Análise de Entrevistas – Questão 3: Incidentes Tático-Policiais.

Matriz cromática das unidades de contexto e de registo - Questão 3

Entrevistado	Unidade de Contexto	Unidade de Registo
A	“(…) o problema vem a seguir, que são os modos de atuação (….) devia ser feita uma nova avaliação dos métodos e dos meios de atuação (…). Por vezes essa aplicação do material já é tardia. Neste sentido, a doutrina, os graus de atuação existentes, deviam ser alterados em certa medida. (….) Primeiro a lei.”	3.1
	“A Polícia ainda demora muito a chegar ao local (….)”	3.8
	“(…) tem homens preparados para isso (….)”	3.2
	“(…) já se vai treinando esse aspeto (….)”	3.3
	“(…) A nível da UEP, já não estamos mal em termos de transportes. (….) A nível de material, a UEP já vai tendo mais material, já vai havendo uma maior consciencialização para a realidade (….)”	3.4
	“(…) todos tínhamos de ter uma formação (….) Os elementos que fazem o perímetro interior (….) deviam ter formação e estra preparados (….)”	3.5
	“(…) há que melhorar as condições do material com que se trabalha. (….)”	3.6
B	“Sim (…), a Polícia domina a doutrina, foia a sua criadora, e por outro lado, tem experiência nisso, muito mais do que qualquer outra força policial (….) neste momento, temos capacitação para qualquer tipo de ITP, mesmo se acontecessem vários em simultâneo em diferentes sítios.”	3.2
	“A Polícia de Segurança Pública criou a doutrina, formou o Plano de Coordenação, Controlo e Comando Operacional das Forças e Serviços de Segurança (….) Tem negociadores formados (….) e até mesmo a nível de comando e controlo, estamos a apostar cada vez mais nisso, que era uma falha à uns anos atrás.”	3.7
	“(…) tem equipamentos, materiais (….)”	3.4
C	“(…) temos uma doutrina muito consolidada, e também temos experiência nessa matéria (….) resolução seja eficaz nesses mesmos incidentes (….)”	3.2
	“(…) temos de acompanhar sempre o desenvolvimento tecnológico que o mercado possa oferecer (….) temos material, sim, mas poderemos eventualmente em alguns tipos	3.9

	de tecnologia específica melhorar essa nossa capacidade (...).”	
	“Nós temos equipamento para fazer face às necessidades (...) Até agora, o material que temos tem dado provas que tem correspondidos às necessidades operacionais que temos tido.”	3.4
D	“Eu diria à partida que sim. Desde logo porque a doutrina dos ITP’s foi concebida dentro da estrutura policial (...) O modelo existente para ITP’s foi construído por nós, portanto, acho que ninguém melhor que nós está preparado (...) temos já um histórico de experiência acumulada na gestão de ITP’s. De uma forma genérica, eu digo que a PSP está muito bem preparada (...).”	3.2
	“ (...) há sempre alguma coisa para melhorar, desde logo do ponto de vista da formação (...) Não falta, mas há que apostar cada vez mais na formação.”	3.5
	“Falta talvez adequar o protocolo, porque ano após ano há realidades novas, falta, por exemplo, adequar o protocolo a novas tecnologias (...).”	3.1
E	“ (...) tem havido, de facto, bastante formação, houve durante algum tempo cursos específicos de incidentes tático-políciais (...) Tem havido de facto havido, e termos de formação, relativamente às NEP’s e ao PCCCOFSS, e relembro também o CDEP e o CCDP, tem sido sempre uma matéria muito abordada.”	3.7
	“Sim (...) a PSP tem de facto uma NEP, que é uma NEP que define mais em pormenor quais são os procedimentos que devem ser observados aos diferentes níveis de comando (...).”	3.2
	“Tem havido também alguns treinos, tem-se feito alguns simulacros (...) alguns comandos não estão muito à vontade para participar nestes simulacros e nós temos procurado de facto aqui no Departamento de Operações, dar indicações para participarem o mais possível (...) temos também tido um papel ativo quer na sensibilização dos proprietários das infra-estruturas, onde estas ocorrências pode ocorrer (...).”	3.3
	“ (...) existe de facto um planeamento no sentido de dotar todo esse pessoal de mais equipamentos de proteção ... irmo-nos adaptando, para que todo o nosso pessoal da primeira linha e de primeira intervenção, esteja mais preparado para fazer face a estes incidentes inopinados.”	3.4
F	NÃO SE APLICA	
G	NÃO SE APLICA	
H	NÃO SE APLICA	
I	NÃO SE APLICA	

A POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA EM CENÁRIOS DE CRISE
REFLEXÃO SOBRE AS CAPACIDADES POLICIAIS EM SITUAÇÕES DE CONTINGÊNCIA

Análise de conteúdo final - Questão 3

Categorias	Subcategorias	Unidades de Registo	Entrevistados									Unidades de Enumeração	Resultados (%)
			A	B	C	D	E	F	G	H	I		
Incidentes Tático-Policiais.	Capacidade de atuação da PSP num ITP.	Questão 3											
		3.8 Há ainda problemas no tempo em que a polícia demora a chegar ao local	x									1/5	20%
		3.1 Existe a necessidade de adequar a doutrina existente em alguns aspetos.	x			x						2/5	40%
		3.2 A PSP está preparada para atuar em ITP's.	x	x	x	x	x					5/5	100%
		3.3 Existe treino nesta área.	x				x					2/5	40%
		3.7 Tem havido formação a este nível.		x			x					2/5	40%
		3.5 Necessidade de apostar mais na formação de todos os Polícias.	x			x						2/5	40%
		3.6 Necessidade de melhoria nas condições do material.	x									1/5	20%
		3.4 Existe material e está a haver mais investimento neste aspeto.	x	x	x		x					4/5	80%

A POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA EM CENÁRIOS DE CRISE
REFLEXÃO SOBRE AS CAPACIDADES POLICIAIS EM SITUAÇÕES DE CONTINGÊNCIA

		3.9 Necessidade de acompanhar a evolução tecnológica e adquirir materiais melhorados e mais adequados.			x								1/5	20%
<u>Observação:</u> Dos nove entrevistados, quatro não foram sujeitos a esta questão pelas suas áreas de especialização.														

Apêndice V. Análise de Entrevistas – Questão 4: Incidentes Tático-Policiais.

Matriz cromática das unidades de contexto e de registo - Questão 4

Entrevistado	Unidade de Contexto	Unidade de Registo
A	“(…) falha muito é os polícias da área, que conhecem a área, fornecerem muito poucas informações acerca do que se está a passar (…).”	4.1
	“Os perímetros são bem feitos, sim, o pessoal já sabe o que fazer, mas é difícil os elementos chegarem perto para o primeiro contacto.”	4.2
B	“(…) tem-se de saber onde é que começa a área de manutenção da ordem versus a área de investigação criminal, e isso é fundamental (…) quem deve tomar conta disso deve ser uma entidade especializada em investigação criminal,... ou então uma força que atua para que tenham uma cultura secular de paralisação da ameaça e reposição da normalidade (…) presenciei logo ai, conflitos de quem é que atua, conflitos na gestão, e às vezes isso até teve de ser imposto com alguma agressividade (…) sinto que há, logo à partida, uma não aceitação genuína de quem é que gere o incidente, que muitas vezes tem de ser imposto com alguma agressividade (…).”	4.3
	“(…) temos organizações policiais que sob alçada de vários ministérios diferentes e isso leva a que a doutrina de atuação não seja comum, e depois leva a que os próprios meios não sejam interoperáveis, havendo sempre falhas nas formas de atuação, nos meios que dispõem, na falta de complementaridade e às vezes até mesmo uma certa falta de cultura de treino conjunto (...) falta de entrosamento das forças, de diálogo, falta de ser uma coisa corriqueira, de falarem, de interoperarem, de serem chamadas a fazerem um núcleo (...) exceção aqui que é o INEM. O INEM, em relação à PSP, já é quase interno, está entrosado com a Polícia (…).”	4.4
	“(…) estamos a investir nisso, mesmo aqui na Direção Nacional estamos a trabalhar no novo Centro de Comando Estratégico.”	4.6
C	“Esta doutrina que foi implementada, para mim foi, de alguma forma, muito evidente a forma como tudo se interligou, em que toda a gente sabia qual era o papel de cada um, incluindo a quem competia gestão do incidente.”	4.5

D	“Nesta perspetiva, eu penso que a atuação da PSP, eu diria que tem corrido bem (...).”	4.5
	“Relativamente às outras entidades, eu diria que, regra geral são excelentes, salvo pequenos pormenores, que de vez em quando, surgem com algumas quezílias relativamente às competências, que se prende com a questão da intervenção tática, versus, da investigação (...).”	4.3
E	“(…) está definido já que vamos melhorar os nossos centros de comando e controlo operacionais a nível dos comandos, de forma que eles possam ter também mais informação sobre o que se está a passar no terreno, inclusive, na medida do possível, com acesso a imagens, a videovigilância e a outro tipo de imagens que possam dar a imagem do que é que se está a passar nos locais dos incidentes, ou no terreno (...) também aqui na Direção Nacional, começou a funcionar (...) o nosso Centro de Comando e Controlo Estratégico, no sentido de procurarmos aos diferentes níveis de decisão, de possuir um maior número de informação, a melhor informação disponível, e termos exatamente a noção do que é que se está a passar no terreno, porque só assim se poderão tomar as melhores decisões aos diferentes níveis de decisão (...).”	4.6
F	NÃO SE APLICA	
G	NÃO SE APLICA	
H	“Eu não me lembro de haver alguma vez alguma situação crítica em que houvesse reparos a fazer, apelando à minha experiência pessoal. Quando eu estive no comando de Setúbal eu lembro-me que nós tínhamos por vezes alguns pequenos problemas, mais com a GNR, do que com a PSP e que tem a ver quando a minha linha de atuação choca com a outra linha de atuação (...) e às vezes havia ali um bocadinho a necessidade de arbitragem (...).”	4.3
	“A linguagem na prática é toda a mesma, e no terreno é onde as coisas acabam por correr bem porque o objetivo é sempre o mesmo (...).”	4.5
	“(…) aquilo que eu digo seria treinarmos um bocadinho, fazermos por exemplo exercícios de decisão (...) que nos permitisse pensar um pouco se o enquadramento legal que temos é suficiente para orientar todas as forças e serviços que numa situação deste género teriam de aturar em conjunto.”	4.4
I	NÃO SE APLICA	

A POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA EM CENÁRIOS DE CRISE
REFLEXÃO SOBRE AS CAPACIDADES POLICIAIS EM SITUAÇÕES DE CONTINGÊNCIA

Análise de conteúdo final - Questão 4

Categorias	Subcategorias	Unidades de Registo	Entrevistados									Unidades de Enumeração	Resultados (%)	
		Questão 4	A	B	C	D	E	F	G	H	I			
Incidentes Tático-Policiais (experiências pessoais dos entrevistados).	Falhas detetadas na gestão de ITP's.	4.1 Falha na capacidade dos Polícias da área fornecerem informações da ocorrência.	x									1/6	16.6(7)%	
		4.3 Conflito entre entidades, choque de competências.		x		x					x		3/6	50%
		4.4 Falta de comunicação entre entidades, treino conjunto e de uma doutrina de atuação comum a todos.		x							x		2/6	33.3(3)%
	Aspetos positivos na gestão de ITP's.	4.2 Capacidade de os Polícias fazerem bons perímetros de segurança quando chegam ao local de ocorrência.	x										1/6	16.6(7)%
		4.5 Normalmente dos ITP's que tenho experiência correram bem, inclusive a atuação da PSP.				x	x				X		3/6	50%
		4.6 Importância de investimento em Centros de Comando e Controlo Operacionais.		x				x					2/6	33.3(3)%
Observação: Dos nove entrevistados, três não foram sujeitos a esta questão pelas suas áreas de especialização.														

Apêndice VI. Análise de Entrevistas – Questão 5: Acidente grave/Catástrofe.

Matriz cromática das unidades de contexto e de registo - Questão 5

Entrevistado	Unidade de Contexto	Unidade de Registo
A	“Não (...) o patrulheiro é o primeiro a lidar com a situação, o comandante de esquadra é o primeiro a deparar-se com a situação, e ninguém certamente saberá exatamente o que fazer (...) Não estamos preparados para uma catástrofe nem um acidente grave.”	5.1
	“A Polícia não tem meios para isso (...)”	5.2
	“A Polícia, o que pode fazer numa situação de catástrofe, pode encaminhar as pessoas, mas devia treinar isso em conjunto com INEM, Bombeiros, Forças Armadas, etcetera, e não há esse treino, as várias entidades não se entendem umas com as outras.”	5.3
	“ (...) não há treinos de coisas tão básicas e importantes quanto isto para os polícias poderem atuar numa situação de catástrofe (...) A Polícia não tem treinos para estas situações.”	5.4
	“Na UEP existe formação nesse âmbito, mas o patrulheiro normal, que lida em primeira linha com a situação não o sabe fazer e esperar pela chegada dos elementos da UEP pode ser o tempo suficiente para ser tarde demais.”	5.5
B	“Sim, completamente, não tenho dúvidas. Temos investimentos que estão a ser feitos nesse sentido (...) a Polícia neste momento, está preparada para uma situação desses, mas é claro, falemos em cenários razoáveis (...) em cenários plausíveis não há nenhum em que a Polícia não esteja capaz de atuar”	5.11
	“ (...) nós também não temos de ter todos os meios que são precisos, mas devemos ter em regime de <i>pull and share</i> , os meios que dão para cerca de 90% dos cenários, os restantes cenários que exijam outros meios, tem-se de pensar numa solução mais eficientes (...) defendo sim a existência no próprio Ministério, ou que ele crie uma entidade própria para a gestão de meios aéreos, como já houve no passado (...)”	5.13
C	“ (...) temos uma grande margem de progressão ainda para desenvolver. (...) Há uma grande margem de progressão por parte da PSP para ganhar mais competências e capacidades de intervenção numa catástrofe.”	5.11
	“ (...) isso carece efetivamente de se criar alguma doutrina e de se criar essa capacidade de intervenção (...) Sim, antes de avançarmos para a parte dos equipamentos temos que consolidar a nossa doutrina.	5.12

D	“ (...) nesta matéria eu penso que estamos preparados, no âmbito das nossas competências, não estamos é preparados, nem o devemos estar, para fazer as missões que são das outras entidades (...)”	5.11
	“Nós não temos de ter os meios todos, para tudo, nós temos é de ter protocolos de colaboração e de cooperação com outras entidades, (...) não se pode dar ao luxo de cada entidade ter tudo o que precisa para fazer face a todas as situações (...)”	5.13
E	“Tem aí havido alguns simulacros, todos os anos existem exercícios, o ano passado houve um promovido pela outra força de segurança que nos convidou para participarmos e nós participamos, e portanto tem havido também alguns exercícios onde a PSP como agente de proteção civil te participado sempre que é convidada a participar.”	5.14
	“ (...) obviamente nós sabemos, nestas situações, os meios vão ser sempre escassos, e o tempo vai ser sempre crucial, o tempo da reação e de resposta das diversas entidades (...)”	5.15
	“ (...) quanto mais treinarmos, quanto mais simulacros fizermos, quanto mais sensibilizados estivermos para esta questão, melhor poderemos responder numa situação em concreto.”	5.11
F	“Ninguém tem os meios todos para isso, até porque a catástrofe depende de que tipo de catástrofe estamos a falar, se for um terramoto como o de Lisboa em 1755, nem Forças Armadas nem Forças de Segurança ou qualquer outra força, o Estado todo, consegue resolver essa situação (...) não sei se teremos os meios suficientes para todo o tipo de catástrofe, aliás, provavelmente para muitas delas não teremos certamente.”	5.6
	“ (...) tem-se a doutrina, o emprego de meios, o enquadramento legislativo, e tem-se alguma tipologia de forças para o fazer, mas obviamente que depende da dimensão da catástrofe (...)”	5.7
G	NÃO SE APLICA	
H	Sim (...) eu pessoalmente, continuo a achar que a Proteção Civil tem as ferramentas que precisa para poder responder a este tipo de situações (...) temos muita coisa que funciona e que funciona bem (...)”	5.8
	“Obviamente que aqui em Portugal, ou em qualquer outro país, por melhor apetrechados e por melhor preparados que estejam, há sempre um momento em que os serviços podem ser ultrapassados pelos acontecimentos (...) Não há país que esteja preparado para o pior cenário possível, nem nós nem nenhum outro (...) Numa situação de exceção, os meios são sempre poucos, pois de facto os países não conseguem estar	5.9

	todos eles apetrechados para aquilo que será o tal cenário máximo (...)"	
	“(...) nós temos os meios suficientes para aquilo que é a situação normal do país em termos dos riscos conhecidos (...).”	5.10
I	NÃO SE APLICA	

Análise de conteúdo final - Questão 5

Categorias	Subcategorias	Unidades de Registo	Entrevistados									Unidades de Enumeração	Resultados (%)
		Questão 5	A	B	C	D	E	F	G	H	I		
Catástrofes e Acidentes Graves.	Preparação da PSP para atuar em situações de catástrofes/acidentes graves.	5.1 A PSP não está preparada.	x									1/5	20%
		5.11 A PSP está preparada mas para cenários razoáveis, existindo ainda questões a melhorar, inclusive os treinos.		x	x	x	x					4/5	80%
	Preparação das FA para atuar em situações de catástrofes/acidentes graves.	5.7 As FA estão preparadas, dependendo da dimensão da catástrofe/do acidente.						x				1/1	100%
	Preparação da ANPC para atuar em situações de catástrofes/acidentes graves.	5.8 Sim, a ANPC está preparada para a maioria das situações.								x		1/1	100%
	Meios que a PSP tem para atuar em catástrofes/acidentes graves.	5.2 A PSP não tem meios para atuar nestes cenários.	x									1/5	20%
		5.13 A PSP tem de possuir meios para a maioria dos		x		x						2/5	40%

A POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA EM CENÁRIOS DE CRISE
REFLEXÃO SOBRE AS CAPACIDADES POLICIAIS EM SITUAÇÕES DE CONTINGÊNCIA

		cenários, mas não todos os meios, devem existir formas de ir buscar mais meios a outras fontes externas à instituição.										
		5.15 A PSP tem os meios mínimos para uma situação razoável, mas não para uma situação extrema.					x				1/5	20%
	Meios que as FA têm para atuar em catástrofes/acidentes graves.	5.6 Tem os meios mínimos, mas existem dúvidas se existem meios para uma situação de maior gravidade.					x				1/1	100%
	Meios que a ANPC tem para atuar em catástrofes/acidentes graves.	5.9 Numa situação extrema não existem meios suficientes.							x		1/1	100%
		5.10 A ANPC tem os meios mínimos indispensáveis para a maioria das situações.							x		1/1	100%
	Existência de treinos na PSP para atuar em cenários de catástrofe e acidentes graves.	5.4 Na PSP não se treina para este tipo de situações.	x								1/5	20%
		5.3 Deveria existir treino conjunto com outras entidades.	x								1/5	20%

A POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA EM CENÁRIOS DE CRISE
REFLEXÃO SOBRE AS CAPACIDADES POLICIAIS EM SITUAÇÕES DE CONTINGÊNCIA

		5.14 Verificam-se alguns treinos conjuntos e simulacros.					x					1/5	20%
	Existência de formação na PSP para atuar em situações de catástrofe/acidentes graves.	5.5 Há formação mas ainda temos de melhorar mais esse aspeto.	x					x				2/5	40%
		5.12 Necessidade da PSP criar doutrina nesta área.			x							1/5	20%
Observação: Dos nove entrevistados, dois não foram sujeitos a esta questão pelas suas áreas de especialização e cinco responderam relativamente à PSP, um à ANPC e outro às F.A.													

Apêndice VII. Análise de Entrevistas – Questão 6: Ciberataques.

Matriz cromática das unidades de contexto e de registo - Questão 6

Entrevistado	Unidade de Contexto	Unidade de Registo
A	“A Polícia tem excelentes técnicos na Direção Nacional.”	6.1
	“... o problema é que é difícil prevenir estes ataques.”	6.2
	“Já mudamos muita coisa a nível informático e mesmo procedimental nas esquadras e outras instalações policiais (...).”; “Estamos a trabalhar bem nesse sentido mas ainda não estamos suficientemente protegidos (...).”	6.3
	“ (...) a existência de elementos civis a trabalhar com documentos policiais e em serviços policiais tornam-nos mais vulneráveis ainda.”	6.4
	“Conseguir-se-ia provavelmente apagar todos os Autos de Detenção, ou entrar no sistema jurídico e apagar tudo.”	6.5
B	“(...) quem me disser que Portugal está completamente preparado é mentira, porque falta o terceiro fator, que é a experiência. (...) Mas também relativamente a este campo também não vou dizer que estamos muito bem preparados. Isto é uma coisa nova para nós”.	6.6
	“Estamos a preparar pessoas, já começamos a ter alguma experiência, se calhar até mais que muitos organismos públicos por uma única razão, temos sido alvo de ataques (...) começamos a ter um pouco de experiência, teoria, pouca, meios, também alguns, portanto, eu diria que o nível de vulnerabilidade do ciberespaço da Polícia eu diria que é significativo. Apesar de ter uma boa rede informática, com alguns padrões de segurança, mas o nosso pessoal tem ainda pouca experiência, embora esteja a evoluir”.	6.3
C	“(...) a PSP deverá ser uma das instituições, pelo manancial de informação que tem, das mais apetecíveis (...) não só por esse manancial, como pelas próprias funções que tem, não só como polícia de segurança, mas também como entidade administrativa em várias áreas, estamos a falar de segurança privada, armas e explosivos (...)”.	6.7
	“(...) pode desenvolver atividades que possam ser enquadradas naquilo que se chama a um “patrulhamento on-line” (...) criar ali uma certa vigilância policial na internet (...)”.	6.3

D	“É uma questão que só está ao nível da Direção Nacional. Os Comandos Metropolitanos a este nível, não têm nenhum <i>know how</i> , nem técnico nem tecnológico, para combater um ciberataque. (...) Se a Direção Nacional o faz, não sei, muito honestamente. Desconfio que não, do conhecimento que eu tenho, não, mas não tenho todo o conhecimento do que se passa na DN, nem tenho de ter (...)”.	6.8
E	“(…) o que é certo é que hoje em dia, grande parte dos nossos sistemas, seja sistema de gestão de recursos humanos, seja a gestão de toda a informação operacional, hoje existe em base de dados e em sistemas informáticos, que obviamente se forem atacados, vão causar certamente perturbação nos nossos serviços (...)”.	6.5
	“(…) porque nesta matéria há sempre vulnerabilidades (...)”.	6.2
F	“O Centro de Ciberdefesa que neste momento está em funcionamento nas Forças Armadas é bastante bom”.	6.9
	“ Neste momento já existe e até foi publicado recentemente uma nova doutrina do emprego da ciberdefesa em Portugal, e os caminhos estão traçados, e todos os anos há um exercício onde participam todas as estruturas do Estado, que é organizado pelas Forças Armadas Portuguesas”.	6.10
	“(…) daí até se dizer que estamos preparados, nós ainda não tivemos um ataque maciço às grandes instituições do Estado, e depois também fica um pouco confuso sobre de quem é a responsabilidade (...)”.	6.11
G	NÃO SE APLICA	
H	“O nosso grande problema aqui não tem tanto a ver com a informação reservada ou com o carácter reservado da informação que nós temos ou trabalhamos, tem a ver com as comunicações (...) provavelmente ficaríamos dependentes daquilo que são as nossas redes alternativas, temos uma rede de satélite, temos várias redes de rádio, que poderia servir para garantir aquelas comunicações absolutamente excepcionais, portanto, não ficávamos completamente “descaídos”, mas ficaríamos, se esse sistema de facto ficasse inoperacional, seja temporariamente, seja num período mais vasto de tempo, veríamos a nossa capacidade de atuação afetada seguramente”.	6.12
I	NÃO SE APLICA	

A POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA EM CENÁRIOS DE CRISE
REFLEXÃO SOBRE AS CAPACIDADES POLICIAIS EM SITUAÇÕES DE CONTINGÊNCIA

Análise de conteúdo final - Questão 6

Categorias	Subcategorias	Unidades de Registo	Entrevistados									Unidades de Enumeração	Resultados (%)
		Questão 6	A	B	C	D	E	F	G	H	I		
Cibersegurança.	Capacidade da PSP para fazer face a um ciberataque.	6.1 Existência de excelentes técnicos na Direção Nacional.	x									1/5	20%
		6.2 Dificuldade na prevenção dos ataques, existência de muitas vulnerabilidades.	x				x					2/5	40%
		6.3 A PSP está a trabalhar nesse sentido mas ainda não está totalmente protegida.	x	x	x							3/5	60%
		6.4 A existência de civis a trabalhar em serviços na PSP torna-a mais vulnerável.	x									1/5	20%
		6.5 Todas as informações da PSP estão em base de dados e em sistemas informáticos, que se forem atacados causarão grandes perturbações.	x				x					2/5	40%
		6.6 A PSP não está completamente preparada para uma situação dessas, falta a experiência.		x								1/5	20%
		6.7 A PSP deverá ser uma das instituições, pelo manancial de informação que tem, das mais			x							1/5	20%

A POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA EM CENÁRIOS DE CRISE
REFLEXÃO SOBRE AS CAPACIDADES POLICIAIS EM SITUAÇÕES DE CONTINGÊNCIA

		apetecíveis de sofrer um ciberataque.											
		6.8 Os Comandos Metropolitanos da PSP não têm nenhum <i>know how</i> , nem técnico nem tecnológico, para combater um ciberataque, será uma questão a resolver a nível da DN/PSP.				x						1/5	20%
	Capacidade das F.A. para fazer face a um ciberataque.	6.9 As F.A. têm um sistema de cibersegurança bastante bom.					x					1/1	100%
		6.10 Existência de novas doutrinas e realização de exercícios em conjunto com as instituições do Estado.					x					1/1	100%
		6.11 Ainda não se poderá garantir que as F.A. estão totalmente preparadas para resistir a um ciberataque.					x					1/1	100%
	Capacidade da ANPC para fazer face a um ciberataque.	6.12 Num ataque às comunicações, a ANPC ficaria praticamente inoperacional e com sérias dificuldades.								x		1/1	100%
<p>Observação: Embora não fossem especialistas na matéria, foi-lhes questionada a opinião.</p> <p>As duas entrevistas feitas a especialistas (entrevistado G e I) serão seguidamente analisadas em conjunto.</p> <p>A presente análise foi feita às respostas de cinco entrevistados da PSP, um da ANPC e um das F.A.</p>													

Análise de Entrevistas
Questões Cibersegurança
(Entrevistados G e I)

Apêndice VIII. Análise de Entrevistas – Cibersegurança – Questão2.

Matriz cromática das unidades de contexto e de registo - Questão 2

Entrevistado	Unidade de Contexto	Unidade de Registo
G	“Cibercrime - factos correspondentes a crimes previstos na Lei do Cibercrime e ainda a outros ilícitos penais praticados com recurso a meios tecnológicos, nos quais, estes meios sejam essenciais à prática do crime em causa.”	2.1
	“Ciberguerra – Conflito armado internacional ou não internacional com empenhamento no domínio operacional do ciberespaço.”	2.2
	“Ciberterrorismo - Prática de atos que visem prejudicar a integridade e a independência nacionais, impedir, alterar ou subverter o funcionamento das instituições do Estado previstas na Constituição, forçar a autoridade pública a praticar um ato, a abster-se de o praticar ou a tolerar que se pratique, ou ainda intimidar certas pessoas, grupos de pessoas ou a população em geral através do ciberespaço, com fundamento, nomeadamente, em motivações políticas, ideológicas ou religiosas.”	2.3
I	“ (...) cibercrime, existe uma lei, Lei da Criminalidade Informática, e o que lá está definido como cibercrime é o que o é realmente.”	2.1
	“ (...) as convenções internacionais e no nosso caso a Constituição da República Portuguesa, definem claramente como se declara um Estado de Guerra, que é posterior ao Estado de Sítio ou ao Estado de Emergência. A ciberguerra, é na mesma considerada guerra, declarada	2.2

	nos mesmos moldes, só que a atuação dos recursos em vez de ser em terra, na água, ou no mar, é no ciberespaço.”	
	“Quando falamos em ciberespaço estamos a falar de um ambiente cibernético tecnológico (...)”.	2.4
	“ (...) eu não tenho uma definição de ciberterrorismo(...) não existe em Portugal, uma definição legal de ciberterrorismo (...) já existem normas de combate ao terrorismo, mas a definição legal de terrorismo não existe, portanto, existe um paradoxo juridicamente.”	2.5
	O terrorismo é uma classificação política ou social, logo, nós temos que pegar nos vários atos criminosos, que depois politico-socialmente são considerados como terrorismos, e então depois poderemos dizer se estamos ou não perante atos de terrorismo, se estamos perante atos criminosos praticados neste quarto meio ambiente que é o ciberespaço.”	2.3

Análise de conteúdo final - Questão 2

Categorias	Subcategorias	Unidades de Registo	Entrevistados		Unidades de Enumeração	Resultados (%)
			G	I		
		Questão 2				
Cibersegurança.	Cibercrime, cibersegurança, ciberterrorismo, ciberespaço – conceitos.	2.1 Cibercrime: crimes previstos na Lei do Cibercrime e outros ilícitos praticados com recurso a meios tecnológicos.	x	x	2	100%
		2.2 Ciberguerra: é um Estado de Guerra, só que os recursos utilizados levam a uma atuação através do ciberespaço apenas.	x	x	2	100%
		2.3 Ciberterrorismo: terrorismo praticado através do ciberespaço.	x	x	2	100%
		2.4 Ciberespaço: ambiente cibernético tecnológico.		x	1	50%
		2.5 Inexistência de uma definição de ciberterrorismo em Portugal.		x	1	50%

Apêndice IX. Análise de Entrevistas – Cibersegurança – Questão3.

Matriz cromática das unidades de contexto e de registo - Questão 3

Entrevistado	Unidade de Contexto	Unidade de Registo
G	“Cibersegurança - Conjunto de medidas e ações de prevenção, monitorização, deteção, reação, análise e correção que visam manter o estado de segurança desejado e garantir a confidencialidade, integridade, disponibilidade e não repúdio da informação, das redes digitais e dos sistemas de informação no ciberespaço, e das pessoas que nele interagem.”	3.1
	“A sociedade, a economia e o Estado são dependentes das tecnologias de informação e de comunicação (...)”	3.2
	“Estas tecnologias são, no entanto, vulneráveis e por vezes de uso duplo (...) criando riscos sociais e materiais. Se, por um lado, trazem claros benefícios à sociedade, por outro lado, vêm aumentar, de forma significativa, os riscos decorrentes da sua dependência e da quantidade de informação armazenada e em circulação, expondo o Estado, as empresas e os cidadãos.”	3.3
I	“(...) cibersegurança está definida ou numa Resolução do Conselho de Ministros, ou no Decreto-lei que criou o Centro Nacional de Cibersegurança e cinjo-me à definição legal que lá consta.”	3.1
	“(...) a cibersegurança tem a ver essencialmente com duas grandes coisas, uma delas é a intromissão na vida privada, eu ter medidas de segurança no quarto meio ambiente que me permitam manter a minha privacidade privada, a outra questão tem a ver com o furto, desvio, utilização não autorizada de informação que esteja no ciberespaço,	3.4

	portanto, uma questão de privacidade e uma questão de informação.”	
	“(…) 80% da nossa vida é digital. Tudo o que fazemos em termos financeiros, em termos de saúde, em termos pessoais, em termos profissionais, eu diria que 80% é tecnológico e está no ciberespaço, ou facilmente acessível no ciberespaço, pelo que acho que no mundo atual é uma área do saber que tem de ser implementado desde a formação familiar à formação académica, desde o primeiro ciclo, as crianças de hoje ainda não chegam à escola e já têm acesso à <i>internet</i> .”	3.2
	“(…) PSP é fundamental, não só porque nós, enquanto Órgãos de Polícia Criminal, temos, nos termos da lei, todas as funções inerentes de prevenção e contenção de atos criminosos praticados no espaço ciber, mas também porque temos toda a componente de prevenção na perspetiva social, segurança, tranquilidade e ordem pública, e neste caso, tudo o que for praticado em termos de Ciberameaças, cibercriminalidade, e que põem em causa o normal funcionamento das instituições democráticas, a segurança a ordem e tranquilidade públicas, tem a ver connosco, por causa da nossa missão. Para mim são áreas, temas, conceitos, muito importantes para a PSP.”	3.5

Análise de conteúdo final - Questão 3

Categorias	Subcategorias	Unidades de Registo	Entrevistados		Unidades de Enumeração	Resultados (%)
		Questão 3	G	I		
Cibersegurança.	Cibersegurança – conceito.	3.1 Medidas e ações de prevenção, monitorização, deteção, reação, análise e correção que visam manter o estado de segurança desejado e garantir a confidencialidade, integridade, disponibilidade e não repúdio da informação, das redes digitais e dos sistemas de informação no ciberespaço, e das pessoas que nele interagem.	x	x	2	100%
	Cibersegurança na sociedade e nas organizações (vulnerabilidades e sua importância).	3.2 A sociedade, o Estado e instituições, inclusive a PSP, estão muito dependentes das Tecnologias da Informação e Comunicação.	x	x	2	100%
		3.3 As Tecnologias da Informação e Comunicação são vulneráveis e por vezes de uso duplo, gerando riscos sociais e materiais.	x		1	50%
		3.4 Encontramos problemas como o desvio, utilização não autorizada de informação que esteja no ciberespaço. Problemas relacionados com a privacidade e a informação.”		x	1	50%
		3.5 O investimento na cibersegurança numa instituição como a PSP é fundamental.		x	1	50%

Apêndice X. Análise de Entrevistas – Cibersegurança – Questão 4.

Matriz cromática das unidades de contexto e de registo – Questão 4.

Entrevistado	Unidade de Contexto	Unidade de Registo
G	“É fundamental informar, sensibilizar e consciencializar não só as entidades públicas e as infraestruturas críticas, mas também as empresas e a sociedade civil. Por outro lado, importa que o país se dote de recursos humanos qualificados para lidar com os complexos desafios da segurança do ciberespaço.”	4.1
	“(…) deve ser sempre reforçada a Cooperação, pois num mundo altamente interligado e interdependente, a segurança do ciberespaço requer uma forte cooperação e colaboração entre aliados e parceiros, nacionais e internacionais, alicerçada no desenvolvimento de confiança mútua.”	4.2
I	“Se nós estivermos a falar nos termos da lei que permite a declaração do Estado de Sítio e do Estado de Emergência, e o que motivou essa declaração, ter sido algo praticado no ciberespaço, nem a PSP nem o Estado estão preparados para isso (...) A lei não está desenhada para uma alteração da ordem pública ou catástrofe terem origem numa situação executada no ciberespaço. (...) logo no enquadramento legal, o mesmo não está desenhado para contemplar tipos de situações que permitam declarar Estado de Sítio/Estado de emergência, com origem num ato cibernético.”	4.3

	<p>“Temos algumas valências preparadas mas como um todo eu acho que não estamos preparados, estamos sempre na perspectiva da capacidade de reação. O planeamento é mínimo, o treino é mínimo, a reação depois é uma grande disponibilidade humana e material, nada mais.”</p>	4.4
--	---	-----

Análise de conteúdo final - Questão 4

Categorias	Subcategorias	Unidades de Registo	Entrevistados		Unidades de Enumeração	Resultados (%)
			G	I		
		Questão 4				
Cibersegurança/ Estado de Sítio/Estado de Emergência.	Preparação de Portugal para enfrentar uma situação de Estado de Sítio/Estado de Emergência, na perspetiva da cibersegurança.	4.1 Fundamental informar, sensibilizar e consciencializar entidades públicas e infraestruturas críticas, bem como empresas e a sociedade civil. Importa que o país se dote de recursos humanos qualificados.	x		1	50%
	Preparação da PSP para enfrentar uma situação de Estado de Sítio/Estado de Emergência, na perspetiva da cibersegurança.	4.2 Necessidade de reforçar a cooperação nacional e internacional.	x		1	50%
		4.3 Incapacidade da PSP e o Estado para enfrentar uma situação de Estado de Sítio/Estado de Emergência num aspeto de cibersegurança		x	1	50%
		4.4 A PSP tem algumas valências preparadas mas não está preparada num todo. Planeamento e treino mínimos, atuação na base da reação.		x	1	50%

Apêndice XI. Análise de Entrevistas – Cibersegurança – Questão5.

Matriz cromática das unidades de contexto e de registo - Questão 5

Entrevistado	Unidade de Contexto	Unidade de Registo
G	“O Planeamento Civil de Emergência (PCE), constitui-se como a ferramenta de planeamento, de coordenação e articulação das componentes não militares, para fazer face a situações de crise (...) prende-se com o compromisso das Entidades competentes, dotarem Portugal, com capacidade permanente, contribuindo para o incremento da resiliência Nacional, onde se inclui a Cibersegurança”.	5.1
	“ (...) o CNCS articula com a Autoridade Nacional de Proteção Civil, enquanto entidade setorial integrada no PCE.”	5.2
I	“Não. Não estamos preparados porque acima de tudo não estão previstas as estratégias de resiliência de forma a que o nosso modelo de atuação normal, quando ocorre uma catástrofe ou um outro qualquer problema fora dos padrões “normais” já temos aqui grandes dificuldades de atuação, se ainda por cima nesta atuação, nós cortarmos a base de comunicação, ficamos mesmo sem nada para fazer, porque não temos alternativas, não temos modelos resilientes para continuar a operação, e como nós assentamos a nossa operação sistematicamente no empenhamento via comunicações rádio, neste caso rádio digital, nós vamos ficar praticamente inoperacionais, porque não temos medidas resilientes. Isso deveria ser algo a ser trabalhado, no caso da PSP, pelo Departamento de Informações e Comunicações. Como nós dependemos da rede SIRESP, teria de ser a rede SIRESP a ter medidas de resiliência, de redundância, ou de alternativa de comunicação. A Autoridade Nacional de Proteção Civil por exemplo tem um conjunto relevante de telefones satélite. Tirando nisso,	5.3

	não há grandes alternativas de comunicação. A medida de alternativa à SIRESP caso esta falhe, não existe, na perspectiva organizacional.”	
--	---	--

Análise de conteúdo final - Questão 5

Categorias	Subcategorias	Unidades de Registo	Entrevistados		Unidades de Enumeração	Resultados (%)
			G	I		
Cibersegurança/Catástrofes e Acidentes Graves.	Capacidade nacional de fazer face a uma catástrofe/acidente grave, estando sob ameaça de um ciberataque.	5.1 O Planeamento Civil de Emergência prende-se com o compromisso das Entidades competentes dotarem Portugal, com capacidade permanente, contribuindo para o incremento da resiliência Nacional, onde se inclui a Cibersegurança.	x		1	50%
		5.2 O Centro Nacional de Ciber Segurança articula com a Autoridade Nacional de Proteção Civil nestes casos.	x		1	50%
	Capacidade da PSP continuar a operar numa catástrofe/acidente grave, estando sob ameaça de um ciberataque.	5.3 A PSP não está preparada porque acima de tudo não estão previstas estratégias de resiliência. A medida de alternativa à SIRESP caso esta falhe, não existe, na perspetiva organizacional.		x	1	50%

Apêndice XII. Análise de Entrevistas – Cibersegurança – Questão 6.

Matriz cromática das unidades de contexto e de registo - Questão 6

Entrevistado	Unidade de Contexto	Unidade de Registo
G	“No plano dos bens jurídicos de natureza pessoal têm vindo a revelar um aumento exponencial os crimes sexuais contra menores praticados através da Internet (...)”.	6.1
	“Este «mundo em rede» desenvolve novos modos de atuação com características únicas, de onde se destacam o cibercrime e, em particular, o cibercrime organizado, associado à fraude bancária e à usurpação de identidade com este mesmo propósito, o <i>hacktivismo</i> político nas suas várias expressões, como são o desvio e a revelação de informação sensível ou classificada e a sabotagem informática, ou ainda a crescente espionagem de Estado e industrial.”	6.2
	“Tanto a nível interno como internacional, são evidentes as capacidades de ativismos políticos e religiosos, criminosos ou terroristas para conduzir ações com impacto na segurança de infraestruturas vitais de informação, criando sérias ameaças à sobrevivência do Estado de Direito democrático e ao espaço de liberdade, segurança e justiça.”	6.3
I	“ (...) perda de informação, uso indevido dessa informação, e diminuição muito clara da capacidade de intervenção e também de planeamento.”	6.4

Análise de conteúdo final - Questão 6

Categorias	Subcategorias	Unidades de Registo	Entrevistados		Unidades de Enumeração	Resultados (%)
		Questão 6	G	I		
Cibersegurança/Consequências de um ciberataque.	Consequências das tecnologias a nível nacional e no âmbito da criminalidade.	6.1 Tem-se verificado um aumento exponencial dos crimes sexuais contra menores praticados através da Internet.	x		1	50%
		6.2 Desenvolvimento de novos modos de atuação com características únicas, de onde se destacam o cibercrime e o cibercrime organizado. Aumento de crimes como fraude bancária e usurpação de identidade, desvio e a revelação de informação sensível ou classificada e sabotagem informática, ou	x		1	50%

A POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA EM CENÁRIOS DE CRISE
REFLEXÃO SOBRE AS CAPACIDADES POLICIAIS EM SITUAÇÕES DE CONTINGÊNCIA

		ainda a crescente espionagem do Estado e industrial.				
		6.3 Há uma crescente de sérias ameaças à sobrevivência do Estado de Direito democrático e ao espaço de liberdade, segurança e justiça.	x		1	50%
	Consequências de um ciberataque contra a PSP.	6.4 Perda de informação, uso indevido dessa informação, e diminuição muito clara da capacidade de intervenção e também de planeamento.		x	1	50%

Apêndice XIII. Análise de Entrevistas – Cibersegurança – Questão 7.

Matriz cromática das unidades de contexto e de registo - Questão 7

Entrevistado	Unidade de Contexto	Unidade de Registo
G	“(…) cibersegurança é uma responsabilidade partilhada por todos.”	7.1
	“(…) é imperativo elevar esse nível de preparação em todas as entidades, para além de um mínimo necessário.”	7.2
	“(…) CNCS promove ou desenvolve um conjunto de atividades com vista à capacitação dessas entidades, nomeadamente: ações de formação para técnicos e decisores, definição de um conjunto mínimo de capacidades técnicas, operacionais e humanas de acordo com um determinado modelo de maturidade e divulgação de boas práticas para a gestão de incidentes de Cibersegurança.”	7.3
I	<p>“Para se fazer face a um ciberataque há medidas que deveriam existir. Primeiro, ter um programa de continuidade de negócio, de <i>business continuity</i>, numa perspetiva catastrófica, ou de calamidade, ter um programa também de recuperação, de <i>disaster recover</i>.</p> <p>(…) Depois, pensar num plano para continuar o negócio, ou seja, garantir que a missão da PSP continua a ser exercida, dentro de padrões resilientes, mas dentro de padrões que possam garantir que, por exemplo, nós consigamos continuar a aceder a informação essencial, e isso é muito difícil. No caso de haver mesmo uma situação muito grave, nós temos de ter um plano para depois recuperar a capacidade da PSP, ou seja, um <i>disaster recovery plan</i>, um plano para permitir que mediante quatro ou cinco cenários de ciberataque, nós conseguimos repor, dentro de padrões de resiliência mínimas, a normalidade da PSP. No <i>business continuity</i> e no <i>disaster recovery</i> a primeira medida que se tem é a criação de uma equipa.”</p>	7.4

	<p>“ (...) componente de iliteracia digital para todos os elementos da PSP, ou seja, toda a gente teria de ter determinados níveis de formação na área preventiva e interventiva em termos de cibersegurança (...)na área preventiva, eu saber quais é que são os procedimentos que eu devo ter e quais é que são os procedimentos que eu não devo ter na perspetiva de garantir a integridade da informação por exemplo, e na perspetiva de garantir que a informação não fica vulnerável. Depois tenho que ter toda a componente formativa na perspetiva de intervenção caso aconteça um ciberataque.”</p>	7.5
	<p>“Não temos uma equipa formalmente criada. (...) não há uma equipa, não há um conjunto de pessoas que tenha como função, as funções que estão plasmadas em dois grandes documentos, um do Centro Nacional de Cibersegurança, outro, da ENISA, sobre as principais funções deste tipo de equipas, não há. Existe apenas uma pessoa que faz isto, e não faz a tempo inteiro.”</p>	7.6
	<p>“Tem participado em vários exercícios coordenados e dirigidos pelo Exército, no âmbito da implementação da Escola de Cibertecnologia da NATO (...) não temos ainda a equipa, mas estamos a acompanhar a evolução de tudo o que é feito à volta da cibersegurança e ciberdefesa.”</p>	7.7

Análise de conteúdo final - Questão 7

Categorias	Subcategorias	Unidades de Registo	Entrevistados		Unidades de Enumeração	Resultados (%)
			G	I		
Cibersegurança/Medidas a adotar.	Medidas de cibersegurança a adotar a nível nacional.	Questão 7				
		7.1 A cibersegurança é uma responsabilidade de todos.	x		1	50%
		7.2 É imperativo todas as entidades estarem preparadas além de um mínimo necessário.	x		1	50%
	Medidas de cibersegurança a adotar a nível da PSP.	7.3 O CNCS promove um conjunto de atividades com vista à capacitação das entidades, nomeadamente ações de formação para técnicos e decisores, definição de um conjunto mínimo de capacidades técnicas, operacionais e humanas de acordo com um determinado modelo de maturidade e divulgação de boas práticas para a gestão de incidentes de Cibersegurança.	x		1	50%
		7.4 Necessidade de existência de medidas como um programa de continuidade de negócio e um programa também de recuperação.		x	1	50%
		7.5 Necessidade de todos os elementos da PSP terem determinados níveis de formação na área preventiva e interventiva em termos de cibersegurança.		x	1	50%
		7.6 Necessidade de criar uma equipa que lide com estas matérias de cibersegurança na PSP.		x	1	50%

A POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA EM CENÁRIOS DE CRISE
REFLEXÃO SOBRE AS CAPACIDADES POLICIAIS EM SITUAÇÕES DE CONTINGÊNCIA

		7.7 A PSP tem participado em vários exercícios coordenados e dirigidos pelo Exército, no âmbito da implementação da Escola de Cibertecnologia da NATO. Embora existam falhas, a PSP tem acompanhado a Evolução de tudo o que é feito em torno da cibersegurança e ciberdefesa.		x	1	50%
--	--	---	--	----------	----------	------------

Questões Extra Guião

Apêndice XIV. Questões Extra Guião.

Ao longo da realização de entrevistas, surgiram algumas ideias e respostas que não estavam previstas nem contemplavam o guião utilizado, mas que são interessantes e pertinentes de serem consideradas e que se seguem:

Entrevistado A

Sente-se preparado para atuar numa situação destas que falamos? É-lhe dado o material, a formação, o conhecimento suficientes?

“Eu sinto-me preparado, mas porque treino por contra própria e preparo-me por conta própria, dedico-me a determinadas formações a que vou por iniciativa própria. Mas parte de mim quer estar preparado. A nível institucional não existe esse impulso, essa preocupação. Na UEP acontece menos, mas mesmo assim deveria existir mais investimento nesse sentido. É necessária mais formação por parte da Polícia, porque neste momento se alguém se quiser sentir mais preparado, essa preparação vem por iniciativa e pelos meios próprios.

Os planos que tenho conhecimento que existem são planos de operações, planos como planos de fugas, planos de atuação, etcetera, planos de contingência/planos de emergência, não tenho conhecimento da existência de algum, se existe, algum, não é do nosso conhecimento nem é treinado.”

Entrevistado B

Existem Planeamentos de Contingência a nível nacional para a Polícia?

“Quando me falam de risco e vulnerabilidade eu pergunto, vulnerabilidade a quê? E depois, que ativos? Na lógica de gestão de riscos, quer seja num planeamento de uma operação ou o que quer que seja, primeiro identificasse o que é que se quer salvaguardar, verificamos que ativos pretendemos salvaguardar, ou que objetivos pretendemos alcançar, depois, que vulnerabilidades existem, que ameaças há a esses objetivos, e depois que vulnerabilidades do sistema podem ser exploradas pela ameaça. Portanto, há que identificar as vulnerabilidades, vulnerabilidades a quê e que ameaças, que ativos são importantes proteger. Estes três fatores, que no fundo, juntos, formam a chamada probabilidade, é que vão dizer o que é que tem de fazer parte de um plano de contingência. Portanto, eu acredito que nós tenhamos planos de contingência mas, para já com pouca base, com pouca solidez doutrinária e pecando por estarem virados para a rotina, para o passado, para projeção do

passado e nunca preparados para cenários que não sejam habituais, e isso nota-se muito no planeamento, até mesmo em planeamentos de operações de ordem pública. É preciso cenarisar, e contingenciar, ou seja, pensa-se os cenários plausíveis, e alocam-se os meios, adequam-se os meios, em função dos cenários plausíveis, apostando naqueles que são mais prováveis. Isso é que se chama contingência, é reafectar a resposta, baleiar a resposta, em função de cenários plausíveis. Isso é que é contingenciar, porque planejar, é diferente, é levar em conta sempre o mesmo cenário, o habitual e isso não é contingência. Eu acho que ainda há pouca solidez teórica nesse tema da contingenciação. Há muita gente que não acha que há ameaças naturais e não naturais, que no âmbito do *security*, em que a Polícia tem de continuar a trabalhar mesmo quando há uma falha elétrica, ou de dados, e as pessoas não percebem que isso seja problema porque não pensam nos ativos a proteger e a partir daí verem quais as ameaças e depois elencar as vulnerabilidades. Se fizessem essa abordagem, já planeavam de modo contingencial e de uma maneira muito mais sólida, mais evoluída. Mas estamos a caminhar para que isso se faça, há doutrina que se está a criar internamente nesse sentido.”

Entrevistado C

Existe algum Plano de Emergência/Plano de Segurança na UEP?

“A Unidade Especial de Polícia tem um plano de segurança que tem em vista reforçar os seus procedimentos em caso de alteração dos níveis de alerta, e para fazer frente a ameaças ou riscos que vêm do exterior.”

Entrevistado D

Existem Planeamentos Operacionais de Emergência na PSP?

“Temos alguns. No COMETPOR todas as subunidades têm planos de segurança e de contingência, onde cada Divisão identifica os seus pontos fortes e os seus pontos fracos e identifica cenários para várias situações bem como respostas para cada um deles.”

E eles são atualizados e revistos todos os anos?

“Sim, são revistos anualmente ou de forma extraordinária quanto se verificam alterações substanciais nas estruturas dos edifícios ou na organização dos serviços.”

Entrevistado E

**A nível de Planeamentos de Emergência, a PSP tem esse tipo de planeamentos?
Estão atualizados?**

“Planeamentos de Emergência, existia antigamente a nível nacional, um gabinete civil de emergência que depois foi desativado e agora faz parte da proteção civil e que tem estado de alguma forma aparentemente pouco ativa ou pelo menos pouco visível. De qualquer das formas, existem a nível de proteção civil, planos, planos de emergência de níveis municipais da Proteção Civil etcetera, e portanto são situações que normalmente são geridas a nível municipal, sob coordenação da ANPC, e que a PSP participa como agente de proteção civil. A nível interno basicamente existem os planos de segurança das instalações, que de uma maneira geral não temos tido uma grande preocupação com esta matéria porque felizmente também não temos tido grandes situações ou situações e que haja digamos, ataques às nossas instalações, e aí poderemos eventualmente melhorar, mas não tem sido no meio de tanta prioridade, não tem sido esta uma prioridade e portanto o nosso nível de planeamento para situações de emergência tem sido basicamente este que eu defini, portanto, estamos preparados para trabalhar normalmente, diariamente em situações de rotina, estamos preparados para fazer face a qualquer evento que esteja planeado ou qualquer operação que pretendemos desencadear, temos todos os recursos para o fazer. Relativamente a incidentes inopinados temos a doutrina, estabelecida, temos a formação, estamos a procurar cada vez mais equipar o nosso dispositivo, especialmente de primeira reação especialmente para fazer face a esses incidentes, temos feito simulacros. Relativamente aos incidentes que têm acontecido, e todos os anos acontecem algum, uns anos mais, uns anos menos, penso que temos correspondido bem e temos também sabido retirar os ensinamentos dessas ocorrências, temos feito sempre *debriefings* onde procuramos ver o que correu bem, o que correu menos bem, o que é que podemos melhorar da próxima vez, se há algum ponto a melhorar ou a alterar algumas normas que existem ou procedimentos, e portanto somos uma organização aprendente, portanto, que estamos permanentemente a sermos confrontados com a realidade e a procurar de facto adequar os nossos procedimentos e as nossas intervenções àquilo que é necessário e portanto isto vai ser sempre um trabalho contínuo, nunca vai estar acabado.”

Entrevistado E

O que pensa da possibilidade de existência de um terceiro Estado de Exceção?

“Numa situação limite pode ser criado um terceiro Estado de crise para responder a essa situação. Mas eu sinceramente acho que não é preciso, porque repare, num Estado intermédio, em que não estamos em Estado de Sítio, no Conselho estratégico Militar está já definido o que fazem as Forças Armadas, bem como a relação de controlo a definir, caso a caso, no entendimento do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, e do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, na perspectiva de que, as Forças Armadas libertam as Forças de Segurança para que estas hajam, no domínio policial etecetera, portanto o que significa que, nesses Estados, em princípio subentende-se que comando será das Forças de Segurança, não é claro, não é um comando completo, é um comando para aquela situação em concreto e há que ver caso a caso, conforme a gravidade da situação e o número de efetivo, entre outras. E as Forças Armadas com as Forças de Segurança estão em duas maneiras, ou em reforço, ou em complemento. Reforço, quando utilizam forças da mesma tipologia, por exemplo, se nós reforçarmos com soldados, como aconteceu recentemente na França por exemplo, as Forças de Segurança têm efetivamente o comando, são elas que lideram a situação, e as Forças Armadas reforçam por exemplo a defesa de pontos críticos, reforçam a defesa de aeroportos, e outros pontos que se revelem necessários, e deixam as Forças de Segurança fazer aquilo que é o contacto com a população e a luta contra o terrorismo, ou seja, não vão elas substituir as Forças de Segurança, estas vão fazer o seu trabalho, e as Forças Armadas vão libertar as Forças de Segurança para missões que lhes são mais próprias. Eu posso dar o exemplo do Palácio de Belém, temos lá o Sr. Presidente da República, que é protegido por um Esquadrão da Guarda Nacional Republicana, se ele quiser colocar uma Companhia ou um reforço de 120 homens na rua, em vez de colocar uma Companhia de soldados do Exército no meio da rua, que ele substitua o Esquadrão da Guarda Nacional Republicana que está naquele Palácio, e ponha um Esquadrão do Exército, em missão bipartida, e esse Esquadrão da GNR, que já está habituado a lidar com as populações, vai ele para a rua, essa é a lógica e a lógica que se impõe é esta e já está em aplicação em vários países, portanto, subentende-se naquilo que o Conselho Superior Militar tem aprovado e diz exatamente isso, e subentende-se naquilo que é a Estratégia Nacional contra o terrorismo, aprovada em 2015, também se prevê isto e está lá a falar de um Plano de Articulação Operacional entre o Secretário-Geral de Segurança Interna e o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, portanto já está mais ou menos previsto. Nós só não sabemos muitas vezes como é que isto se faz porque ainda não tivemos que o fazer, e por um lado ainda bem, porque significa que ainda não houve uma ameaça

que nos levasse a ter de fazê-lo. Há duas razões para que as Forças Armadas tenham de intervir em território nacional em termos de Estado de Sítio, estamos a falar da alteração drástica da ordem pública, e há duas razões, ou o nível de ameaça, ou o nível de alerta. Se o nível de ameaça for muito elevado, ou seja, se de repente houver uma ação armada em que os meios usados por um grupo sejam de tal modo elevados que obrigue a uma atuação das Forças Armadas, ou então o nível de alerta, que se trata de um processo gradativo que tem a ver com o número de ameaças que vai crescendo até que chega ao limite cinco, como por exemplo no Reino Unido, Espanha, isso já está definido nas leis, em vários países, em que há um patamar em que as Forças Armadas já entram também em apoio, e há sistemas progressivos como por exemplo o sistema Francês atual, que já preveem em permanência Forças Armadas em complemento nos pontos de segurança, mas são as Forças de Segurança as responsáveis pela segurança, portanto, eu penso que isso será um falso problema e que só não acontece em Portugal porque ainda não teve que acontecer.”

E o treino conjunto que há é suficiente?

“Não, existe uma enorme insuficiência. Começamos a dar os primeiros passos acerca de quatro anos, com uma parte académica, que foi fazer alguns congressos e algumas referências nomeadamente no ISCPSI e na Academia Militar, onde se começou a discutir qual era o papel de uns e de outros e foi ainda publicados alguns artigos, uns dos quais escritos pro mim, que fala sobre a questão das Forças Armadas e essas questões no âmbito do terrorismo, entre outras, mas daí até fazermos aquilo a que se chamam exercícios conjuntos, não fizemos, portanto, é preciso fazer dois tipos de exercícios, um exercício de postos de comando entre forças policiais e as Forças Armadas, e depois era mesmo preciso fazer-se exercícios, portanto, simular uma situação grave, por exemplo um ataque ao aeroporto de Faro, ou uma situação assim desse género era muito importante testar procedimentos. Foi feito um exercício pela GNR o ano passado, simulando um assalto a um comboio, em que a PSP também participou, em que intervieram as Forças Armadas, e que foi um pequeno passo. Foi feito também um Congresso o ano passado na Madeira que também abordou esta situação, mas de facto devíamos fazê-lo e devíamos fazê-lo com muito mais frequência.”

Entrevistas

Apêndice XV. Entrevista A (PSP).

1. O que considera uma crise? No seu ponto de vista, quando estamos perante uma situação de crise?

“Direcionando a definição do conceito para a Polícia de Segurança Pública, na minha opinião, existem vários tipos de crise na PSP. Os bens materiais são considerados uma grande crise na PSP. Aliado aos bens materiais, as condições de trabalho que existem na instituição. Existe uma outra crise que eu acho também bastante grande, que é a preparação, que o agente da PSP, depois de sair de uma Escola (Formação a nível da Escola Prática de Polícia), entra no mundo do trabalho e é esquecido todo o resto, inclusive treinos de abordagem a viaturas, treinos de adaptação ao meio onde está a trabalhar, treinos com o material que têm disponíveis para atuar em vários cenários, e ainda a crise que existe em termos do fornecimento de munições para que os agentes policiais estejam preparados, durante o desempenho das suas funções, numa situação hostil, de terem a capacidade de aplicar um tiro instintivo, de “ação-reação”, do nada, como acontece na Europa. Será que o polícia português está preparado para isso? Será que o polícia treina, ou já alguma vez treinou para isso? Será que já foram tidos em conta esses aspetos pelas nossas entidades que preparam e que fazem os planos de formação e de treino para os agentes da PSP? Não será que teríamos de mudar um pouco, a nível de estrutura, as matrizes de horários, dos agentes da PSP? Não teríamos de apostar em mais formação, mais técnica? Será que as nossas viaturas, bem como as nossas armas, estão preparadas, em termos de utilidade, perante um atentado? Perante um terrorista que usa armas perfurantes e nós, Polícia, não temos armas perfurantes, além da G-36, que pelo conhecimento que tenho, o Corpo de Intervenção possui essas armas, e talvez o Grupo de Operações Especiais também, para além de outro armamento, mas mais nenhum elemento da nossa força tem. São as Berettas, que estão obsoletas (existentes nas esquadras e carros de patrulha), suficientes para fazer frente a uma situação dessas? Será que o agente da PSP quando está no exercício das suas funções, se a sua arma de serviço tiver um problema e encravar, estará ele preparado para resolver a situação no local? Não é uma crise os agentes não saberem manusear a sua arma? Usar a sua arma diariamente e não retirar o máximo do usufruto dela? Para mim tudo isto são crises, aliadas depois à situação económica que cada vez mais existe, assiste-se a uma falta de investimento no trabalho dos agentes, que por sua vez deixam de estar motivados a serem bons profissionais, porque também não se sentem aliciados a nível monetário. Toda a gente tem contas para pagar, toda a agente tem filhos para criar, toda agente tem família, e

dedicam-se a fazer gratificados, vestem farda, tiram farda, e não estão preocupados em saber das suas condições físicas, técnicas, que devem ter, profissionalmente. Para mim são crises que devíamos ter muita atenção na PSP. Mesmo os agentes policiais entram em crise, devido às dificuldades, no modo de trabalho deles, já são os deveres e obrigações que trabalham, não existe nada além disso. A questão das nossas viaturas são outra crise. Não há condições para os agentes fazerem qualquer tipo de trabalho, o que se nota literalmente, num agente da PSP, diariamente no exercício das suas funções, quando tem de se deslocar para algum local. Agravando-se a isto o facto do agente da PSP não dever/poder deslocar-se fardado para os gratificados, sendo um alvo vivo, podendo ser submetido a vários tipos de críticas. O atavio do agente da PSP é uma outra crise. As fardas, as roupas, as barbas, o cabelo, tudo está completamente arrasado na PSP, e isto para a opinião pública é relevante e é um impacto enorme para quem olha para um agente da PSP e o vê mal uniformizado. Se compararmos PSP com GNR, na GNR vê-se que há brio nas suas esquadras, há mais disciplina, aprumo e atavio nos seus elementos, têm cuidados com os seus materiais, e na PSP isso não acontece, só se faz o estritamente necessário. Tudo isto está num bolo e deveria ser revista a imagem da PSP, porque a PSP está em crise. Em todos os aspetos, não só do ponto de vista económico. Quando entrei para a Polícia formávamos todos em coluna por um e o comandante de esquadra ia ver se estávamos bem ataviados e uniformizados antes de irmos para a rua e agora isso não acontece, o que na minha opinião está mal. Para mim isto é crise e a PSP está em crise.”

2. A PSP está preparada para vir a atuar numa situação de Estado de Sítio/Estado de Emergência? Na sua opinião, o que deverá ainda ser melhorado nesse âmbito?

“Não. Infelizmente acho que não. A PSP gasta dinheiro em formações fora da Polícia, e depois quem adquire essas formações vai para o seu ramo apenas com alguns conhecimentos básicos, nada aprofundados nem específicos. A PSP a nível geral não está preparada para uma situação dessas. Provavelmente em cem homens, apenas dois poderão estar preparados. Na PSP não se treina em cenários reais, na PSP não se preparam homens para o Estado de Sítio ou de Emergência, que na realidade podem vir a acontecer. Fome, sede, *stress*, criar um cenário com público aos gritos a passar, será que o polícia está preparado para tal? Esta é a grande questão. Existem treinos em que algumas forças especiais se juntam a outras forças militares, para treinarem especificamente um cenário em concreto, mas quem anda diariamente no terreno não tem esse treino. Existem os diferentes graus de atuação e o nosso

patrulheiro é o primeiro a entrar em atuação. O patrulheiro não está preparado para isso. Atualmente na Escola Prática de Polícia os polícias não são testados nem preparados para uma situação destas. E outro problema que se pode aqui elencar são as nossas comunicações, em determinados sítios ficamos sem rede e impossibilitados de contactar, e as comunicações são fundamentais nas operações policiais, sem elas falhamos. Relativamente à questão se há falta de material e meios de formação, sim. A nível de material não há dúvidas, e a nível de conhecimentos também. E certamente que os poucos conhecimentos que alguns podem ter, foram adquiridos através de gastos próprios dos elementos, não foi a PSP que investiu nessa busca de conhecimento. Num estado de calamidade, em que se algo acontece, o patrulheiro não sabe como atuar perante um cenário desses, porque não houve um simulacro, não houve um reconhecimento da área nem identificação de possíveis áreas de fuga. Acho que muita gente anda na rua e não a conhece, não há reconhecimento do terreno, e outro problema, o agente da autoridade vai para a rua sozinho, e isso dificulta ainda mais a sua atuação. A PSP não tem efetivo suficiente para por homens na rua em patrulha dobrada neste momento, chegamos a ver colegas sozinhos de noite a fazerem gratificados em zonas turísticas e isso é algo muito negativo. Há vários tipos de matérias importantes que não são ensinadas aos nossos agentes. Para muitas coisas banais o agente não está preparado, muito menos para coisas mais críticas como um atentado terrorista por exemplo.”

3. No seu ponto de vista, a PSP está preparada para atuar em Incidentes Tático-Policiais? O que poderá ainda ser melhorado? Terá a PSP os meios adequados para resolver Incidentes Tático-Policiais? Na sua opinião o que está em falta?

“Primeiramente a Polícia faz os perímetros, interior e exterior, avalia a situação, etecetera. No entanto o problema vem a seguir, que são os modos de atuação. A Polícia ainda demora muito a chegar ao local, mas tem homens preparados para isso, porque já se vai treinando esse aspeto. Agora, será que os meios que temos estarão adequados à realidade? A nível da UEP, já não estamos mal em termos de transportes. Mas a nível de comunicação, armas e preparação para estas situações, aí sim, existem falhas. Penso que todos tínhamos de ter uma formação para que se por acaso, enquanto se permanece no perímetro e acontecesse estarmos perante um refém, ou com o sequestrador, para que estivéssemos à vontade para dialogar com eles, pois isso não raras vezes acontece e os agentes não têm formação para tal. Devia também existir mais liberdade de atuação, porque por vezes quando escalamos o grau de intervenção, a situação já poderia ter sido resolvida antes, e isso falha

na Polícia. Os elementos que fazem o perímetro interior, que têm uma grande probabilidade de entrar em contacto com o sequestrador por exemplo, deviam ter formação e estar preparados para fazer algumas perguntas chave que poderiam ser determinantes para o desenrolar da situação. A carrinha de negociação já chega muitas vezes fora de horas e por vezes a situação até já está resolvida. A nível de material, a UEP já vai tendo mais material, já vai havendo uma maior consciencialização para a realidade. Agora, esse material é bem aplicado? Por vezes essa aplicação do material já é tardia. Neste sentido, a doutrina, os graus de atuação existentes, deviam ser alterados em certa medida. Agora relativamente ao que poderia ser melhorado neste aspeto, primeiro a lei. Seguidamente, as condições do material com que se trabalha. A UEP já tem muita coisa, mas depois os modos de atuação estão um pouco restringidos, ou seja, por vezes há situações que se podiam resolver no momento e não se resolvem porque a lei não o permite por causa dos graus de atuação. Por vezes estamos a poucos metros de distância do sequestrador, e não podemos fazer nada porque temos que esperar que o grau acima chegue para podermos atuar de modo eficaz e resolver logo ali a situação. Por exemplo, material como a *Taser*, que tanto investimento por parte da Polícia teve, está proibida de ser usada e nestas situações poderia ser-nos muito útil e é uma ferramenta que temos muito importante na nossa Polícia. Isso falha na nossa instituição, deveria de haver uma nova estruturação nesse âmbito, deveria ser feita uma nova avaliação dos métodos e dos meios de atuação. E acima de tudo, quando se vai para um local destes, deve logo haver uns capacetes com câmara e uma carrinha tática, onde a imagem daquilo que está a acontecer esteja imediatamente a ser vista por pessoas que estão fora do *stress* existente no terreno, pessoas com capacidade de tomar uma decisão mais consciente e mais acertada. Na Polícia isso não acontece e está errado. A nossa comunicação falha e n estes momentos cruciais os materiais deviam estar em condições de excelência.”

4. Apelando à sua experiência profissional, recorda algum Incidente Tático-Policial em Portugal? Como avaliaria a atuação da PSP e outras entidades que estiveram envolvidas?

“Já presenciei vários Incidentes Tático-Policiais. A única coisa que eu acho que existe nos ITP’s que falha muito é os polícias da área, que conhecem a área fornecerem muito poucas informações acerca do que se está a passar. No último ITP a que fui, houve uma tentativa de assalto a uma carrinha de valores, os suspeitos fugiram para um prédio, os agentes vinham a fazer a perseguição, num carro sem condições para tal, estavam sob uma

grande quantidade de *stress*, e com dificuldade em o gerir, o que é normal, pela falta de treino, devíamos ter até formação de condução avançada e não temos por exemplo, e nestas situações não conseguem transmitir informações como cor do carro, matrícula do carro, marca do carro, quantos elementos vão lá dentro e fornecer o maior número de características desses elementos e o problema é que o polícia não está treinado e não consegue sequer transmitir esse tipo de informação que é tão importante. E outro problema, chegamos a um ITP em que os suspeitos entram num prédio com três entradas e os agentes não conseguem sequer informar em qual das entradas eles foram, e quando vem a UEP para resolver, existem falhas de informação importantes como esta, tudo começa mal desde o início. Não existem plantas dos edifícios, a Polícia devia ter uma central que recebesse os projetos de todos os edifícios existentes, para que se pudesse trabalhar num patamar de excelência. Os perímetros são bem feito, sim, o pessoal já sabe o que fazer, mas é difícil os elementos chegarem perto para o primeiro contacto. Outra situação, um senhor que se barricou com a esposa, e veio com uma faca à janela, isso ter-se-ia resolvido com um Taser, e derivado aos graus, a Polícia demorou imenso e isso é algo em que a Polícia falha. Vive-se intensamente sim, mas treina-se pouco.”

5. Considera que a PSP está preparada para atuar eficaz e eficientemente numa situação de catástrofe ou de acidente grave? Na sua opinião, a PSP tem os meios materiais e humanos adequados e suficientes para atuar perante um cenário de catástrofe ou acidente grave?

“Não. A Polícia não tem meios para isso. A Polícia, numa situação de catástrofe pode encaminhas as pessoas, mas devia treinar isso em conjunto com INEM, Bombeiros, Forças Armadas, etcetera, e não há esse treino, as várias entidades não se entendem umas com as outras. Eu acho que as forças todas em Portugal deveriam estar interligadas a nível de conhecimentos, de saberes, deveria de existir apenas uma “rede” para não haverem dúvidas. Nestas situações, GNR e PSP deviam trabalhar em equipa, para se poderem reforçar, e deveriam saber exatamente o que fazer. Isto não existe em Portugal, o patrulheiro é o primeiro a lidar com a situação, o comandante de esquadra é o primeiro a deparar-se com a situação, e ninguém certamente saberá exatamente o que fazer. Materiais importantes ter que não há. Ninguém tem nas esquadras uma mala de oxigenoterapia, ou um plano rígido por exemplo, coisas simples e importantes. E nós estamos no local a lidar co isto. Não há treinos do Curso de Suporte Básico de vida, não há treinos de natação, não há treinos de coisas tão

básicas e importantes quanto isto para os polícias poderem atuar numa situação de catástrofe. Material básico de resgate, também é outra falha nas esquadras. A Polícia não tem treinos para estas situações. Na Polícia gastamos meios humanos e materiais para fazer policiamentos de visibilidade, que não têm efeito nem rentabilidade nenhuns e não os colocam a fazer o que realmente era necessário. E estas questões deveriam estar pensadas. Não estamos preparados para uma catástrofe nem um acidente grave. O polícia, numa situação de um acidente grave por exemplo que envolva transportes como autocarros, comboios, metros, entre outros, não consegue sequer abrir as portas de emergência para ir buscar as pessoas que se encontram no interior. Na UEP existe formação nesse âmbito, mas o patrulheiro normal, que lida em primeira linha com a situação não o sabe fazer e esperar pela chegada dos elementos da UEP pode ser o tempo suficiente para ser tarde demais. Na formação dos Polícias existem muitas falhas, falhas de assuntos muito importantes.”

6. Considera a PSP uma instituição preparada para fazer face a um ciberataque? O que considera importante ainda ser feito de modo que a PSP fique mais preparada para resistir a um ciberataque? Quais as consequências de um ciberataque a uma instituição como a PSP em Portugal?

“A Polícia tem excelentes técnicos na Direção Nacional. Mas o problema é que é difícil prevenir estes ataques. Existem duas pessoas a tentar arranjar um programa de bloqueio a estes ataques e acessos informáticos indevidos, e há vinte a tentar desbloquear e entrar nas redes. Já mudamos muita coisa a nível informático e mesmo procedimental nas esquadras e outras instalações policiais, como é exemplo as regras do uso de *pen drives*, como salvaguarda, mas é suficiente? Estamos a trabalhar bem nesse sentido mas ainda não estamos suficientemente protegidos contra este tipo de ataques, até porque é muito difícil conseguir controlar estes acessos. Se fossemos alvo de um ciberataque, conseguir-se-ia provavelmente apagar todos os Autos de Detenção, ou entrar no sistema jurídico e apagar tudo. E outra questão, a existência de elementos civis a trabalhar com documentos policiais e em serviços policiais tornam-nos mais vulneráveis ainda. É errado civis fazerem trabalhos que são de Órgãos de Polícia Criminal, isso facilita ainda mais as fugas de informação. Um civil não pode saber tanto ou mais do que é a vida policial. E mesmo alguns polícias falham ao contar certo tipo de informações a pessoas externas à instituição.”

Apêndice XVI. Entrevista B (PSP).

1. O que considera uma crise? No seu ponto de vista, quando estamos perante uma situação de crise?

“O meu conceito de crise não é um conceito binário, ou seja, não é um conceito que diz se estamos em crise ou não estamos em crise. Há situações de tranquilidade pura até um estado extremo de forte agitação. Podemos dizer que há níveis de crise. Eu considero que estamos numa situação de crise quando esse estado de normalidade, de tranquilidade, tido como padrão, é agitado por poucos momentos ou de forma duradoura. Eu não consigo dizer, e acho honestamente que ninguém conseguirá dizer, qual é o conceito de uma crise nesse figurino de, ou estamos em crise, ou estamos fora dela, portanto, é tudo uma questão gradativa. Eu considero que se estará numa situação de crise quando nós não estamos numa situação de tranquilidade, agora, quando é que deixamos de estar nesta situação de tranquilidade? Será que uma pessoa que se barrica em casa, e provoca uma agitação dos média, já nos leva a afirmar que estamos em crise? Uma situação localizada, pessoalizada, sem perigo para terceiros que não seja o próprio, mas em que a agitação dá-se porque curiosos tentam ver o que se passa e a polícia faz um cordão para tentar dissuadir por exemplo. Secalhar aqui já estamos em crise. Eu duvido que haja uma fronteira que diga normalidade versus crise, tudo tem a ver com o gradativo do estado de anormalidade, que se vive em termos de comunicação social, em termos de agitação populacional, em termos, inclusivamente de *stress* governativo, de mobilização de meios. Agora, quando começamos a deixar de ter um pequeno espaço e passamos a ter uma área mais abrangente como a área de Lisboa, ou que até vá além, aí começa também o grau de crise a escalar, a subir. Eu não tenho definição de crise que não seja tudo o que não é estado de normalidade pura, e é uma situação de gradativo.”

2. A PSP está preparada para vir a atuar numa situação de Estado de Sítio/Estado de Emergência? Na sua opinião, o que deverá ainda ser melhorado nesse âmbito?

“Claro, claramente que sim. A utilização de meios suplementares, ou seja, extra policiais, em situação de crise, tem duas justificações. Uma é precisamente essa complementaridade de meios, que por vezes as forças policiais não têm e todo o mundo sabe, que é haver aviões de reconhecimento, navios costeiros, ou até de alto mar, entre outros. Fora disso só vejo um outro ponto, que é por uma medida, uma opção política, para mostrar, ou seja, há uma crise,

por exemplo, um ataque terrorista, a resposta política para além das respostas de segurança de todas as polícias, que é a recolha de informação, troca de informações, tentativa de explorar as conexões da rede que atuou com outras e encontrar redes de cumplicidade, para além dessa atuação silenciosa e para além de aprender, ou seja, de lições apreendidas. Há depois uma resposta política que é para a população, que é colocar meios extra policiais, militares, carros de combate em plena cidade, como vimos em Londres, várias vezes, pelotões de soldados, espalhados em certos sítios, e isso não tem a ver com capacitação real, tem a ver com uma mensagem política, de tranquilidade, para dizer “nós estamos atentos, estamos a fazer, não se preocupem”. Portanto, a Polícia tem, para a grande maioria, para quase a totalidade de situações de crise, e mesmo num Estado de Emergência ou de Sítio, a Polícia de Segurança Pública, como uma força que tem 22.000 homens, que tem mais que um Exército, ou que a Força Aérea, tem que ter, e tem, capacitação humana e logística para tal. Claro, que sem prejuízo de outros meios que sejam complementares, mas claro que é numa lógica complementar, e não desviar o foco para onde vão as forças policiais.”

3. No seu ponto de vista, a PSP está preparada para atuar em Incidentes Tático-Policiais? O que poderá ainda ser melhorado? Terá a PSP os meios adequados para resolver Incidentes Tático-Policiais? Na sua opinião o que está em falta?

“Sim. A Polícia de Segurança Pública criou a doutrina, formou o Plano de Coordenação, Controlo e Comando Operacional das Forças e Serviços de Segurança, que nasceu aqui na Direção Nacional, um projeto para clarificar níveis de intervenção, definir níveis de responsabilização, etcetera. Portanto, a Polícia domina a doutrina, foia a sua criadora, e por outro lado, tem experiência nisso, muito mais do que qualquer outra força policial. Tem negociadores formados, tem equipamentos, materiais, até mesmo a nível de comando e controlo, estamos a apostar cada vez mais nisso, que era uma falha à uns anos atrás, inclusive no Comando Metropolitano de Lisboa, estamos a investir nisso, mesmo aqui na Direção Nacional estamos a trabalhar no novo Centro de Comando Estratégico. Assume-se que tínhamos falhas, eu diria que em equipamentos, *software* e cultura de comando e controlo, cultura a nível estratégico, nível de operação, nível tático, entrosamento, fluidez de informação, emanção de ordens, etcetera, está tudo identificado neste documento, com anexos, procedimentos, e eu diria que se perguntassem se falta alguma coisa, eu diria que neste momento, temos capacitação para qualquer tipo de ITP, mesmo se acontecessem vários em simultâneo em diferentes sítios. Nós estamos preparados para isso sem qualquer

limitação logística, humana, técnica ou doutrinária, não vejo nenhuma limitação nesse aspeto.”

4. Apelando à sua experiência profissional, recorda algum Incidente Tático-Policial em Portugal? Como avaliaria a atuação da PSP e outras entidades que estiveram envolvidas?

“Há aqui um problema que não vamos esconder, um problema de base, que é, aquela eterna dúvida, porque há uma ou outra força policial que tem competências de investigação desses crimes, que é a Polícia Judiciária, e tem-se de saber onde é que começa a área de manutenção da ordem versus a área de investigação criminal, e isso é fundamental. O Plano de Coordenação, Controlo e Comando Operacional das Forças e Serviços de Segurança partiu daí, para se refletir sobre quem é que deve gerir, na altura coincidente nesta área em curso, em que há perigo para o próprio ou para terceiros ou para a Polícia, em que há uma grande agitação mediática, uma grande agitação da população, política, etcetera, quem deve tomar conta disso deve ser uma entidade especializada em investigação criminal, que no fundo está preparada praticamente para fazer a retrospeção daquilo que aconteceu, chegar à cena do crime e tentar ver como tudo se passou, ou então uma força que atua para que tenham uma cultura secular de paralisação da ameaça e reposição da normalidade, e claro, a doutrina vigente é sempre no sentido de ser a entidade que tem a cultura, os meios, a experiência de jogar com várias valências, as componentes de comando e controlo, quem tem doutrina própria nesses sentido, essa é a que deve tomar conta, depois da situação normalizada e reposta a tranquilidade, então sim, entram os Homens da investigação criminal, e desempenhar a sua missão *à posteriori*, que também é importante, no entanto até à reposição da normalidade, quem tem que atuar são forças aculturadas para a atuação na área de manutenção da ordem e tranquilidade públicas e não outra que não tem essa experiência, não tem os meios, não tem a cultura de comando e controlo, de liderança em situação de crise, para isso têm de ser estras estruturas com diferente cultura e fortemente hierarquizadas. Nunca presenciei nenhum ITP, mas tomei contacto através das salas de comando, onde presenciei logo aí, conflitos de quem é que atua, conflitos na gestão, e às vezes isso até teve de ser imposto com alguma agressividade, e depois viu-se também que isto é um Sistema de Segurança Interna a quem eu chamo multitutelar e plural, não é dual. Plural porque há várias polícias, e depois é multitutelar, porque temos organizações policiais que sob alçada de vários ministérios diferentes e isso leva a que a doutrina de atuação não seja comum, e depois

leva a que os próprios meios não sejam interoperáveis, havendo sempre falhas nas formas de atuação, nos meios que dispõem, na falta de complementaridade e às vezes até mesmo uma certa falta de cultura de treino conjunto, normalmente existe o pensamento errado de “quando acontecer a gente resolve”, esquecendo que muitos incidentes, e relembro aquele que foi paradigmático que é o de 7 de julho de 2005 em Londres, aqueles atentados múltiplos, de cariz Islâmico, nos autocarros, no metro, em que foi a capacidade de contenção, por força de muito treino e treino conjunto com outras forças que fez com que as vítimas não fossem mais senão eram centenas ou milhares, com a confusão que se instalou. Portanto, sinto que há, logo à partida, uma não aceitação genuína de quem é que gere o incidente, que muitas vezes tem de ser imposto com alguma agressividade, e depois é a falta de entrosamento das forças, de diálogo, falta de ser uma coisa corriqueira, de falarem, de interoperarem, de serem chamadas a fazerem um núcleo. Dou apenas uma exceção aqui que é o INEM. O INEM, em relação à PSP, já é quase interno, está entrosado com a Polícia várias vezes, vai às manifestações, vai até as vezes dar-nos apoio nos exercícios de campo e mesmo em outros, por exemplo, em, demonstrações, eles estão lá, estão perfeitamente integrados. Tirando o INEM, as outras forças às vezes até nem se sabe quem contactar, nem se sabe quem manda, às vezes é uma grande confusão. A importância do carácter integral da PSP, o fator de atura no que eu chamo, nos cinco pilares da segurança interna, prevenção, investigação, manutenção da ordem, polícia administrativa, ou seja, fiscalização de atividades e proteção civil, com uma boa base de informação a sustentar isso tudo, daí a importância dela ser integral, portanto, consegue, quase com total autonomia, mexer e gerir um ITP, e isso é muito importante.”

5. Considera que a PSP está preparada para atuar eficaz e eficientemente numa situação de catástrofe ou de acidente grave? Na sua opinião, a PSP tem os meios materiais e humanos adequados e suficientes para atuar perante um cenário de catástrofe ou acidente grave?

“Sim, completamente, não tenho dúvidas. Temos investimentos que estão a ser feitos nesse sentido. Nós neste momento até temos meios aéreos não tripulados, e meios aquáticos. A integralidade da Polícia não se alargou só apenas à doutrina e às áreas de atuação mas também à logística, que acompanhou isso, e portanto, nesse sentido, eu diria que a Polícia neste momento, está preparada para uma situação dessas, mas é claro, falemos em cenários razoáveis, não falemos por exemplo num ataque terrorista com meios nucleares massivos,

falemos não de cenários possíveis mas de cenários plausíveis, e em cenários plausíveis não há nenhum em que a Polícia não esteja capaz de atuar, mesmo situações que envolvam matérias NRBQ, a PSP está capacitada para conter e neutralizar a ameaça, disso não tenho dúvidas nenhuma. Depois claro, dependendo da dimensão e da abrangência espacial, claro que tem que haver a tal interoperabilidade das forças e serviços de segurança, inclusive dos militares. Há coisas que são incontornáveis, como se uma Esquadra ou Divisão, uma unidade policial, ser ela própria alvo de uma catástrofe, e estou-me a lembrar do caso da Madeira, onde o Comando Regional, por razões que nós não conhecemos e às vezes é por nós não pensarmos nestas coisas, está situado num local que é propício por exemplo a inundações, devido à proximidade que tem com as ribeiras, e por vezes não se pensa nisso, e até em equipamentos de continuidade da atividade das unidades, como geradores, muitas vezes isso é ignorado. Tudo o que é construído de novo agora é pensado, cotas tendencialmente elevadas, afastamento de linhas de água, a existência obrigatória numa esquadra, de um aparelho gerador e UPS, ou seja, neste momento estamos a contruir um paradigma de mitigação de riscos para isso, agora garanto que quanto ao está feito, existem inúmeras instalações e algumas com séculos. Estou a lembrar agora o Aljube, onde está o Comando Metropolitano do Porto, tem as suas limitações, tem vulnerabilidades a catástrofes, que cabe a nós mitigá-las, na medida do possível, mas não há milagres e começa pela localização, que não é o caso, mas pode não ser ideal, eu dei o caso da Madeira como exemplo, mas poderão ser muitos outros. Portanto nós temos algumas vulnerabilidades que só com o tempo é que vão ser mitigadas mas a nossa ideia é, que desde a unidade aos meios, haja capacidade. Quando a população ficar inoperacional, a Polícia tem que sobreviver, daí a importância de uma reserva estratégica para sobreviver, quando o mercado e tudo o resto estiver paralisado, aí a Polícia tem que continuar a funcionar, a tal autossuficiência parcial, não total como nas Forças Armadas, mas parcial, e isso está a ser feito, a Polícia está a ser redesenhada, está a ser pensada, para o futuro, e basta ver as Grandes Opções Estratégicas de 2017, que é fundamental para se perceber qual o nosso rumo nos próximos anos e aí vemos que há uma Polícia integral, com alguma autossuficiência logística, e também vocacionada para a área de crise, vemos lá a questão da proteção civil da parte ambiental, portanto, nós estamos também a trabalhar nisso. A Polícia sendo integral e tendo de atuar nos cinco pilares de que falei anteriormente, a Polícia tem várias ocorrências no passado com a Proteção Civil na área das crises, portanto, a PSP assume-se, na área do *safety*, como duas características, é um agente de proteção civil, de máxima prontidão e proximidade, ou seja, 24/7, tem de ser dos

primeiros a chegar lá a estabelecer perímetros e ajudar pessoas, mesmo antes por vezes dos Bombeiros chegarem, sempre com grande prontidão e a funcionar permanentemente, com sistemas de resposta e como agente de proteção civil como complementaridade, ou seja, mesmo quando é fora da nossa área de atuação, nós temos de ter capacidade para ajudar o sistema de proteção civil, onde for, até no estrangeiro, como temos feito, como tivemos com o GOC, na busca e salvamento, por exemplo nestes últimos incêndios, e a Polícia foi para lá com psicólogos, carrinhas de transporte de pessoal e etcetera. Ou seja, na nossa área máxima prontidão, e no resto do país estamos preparados e estamos também a comprar material para isso, para podermos projetar meios para apoio suplementar e complementaridade com o sistema que está lá, portanto, nós não podemos fugir a esta questão que é uma questão importante. Eu diria que as ameaças talvez mais críticas para Portugal, mais que o terrorismo, na minha opinião, são as catástrofes naturais, são esse tipo de acontecimentos na área do *safety*. Portanto a Polícia como é uma força implantada no terreno, as pessoas também querem que a Polícia tenha esse tipo de resposta, a Polícia não pode dizer às pessoas que está à espera, que já chamaram os Bombeiros por exemplo, as pessoas estão à espera que a Polícia vá também ajudar e a Polícia tem de ter prontidão e capacidade para responder, portanto, aquilo que a Polícia tem apostado fortemente e isso vê-se nas últimas “Grandes Opções Estratégicas”. Outro exemplo, nós quando precisamos de helicópteros, temos os helicópteros geridos pela Proteção Civil, que estão no MAI, e temos os helicópteros do INEM também, se for necessário, esses são mais ligeiros. Se me perguntarem se são adequados para funções policiais direi que não, porque os pilotos não têm treino para missões policiais, não fazem o trabalho preventivo, é reativo, e os próprios helicópteros não estão adaptados, nem para tiro tático, por exemplo, nem os próprios pilotos estão preparados para colocar o helicóptero em posição para fazer tiro tático. Tentamos pedir por exemplo helicópteros para a Polícia. Mas não foi possível, é algo que tem muitos custos. Sendo uma Polícia integral, nós também não temos de ter todos os meios que são precisos, mas devemos ter em regime de *pull and share*, os meios que dão para cerca de 90% dos cenários, os restantes cenários que exijam outros meios, tem-se de pensar numa solução mais eficientes, eu defendo por exemplo para os meios aéreos tripulados que, não deve ser com o que acontece em Espanha por ser demasiado dispendioso, que é ter todas as forças policiais, cada uma com o seu sistema, a sua logística, os seus pilotos, etcetera, defendo sim a existência no próprio Ministério, ou que ele crie uma entidade própria para a gestão de meios aéreos, como já houve no passado, e isso seria positivo quer para a GNR quer para a Polícia.

Foi feito um estudo, para saber quanto custa um meio aéreo não tripulado para missões de reconhecimento e esses acabam por ser 44 vezes mais baratos que os helicópteros. Nós falamos com várias polícias e são cada vez mais usados os meios aéreos não tripulados que os tripulados, e nesse aspeto a Polícia, felizmente, foi a primeira em Portugal e uma das primeiras na Europa a criar uma equipa de meios aéreos, na UEP, com bons meios, com boa experiência já, de reconhecimentos dissimulados e não dissimulados, que tem feito trabalhos muito bons, é uma equipa com 6 elementos e nós tomamos a dianteira nesse campo, agora, os meios aéreos tripulados, são altamente dispendiosos, sim, devemos apostar, mas num figurino de grande racionalidade, porque nem o nível de ameaça, nem sequer a nossa economia justifica começar a dispersar meios deste género que são caríssimos, e é que neste tipo de meios não é só o helicóptero que custa, o problema é todo o tipo de logística que isso envolve, como os pilotos, manutenção, entre outras despesas. Portanto sim, deve existir este tipo de meios mas com integralidade e racionalidade.”

6. Considera a PSP uma instituição preparada para fazer face a um ciberataque? O que considera importante ainda ser feito de modo que a PSP fique mais preparada para resistir a um ciberataque? Quais as consequências de um ciberataque a uma instituição como a PSP em Portugal?

“Eu acho que para uma instituição poder dizer que está preparada para uma ameaça, tem que ter três fatores em harmonia. Tem de ter conhecimento técnico, teórico, meios humanos, técnicos, materiais, tecnológicos, etcetera, e acima de tudo, tem de ter experiência. Se me perguntarem se a Polícia está preparada para um ataque terrorista por exemplo, ela tem conhecimento teórico, tem meios, o que falta é experiência, portanto, quem me disser que Portugal está completamente preparado é mentira, porque falta o terceiro fator, que é a experiência. Falando no risco, o risco é crescente à medida que o grau de surpresa, o nível de imprevisibilidade está no lado da ameaça, e isso conta quanto menos experiência tiver o sistema protetivo. Portanto, pode-se ter os meios todos do mundo, toda a formação do mundo, mas faltando experiência, falta debelar o fator surpresa, falta mitigar o fator imprevisibilidade. Esse é o terceiro pilar que nós não temos, experiência. Mas também relativamente a este campo também não vou dizer que estamos muito bem preparados. Isto é uma coisa nova para nós. Estamos a preparar pessoas, já começamos a ter alguma experiência, se calhar até mais que muitos organismos públicos por uma única razão, temos sido alvo de ataques e por duas razões, porque temos a Polícia mais visível, e por outro lado

temos o acrónimo do nosso *site*, *ww.psp.pt*, e “*psp*” está associado também à *Playstation Portable*, há muita gente que vai à procura do nome e encontra a nossa página de *internet*. Isso tem feito com que a nossa rede seja das mais atacadas. Isso está a dar-nos alguma experiência, embora tenha sido a RNSI a mais atacada mas nós também vamos tendo alguma experiência. Nós só começamos a ter defesas quando começamos a ser atacados e só aí começamos a refinar, a pensar, a evoluir, senão se vamos só estar à espera que ela apareça, vamos estudar e estudar mas nunca vamos saber o que vem aí. Portanto começamos a ter um pouco de experiência, teoria, pouca, meios, também alguns, portanto, eu diria que o nível de vulnerabilidade do ciberespaço da Polícia eu diria que é significativo. Apesar de ter uma boa rede informática, com alguns padrões de segurança, mas o nosso pessoal tem ainda pouca experiência, embora esteja a evoluir.”

Apêndice XVII. Entrevista C (PSP).

1. O que considera uma crise? No seu ponto de vista, quando estamos perante uma situação de crise?

“Na minha opinião uma crise corresponde a uma situação de extrema gravidade, que não esteja planeada, e que, de alguma forma, obriga a uma conjugação de esforços adicionais, pessoais e institucionais, de natureza diversa, para se poder responder com eficácia e minimizar os seus efeitos e toda a parte negativa que ela traz para a sociedade, e para recuperar o normal funcionamento das instituições.

Indo de encontro à questão daquilo que será uma crise, seria interessante, em termos doutrinários, termos a possibilidade de estabelecer critérios diferentes daquilo que é uma situação, daquilo que é um problema, daquilo que é um incidente, um Incidente Tático-Policial, e o que será uma crise. Em termos conceptuais poderíamos estabelecer diferentes níveis, a que corresponderiam diferentes capacidades de resposta.

A reação de resposta a um problema há de ser uma. A de um incidente há de ser outra. Para uma crise outra diferente ainda. Devíamos olhar para estes quatro níveis, ou para níveis de diferentes problemas, para perceber de que forma é que se vai gerir cada uma dessas reações.

Relativamente ao regime de Estado de Sítio e Estado de Emergência, concordo com a ideia de um terceiro estado de exceção. O Regime de Estado de Sítio e de Estado de Emergência é de 1986. Entretanto a ameaça mudou completamente. Hoje temos uma ameaça muito difusa, temos o terrorismo, a radicalização para o terrorismo, temos fenómenos de emigração, de abertura de fronteiras, que na altura não existiam, e hoje existem. O Regime atual do Estado de Sítio e Estado de Emergência não dá resposta a estes novos fenómenos, pelo que a criação de um terceiro Estado de Exceção, que permitisse, não só em termos de calamidade, por exemplo, trabalhar com as Forças Armadas no âmbito da segurança interna, através de um protocolo de cooperação conjunta nesse terceiro Estado de Exceção. Não sendo um estado de calamidade em razão da natureza, ou algo que possa por em causa a nossa independência ou soberania, seria um cenário que, no âmbito do *security*, permitisse o trabalho em conjunto, dentro de um plano operacional coordenado previamente.”

2. A PSP está preparada para vir a atuar numa situação de Estado de Sítio/Estado de Emergência? Na sua opinião, o que deverá ainda ser melhorado nesse âmbito?

“Sim, penso que em termos genéricos, a PSP está em condições de responder a um cenário desse género, seja de Estado de Sítio, seja de Estado de Emergência, seja de um outro evento qualquer categorizado de forma diferente. No entanto, não de haver áreas que, por falta de exercício, ou por falta de experiência porque nunca decorreram esses eventos em Portugal, poderá haver necessidade ou de formação específica nessa matéria, ou então de exercícios conjuntos com outras entidades. Penso que esta é uma das maiores dificuldades em Portugal. Não temos o hábito de realização sistemática de exercícios, em conjunto com outras entidades, para responder em articulação e coordenação num determinado cenário de crise.”

3. No seu ponto de vista, a PSP está preparada para atuar em Incidentes Tático-Policiais? O que poderá ainda ser melhorado? Terá a PSP os meios adequados para resolver Incidentes Tático-Policiais? Na sua opinião o que está em falta?

“Penso que temos uma doutrina muito consolidada e também temos experiência nessa matéria. Nós, desde que ficou consolidada essa doutrina, temos tido a experiência de fazer a gestão de vários Incidentes Tático-Policiais, alguns deles de extrema gravidade, e de alguma forma, essa mesma doutrina tem contribuído para a resolução eficaz nesses mesmos incidentes.

Quanto aos meios materiais: nós temos de acompanhar sempre o desenvolvimento tecnológico que o mercado possa oferecer. Nós temos equipamento para fazer face às necessidades no âmbito de um Incidente Tático-Policial, mas também temos consciência de que, hoje, o mercado vai dando outras possibilidades tecnológicas para serem consideradas nessa gestão. Ou seja, temos material, mas podemos melhorar as nossas capacidades de intervenção com o recurso a alguns tipos de tecnologia específica. Até agora, o material que temos tem dado provas e tem correspondido às necessidades operacionais que temos tido.”

4. Apelando à sua experiência profissional, recorda algum Incidente Tático-Policial em Portugal? Como avaliaria a atuação da PSP e outras entidades que estiveram envolvidas?

“Devo ter participado em cerca de dez Incidentes Tático-Policiais. Aquele que relembro com mais clareza é o caso do BES de Campolide. Na altura não estava na Unidade Especial

de Polícia, acompanhei a situação como responsável na área da investigação criminal, enquanto Comandante da Divisão de Investigação Criminal. Pude acompanhar quer o papel da Unidade Especial de Polícia nesse cenário, quer de todas as outras valências que contribuíram para o desenrolar da situação, incluindo entidades exteriores à PSP que, de alguma forma, também contribuíram para a gestão tático-policial. Parece-me que a doutrina está bem definida. O critério de deixar ao comandante da polícia territorial a gestão do incidente, enquanto problema de Ordem Pública, foi acertado, e sem prejuízo das diligências de outras valências que vão sendo implicadas nessa mesma gestão. Tivemos a devida articulação com o SEF (Serviços de Estrangeiros e Fronteiras) que deu informação relevante sobre os suspeitos nessa gestão, nomeadamente os antecedentes dos suspeitos a nível documental. Tivemos a articulação com a Polícia Judiciária, que permitiu, ao mesmo tempo que estava a decorrer o Incidente Tático-Policial, a realização de diligências de investigação como buscas às residências dos suspeitos, que estavam envolvidos na situação. Para além destas, outras entidades que estiveram na gestão, propriamente dita, no local do incidente, como foi o caso do INEM (Instituto Nacional de Emergência Médica), que acompanhou, quer a intervenção tática, quer os perímetros, quer no apoio às testemunhas, quer no apoio às vítimas. Esta doutrina permitiu a interligação entre todas as entidades, em que toda a gente sabia qual era o papel de cada um, incluindo a quem competia gestão do incidente.”

5. Considera que a PSP está preparada para atuar eficaz e eficientemente numa situação de catástrofe ou de acidente grave? Na sua opinião, a PSP tem os meios materiais e humanos adequados e suficientes para atuar perante um cenário de catástrofe ou acidente grave?

“Nas áreas de *safety* penso que temos uma grande margem de progressão ainda para desenvolver. Nós, na Unidade Especial de Polícia temos cinco subunidades operacionais, cada uma com a sua missão. O GOC (Grupo Operacional Cinotécnico), tem desenvolvidas especiais atribuições no que diz respeito a incidentes de calamidade pública, de terremotos ou desse tipo de eventos que possam resultar na necessidade de intervenção dessa subunidade.

Há uma grande margem de progressão por parte da PSP para ganhar mais competências e capacidades de intervenção numa catástrofe. No que diz respeito especificamente à Unidade Especial de Polícia, a subunidade que porventura possa ter mais projeção num ambiente

desse, neste momento é o Grupo Operacional Cinotécnico, por força da intervenção que eles podem fazer nesses eventos com os binómios, nomeadamente com os cães de resgate. Poderemos ter também a intervenção de outras subunidades, como seja o caso do CIESS (Centro de Inativação de Explosivos e Segurança em Subsolo) em trabalhos em altura ou em trabalhos que estamos a fazer, por exemplo, no Comando Regional da Madeira, da Força Destacada da Unidade Especial de Polícia, em termos de resgate de pessoas também, mas efetivamente não é uma atividade que esteja consolidada em toda a PSP.

Portanto isso carece efetivamente de se criar alguma doutrina e de se criar essa capacidade de intervenção, em especial naquilo que diz respeito ao ambiente urbano, não só para responder às necessidades em Portugal Continental, como também nas ilhas ou em missões internacionais em que nós estejamos envolvidos.

No que respeita aos meios, antes de avançarmos para a parte dos equipamentos temos que consolidar a nossa doutrina. Definir em que ambientes podemos intervir, em que cenários, em que edifícios, em que zonas do subsolo é que se pode intervir, por forma a que, se tivermos de intervir, com que missão é que vamos intervir, se é para monitorizar algo, se é para resgatar pessoas, ou se é para outro efeito qualquer. Temos de consolidar exatamente que tipo de intervenção temos no âmbito da Proteção e Socorro, porque sai um pouco daquilo que é o *security*, em que nós estamos mais habituados a trabalhar, e entrar um pouco na área do *safety*, por força mesmo daquilo que são as atribuições da PSP, no que diz respeito ao socorro de pessoas e bens.”

6. Considera a PSP uma instituição preparada para fazer face a um ciberataque? O que considera importante ainda ser feito de modo que a PSP fique mais preparada para resistir a um ciberataque? Quais as consequências de um ciberataque a uma instituição como a PSP em Portugal?

“A questão dos ciberataques tem de ser analisado por alguém com competências específicas na área da informática e nas tecnologias da informação. Eu não as tenho. Tenho noção de que existe uma estratégia nacional de cibersegurança, que a PSP deverá ser uma das instituições, pelo manancial de informação que tem, das mais apetecíveis (para ser alvo de um ciberataque). Não só por esse manancial, como pelas próprias funções que tem. Como polícia de segurança, também como entidade administrativa em várias áreas, como a segurança privada, o licenciamento das armas e explosivos, etc. Portanto, tudo isso acarreta uma responsabilidade muito grande para a PSP, pelo que a preocupação em garantir a

segurança da própria infraestrutura informática é grande e permanente. Como é que ela é feita, não lhe sei dizer. Não possuo os conhecimentos técnicos para lhe dar essa resposta.

Num outro ponto de vista, naquilo que diz respeito às funções de polícia de proximidade, também pode desenvolver atividades que possam ser enquadradas naquilo que se chama a um “patrulhamento *on-line*” e que, embora o objetivo não seja criar capacidade de defesa perante um ataque externo à nossa infraestrutura, que assegure uma vigilância policial na *internet* e que possa de alguma forma detetar comportamentos de risco, detetar crimes ou detetar processos de extremismos violentos, que possam de alguma forma ter impacto na atividade policial.”

Apêndice XVIII. Entrevista D (PSP).

1. O que considera uma crise? No seu ponto de vista, quando estamos perante uma situação de crise?

“Há logo à partida duas variáveis que interferem sempre numa crise, que é a questão do risco e da ameaça. É tradicional, em termos académicos e em termos doutrinários, não se podendo fugir a isto. Na minha perspetiva, há uma crise quando é identificada uma ameaça, ou quando se conhecem determinados riscos que podem alterar a normalidade de um evento ou acontecimento. Poderemos questionar se perante um ITP, se estamos em crise ou não. Dependendo do tipo de abordagem que se faça a isto, para mim, responsável local, posso considerar que estou em crise, mas a perspetiva do Diretor Nacional pode ser diferente ou não, dependendo da forma como se olha para este fenómeno. Quando se fala em crise, também se pode falar numa crise que seja transversal à instituição, ou apenas que afete uma pequena parte dessa instituição, nomeadamente o Comando do Porto. Eu posso entender, que se eu tiver um ITP no Porto, o Comando pode estar em crise, porque há uma ameaça, porque há riscos que são conhecidos, e porque há a possibilidade desse evento alterar a normalidade. Da mesma forma um jogo de futebol, por exemplo entre o Futebol Clube do Porto e o Sport Lisboa e Benfica, se ocorrerem situações que alterem gravemente a normalidade pode ser considerada uma situação de crise.”

2. A PSP está preparada para vir a atuar numa situação de Estado de Sítio/Estado de Emergência? Na sua opinião, o que deverá ainda ser melhorado nesse âmbito?

“Antes de mais importa situarmo-nos perante o enquadramento legal do Estado de Sítio e Emergência. A PSP não é, por natureza, uma entidade vocacionada para atuar em primeira linha no Estado de Sítio e no Estado de Emergência, daí que a própria lei que define o quadro legal do Estado de Sítio e o Estado de Emergência refere que quando estas situações são acionadas, a PSP passa para a dependência operacional do Chefe de Estado Maior das Forças Armadas, e nessa medida, PSP tem um papel, de colaboração e apoio às Forças Armadas. Mesmo no Estado de Sítio ou no Estado de Emergência, se outro papel não for dado às Forças de Segurança, a missão da PSP será sempre de garantir a ordem, tranquilidade e segurança públicas, porque uma coisa são ameaças externas, com que as Forças Armadas têm que lidar, mas mesmo quando um país está perante uma ameaça externa, continua a ter as suas próprias ameaças internas, de forma que a PSP, também num Estado de Sítio e num

Estado de Emergência, para além do papel que lhe possa caber, e integrada numa estrutura das Forças Armadas, terá necessariamente que continuar sempre a garantir a segurança, ordem e a tranquilidade públicas. Temos esta dualidade, que é, mesmo num Estado de Sítio ou num Estado de Emergência, continuamos a ser uma força policial e para além disso, poderemos ter de cooperar ou colaborar com as Forças Armadas noutro tipo de missões. Nesta medida entendo que a PSP estaria preparada para atuar em ambos os cenários. Desde logo porque sendo uma força de segurança de natureza integral possuímos todas as valências desde o patrulheiro (policimento de proximidade) até às forças especiais da UEP (forças reativas e altamente especializadas).”

3. No seu ponto de vista, a PSP está preparada para atuar em Incidentes Tático-Policiais? O que poderá ainda ser melhorado? Terá a PSP os meios adequados para resolver Incidentes Tático-Policiais? Na sua opinião o que está em falta?

“Eu diria à partida que sim. Desde logo porque a doutrina dos ITP’s foi concebida dentro da estrutura policial. O protocolo que existe no Plano de Coordenação Controlo e Comando Operacional das Forças e Serviços de Segurança é a NEP que foi construída dentro da PSP e, portanto entendo que ninguém melhor que nós está preparado para estes incidentes. Por outro lado, a PSP tem na sua área de responsabilidade os principais e maiores centros urbanos do país e em princípio, ou por regra, é aí que ocorrem a maior parte dos ITP’s. Para além disso, temos já um histórico de experiência acumulada na gestão de ITP’s. De uma forma genérica, eu diria que a PSP está muito bem preparada para lidar com os ITP’s e assim o demonstra a resolução e gestão dos ITP’s que já ocorreram. Também é importante reconhecermos que há sempre alguma coisa para melhorar, desde logo do ponto de vista da formação. Há trinta anos atrás, na nossa formação de base, os ITP’s praticamente nem eram abordados. Era um conceito que ainda não estava bem consolidado e logo não havia formação neste âmbito. Atualmente, penso que a escola (ISCPSI e EPP) já faz esse papel, pelo menos já sensibilizam um bocadinho para esta realidade, e ao longo do percurso policial, os mais variados elementos policiais, das mais variadas hierarquias, vão tendo a oportunidade de frequentar cursos, onde a temática e a doutrina dos ITP’s é ensinada, e neste momento esta doutrina é muito mais universal e transversal a toda a instituição. Naturalmente há oportunidade para aperfeiçoar a doutrina e os procedimentos. A título de exemplo , podemos abordar a questão da necessidade e oportunidade de incorporar nos protocolos policiais as novas tecnologias, nomeadamente os drones. Pode e deve-se

aproveitar algum do conhecimento, surgido nas últimas décadas surgiram, tanto do ponto de vista tecnológico como instrumental, e adequar o nosso protocolo para que haja melhores capacidades operacionais. Por último deve-se apostar permanentemente na formação, uma vez que grande parte da resolução de um ITP assenta e depende da componente humana, e não na componente tecnológica.”

4. Apelando à sua experiência profissional, recorda algum Incidente Tático-Policial em Portugal? Como avaliaria a atuação da PSP e outras entidades que estiveram envolvidas?

“O mais paradigmático é o do BES, é aquele que nos vem logo à memória. É o mais paradigmático porque foi talvez o Incidente Tático-Policial dos últimos tempos que teve o condão de reunir quase todas as características de resolução de um ITP, desde o início, à negociação, ao desfecho trágico que teve, e foi o único incidente que eu me recordo, que culminou com uma ação tática em que resultou na morte de um dos sequestradores. Na área do COMETPOR já tivemos alguns ITP’s e todos eles foram geridos de acordo com o protocolo estabelecido. Normalmente a grande parte dos ITP’s termina com a negociação, que é o que se pretende, e é assim que quase todos têm acabado. Nesta perspetiva, penso que a atuação da PSP tem corrido bem, e o exemplo mais paradigmático disso é o reconhecimento que as outras entidades, nomeadamente a tutela, faz do trabalho da Polícia neste âmbito. Relativamente às outras entidades, eu diria que, regra geral são excelentes, salvo situações pontuais, derivadas de algumas quezílias relativamente às competências, nomeadamente quanto à questão da intervenção tática, versus, da investigação, que é mais entre a força territorialmente competente, neste caso a PSP e a PJ. Portanto, há aqui um diferendo que está normalizado do ponto de vista doutrinário, mas que mesmo assim de vez em propicia algumas diferentes interpretações.”

5. Considera que a PSP está preparada para atuar eficaz e eficientemente numa situação de catástrofe ou de acidente grave? Na sua opinião, a PSP tem os meios materiais e humanos adequados e suficientes para atuar perante um cenário de catástrofe ou acidente grave?

“Eu começaria por dizer que as situações de catástrofe e acidentes graves por princípio, não são eventos que estejam dentro do rol de competências próprias da PSP e envolve a resposta de vários atores e entidades. No âmbito de catástrofes e acidentes graves a PSP, por

regra, desempenha a sua missão em cooperação e colaboração com as demais entidades com responsabilidades em função da matéria. Portanto, e dentro do quadro das nossas competências entendendo que estamos preparados para estes cenários. Quanto aos meios, entendendo que não temos de ter os meios todos, para tudo. Assim, o caminho passa por ter protocolos de colaboração e de cooperação com outras entidades. Coloca-se a questão: a Polícia precisa de um helicóptero? Pode precisar. Tem de ter um helicóptero? Não. Portanto, o Estado, sobretudo porque os recursos, tanto humanos como financeiros, são escassos, não se pode dar ao luxo de cada entidade ter tudo o que precisa para fazer face a todas as situações possíveis, de forma que cada instituição deve ser um elo de uma vasta cadeia. Como exemplo o GOE, apesar de não possuir nenhum helicóptero, já cumpriu várias missões com este meio. Portanto, é nesta dinâmica de cooperação e sinergia com outras entidades e instituições que deve ser colocada a intervenção da PSP em cenários de catástrofes e acidentes. Colocando em hipótese a ocorrência de uma catástrofe ou acidente, nas vertentes do *safety* e *security*, estamos preparados? Sim, mas sempre em coordenação e em complementaridade. Não tem de ser de forma diferente, porque se tiver de ser de forma diferente, mais uma vez, teríamos de cair em redundâncias de duplicar recursos e meios em todos os agentes de proteção civil. Eu acho que o Estado não se pode dar a esse luxo, aliás, nenhum Estado se dá a esse luxo.”

6. Considera a PSP uma instituição preparada para fazer face a um ciberataque? O que considera importante ainda ser feito de modo que a PSP fique mais preparada para resistir a um ciberataque? Quais as consequências de um ciberataque a uma instituição como a PSP em Portugal?

“É uma questão que só está ao nível da Direção Nacional. Os Comandos de Polícia, a este nível, não têm nenhum *know how*, nem técnico nem tecnológico. Os ciberataques também não têm de ser tratados localmente, as redes digitais trabalham-se remotamente, isto pode ser trabalhado em Lisboa como em Nova Iorque, como num outro sítio qualquer. Primeiro se há uma entidade/organismo em Portugal que pode trabalhar nisto, é a Direção Nacional, porque os Comandos não têm este *know how*, nem tecnologia nem técnicos especializados. Se a Direção Nacional o faz, não sei, uma vez que não tenho conhecimento do trabalho que possa estar a ser desenvolvido neste âmbito. Por outro lado entendo que esta matéria deve ser tratada centralmente e não localmente por cada Comando de Polícia.”

Anexo XIX. Entrevista E (PSP).

1. O que considera uma crise? No seu ponto de vista, quando estamos perante uma situação de crise?

“Essa é a primeira dificuldade que poderá encontrar no seu trabalho porque “crise” é um conceito que não faz parte do léxico policial. Nós não falamos em crises, é um conceito que é difícil de definir, que é utilizado em diversas ciências, seja nas ciências sociais, nas ciências políticas, na própria medicina ou na psicologia, obviamente sempre referindo-se a contextos e a situações completamente diferentes. Mesmo nas ciências sociais fala-se em crises económicas, crises de organizações, organizacionais, crises sociais, etcetera, e portanto é um conceito que de facto não é preciso nem é específico, e que não existe no nosso cenário. Se reparar, na nossa constituição não fala em momento nenhum em situações de crise, nem quando se refere ao Estado de Sítio ou ao Estado de Emergência. Por exemplo, fala-se agora que Portugal viveu uma crise económica durante uma série de anos, e nada disso leva a que estejamos num Estado de Exceção, em termos constitucionais. Também nos nossos conceitos, em que trabalhamos, não existe este conceito de crise a nível interno. Portanto, nós falamos em ocorrências policiais de rotina, que como sabe foram aprovadas recentemente duas NEPS’s importantes nesta matéria, que é a NEP dos Níveis de Comando e Controlo na PSP, de outubro de 2016, e a NEP do Centro de Comando e Controlo já de janeiro deste ano, porque só em janeiro deste ano é que o Centro de Comando e Controlo Estratégico na Direção Nacional está a começar a funcionar. E aqui, as terminologias que nós usamos são as terminologias policiais em que basicamente falamos, que são ocorrências de rotina, e aqui ocorrência de rotina pode ser uma crise para alguém, ou para alguma instituição, mas que nós conseguimos resolver com os recursos policiais normais, e o policiamento normal, que são resolvidos ao nível tático, de acordo com os procedimentos e as normas existentes. Falamos depois de operações planeadas e falamos de incidentes inopinados, que é aquilo que no Plano de Coordenação Controlo e Comando Operacional das Forças e Serviços de Segurança, fala em incidentes de segurança. Portanto, estamos a falar de incidentes inopinados, que têm impacto na ordem e tranquilidade, e que exigem uma rápida intervenção com emprego de recursos específicos, que ultrapassam os normalmente e quotidianamente utilizados. É dentro deste conceito que falamos em Incidentes Tático-Policiais por exemplo. Quando falamos, basicamente se quisermos falar no conceito de crise, dentro de tudo isto que aqui referimos, falamos fundamentalmente nos incidentes inopinados, que podem ser ITP’s ou podem ser outros tipos de incidentes, mas de facto, são

situações que afetam o desenvolvimento da ação policial normal do dia-a-dia, e que nos obriga de facto a ter uma intervenção no sentido de as coisas retomarem o seu processo normal. De qualquer das formas, nunca em momento algum utilizamos este conceito de crise. É por vezes utilizado, no âmbito da Proteção Civil, mas também é difícil de definir e difícil de enquadrar. A única área em que se fala, no âmbito policial, em situações de crise, em gestão de crises, é na cooperação policial internacional, no âmbito dos quadros, em especial da União Europeia, em que resolveram designar a gestão civil de crises a todas as situações em que a UE intervém em países em conflito ou com potencial de conflito, em que a UE intervém com recursos civis, não militares, para procurar prevenir a escalada do conflito, ou para procurar estabelecer uma situação de normalidade nesses países, e aí sim, estamos a falar em crise, políticas, com potencial de violência, etcetera. Perante isto, é difícil falar em crise. Podemos às vezes falar em situações de crise, quando é afetada a imagem institucional da PSP, situações em que aí podemos falar também em situações que há quase diariamente, há situações que ocorrem e que não deveriam ter ocorrido, ou situações que podem de alguma forma afetar a imagem institucional e portanto, aí, podemos ter de recorrer também às comunicações, no âmbito da comunicação pública, em cenários de crise, digamos assim. Mas, portanto, normalmente na PSP nós não usamos no nosso léxico este conceito.”

2. A PSP está preparada para vir a atuar numa situação de Estado de Sítio/Estado de Emergência? Na sua opinião, o que deverá ainda ser melhorado nesse âmbito?

E

(Questões respondidas em conjunto.)

3. No seu ponto de vista, a PSP está preparada para atuar em Incidentes Tático-Policiais? O que poderá ainda ser melhorado? Terá a PSP os meios adequados para resolver Incidentes Tático-Policiais? Na sua opinião o que está em falta?

“Os Estados de Sítio e Estados de Emergência são designados na nossa Constituição como Estados de Exceção. São situações que neste momento são difíceis de definir exatamente o que irá acontecer num Estado de Sítio ou Estado de Emergência. De qualquer das formas, no Estado de Sítio, não há dúvida absolutamente nenhuma, que as Forças de Segurança ficarão na dependência do Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas e portanto, obviamente, a ação policial nessa situação, nesse Estado, será aquela que lhe for determinada superiormente, na altura, através do Diretor Nacional, mas pelos Chefes

militares, digamos assim. No Estado de Emergência já não é essa a situação e depende do Estado de Emergência, e o que é que originou esse Estado de Emergência, mas também nestes casos, a Polícia de Segurança Pública participará, ou como agente de proteção civil, ou como força de segurança, naquilo que cada cenário puder vir a equacionar. Eu neste momento sou sincero, não estou a ver na realidade portuguesa situações que nos possam, a curto ou a médio prazo, levar para um Estado de Sítio ou um Estado de Emergência. Estou a ver, eventualmente, que poderão vir a acontecer situações, como tem acontecido em outros países da Europa, e não estamos imunes a isso, poderá haver situações de atentados terroristas, ou de ações de um terrorismo mais organizado e de ações planeadas mais complexas, onde eventualmente terá que ser necessária uma reação das forças de segurança mais musculada e que ultrapassem os níveis normais das nossas capacidades, e portanto, nesse sentido, penso que ainda há muita coisa a definir fundamentalmente à cooperação entre as Forças Armadas na segurança interna, e portanto, as coisas nessa matéria estão todas por definir. Também relativamente ao Estado de Sítio, obviamente as coisas não estão definidas, pelo menos o que sabemos, é que ficaremos (Polícia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana) na dependência do Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas. Portanto, são cenários que neste momento são difíceis de equacionar quais serão as funções e as competências das Forças de Segurança, fora daquilo que é normal, num Estado Democrático, em situações destas dependerá muito de qual é a crise que originará as situações de Estado de Sítio ou de Estado de Emergência.

Relativamente à preparação do pessoal da PSP. O pessoal da PSP tem sido fundamentalmente treinado para ocorrências de rotina e para operações planeadas, de facto, é a sua preparação normal, mas depois a determinados níveis de comando, têm havido formações no âmbito de Incidentes Tático-Policiais, portanto, incidentes inopinados que exigem recursos para além dos recursos normais. E portanto aí existe desde logo um Plano de Coordenação Controlo e Comando Operacional das Forças e Serviços de Segurança-, onde existe um anexo, que é o anexo A, que fala na gestão de Incidentes Tático-Policiais, e a PSP tem uma NEP que define mais em pormenor quais são os procedimentos que devem ser observados aos diferentes níveis de comando, portanto, ao nível de comando tático, ao nível de comando operacional e ao nível de comando estratégico. Aí tem havido bastante formação, houve durante algum tempo cursos específicos de Incidentes Tático-Policiais, tem havido também de alguma forma, alguma transformação relativamente a operações de grande dimensão, dos grandes eventos, a planeamentos e gestão de segurança de grandes

eventos, e de uma maneira geral, são matérias que, especialmente, a nível de comandantes de divisão para cima, que têm sido faladas em todas as áreas de ações de formação e têm havido formações específicas. Tem havido também alguns treinos, tem-se feito alguns simulacros, ultimamente também temos dado início a indicações e na medida em que neste momento o cenário mais provável de termos um incidente, hoje em dia, embora tenhamos tido, quase todos os anos temos alguns ITP's, um, dois, três, quatro, ITP's por ano, mas o risco maior é o de poder ter um incidente de carácter terrorista do tipo de atirador ativo, ou de agressor ativo, e portanto, nessa matéria temos também tido um papel ativo quer na sensibilização dos proprietários das infra-estruturas, onde estas ocorrências pode ocorrer, designadamente nas superfícies comerciais, em locais de grande concentração de pessoas, e temos também, além dessa formação que se tem dado a quem trabalha e opera nesses locais, temos também procurado participar em simulacros, no sentido de preparar o pessoal para reagir neste tipo de incidentes, que já exigem uma intervenção diferente dos ITP's, em que basicamente a primeira reação é isolar e conter, e neste caso, um agressor ativo, e chamo-lhe agressor porque pode ser com armas de fogo ou não, aqui o mais importante é de facto afastar as potenciais vítimas dos agressores e neutraliza-los, e isso exige uma reação diferente. Sentimos que alguns Comandos não estão muito à vontade para participar nestes simulacros e nós temos procurado, aqui no Departamento de Operações, dar indicações para participarem o mais possível neste tipo de simulacros. São muitas vezes as próprias entidades que gerem esses espaços que sentem necessidade desses simulacros e dessa formação, e portanto, compete-nos a nós, de uma forma proactiva fazer, sem alarmismos, e muitas das vezes estes até são simulacros que acabam por ocorrer fora das horas normais de funcionamento desses centros, para não criar alarme na população, mas é importante que os seguranças privados que aí trabalham, que os administradores desses centros, os lojistas, as pessoas que trabalham nessas superfícies saibam exatamente o que é que devem fazer no caso deste tipo de incidentes. Tem havido formação, relativamente às NEP's e ao PCCCOFSS, e relembro também o CDEP e o CCDP, tem sido sempre uma matéria muito abordada. Quer depois a nível prático, dinamizando os Comandos e elevando os Comandos a participar o mais possível, quer em ações de sensibilização, quer em simulacros relativamente a situações que possam vir a enquadrar como incidentes inopinados, portanto, incidentes de segurança, temos procurado fazer com que os Comandos trabalhem, que tenham um papel ativo junto das suas comunidades, das respetivas áreas de jurisdição. Também relativamente a próprias Opções Estratégicas na PSP, também refere claramente

uma maior capacitação do pessoal da primeira linha, chamemos assim, os designados *first responders*, que são as pessoas que vão mais rapidamente responder aos incidentes de segurança, que normalmente acabam por ser o pessoal que está nos carros patrulha, ou as próprias EIR's. Portanto, existe de facto um planeamento no sentido de dotar todo esse pessoal de mais equipamentos de proteção, coletes balísticos e outro tipo de equipamentos, inclusivamente escudos táticos, e também nalguns casos com armas mais adaptadas e adequadas para fazer face a este tipo de ameaça. Portanto, este faz parte do Plano de financiamentos em que estão previstas uma serie de aquisições, aliás algum deste material já começou a ser distribuído no início deste ano, portanto, o conceito de facto é irmo-nos adaptando, para que todo o nosso pessoal da primeira linha e de primeira intervenção, esteja mais preparado para fazer face a estes incidentes inopinados. O próprio curso de Técnicas de Intervenção Policial e Tiro, que foi dado à generalidade dos policias na última década, sofreu também alterações, recebeu um novo módulo relativamente aos *active shooters*, os atiradores ativos, no sentido em que o pessoal de primeira linha tenha a noção de qual é o comportamento que deve ter num incidente desta natureza. Portanto é o que se tem feito em termos de formação, existe como vemos nas próprias linhas estratégicas da PSP 2017/2020, uma opção por cada vez mais equipar o nosso pessoal, especialmente pessoal que esta na patrulha porque é esse pessoal que vai responder na primeira linha a este tipo de incidentes. Por um lado prepará-los, com equipamento e formação, cada vez mais, por outro lado também, a nível de comando e controlo tem-se procurado também melhorar os conceitos, para além da elaboração das NEP's tem-se dado formação sobre as NEP's, temos procurado efetivamente fazer os *debriefings* em muitas situações, quer de operações planeadas, quer de incidentes que têm surgido no sentido de procurar ver se as normas das NEP's, se o que está definido nas NEP's foi cumprido, se há alguma coisa a melhorar nas NEP's, se há alguma coisa a melhorar em termos de formação dos comandantes relativamente ao cumprimento do que está definido nestas duas NEP's, e portanto, tem sido essa, em termos operacionais, a linha de ação relativamente à preparação do pessoal da PSP e em especial, quer dos agentes de primeira linha, quer do comando operacional e do comando estratégico para estarmos melhor preparados para fazer face, não apenas aos Incidentes Tático-Policiais, mas a quaisquer incidentes de segurança e incidentes inopinados, que possam eventualmente enquadrar-se no conceito de crise que anda à procura. Se me pergunta se há inda coisas a serem melhoradas nesta matéria, claro que há, isto é um trabalho que nunca vai estar acabado. Nós, para além disto, e especialmente aqui o Departamento de Operações, ou

coordenados pelo Departamento de Operações, temos participado em todos os *fóruns* internacionais que estão a analisar esta questão, deste novo tipo de ameaças e temos participado a nível da UE e a nível de outras organizações policiais, temos participado em praticamente todos os *fóruns*, e as soluções que estão a chegar nesses colóquios e nesses *fóruns*, é exatamente aquilo que nós temos feito, que é capacitar, e dar mais capacidade e mais poder e mais capacidade de intervenção a todo o pessoal de primeira linha, é melhorar as estruturas de coordenação, comando e controlo, é sensibilizar as comunidades para elas próprias estarem mais conscientes e estarem mais preparadas, não só para reagir no caso de haver um incidente, as também recuperar, conseguirmos o mais rapidamente possível conseguirmos depois retomar a normalidade e em termos gerais será isso que se pretende em qualquer situação de “crise”, é resolver e retomar o curso normal da nossa vida em sociedade, e portanto, é com algum agrado que as medidas que a PSP implementou, jamais visivelmente desde os finais de 2015 quando foram os atentados de Paris, e as medidas que logo se procuraram tomar e que se têm encaminhado, e estamos a ver agora que aquilo que se esta a concluir nos diversos fóruns a nível europeu e onde participam também em muitos deles os Estados Unidos e Israel e os países com algumas grandes ameaças nesta área, estão exatamente, aquilo que nós optamos fazer, está exatamente de acordo com aquilo que a nível internacional se tem estado a definir como as melhores práticas e portanto, obviamente, nunca ninguém está preparado para uma situação deste género por muito que se treine, quando ela surge, há sempre coisas que vão correr menos bem, há sempre dificuldades inesperadas, há sempre algo que vai fugir do previsto, há sempre uma reação que uma pessoa por muito treinada que esteja, vai reagir de uma forma inesperada, e portanto, dentro daquilo que é possível prever, este é um esforço que vai ter continuidade, penso eu, ao longo dos próximos anos, porque o que estamos a assistir também em todos os países da Europa, é que estamos cada vez mais, em que os elementos policiais que estão na rua, e na via pública, estarem preparados para fazer face a este tipo de ameaças e a este tipo de incidentes, digamos, com alguma potencialidade maiores em termos letais, e portanto há muita coisa a fazer. O trabalho não está feito, o que quis dizer foi que a nível estratégico na Direção Nacional, ao próprio nível logístico, a nível de formação, é uma área onde tem havido de facto nos últimos anos uma preocupação grande, no sentido de cada vez mais, a PSP está a ser preparada aos diferentes níveis, seja ao nível tático de reação imediata, ou seja depois ao nível de gestão de comando e controlo, aos diferentes níveis, para poder ter uma reação adequada quando estas situações ocorrerem.”

4. Apelando à sua experiência profissional, recorda algum Incidente Tático-Policial em Portugal? Como avaliaria a atuação da PSP e outras entidades que estiveram envolvidas?

“Há vários ITP’s em Portugal, o mais famoso, é o caso do assalto ao BES, que foi resolvido com uma opção muito pouco frequente, que é a opção de *Sniper*, digamos assim, e esse é talvez o ITP mais mediatizado, dos últimos tempos. Eu na minha carreira, como comandante de Divisão e comandante Distrital, recordo-me pelo menos de três ITP’s em que foi necessário a intervenção da Unidade Especial de Polícia, um deles resolveu-se pela negociação, e dois deles pela intervenção tática. Desde que aqui estou, no Departamento de Operações, já existiram alguns Incidentes Tático-Policiais, o que me lembro é de 2016 penso eu, em Lagos, um indivíduo que se barricou num estabelecimento de Segurança Social, e que também foi resolvido com base na negociação, mas isto são ITP’s clássicos em que tivemos indivíduos barricados, indivíduos que fizeram reféns, portanto, situações que se enquadram dentro das NEP’s, dentro no anexo A do PCCOFSS e dentro da nossa NEP de Incidentes Tático-Policiais. Até agora não tivemos casos de atiradores ativos, que serão aqueles que mais preocupam porque a celeridade e eficácia da resposta serão mais decisivas. Nesse sentido também existe, e a nível estratégico da Direção Nacional, está já definido que vão melhorar os nossos Centros de Comando e Controlo Operacionais a nível dos Comandos, de forma que eles possam ter também mais informação sobre o que se está a passar no terreno, inclusive, na medida do possível, com acesso a imagens, a videovigilância e a outro tipo de imagens que possam dar a visão real do que é que se está a passar nos locais dos incidentes, ou no terreno, e também aqui na Direção Nacional, começou a funcionar, embora não esteja ainda completo em termos tecnológicos, o nosso Centro de Comando e Controlo Estratégico, no sentido de procurarmos aos diferentes níveis de decisão, de possuir um maior número de informação, a melhor informação disponível, e termos exatamente a noção do que é que se está a passar no terreno, porque só assim se poderão tomar as melhores decisões aos diferentes níveis de decisão, e portanto, há de facto essa aposta estratégica, que vai continuar, nos próximos anos, o ritmo dependerá também do financiamento, neste momento estamos a aguardar que haja uma linha de apoio comunitário do fundo de segurança interna e prevê-se que possam chegar ao milhão de euros no sentido de procurar melhorar tecnicamente estes Centros de Comando e Controlo, e existe também porque temos a noção de que a reação policial será tanto melhor quanto o mais depressa possível nos

apercebermos do que é que se está a passar no terreno e pudermos dar, ao pessoal que está na primeira linha, orientações corretas sobre a forma como devem abordar e devem proceder perante esse tipo de cenários.”

5. Considera que a PSP está preparada para atuar eficaz e eficientemente numa situação de catástrofe ou de acidente grave? Na sua opinião, a PSP tem os meios materiais e humanos adequados e suficientes para atuar perante um cenário de catástrofe ou acidente grave?

“Ao falarmos de catástrofes e acidentes graves estamos já a entrar em cenários de safety, portanto, aqui o que está definido e neste tipo de circunstâncias, o comando da operação será da Autoridade Nacional de Proteção Civil, no âmbito da proteção civil, a PSP funcionará como agente de proteção civil e portanto, terá fundamentalmente que, isolar as áreas, desimpedir os itinerários para os hospitais e para os locais de concentração das pessoas e dos feridos, etcetera, e portanto são situações onde existem planos no âmbito da Autoridade Nacional da Proteção Civil, e a PSP cumprirá nas suas partes como agente de proteção civil. Tem aí havido alguns simulacros, todos os anos existem exercícios, o ano passado houve um promovido pela outra força de segurança que nos convidou para participarmos e nós participamos, e tem havido também alguns exercícios onde a PSP, como agente de proteção civil, tem participado sempre que é convidada a participar. Normalmente quando somos nós a organizar, já ano passado organizamos novamente situações de security, portanto, cenários de security e não cenários de safety, ou seja, cenários de segurança e não cenários de proteção ou no âmbito de proteção civil. As normas existem, cada um sabe qual é o seu papel, obviamente nós sabemos, nestas situações, os meios vão ser sempre escassos, e o tempo vai ser sempre crucial, o tempo da reação e de resposta das diversas entidades, vai ser sempre crucial para inorar as vítimas e os danos, e portanto, a PSP nesta matéria terá de reagir com o equipamento e com o pessoal que estiver a trabalhar na altura e que conseguir mobilizar. Quando essas coisas acontecem normalmente o que acontece é um grande espírito de solidariedade e uma grande interajuda. O exemplo mais recente que temos foram as graves inundações e cheias na Região Autónoma da Madeira, onde de facto, a PSP teve um papel notável, não só a apoiar a Proteção Civil, mas também o próprio pessoal com ações de relevo e com o risco da própria vida, no sentido de procurar socorrer as pessoas e minorar os estragos. Portanto essas situações, como muitas que nós podemos pensar nesta matéria, se pensarmos num terramoto ou qualquer coisa do género, nós nunca poderemos dizer que

estamos preparadas para que isso aconteça, mas na altura, são situações em que se terá que reagir com os meios que pudermos dispor, e certamente nestas alturas, todo o pessoal é analisado e o regime de trabalho é alterado obviamente e todos tentaremos certamente e o próprio regime da PSP prevê isso, mobilizar todo o pessoal disponível e alterar o regime de horários no sentido de podermos ter o maior número de pessoal a apoiar e a ajudar as populações neste cenário e na prática é isto que nos casos esporádicos tem havido, é isso que tem acontecido de uma maneira geral com o dispositivo da PSP quando essas situações se colocam. É claro que quanto mais treinarmos, quanto mais simulacros fizermos, quanto mais sensibilizados estivermos para esta questão, melhor podermos responder numa situação em concreto. É claro que todos sabemos que a PSP não está de certa forma vocacionada para o socorro das populações nestas matérias, são as corporações de bombeiros, é a Autoridade Nacional de Proteção Civil, que dispõem de pessoal e de meios materiais e humanos, a PSP irá colaborar com essas entidades no sentido de elas terem as suas tarefas mais facilitadas e de garantir a segurança das pessoas e dos bens dentro daquilo que poderá garantir.”

6. Considera a PSP uma instituição preparada para fazer face a um ciberataque? O que considera importante ainda ser feito de modo que a PSP fique mais preparada para resistir a um ciberataque? Quais as consequências de um ciberataque a uma instituição como a PSP em Portugal?

“Como eu referi, a matéria de segurança informática, eu não estou muito por dentro, nunca foi uma área dentro das minhas preocupações profissionais, eu tenho trabalhado sempre mais, ou na da formação, ou na área operacional, e portanto o que é certo é que hoje em dia, grande parte dos nossos sistemas, seja sistema de gestão de recursos humanos, seja a gestão de toda a informação operacional, hoje existe em base de dados em sistemas informáticos, que obviamente se forem atacados, vão causar certamente perturbação nos nossos serviços, nas nossas maneiras de trabalhar, mas sobre esta questão há sempre vulnerabilidades, eu não sou a pessoa mais adequada para abordar este assunto e para responder às questões que coloca.”

Apêndice XX. Entrevista F (F.A.).

1. O que considera uma crise? No seu ponto de vista, quando estamos perante uma situação de crise?

“Crise é um conceito que tem dois entendimentos diferentes, num estado e num ponto de vista internacional. Por isso é preciso clarificar às vezes porque tem-se a noção que se está a falar de crise mas não se está a falar da mesma coisa. Crise é uma coisa brusca, uma surpresa, que faz causar uma resposta, e isso leva a alterações procedimentais, ou seja, tem que haver da parte de quem está nas instituições, saber que aquela não é uma situação de normalidade. Numa crise internacional, o sistema já é um bocadinho diferente, uma crise internacional é uma situação que tem a ver com uma fase que antecipa o conflito, que pode desembocar num conflito, e que se resolve e aí então já não há conflito, ou então a crise não se resolve e podemos ir para uma situação de conflito alargado e até mesmo guerra. No entanto a nível nacional, é de facto uma mudança brusca, estamos a falar de incerteza, estamos a falar de quais são mesmo as consequências, e por isso é que nós tínhamos em Portugal, até 2004, quando foi feito o Sistema Nacional de Gestão de Crises, havia um Gabinete de Crise e havia uma forma de lidar, em Portugal, com estruturas do Estado, a nível interministerial, que resolvia essa dimensão da crise, ora, essa dimensão desapareceu da segurança interna, e ficou aí uma lacuna na minha opinião, que provavelmente teremos de resolvê-la mais tarde ou mais cedo. Isto é uma das razões que pode levar a quezílias, pois não estando claramente definido em Portugal o que é uma situação de crise, fica um pouco a dúvida entre aquilo que são Estados de Exceção e situações mais graves que ficam um pouco no patamar da interpretação. Este era um problema que nós tínhamos mais ou menos resolvido com a tal legislação de 2004, mas que agora acabou por ficar um bocadinho no vácuo.”

2. As Forças Armadas estão preparadas para vir a atuar numa situação de Estado de Sítio/Estado de Emergência? Na sua opinião, o que deverá ainda ser melhorado nesse âmbito?

“Estão. As Forças Armadas têm um conceito estratégico militar, desde 2014, que define claramente o que se faz em Estado de Sítio e em Estado de Emergência. Em Estado de Sítio, as Forças Armadas têm que ter a capacidade de fazer o comando e controlo das Forças de Segurança na zona ou na área em que for declarado o Estado de Sítio, que pode ser local, pode ser regional, ou pode ser no extremo, nacional, mas em princípio geralmente não é. O

Estado de Emergência é diferente, as Forças Armadas apoiam a Autoridade Nacional de Proteção Civil ou outras instituições do Estado, portanto, aí já não têm o papel de liderarem, têm sim o papel de apoiarem. E para ambas as situações, o que as Forças Armadas têm, numa das suas missões, as missões que correspondem aos cenários estratégicos que foram aprovados para as Forças Armadas no Conselho Estratégico, as capacidades necessárias para responderem a cada uma das situações, a nível local, regional e nacional.”

3. Considera que as Forças Armadas estão preparadas para atuar eficaz e eficientemente numa situação de catástrofe ou de acidente grave? Na sua opinião, as Forças Armadas têm os meios materiais e humanos adequados e suficientes para atuar perante um cenário de catástrofe ou acidente grave?

“O “eficaz” e “eficientemente” só se vê depois, portanto, uma coisa é os meios e o sistema que se tem e outra coisa é o que se faz. Situações de catástrofe não são situações para serem resolvidas pelas Forças Armadas, são questões para serem resolvidas pelo Estado. As Forças Armadas são um dos elementos do Estado que ajudam a resolver essas situações de catástrofe. Ninguém tem os meios todos para isso, até porque a catástrofe depende de que tipo de catástrofe estamos a falar, se for um terramoto como o de Lisboa em 1755, nem Forças Armadas nem Forças de Segurança ou qualquer outra força, o Estado todo, consegue resolver essa situação, agora, tem-se a doutrina, o emprego de meios, o enquadramento legislativo, e tem-se alguma tipologia de forças para o fazer, mas obviamente que depende da dimensão da catástrofe, depende da dimensão que tivermos a falar, portanto, a doutrina existe, há meios, mas não sei se teremos os meios suficientes para todo o tipo de catástrofe, aliás, provavelmente para muitas delas não teremos certamente.”

4. Considera as Forças Armadas preparadas para fazer face a um ciberataque? O que considera importante ainda ser feito de modo que as Forças Armadas fique mais preparadas para resistirem a um eventual ciberataque? Na sua opinião, quais as consequências de um ciberataque numa instituição como as Forças Armadas em Portugal?

“O Centro de Ciberdefesa que neste momento está em funcionamento nas Forças Armadas é bastante bom. Tem uma competência relativamente grande e estamos a falar tanto na parte defensiva como ofensiva, não nos podemos esquecer que as Forças armadas têm que atuar em vários domínios, ou seja, quando falamos em aplicar a força militar, estamos a

falar de uma força que se aplica na terra, no ar, no mar, espaço, aplica-se no ciberespaço, e da mesma forma que se defende também se ataca. Não existe portanto só a ciberdefesa, a ciberdefesa é uma área que implica também ações ofensivas e temos portanto de estar também preparados para isso. Neste momento já existe e até foi publicado recentemente uma nova doutrina do emprego da ciberdefesa em Portugal, e os caminhos estão traçados, e todos os anos há um exercício onde participam todas as estruturas do Estado, que é organizado pelas Forças Armadas Portuguesas, e nomeadamente até pelo Exército, mas que conta com todas as estruturas do Estado e temos feito nesse sentido algum caminho, mas daí até se dizer que estamos preparados, nós ainda não tivemos um ataque maciço às grandes instituições do Estado, e depois também fica um pouco confuso sobre de quem é a responsabilidade, e quando é que se trata de uma ameaça externa ou interna, porque no ciberespaço não há fronteiras. E se isso é difícil por vezes de se delimitar, porque aquela divisão que havia entre segurança e defesa, ameaça interna e ameaça externa, mas de facto no mundo em que vivemos e numa dimensão como é o ciberespaço, não há o espaço Schengen, não há uma fronteira definida, e isso torna mais difícil ainda o entendimento. Portanto, hoje em dia, estamos a caminhar para uma maior convergência, até porque infelizmente as ameaças e riscos do futuro obrigam a isso. Quanto às consequências, isso depende do tipo de ciberataque. Para nós, nas Forças Armadas, nós trabalhamos numa perspetiva múltipla, ou seja, para nós, as dimensões em que atuamos, o campo de batalha de hoje em dia é sempre visto com a igualdade em terra, ar, mar, espaço e ciberespaço, nos cinco domínios, e depois há sempre duas dimensões transversais, que é o espaço eletromagnético, e o domínio da perceção humana. Este último, que é o domínio das notícias, da ação psicológica sobre as pessoas, influência da opinião do público, etcetera, portanto, quando falamos nessa dimensão, temos de falar em toda as dimensões ao mesmo tempo, portanto, estamos preparados, para nós não é uma questão de estarmos preparados para o ciberespaço, temos de estar preparados em todas as áreas e é assim que se deve fazer. Quando as Forças Armadas não estão preparadas numa área, não estão preparadas para todas. É claro que há uma dimensão a que não chegamos, que é o espaço, nem vale a pena pensar nisso, é uma dimensão que não está ao nível de Portugal.”

5. O que pensa relativamente à formação dos militares para fazer face a situações de crise, tais como cenários de Estado de Sítio e Estado de Emergência, Acidentes e Catástrofes Graves e Ciberataques? Como avaliaria a cooperação nestes cenários entre

as Forças Armadas e as Forças de Segurança, nomeadamente a PSP, e o que poderia ser melhorado a esse nível?

“Faz parte do plano de estudos e do plano de formação, do plano de estudos das várias academias, aos planos de estudos e de formação que são feitos no Exército, na Marinha e na Força Aérea, essas situações também são treinadas. Por exemplo, o Regimento Paramilitar de Emergência, que o Exército tem, existe todo um corpo de doutrina, com conceitos e é feita uma preparação para as várias situações. Existem planos, para atuar por exemplo num avião, em cheias, nos incêndios, o plano para catástrofes nucleares, biológicas e químicas, incidentes graves, portanto, existe uma parte de formação e treino, e existe já uma preparação relativamente ampla para essas situações. Agora, felizmente, não temos tido muitas, mas agora, qual é o nosso papel? Por exemplo, quando falo de incêndios, não está previsto as Forças Armadas combaterem os incêndios, a não ser a Força Aérea futuramente, mas o Exército quando vai para os incêndios, não os vai combater, vai fazer três missões principais, vai complementar, vai vigiar e vai fazer o rescaldo. E portanto, isso é uma missão que faz há muitos anos. Nos últimos anos infelizmente tem feito isso com muito mais frequência, e há muito tempo que se faz preparação de pelotões, organizam-se e preparam-se equipas e equipamentos, etecetera, e faz-se essas preparações para as cheias também, temos os botes, temos transportes, temos um hospital de campanha que é projetado para ser transportado para qualquer local do país em qualquer caso de emergência, portanto, as coisas estão mais ou menos alinhadas, agora, como não tem havido grandes tragédias, mas é uma prática continuada que vamos fazendo e esperamos estar prontos para continuar a fazer. Quanto à cooperação nestes cenários entre as Forças Armadas e as Forças de Segurança, há ainda um longo caminho a fazer. Eu penso que, quanto ao Estado de Emergência já temos percorrido um caminho relativamente profícuo, que agora com as novas alterações a nível de proteção civil e com outras alterações que estão a ser feitas, estamos a tender para aquilo a que chamo de normalização, acho que aí as coisas andaram bem, as coisas estão a ficar desenvolvidas e a andar com um melhor ritmo. Quanto ao Estado de Sítio, felizmente em Portugal nunca foi declarado, portanto, temos aquela questão de treinar em teoria é uma coisa e quando chegar a prática é outra e veremos se estamos mesmo preparados. Agora, nós temos de fazer exercícios conjuntos, temos que fazer doutrina comum, temos que nos sentar a falar. Tenho-me apercebido que usamos as mesmas palavras com significado diferente e isso tem de ser esclarecido. Na doutrina policial por exemplo, a palavra “tática”, “controlo tático”, “controlo

e comando”, entre outras, não tem o mesmo significado para as Forças armadas e PSP e GNR por exemplo, portanto ainda temos um longo caminho a percorrer.”

Apêndice XXI. Entrevista G (CNCS).

1. O que considera uma crise? No seu ponto de vista, quando estamos perante uma situação de crise?

“São situações disruptivas, que afetem o normal funcionamento da ação governativa e da sociedade em geral.

Sempre que sejam comprometidos os interesses, a soberania e a segurança nacionais; nomeadamente a liberdade e segurança das populações, os seus bens, o património nacional, a liberdade de ação dos órgãos de soberania, o regular funcionamento das instituições democráticas e a possibilidade de realização de funções e tarefas essenciais do Estado.

Para efeito de Planeamento Civil de Emergência pode ser definido como crise a ocorrência de origem interna ou externa, que afete a continuidade da ação governativa, a proteção da população, a salvaguarda do património, ou os interesses nacionais, e que face à sua proporção obrigue à necessidade de coordenação e articulação dos serviços públicos ou privados.

No espetro ciber será um evento inesperado nas redes e sistemas de informação, cujo impacto produza impactos semelhantes ou análogos aos anteriores.”

2. Como definiria os conceitos de “cibercrime”, “ciberguerra” e “ciberterrorismo”? O que os distingue e como se conseguem identificar, quando estamos perante um deles?

“Cibercrime - factos correspondentes a crimes previstos na Lei do Cibercrime e ainda a outros ilícitos penais praticados com recurso a meios tecnológicos, nos quais, estes meios sejam essenciais à prática do crime em causa.

Ciberguerra – Conflito armado internacional ou não internacional com empenhamento no domínio operacional do ciberespaço.

Ciberterrorismo - Prática de atos que visem prejudicar a integridade e a independência nacionais, impedir, alterar ou subverter o funcionamento das instituições do Estado previstas na Constituição, forçar a autoridade pública a praticar um ato, a abster-se de o praticar ou a tolerar que se pratique, ou ainda intimidar certas pessoas, grupos de pessoas ou a população em geral através do ciberespaço, com fundamento, nomeadamente, em motivações políticas, ideológicas ou religiosas.”

3. O que é a cibersegurança? Qual a importância da cibersegurança no mundo atual?

“Cibersegurança - Conjunto de medidas e ações de prevenção, monitorização, deteção, reação, análise e correção que visam manter o estado de segurança desejado e garantir a confidencialidade, integridade, disponibilidade e não repúdio da informação, das redes digitais e dos sistemas de informação no ciberespaço, e das pessoas que nele interagem.

A sociedade, a economia e o Estado são dependentes das tecnologias de informação e de comunicação (TIC).

Temos assistido a um desenvolvimento acelerado da sociedade da informação e a uma crescente dependência das TIC em funções vitais do funcionamento do País.

A definição de uma agenda digital permite disponibilizar benefícios económicos e sociais, estimular a criação de emprego, a sustentabilidade e a inclusão social, extrair o máximo benefício das novas tecnologias e melhorar a estrutura de enquadramento nacional. Estas tecnologias são, no entanto, vulneráveis e por vezes de uso duplo (como serviço benéfico e como vetor de ataque), criando riscos sociais e materiais. Se, por um lado, trazem claros benefícios à sociedade, por outro lado, vêm aumentar, de forma significativa, os riscos decorrentes da sua dependência e da quantidade de informação armazenada e em circulação, expondo o Estado, as empresas e os cidadãos.”

4. Numa perspetiva de cibersegurança, Portugal está preparado para enfrentar uma situação de Estado de Sítio/Estado de Emergência? Na sua opinião, o que deverá ainda ser melhorado nesse âmbito?

“É fundamental informar, sensibilizar e consciencializar não só as entidades públicas e as infraestruturas críticas, mas também as empresas e a sociedade civil. Por outro lado, importa que o país se dote de recursos humanos qualificados para lidar com os complexos desafios da segurança do ciberespaço.

Quanto ao que pode ser melhorado, preferia indicar, que deve ser sempre reforçada a Cooperação, pois num mundo altamente interligado e interdependente, a segurança do ciberespaço requer uma forte cooperação e colaboração entre aliados e parceiros, nacionais e internacionais, alicerçada no desenvolvimento de confiança mútua.”

5. Numa situação de catástrofe ou de acidente grave, se ocorrer em simultâneo um ciberataque às redes de comunicação das Forças de Segurança e às Forças de Proteção e Socorro, Portugal está preparado para atuar uma situação desse género?

“O Planeamento Civil de Emergência (PCE), constitui-se como a ferramenta de planeamento, de coordenação e articulação das componentes não militares, para fazer face a situações de crise.

Este plano de ação, prende-se com o compromisso das Entidades competentes, dotarem Portugal, com capacidade permanente, contribuindo para o incremento da resiliência Nacional, onde se inclui a Cibersegurança. Acresce referir que o CNCS articula com a Autoridade Nacional de Proteção Civil, enquanto entidade setorial integrada no PCE.”

6. Na sua opinião, quais as consequências que Portugal poderia sofrer a nível de segurança interna e externa, caso fosse alvo de um ciberataque? Qual o impacto/possíveis consequências de um ciberataque a uma Infraestrutura-Crítica no nosso país?

“O ciberespaço transpõe a vida real para um mundo virtual, com características únicas que impõem novas formas de interação e de relacionamento.

No plano dos bens jurídicos de natureza pessoal têm vindo a revelar um aumento exponencial os crimes sexuais contra menores praticados através da Internet, assumindo amiúde este fenómeno criminoso dimensão transacional e acentuada sofisticação de meios, o que reclama uma intervenção firme, determinada e eficaz.

Este «mundo em rede» desenvolve novos modos de atuação com características únicas, de onde se destacam o cibercrime e, em particular, o cibercrime organizado, associado à fraude bancária e à usurpação de identidade com este mesmo propósito, o hacktivismo político nas suas várias expressões, como são o desvio e a revelação de informação sensível ou classificada e a sabotagem informática, ou ainda a crescente espionagem de Estado e industrial.

Tanto a nível interno como internacional, são evidentes as capacidades de ativismos políticos e religiosos, criminosos ou terroristas para conduzir ações com impacto na segurança de infraestruturas vitais de informação, criando sérias ameaças à sobrevivência do Estado de Direito democrático e ao espaço de liberdade, segurança e justiça.”

7. Que medidas pensa serem importantes adotar numa instituição como a Polícia de Segurança Pública (PSP), de modo a fazer face a um possível ciberataque? Quais as medidas de segurança que considera fundamental adotar, em primeira linha, de modo a reduzir a vulnerabilidade, a nível informático, de uma instituição como a PSP?

“A cibersegurança é uma responsabilidade partilhada por todos. O nível de preparação de Portugal para prevenir, detetar e reagir a ciberataques é igual ao nível do ator menos preparado. Posto isto, é imperativo elevar esse nível de preparação em todas as entidades, para além de um mínimo necessário.

Para esse efeito, o CNCS promove ou desenvolve um conjunto de atividades com vista à capacitação dessas entidades, nomeadamente:

Ações de formação para técnicos e decisores;

Definição de um conjunto mínimo de capacidades técnicas, operacionais e humanas de acordo com um determinado modelo de maturidade;

E divulgação de boas práticas para a gestão de incidentes de Cibersegurança.”

Apêndice XXII. Entrevista H (ANPC).

1. O que considera uma crise? No seu ponto de vista, quando estamos perante uma situação de crise?

“O conceito de crise é um conceito muito abrangente. Não há propriamente, em termos internacionais e nacionais, um conceito de crise muito bem estruturado e muito bem consolidado. Nós, ao nível daquilo que é a atuação da Proteção Civil, o conceito de crise não é contemplado, ou seja, nós temos os conceitos de acidente grave e catástrofe, sendo que a crise é tudo aquilo que na prática cria algum tipo de rutura na rotina. A partir do momento em que eu deixo de ter o meu “estado normal”, e passo a ter uma situação que me obriga a assumir medidas excecionais, medidas diferenciadas, um comportamento diferente, mais direcionado àquela situação, poderemos dizer eventualmente que estamos numa situação de crise, sendo certo que depois há diferentes dimensões, por exemplo, um incêndio florestal que dure 20 minutos, não será eventualmente uma crise, mas um incêndio florestal, como foi por exemplo, a situação de Pedrógão o ano passado, é seguramente uma crise, embora nós, em termos de proteção civil, não seja um conceito que nós tenhamos adotado para nós na nossa legislação. Temos os conceitos de acidente grave, catástrofe, estados de alerta, princípios sobre os quais a Proteção se orienta. Conceito de crise não é um conceito que nós usemos, não faz parte do nosso léxico. Podemos, obviamente em termos genéricos, fazer esse encaixe, ou seja, uma crise, para mim, é tudo aquilo que na prática cria uma rutura na nossa rotina, mas uma rutura significativa, não estamos a falar de pequenos acidentes, coisas que nós conseguimos resolver com os meios normais que temos disponíveis no dia-a-dia. Tudo aquilo que obriga a situações de exceção, situações de um empenho maior de meios, de meios diferenciados, em que obriga a intervenção por exemplo de nível nacional, eu penso que poderemos considerar que estamos a viver uma crise, que é temporário, no espaço e no tempo, que passará, quando a situação é resolvida, agora, é um conceito que de facto, nós não utilizamos.”

2. A Proteção Civil está preparada para vir a atuar numa situação de Estado de Sítio/Estado de Emergência? Na sua opinião, o que deverá ainda ser melhorado nesse âmbito a nível nacional?

“Eu penso que sim, nem temos outra alternativa, ou seja, a grande diferença, seja no Estado de Sítio, seja no Estado de Emergência, a Proteção civil independentemente do cenário em que esteja a atuar, as nossas funções são quase sempre as mesmas, eu diria que

são sempre as mesmas. O que nós fazemos num cenário de proteção civil puro e duro, além de termos toda a componente de gestão de consequências do evento que estamos a gerir, portanto, estamos a falar de combate a incêndios, evacuação de vítimas, tratamento de vítimas, entre outras, numa situação pura e dura de proteção civil, a grande diferença é que somos nós, de acordo com a legislação, que comandamos a operação, ou seja, enquanto uma situação se enquadra no Sistema Integrado de Operações e Proteção e Socorro, cabe à estrutura da Proteção Civil, garantir o comando e a coordenação daquele evento, ou seja, temos a prerrogativa de comandar todas as entidades que num dado momento estão a trabalhar connosco no teatro de operações, estamos a falar do INEM, das Forças Armadas, das forças policiais, há uma coordenação global do evento que é feita por nós, assegurada por nós, de acordo com a legislação. Quando passamos a uma situação, por exemplo, de Estado de Sítio ou Estado de Emergência, de acordo com aquilo que é a legislação vigente hoje em dia, a nossa atuação é a mesma, as vítimas têm de continuar a ser tratadas, os incêndios têm de continuar a ser apagados, os agentes que são mobilizados para o teatro de operações são os mesmos, a grande diferença é que a coordenação macro da operação, transita daquilo que é esfera do Ministério da Administração Interna para a esfera do Ministério da Defesa Nacional, portanto, acabam por ser as Forças Armadas. Nestes casos a legislação diz que a Proteção Civil articula-se com quem estiver na posse do comando global da operação, e que nesse caso deixamos de ser nós, ou seja, nós continuamos a fazer mesma coisa, mas “debaixo de um chapéu diferente”. O mesmo se passa por exemplo, se tivermos de atuar num Incidente Tático-Policial, imaginemos um atentado terrorista, quem vai buscar as vítimas são os bombeiros e o INEM, quem terá de apagar um incêndio são os bombeiros provavelmente, a diferença aqui é que não somos nós a coordenar a operação, essa coordenação passa para as forças e serviços de segurança competentes, o que neste caso seria a PSP ou GNR sob coordenação do Gabinete de Segurança Interna, no entanto nós fazemos a mesma coisa, a nossa atuação é sempre a mesma. Na minha perspetiva eu acho que estamos preparados porque na prática nós vamos fazer o mesmo que fazemos no dia-a-dia. Aquilo que importará porventura articular, ou treinar mais e exercitar e perceber como é que na prática isto se processa, é esta alteração daquilo que são estruturas de comando e coordenação. Relativamente ao que poderia ser melhorado neste aspeto, eventualmente talvez mais treino, ou mais exercícios, porque são situações que, felizmente, nós não experimentamos com muita frequência. A questão dos Incidentes Tático-Policiais, por exemplo, eu fui comandante distrital em Setúbal entre 2013 e 2017, e eu lembro-me que tive

uma situação de Incidente Tático-Policial em que nós tivemos que fazer esta articulação diferente, que foi num caso de um indivíduo que se barricou num restaurante no Pinhal Novo, inclusive matou um Guarda Nacional Republicano, e fez reféns dentro do estabelecimento, e foi a GNR que assumiu a coordenação da operação. Nós tínhamos meios no local, tínhamos o INEM, tínhamos os bombeiros, mas na prática, o comando da operação foi sempre da GNR e tivemos de fazer esta articulação e correu muito bem, felizmente não houve problema nenhum, mas na minha opinião a legislação existe mas porventura poderá ter de ser refinada em função das lições apreendidas ou dos ensinamentos que possamos vir a tirar de futuros treinos e exercícios. Relativamente à segurança Interna há mais treino, há mais prática, no que diz respeito ao Estado de Sítio ou Estado de Emergência, aí não, não há, porque de facto, não temos, felizmente, tido situações reais que nos permitam avaliar este tipo de atuação. Porventura aquilo que eu digo seria treinarmos um bocadinho, fazermos por exemplo exercícios de decisão, mesa, em sala, o que não ocupa muito tempo e não requer muitos recursos, que nos permitisse pensar um pouco se o enquadramento legal que temos é suficiente para orientar todas as forças e serviços que numa situação deste género teriam de atuar em conjunto.”

3. Considera que a Proteção Civil está preparada para atuar eficaz e eficientemente numa situação de catástrofe ou de acidente grave?

“Sim. O sistema de proteção civil foi, tal e qual ele existe hoje, concebido e tem estado a ser consolidado, sobretudo desde 2006, altura em que foi aprovado o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro, em que fizemos uma revisão profunda de grande parte da legislação que tínhamos ao nível da Proteção Civil, sobretudo no que diz respeito à gestão da operação, da intervenção no teatro de operações. Obviamente que, esta pergunta, depois do que aconteceu em Pedrógão, e depois do que aconteceu no 15 de outubro do ano passado, provavelmente pode dar que pensar, mas eu pessoalmente, continuo a achar que a Proteção Civil tem as ferramentas que precisa para poder responder a este tipo de situações. Obviamente que aqui em Portugal, ou em qualquer outro país, por melhor apetrechados e por melhor preparados que estejam, há sempre um momento em que os serviços podem ser ultrapassados pelos acontecimentos. Não há país que esteja preparado para o pior cenário possível, nem nós nem nenhum outro. E obviamente que vai sempre haver uma situação de exceção que infelizmente poderá ultrapassar naquele momento a capacidade instalada. Obviamente aprendemos muito com aquilo que aconteceu o ano passado, penso que temos

muitas lições a retirar, sobretudo no que diz respeito àquilo que são os eventos que decorrem do comportamento do planeta, ou seja, as catástrofes naturais, que tem a ver com o tempo, tem a ver com o clima, nós vivemos hoje num quadro de transformação global, em que é inevitável falarmos sobre aquilo que são as alterações climáticas, que cada vez vão dar origem a fenómenos mais extremos, e por essa via, nós temos de facto, de ter uma resiliência diferente em termos daquilo que é a nossa capacidade, não só para a rotina, para os eventos de exceção menores, mas também para os eventos verdadeiramente excepcionais, como aconteceu o ano passado, e obviamente que temos que ter uma capacidade mais sustentada para fazer face a esse tipo de situações. Agora, acho que não temos que por em causa tudo aquilo que existe, porque temos muita coisa que funciona e que funciona bem, temos é que aprender com as lições retiradas daquilo que foram estas atuações e destas situações mais graves de um passado recente, e perceber como é que podemos melhorar esta nossa capacidade de atuação, mas sobretudo entender que a atuação da Proteção Civil também depende muito da forma como as pessoas se comportam, eu não consigo ter um bombeiro atrás de cada pessoa da mesma maneira que não consigo ter um polícia atrás de cada ladrão, e portanto há uma função de cidadania e de participação ativa dos cidadão, naquilo que é o processo da sua própria segurança, que tem cada vez mais que ser um fator presente e que é uma componente essencial daquele que é o Sistema de Proteção e Socorro. Nós sabemos que grande parte dos acidentes que temos hoje em dia resultam de atitudes e comportamentos negligentes. É frequente nós vermos dias de nevoeiro e de chuva e condutores a andar na estrada como se estivesse um dia de sol fantástico com o piso limpo e seco, sem qualquer problema, com máxima visibilidade, eu própria já assisti a isto várias vezes. Eu quando estava em Setúbal cheguei a ter de mobilizar helicópteros para retirar pessoas que tinham deliberadamente ultrapassado as barreiras de segurança com os carros e colocado a elas próprias em situação de risco, portanto, acho que o sistema não deve ser visto apenas na perspetiva do que é a atuação da Autoridade Nacional de Proteção Civil, dos bombeiros, da Polícia, da GNR, do INEM, etcetera, o cidadão tem de estar cada vez mais integrado nisto, e esta mudança, esta melhoria, tem de ser feita e só vai funcionar se for nesta perspetiva mais integrada, ou seja, temos todos de perceber que isto é um sistema unificado, e que para chegarmos à reta final, que é termos uma sociedade cada vez mais segura, com menos acidentes, com pessoas mais protegidas, com uma maior sensação de segurança, nós enquanto cidadãos também temos de ter uma componente muito ativa nesta matéria.”

4. Na sua opinião, a Proteção Civil tem os meios materiais e humanos adequados e suficientes para atuar perante um cenário de catástrofe ou acidente grave?

“Os países apetrecham-se face àquilo que são os riscos conhecidos e face às situações que têm maior probabilidade de materialização. Nós não temos por exemplo, em termos continentais nenhum risco vulcânico, portanto também não temos meios para fazer face a uma situação desse género, avalanches também não temos muitas, portanto também não temos provavelmente os mesmos meios que tem a Áustria ou que tem a Alemanha. Numa situação de exceção, os meios são sempre poucos, pois de facto os países não conseguem estar todos eles apetrechados para aquilo que será o tal cenário máximo, o “dia D”, que é aquela situação verdadeiramente de exceção, e vai haver momentos em que provavelmente os meios que temos poderão não ser suficientes. Aquilo que eu sei, e aquilo que é a minha opinião, é que nós temos os meios suficientes para aquilo que é a situação normal do país em termos dos riscos conhecidos. Situações de exceção requerem medidas de exceção, e aquilo que nós temos de conseguir fazer é, face a uma situação verdadeiramente diferente, em que nós consigamos perceber logo à partida que os meios que temos no local e nas imediações não são suficientes, temos que, e o sistema é flexível o suficiente para isso, eu posso em qualquer momento mobilizar meios de qualquer ponto do país para acudir a uma determinada situação, e no limite, se estes também não forem suficientes, tem-se que apelar rapidamente àqueles que são hoje em dia os canais de cooperação internacional, para rapidamente também conseguir trazer para o país, meios e recursos de outros países, no quadro daqueles que são os acordos quer bilaterais quer a nível da cooperação multilateral que o país faz parte, e que nos permitem, com alguma segurança e com alguma rapidez trazer meios de outros países que possam vir reforçar e ajudar na gestão dessa situação, já aconteceu várias vezes no passado, muitas vezes Portugal pediu ajuda no quadro quer bilateral, quer no âmbito do mecanismo europeu de proteção civil, que nos permite pontualmente reforçar a nossa capacidade de resposta, também já participamos em situações de ajuda a outros países também que momentaneamente viram a sua capacidade ultrapassada, e a consciência geral é um pouco esta hoje em dia, ou seja, eu tenho que ter os meios suficientes para aquilo que são as situações que eu já sei à partida que vão acontecer e que esses meios vão fazer falta. Dificilmente os países nos dias de hoje vão ter disponíveis todos os meios que gostariam, sobretudo numa situação em que a rotina é fortemente quebrada e em que temos uma situação absolutamente excepcional. Aí temos de por o sistema a funcionar, com a sua flexibilidade, de acordo com o Princípio da Subsidiariedade, ir

acionando os escalões à medida que eles são necessários e no limite pode terminar num pedido de ajuda internacional.”

5. Considera a Proteção Civil uma instituição preparada para fazer face a um ciberataque? O que há a melhorar a nível nacional relativamente a esta área? Na sua opinião, quais as consequências de um ciberataque a uma instituição como a Proteção Civil em Portugal?

“Um ciberataque parte-se do princípio que há um ataque às nossas redes, às redes nas quais nós temos a nossa função assente. O nosso grande problema aqui não tem tanto a ver com a informação reservada ou com o carácter reservado da informação que nós temos ou trabalhamos, tem a ver com as comunicações. Nós estamos integrados na Rede Nacional de Segurança Interna (RNSI), que eu penso que será um sistema robusto, não sou especialista nesta área, mas espero que assim o seja. Se houvesse um ataque à RNSI nós ficaríamos sem e-mail, sem capacidade de comunicar por exemplo ao nível da interligação entre as nossas salas de operações e o comando nacional, provavelmente ficaríamos dependentes daquilo que são as nossas redes alternativas, temos uma rede de satélite, temos várias redes de rádio, que poderia servir para garantir aquelas comunicações absolutamente excecionais, portanto, não ficávamos completamente “descalços”, mas ficaríamos, se esse sistema de facto ficasse inoperacional, seja temporariamente, seja num período mais vasto de tempo, veríamos a nossa capacidade de atuação afetada seguramente.”

6. O que pensa relativamente à formação dos elementos da Proteção Civil para fazer face a situações de crise, tais como cenários de Estado de Sítio e Estado de Emergência, Acidentes e Catástrofes Graves, Incidentes Tático-Policiais e Ciberataques?

“A Proteção Civil é uma realidade transversal, quando falamos de proteção civil temos que falar daquilo que é a estrutura de coordenação macro, que assenta aqui na Autoridade Nacional de Proteção Civil, mas depois temos de falar naquelas que são as entidades que efetivamente estão no terreno e que no dia-a-dia respondem a situações de acidente grave, catástrofe, calamidade, etecetera, e que responderiam também numa situação de crise, seja ela qual for. Estamos a falar dos corpos de bombeiros, que têm formação na sua área específica de intervenção, estamos a falar da PSP, que tem formação na sua área específica, da GNR, do INEM, etecetera, ou seja, a proteção civil na prática é um agregado de funções,

é um agregado de competências que estão espalhadas por diferentes entidades. A nós, Autoridade Nacional de Proteção civil, cabe-nos, em primeiro lugar, porque temos essa competência legal, assegurar a formação dos Corpos de Bombeiros, parte daquela que nos diz respeito, isso através da Escola Nacional de Bombeiros, ou a estreita articulação com esta, e eu posso dizer que os Bombeiros neste momento, já lá vai o mito de que os Bombeiros eram todos voluntários e amadores, hoje o voluntariado não pode ser confundido com amorismo, os Bombeiros hoje são profissionais naquilo que fazem, têm formação quer na parte do ingresso, quer na parte do estágio, quer durante toda a sua vida profissional, inclusive têm patamares mínimos que têm de ser cumpridos anualmente naquilo que são as instruções e a formação que é feita. Há sempre espaço para melhorar, nós não podemos dizer que temos tudo perfeito, isso não existe aqui não existe nas Forças Armadas, na PSP, em lugar algum, até porque as realidades estão sempre a mudar, o cenário é inconstante, e há sempre necessidade de atualizar, de reforçar determinadas áreas da formação, nós nunca temos o trabalho efetivamente feito. Agora, a formação existe, nós temos essa competência em parte, em relação ao que respeita aos Bombeiros, mas também temos uma competência forte e importante naquilo que é o garante de que todos os restantes agentes de proteção civil, que “jogam neste xadrez”, além daquilo que é a sua competência própria, deve ser dada formação naquilo que respeita à sua atuação no quadro da Proteção Civil, têm de saber aquilo que é o Sistema de Operações, o que é o Sistema Integrado de Operações Proteção e Socorro, como é que funciona o enquadramento da Proteção Civil em Portugal, e nessa matéria têm sido feitas várias ações, e eu aqui não sei se a formação é sobretudo de sensibilização, é as Forças terem consciência de que o polícia, se está a atuar num quadro policial provavelmente tem uma conduta, se está a atuar num quadro mais vasto, numa situação de proteção civil, secalar tem que ter em conta outro tipo de fatores, tem que saber que há um Posto de Comando Operacional, tem que saber quem é o comandante das operações de socorro, tem de saber como é que se processa a articulação, quer ao nível operacional quer ao nível institucional, e portanto aí, há de facto um papel importante da nossa parte, naquilo que é o trabalho que fazemos com os agentes de proteção civil. Isto é uma função permanente, eu penso que hoje em dia, nós já temos um sistema bastante mais integrado do que era á dez ou à quinze anos atrás, na perspetiva dos agentes que trabalham connosco, mas o ciclo nunca se fecha, porque nós estamos sempre a aprender, nós fazemos exercícios, tiramos lições desses exercícios, melhoramos o processo de planeamento, isto tem de ser tudo integrado e não é uma coisa que se possa fazer numa perspetiva isolada e para dentro, é uma coisa que

se tem de fazer para fora e envolver de facto todas as entidades que num momento ou noutro, poderão ser chamadas a atuar nesta matéria. Tem-se feito muita coisa, não tenho dados, não tenho números, mas tem-se feito muita coisa, muito treino operacional, muitos exercícios, agora, o ideal seria que conseguíssemos fazer mais, de facto podíamos tentar fazer mais sim, mas não estamos numa situação negativa, digo eu, acho que o panorama é positivo.”

7. Apelando à sua experiência profissional, recorda situações em que a ANPC tenha atuado com a intervenção da PSP? Como avaliaria essa interação com a PSP e outras entidades?

“Eu pessoalmente tenho tido sempre experiências muito positivas naquilo que é a interação com os outros agentes de proteção civil *latus sensus*. Eu não me lembro de haver alguma vez alguma situação crítica em que houvesse reparos a fazer, apelando à minha experiência pessoal. Quando eu estive no comando de Setúbal eu lembro-me que nós tínhamos por vezes alguns pequenos problemas, mais com a GNR, do que com a PSP e que tem a ver quando a minha linha de atuação choca com a outra linha de atuação. Acidentes nas autoestradas, era sempre um drama. Os Bombeiros precisavam de espaço para trabalhar, precisavam de margens de segurança, a GNR sofria pressões para reabrir a autoestrada com a máxima brevidade possível e às vezes havia ali um bocadinho a necessidade de arbitragem. É o conhecer os constrangimentos de cada um. Os Bombeiros não podem atuar com carros a passar a 120 Km/h a dois metros do sítio onde estão a trabalhar, mas nós também percebemos que os cidadãos querem circular e também é preciso abrir as estradas. Portanto, era uma questão da tal sensibilização de que falei, conhecermos todos. Se eu conhecer até onde o meu vizinho tem de ir, eu posso facilmente ajustar-me às necessidades dele e vice-versa. Foram as únicas situações, casos como estes que me aconteceram, e mesmo assim aconteceram poucas vezes e resolveram-se rápido. Com a PSP em concreto temos tido sempre excelente colaboração, inclusive lembro-me em 2005 que fomos com equipas da PSP para um exercício internacional em Itália, com brigadas cinotécnicas da PSP, juntamente com pessoal dos Bombeiros, a interação foi cinco estrelas. A linguagem na prática é toda a mesma, e no terreno é onde as coisas acabam por correr bem porque o objetivo é sempre o mesmo e eu acho que quando as equipas estão mobilizadas e percebem que têm em mãos uma situação de socorro e de emergência, as pessoas querem é ver as situações resolvidas e trabalham todos par ao mesmo. Portanto, eu pessoalmente não tenho

qualquer situação de má experiência com a Polícia de Segurança Pública, muito pelo contrário.”

Apêndice XXIII. Entrevista I (PSP).

1. O que considera uma crise? No seu ponto de vista, quando estamos perante uma situação de crise?

“O conceito de crise não é um conceito que esteja legalmente consagrado. Partindo dessa dificuldade, nós podemos considerar que a crise pode ser gerada por fator humano ou por fator natural, e que pode, e acima de tudo, ter um grande impacto no funcionamento ou das instituições democráticas ou da sociedade como um todo, e nesse caso, eu abordo sempre para todas as questões que tenham um enquadramento criminal, ou todas as questões que tenham um enquadramento de fenómeno natural, e que derivam sistematicamente numa atuação não quotidiana e não normal de todos os recursos à disposição da sociedade.”

2. Como definiria os conceitos de “cibercrime”, “ciberguerra” e “ciberterrorismo”? O que os distingue e como se conseguem identificar, quando estamos perante um deles?

“Quanto ao cibercrime, existe uma lei, Lei da Criminalidade Informática, e o que lá está definido como cibercrime é o que o é realmente. Em termos de ciberguerra, os militares e a doutrina militar neste momento considera a existência de um quarto meio ambiente. Temos a terra (Exército), o ar (Força Aérea) e o mar (Marinha), e agora considera-se o quarto meio ambiente que é o ciberespaço e a grande questão é, sendo um quarto meio ambiente, da mesma forma que se declara guerra nos outros meios, eu para mim mantenho que se declara guerra na mesma. Ou seja, as convenções internacionais e no nosso caso a Constituição da República Portuguesa, definem claramente como se declara um Estado de Guerra, que é posterior ao Estado de Sítio ou ao Estado de Emergência. A ciberguerra, é na mesma considerada guerra, declarada nos mesmos moldes, só que a atuação dos recursos em vez de ser em terra, na água, ou no mar, é no ciberespaço. Já se fala num quinto meio ambiente, mas esse já é em termos de investigação científica, que é o espaço. Quando falamos em ciberespaço estamos a falar de um ambiente cibernético tecnológico, portanto estamos a falar de *internet*, e todas as outras redes que possam existir. Relativamente ao ciberterrorismo, eu não tenho uma definição de ciberterrorismo, porque aplicando a mesma metodologia, não existe em Portugal, uma definição legal de ciberterrorismo. O terrorismo é uma classificação política ou social, logo, nós temos que pegar nos vários atos criminosos, que depois politico-socialmente são considerados como terrorismos, e então depois poderemos dizer se estamos

ou não perante atos de terrorismo, se estamos perante atos criminosos praticados neste quarto meio ambiente que é o ciberespaço. Apesar de já termos leis de combate ao terrorismo, no enquadramento jurídico português, e no enquadramento europeu, já existem normas de combate ao terrorismo, mas a definição legal de terrorismo não existe, portanto, existe paradoxal juridicamente.”

3. O que é a cibersegurança? Qual a importância da cibersegurança no mundo atual? Qual a sua importância para uma instituição como a PSP?

“A cibersegurança está definida ou numa Resolução do Conselho de Ministros, ou no Decreto-lei que criou o Centro Nacional de Cibersegurança e cinto-me à definição legal que lá consta. Na prática, depois, no mundo atual, a cibersegurança tem a ver essencialmente com duas grandes coisas, uma delas é a intromissão na vida privada, eu ter medidas de segurança no quarto meio ambiente que me permitam manter a minha privacidade privada, a outra questão tem a ver com o furto, desvio, utilização não autorizada de informação que esteja no ciberespaço, portanto, uma questão de privacidade e uma questão de informação. Claro que a privacidade também é violada através da utilização ou acesso indevidos de informação, mas eu separava a questão da privacidade numa perspetiva mais individual e numa perspetiva mais coletiva, ou societal, a perspetiva de utilização indevida de informação. Essa última perspetiva, é para mim, e, tão importante como qualquer outro tipo de segurança na perspetiva societal, porque 80% da nossa vida é digital. Tudo o que fazemos em termos financeiros, em termos de saúde, em termos pessoais, em termos profissionais, eu diria que 80% é tecnológico e está no ciberespaço, ou facilmente acessível no ciberespaço, pelo que acho que no mundo atual é uma área do saber que tem de ser implementado desde a formação familiar à formação académica, desde o primeiro ciclo, as crianças de hoje ainda não chegam à escola e já têm acesso à *internet*. Em relação à PSP é fundamental, não só porque nós, enquanto Órgãos de Polícia Criminal, temos, nos termos da lei, todas as funções inerentes de prevenção e contenção de atos criminosos praticados no espaço ciber, mas também porque temos toda a componente de prevenção na perspetiva social, segurança, tranquilidade e ordem pública, e neste caso, tudo o que for praticado em termos de Ciberameaças, cibercriminalidade, e que põem em causa o normal funcionamento das instituições democráticas, a segurança a ordem e tranquilidade públicas, tem a ver connosco, por causa da nossa missão. Para mim são áreas, temas, conceitos, muito importantes para a PSP.”

4. Numa perspetiva de cibersegurança, a PSP está preparado para enfrentar uma situação de Estado de Sítio/Estado de Emergência? Na sua opinião, o que deverá ainda ser melhorado nesse âmbito?

“Se nós estivermos a falar nos termos da lei que permite a declaração do Estado de Sítio e do Estado de Emergência, e o que motivou essa declaração, ter sido algo praticado no ciberespaço, nem a psp nem o Estado estão preparados para isso, porque a legislação do Estado de Sítio/Estado de Emergência foram desenhados para dois tipos de situação, ou uma grave alteração da ordem pública, não sendo relevante o que causou isso, ou uma catástrofe. A lei não está desenhada para uma alteração da ordem pública ou catástrofe terem origem numa situação executada no ciberespaço. A título de exemplo, conseguirem via *internet* abrir as comportas da barragem de Castelo do Bode de uma maneira completamente descontrolada e inundar toda a bacia do Tejo. Isto é uma catástrofe mas tem origem num ato cibernético. Alei não está preparada para isto, nem foi desenhada para isto, portanto, eu diria que logo no enquadramento legal, o mesmo não está desenhado para contemplar tipos de situações que permitam declarar Estado de Sítio/Estado de emergência, com origem num ato cibernético. Outro ponto, a consequência, se for Estado Sítio/Estado de Emergência, se for na perspetiva de fenómeno de catástrofe natural, vamos esquecer que está declarado o Estado Sítio/Estado de Emergência, temos de atuar em conformidade com a Lei de Base da Proteção Civil, no caso, um ou outro, dentro ou não da supervisão, comando e controlo militar e nós aí não estamos preparados. Temos algumas valências preparadas mas como um todo eu acho que não estamos preparados, estamos sempre na perspetiva da capacidade de reação. O planeamento é mínimo, o treino é mínimo, a reação depois é uma grande disponibilidade humana e material, nada mais.”

5. Numa situação de catástrofe ou de acidente grave, se ocorrer em simultâneo um ciberataque às redes de comunicação da PSP e às Forças de Proteção e Socorro, Portugal está preparado para atuar uma situação desse género?

“Não. Não estamos preparados porque acima de tudo não estão previstas as estratégias de resiliência de forma a que o nosso modelo de atuação normal, quando ocorre uma catástrofe ou um outro qualquer problema fora dos padrões “normais” já temos aqui grandes dificuldades de atuação, se ainda por cima nesta atuação, nós cortarmos a base de comunicação, ficamos mesmo sem nada para fazer, porque não temos alternativas, não temos

modelos resilientes para continuar a operação, e como nós assentamos a nossa operação sistematicamente no empenhamento via comunicações rádio, neste caso rádio digital, nós vamos ficar praticamente inoperacionais, porque não temos medidas resilientes. Isso deveria ser algo a ser trabalhado, no caso da PSP, pelo Departamento de Informações e Comunicações. Como nós dependemos da rede SIRESP, teria de ser a rede SIRESP a ter medidas de resiliência, de redundância, ou de alternativa de comunicação. A Autoridade Nacional de Proteção Civil por exemplo tem um conjunto relevante de telefones satélite. Tirando nisso, não há grandes alternativas de comunicação. A medida de alternativa à SIRESP caso esta falhe, não existe, na perspetiva organizacional.”

6. Na sua opinião, quais as consequências que a PSP poderia sofrer caso fosse alvo de um ciberataques? Qual o impacto/possíveis consequências de um ciberataque?

“De forma muito clara, seria a perda de informação, uso indevido dessa informação, e diminuição muito clara da capacidade de intervenção e também de planeamento.”

7. Que medidas pensa serem importantes adotar numa instituição como a PSP, de modo a fazer face a um possível ciberataque? Quais as medidas de segurança que considera fundamental adotar, em primeira linha, de modo a reduzir a vulnerabilidade, a nível informático, de uma instituição como a PSP? O que ainda falha na PSP a nível de cibersegurança?

“Para se fazer face a um ciberataque há medidas que deveriam existir. Primeiro, ter um programa de continuidade de negócio, de *business continuity*, numa perspetiva catastrófica, ou de calamidade, ter um programa também de recuperação, de *disaster recovery*. Estas duas grandes estratégias para fazer face a um ciberataque ditam sistematicamente também uma transversal que é toda a componente de iliteracia digital para todos os elementos da PSP, ou seja, toda a gente teria de ter determinados níveis de formação na área preventiva e interventiva em termos de cibersegurança. Ou seja, na área preventiva, eu saber quais é que são os procedimentos que eu devo ter e quais é que são os procedimentos que eu não devo ter na perspetiva de garantir a integridade da informação por exemplo, e na perspetiva de garantir que a informação não fica vulnerável. Depois tenho que ter toda a componente formativa na perspetiva de intervenção caso aconteça um ciberataque. Garantir por exemplo que são desligados todos os circuitos de dados que podem permitir a continuidade do ataque, e um conjunto de medidas depois muito técnicas para garantir que as bases de dados ficam

íntegras, não são violadas, etcetera. Depois, pensar num plano para continuar o negócio, ou seja, garantir que a missão da PSP continua a ser exercida, dentro de padrões resilientes, mas dentro de padrões que possam garantir que, por exemplo, nós consigamos continuar a aceder a informação essencial, e isso é muito difícil. No caso de haver mesmo uma situação muito grave, nós temos de ter um plano para depois recuperar a capacidade da PSP, ou seja, um *disaster recovery plan*, um plano para permitir que mediante quatro ou cinco cenários de ciberataque, nós conseguimos repor, dentro de padrões de resiliência mínimas, a normalidade da PSP. No *business continuity* e no *disaster recovery* a primeira medida que se tem é a criação de uma equipa. A equipa em inglês poderá ser denominada pela sigla CERT, ou então por C SIRT. Ambas têm exatamente a mesma função, e a tradução que nós costumamos utilizar em português é Equipa de Resposta em incidentes Tecnológicos, que é a tradução mais direta de CERT, *Computer Emergency Response Team*. Não temos uma equipa formalmente criada. Na última alteração à orgânica da Direção Nacional, o Gabinete de Sistemas da Informação que dependia do Diretor Nacional, foi extinto e todas as competências informáticas que existiam foram integradas em duas Divisões dentro do Departamento de Informação e Comunicações. Uma dessas Divisões tem o Núcleo de Segurança, mas na verdade, não há uma equipa, não há um conjunto de pessoas que tenha como função, as funções que estão plasmadas em dois grandes documentos, um do Centro Nacional de Cibersegurança, outro, da ENISA, sobre as principais funções deste tipo de equipas, não há. Existe apenas uma pessoa que faz isto, e não faz a tempo inteiro. No entanto, o que a Polícia tem feito? Tem participado em vários exercícios coordenados e dirigidos pelo Exército, no âmbito da implementação da Escola de Cibertecnologia da NATO, que fica em Oeiras, cá em Portugal, nós temos participado já como jogadores, nos exercícios de ciberdefesa e cibersegurança, e vamos participar também, este ano, através do Centro Nacional de Cibersegurança, no exercício europeu, ou seja, não temos ainda a equipa, mas estamos a acompanhar a evolução de tudo o que é feito à volta da cibersegurança e ciberdefesa.”

Tabelas

Tabela I. Exercícios/Simulacros em que a PSP participou/organizou em 2015.

Exercícios/Simulacros que contaram com a participação/organização da PSP, no ano de 2015.				
Nome do Exercício/Simulacro	Data	Efetivo Empenhado	Entidades Intervenientes	Descrição Sumária
Treino Operacional Conjunto de Socorro e Resgate em Montanha.	17/janeiro/2015.	Elementos do Comando Regional da Madeira da PSP.	<ul style="list-style-type: none"> - Organizado pelo Serviço Regional da Proteção Civil da região Autónoma da Madeira; - Diferentes agentes de proteção civil. 	<ul style="list-style-type: none"> - Dois cenários: a simulação de recuperação de um casal alemão, já sem vida, e resgate de um cidadão finlandês que se tinha perdido numa levada. - Objetivo de uniformização de procedimentos, referentes a situações de resgate de pessoas, bens e animais, em que seja necessário recorrer a manobras de cordas; acessos, trabalhos e resgate em subsolo, buscas e resgate de desaparecidos, resgate de teleféricos, e auxílio a outras instituições de Proteção Civil.
Exercício de BREC e Desencarceramento.	01/março/2015.	Elementos do COMETLIS.	<ul style="list-style-type: none"> - Várias entidades com responsabilidades na área da proteção civil. 	<ul style="list-style-type: none"> - Na Praça Central do Centro Comercial <i>Dolce Vita</i>, em Lisboa, houve a simulação de um cenário onde uma estrutura de betão cede face à ocorrência de um sismo.

A POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA EM CENÁRIOS DE CRISE
REFLEXÃO SOBRE AS CAPACIDADES POLICIAIS EM SITUAÇÕES DE CONTINGÊNCIA

				<p>Para além do colapso da estrutura, o abalo provocou um acidente rodoviário no mesmo local entre duas viaturas.</p> <p>- Objetivo de testar a cooperação e a articulação entre as várias entidades com responsabilidades na área da proteção civil.</p>
Simulacro na Embaixada dos EUA.	10/abril/2015.	Elementos do COMETLIS e UEP.	- Organizado pela segurança da Embaixada dos EUA.	<p>- Simulação de ataque de armas de destruição maciça, nomeadamente de uma caixa remetida para aquela embaixada, contendo uma substância suspeita de ser um agente biológico altamente tóxico.</p> <p>- Objetivo de promover os procedimentos de atuação e resposta dos serviços de segurança da embaixada e a cooperação com a Polícia de Segurança Pública.</p>
Simulacro Aeródromo do Corvo	22/abril/2015.	Elementos do Comando Regional dos Açores da PSP.	<p>- Organizado pela SATA.</p> <p>- SATA, PSP, Serviço Regional de Proteção Civil dos Açores, Bombeiros da Ilha do Corvo e SEF.</p>	<p>- Simulacro com dois cenários, um de socorro a um passageiro com paragem cardiorrespiratória na sala de embarque do aeródromo e uma segunda ocorrência de um incêndio na aerogare e evacuação de passageiros.</p> <p>- Objetivo testar as vertentes <i>safety</i> e <i>security</i> da infraestrutura aeroportuária e os procedimentos de atuação e articulação entre as entidades envolvidas.</p>

A POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA EM CENÁRIOS DE CRISE
REFLEXÃO SOBRE AS CAPACIDADES POLICIAIS EM SITUAÇÕES DE CONTINGÊNCIA

Exercício Proteção Portuária – Lisboa.	15/outubro/2015.	Elementos do COMETLIS e UEP.	- PSP, Polícia Judiciária, Polícia Marítima, Regimento Sapadores Bombeiros, INEM, Autoridade Nacional de Saúde, Autoridades do Porto de Lisboa, Capitania do Porto de Lisboa.	- Cenário constituiu a simulação de um cenário de ameaça de substâncias tóxicas. - Objetivo de testar os mecanismos de defesa das instalações e as sinergias de coordenação entre os vários intervenientes na resolução.
Exercício de Proteção Portuária no Porto de Setúbal – Exercício SETUBALEX 2015.	21/dezembro/2015.	Elementos do Comando Distrital de Setúbal e da UEP.	- Organizado pelo Porto de Setúbal com apoio da Proteção Civil. - Polícia Marítima, PSP, Polícia Judiciária, SEF, SIS, GNR e Autoridade Tributária.	- Simulação de dois cenários de notícia de uma bomba no interior do Terminal Multi Cargas I e da notícia de um contentor com armas químicas no terminal Multi Cargas II. - Objetivo testar os procedimentos de segurança no Porto de Setúbal e a articulação das diferentes entidades envolvidas.

Figura 3: Exercícios/Simulacros em que a PSP participou/organizou em 2015.

Tabela II. Exercícios/Simulacros em que a PSP participou/organizou em 2016.

Exercícios/Simulacros que contaram com a participação/organização da PSP, no ano de 2016				
Nome do Exercício/Simulacro	Data	Efetivo Empenhado	Entidades Intervenientes	Descrição Sumária
Simulacro na Embaixada dos EUA	08 e 10/fevereiro/2016.	Elementos da DN/PSP, UEP e COMETLIS.	- Organizado pela segurança da Embaixada dos EUA. - PSP e responsáveis pela segurança da embaixada e destacados em Espanha (Marines).	- simulação de 3 cenários, nomeadamente, um grande protesto, em que há um grupo de indivíduos que se manifestam junto à entrada principal da embaixada, ocupando o estacionamento, e simulando a tentativa de arremesso de objetos e <i>cocktails molotov</i> , um cenário de atirador ativo e um ataque ao complexo por intrusão, envolvendo veículos e pessoas feridas. - Objetivo de testar os procedimentos de segurança da embaixada americana e os mecanismos de ativação dos mesmos, bem

A POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA EM CENÁRIOS DE CRISE
REFLEXÃO SOBRE AS CAPACIDADES POLICIAIS EM SITUAÇÕES DE CONTINGÊNCIA

				como aferir a capacidade de intervenção da equipa de Marines destacada em Espanha.
Simulacro de Incidente Tático-Policial	31/março/2016.	Elementos do COMETLIS, UEP.	PSP, Regimento Sapadores Bombeiros.	<ul style="list-style-type: none"> - Simulação de sequestro de com arma de fogo ou engenho explosivo no interior do Centro Comercial Colombo, em Lisboa. - Objetivo de testar os procedimentos de segurança de emergência e evacuação.
Exercício de Emergência Full Scale ALS 2016	21/junho/2016.	Elementos do COMETLIS.	PSP, entidade gestora do Aeroporto, representantes da Proteção Civil, Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa, INEM, SEF, PJ, ANAC, GSPIAA.	<ul style="list-style-type: none"> - Simulação de um cenário em que uma aeronave ao aterrar, sai da pista e roda sobre o seu eixo para a direita. A asa direita toca no chão e parte-se. Esta situação origina um incêndio que se propaga à fuselagem. Há mortos e feridos. - Objetivo de testar a articulação do dispositivo de resposta a um acidente no Aeroporto, bem como a articulação entre o aeroporto e restantes agentes, e a capacidade de resposta dos meios internos e externos, a ativação dos centros de apoio a passageiros

A POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA EM CENÁRIOS DE CRISE
REFLEXÃO SOBRE AS CAPACIDADES POLICIAIS EM SITUAÇÕES DE CONTINGÊNCIA

				e familiares e o relacionamento com a comunicação social.
Exercício LIVEX nas instalações da Lisnave – Estaleiro da Margueira	29/outubro/2016.	Elementos do Comando Distrital de Setúbal, UEP.	- Organizado pela ANPC Distrital. - ANPC, PSP, Lisnave.	- Simulação de um acidente grave, originado por o rebentamento de uma conduta de gás natural, seguido de incêndio, com feridos, desaparecidos e danos em edifícios e veículos. - Objetivo de testar a capacidade de atuação de várias entidades intervenientes num cenário destes.
Exercício CPX na Ponte 25 de Abril	22/dezembro/2016.	Elementos do COMETLIS e do Comando Distrital de Setúbal.	PSP, representantes da Proteção Civil, das Infraestruturas de Portugal, da FERTAGUS e Lusoponte.	- Simulação de imobilização de uma composição da FERTAGUS no tabuleiro ferroviário, e consequente evacuação dos passageiros para o tabuleiro rodoviário, o que motivou o corte parcial do trânsito. - Objetivo de aferir os procedimentos de prestação de socorro na parte ferroviária da Ponte.

Figura 4: Exercícios/Simulacros em que a PSP participou/organizou em 2016.

Tabela III. Incidentes Tático-Policiais ocorridos em 2015 resolvidos com êxito pela PSP.

Incidentes Tático-Policiais ocorridos em 2015 onde a PSP os resolveu com êxito.		
Data	Local	Descrição Sumária
10 de fevereiro	Lisboa	Indivíduo barricado no interior de um quarto na sua residência estava na posse de uma bilha de gás e fósforos.
08 de abril	Aveiro	Três indivíduos durante um roubo a uma residência, com recurso a armas de fogo, fizeram três reféns.
18 de Julho	Setúbal	Um indivíduo que se barricou no interior da sua residência e atirou objetos para a via pública, colocando em perigo a sua vida e a de terceiros.
22 de julho	Lisboa	Um indivíduo que se refugiou na varanda da sua residência, no 9.º andar, ameaçando suicidar-se.
05 de outubro	Faro	Um indivíduo que se barricou no interior das instalações da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, com recurso a armas de fogo, fez três reféns.

Figura 5: Incidentes Tático-Policiais ocorridos em 2015 resolvidos com êxito pela PSP.

A POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA EM CENÁRIOS DE CRISE
REFLEXÃO SOBRE AS CAPACIDADES POLICIAIS EM SITUAÇÕES DE CONTINGÊNCIA

Tabela IV. Formação Ministrada na PSP em Matérias de Estado de Sítio/Estado de Emergência, ITP's, Catástrofes e Acidentes Graves e Ciberataques.

Formação PSP					
Formação	Entidade Organizadora	Local de Realização	Destinatários	Tipo de Formação	Tempo de Formação (horas)
Curso de Busca e Salvamento	UEP	UEP	Formandos do GOC	Formação de Especialização	536
Formação de Formadores de Técnicas de Intervenção Policial	Direção e Corpo de Formadores	UEP	Elementos com funções policiais	Formação de Especialização	404
Gestão de Incidentes Críticos	Departamento de formação da Direção Nacional da PSP	Nada a referir	Elementos com funções policiais	Formação Contínua	18
Gestão Estratégica de Incidentes Tático-Policiais	Departamento de formação da Direção Nacional da PSP	Nada a referir	Elementos com funções de chefia	Formação Contínua	30
Suporte Básico de Vida Adulto	Departamento de formação da Direção Nacional da PSP, com acreditação do INEM	Comandos da PSP	Elementos da PSP	Formação Contínua	4
Estágio de Atualização para Formadores de Técnicas de Intervenção Policial	Departamento de formação da	UEP	Formadores que tenham terminado o período de 3 anos sobre a formação básica e	Formação Contínua	42

A POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA EM CENÁRIOS DE CRISE
REFLEXÃO SOBRE AS CAPACIDADES POLICIAIS EM SITUAÇÕES DE CONTINGÊNCIA

	Direção Nacional da PSP/UEP.		aqueles que tenham concluído estágio anterior no período máximo de 3 anos.		
Técnicas de Intervenção Policial	Departamento de formação da Direção Nacional da PSP	Nada a referir	Polícias com funções operacionais	Formação de especialização	91
Curso de Técnicas de Intervenção Policial - EIR	Comandos Territoriais e UEP	Comandos da PSP	Elementos das Equipas EIR	Formação de Especialização	105
Curso de Tiro de Especialização com Escudo Balístico	UEP	UEP	Agentes e Chefes do CI	Formação Contínua	6
Curso de Tiro de Especialização e Atualização de Operadores de Shotgun	UEP	UEP	Operadores de Shotgun	Formação Contínua	6
Curso de Proteção Individual de NRBQ	Departamento de formação da Direção Nacional da PSP/UEP.	UEP/CIEXSS	Elementos da PSP e outros autorizados pela DN	Formação Contínua	30
Técnico de Manutenção de Comunicações	Direção Nacional da PSP	Nada a referir	Chefes, Agentes Principais e Agentes	Formação de Especialização	96
Comunicações – Curso de Cifra PSP	Departamento de formação da Direção Nacional da PSP	Nada a referir	Polícias	Formação Contínua	30

Figura 6: Formação Ministrada na PSP em Matérias de Estado de Sítio/Estado de Emergência, ITP's, Catástrofes e Acidentes Graves e Ciberataques.

Tabela V. Competências da PSP Enquanto Agente de Proteção Civil.

Competências da PSP enquanto agente de proteção civil		
Fase de Emergência e Fase de Reabilitação	Fase de Emergência	Fase de Reabilitação
Assegurar a manutenção da ordem nas suas áreas territoriais de responsabilidade, salvaguardando a atuação de outras entidades e organismos.	Empenhar as Brigadas de Proteção Ambiental (BRIPA) dos Comandos Distritais na análise e deteção de quaisquer zonas potencialmente contaminadas.	Colaborar nas ações de informação e sensibilização pública.
Exercer missões de isolamento de áreas e estabelecimento de perímetros de segurança, restrição, condicionamento da circulação em abertura de corredores de emergência ou evacuação para as forças de socorro.	Coordenar as ações de pesquisa de desaparecidos, promovendo a organização de um “ <i>Centro de Pesquisa de Desaparecidos</i> ”.	Comunicar à Autoridade Judicial competente e os meios de identificação de vítimas em articulação com a Autoridade de Saúde e em especial com o INMLCF.
Prestar escoltas e segurança de meios das forças operacionais em deslocamento para as operações.	Receber e guardar os espólios das vítimas e informar o “ <i>Centro de Pesquisa de Desaparecidos</i> ”.	
Apoiar na evacuação de populações em perigo.	Colaborar, de acordo com as suas disponibilidades, na recolha de informação <i>Ante-mortem</i> e <i>Postmortem</i> .	
Garantir a segurança de estabelecimentos públicos e a proteção de infraestruturas críticas, fixas e temporárias, e de instalações de interesse público ou estratégico nacional.	Assegurar um serviço de estafetas para utilização como meio alternativo de comunicação.	

A POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA EM CENÁRIOS DE CRISE
REFLEXÃO SOBRE AS CAPACIDADES POLICIAIS EM SITUAÇÕES DE CONTINGÊNCIA

Garantir, em coordenação com a DGIE, a segurança física das equipas de restabelecimento das comunicações da rede SIRESP e assegurar a acessibilidade destas aos locais afetados da rede.	Colaborar nas ações de alerta e mobilização do pessoal envolvido nas operações de socorro, bem como no aviso às populações.	
Garantir a segurança dos locais e equipamentos que suportam a Rede SIRESP.	Colaborar com outros agentes e entidades, cedendo meios humanos e materiais.	
Disponibilizar elementos para integrar Equipas Responsáveis por Avaliação de Vítimas mortais.	Velar pela observância das disposições legais no âmbito sanitário, incluindo o apoio às ações de mortuária, nomeadamente na promoção da remoção dos cadáveres ou parte de cadáveres.	
	Velar pela observância dos processos de identificação e credenciação do pessoal ligado às operações de proteção civil.	
	Empenhar meios cinotécnicos na busca e resgate de vítimas.	

Figura 7: Competências da PSP Enquanto Agente de Proteção Civil.

Tabela VI. Principais Conclusões e Falhas Ocorridas nos Incêndios de Julho de 2017 em Pedrógão Grande.

Relatório de apuramento dos factos relativos aos incêndios de julho de 2017, redigido em outubro de 2017 pela Comissão Técnica Independente.	
O que falhou/ que problemas/dificuldades foram detetados.	Principais conclusões.
Falha nas comunicações, na transmissão de informações.	No que concerne ao corte de trânsito na EN 236-1 que se verificou e que levou a um maior número de vítimas, esta situação poderia ter sido evitada se a GNR tivesse tido acesso a informações importantes.
	De acordo com o mesmo relatório, “poderia ter sido ordenada a evacuação atempada das aldeias ameaçadas, ou poderiam ter sido tomadas medidas para que as pessoas não saíssem de casa”, soluções essas que permitiriam analisar adequadamente a situação e prever o potencial comportamento do fogo.
	Tendo existido falhas de comunicação que levaram a que as populações não fossem alertadas atempadamente, foi praticamente impossível impedir a maioria das mortes.
	Esse “trabalho de antecipação” de aviso às populações, “deveria ter sido feito no seio do comando e planeamento desta operação de socorro e deveria ter resultado na mobilização dos meios necessários, incluindo a GNR, para evitar que se tivesse verificado uma fuga para a morte”.
	Esse “trabalho de antecipação só poderia ter sido feito com o apoio de analistas de incêndios e de meteorologistas especializados, que permitisse uma adequada avaliação da situação em tempo real”, no entanto, “nenhuma destas competências existe na ANPC, apesar da enorme gravidade e frequência dos incêndios em Portugal”, pelo que se verifica portanto algumas falhas no que concerne à legislação em vigor, relativamente a este assunto e que sem dúvida deveria ser revista, repensada e melhorada.

A POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA EM CENÁRIOS DE CRISE
REFLEXÃO SOBRE AS CAPACIDADES POLICIAIS EM SITUAÇÕES DE CONTINGÊNCIA

“Dificuldade em chegar aos Centros de Saúde por força do corte dos acessos motivado pelos incêndios” por parte do INEM.	Mesmo existindo a presença de um helicóptero ligeiro no local, que não se revelou, com é óbvio, suficiente para a dimensão do sucedido.
Os Centros de Saúde da área “não estão preparados nem equipados para responder a uma emergência desta dimensão”, tendo-se verificado dificuldades em se garantir alguns consumíveis.	
Outra questão que falhou foi o sistema SIRESP.	“Noutras situações passadas e posteriores, a eventual insuficiência da rede SIRESP tem sido submetida a uma apreciação constante, revelando dificuldades nas comunicações e sendo responsável por momentos de interrupção”.
	Concordamos que, tal como é descrito, “é expectável que as diferentes tipologias de emergências, como por exemplo os terremotos, as inundações ou os incêndios, exijam uma estrutura de emergência flexível e móvel, que permita acudir aos diversos pontos que necessitem de socorro. Não podemos esperar que as emergências ocorram nos locais em que existam comunicações.
	O sistema de comunicações deve estar preparado para acudir a todos os locais, mesmo os mais inacessíveis”, e isso não se verifica na realidade, existindo muitas falhas a esse nível.
	“As equipas operacionais deveriam poder beneficiar de um modelo flexível e ter à sua disposição, em qualquer ponto do território, a possibilidade de realizar as comunicações necessárias ao desempenho das suas funções.”
	Outro problema que se encontra no sistema SIRESP é a “ complexidade de utilização do sistema, designadamente dos seus terminais. A distribuição de um elevado número de terminais por todas as forças e agentes com potencial intervenção em catástrofes conduz a uma utilização que, em certos momentos, ultrapassa a capacidade do sistema”.
OBSERVAÇÃO: A PSP auxiliou o INEM neste evento catastrófico, sendo uma das entidades que contribuiu com psicólogos.	

Figura 8: Principais Conclusões e Falhas Ocorridas nos Incêndios de Julho de 2017 em Pedrógão Grande;

Fonte: “Análise e apuramento dos factos relativos aos incêndios que ocorreram em Pedrógão Grande, Castanheira de Pera, Ansião, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Arganil, Góis, Penela, Pampilhosa da Serra, Oleiras e Sertã, entre 17 e 24 de junho de 2017 (2017)”.

Tabela VII. Medidas de segurança às instalações que poderão estar presentes nos planos de segurança às instalações da PSP.

Medidas de Segurança Física a Constar nos Planos de Segurança às Instalações Policiais
Iluminação exterior ao longo de todo o perímetro
Sistema de vigilância, ligado a uma central com capacidade de gravação, e que seja capaz de captar imagem continuamente, sem zonas de visibilidade morta
Conservação das imagens por 4 semanas no mínimo
Implementação de um centro de segurança das instalações com: <ul style="list-style-type: none"> ➤ Pessoal instruído sobre o modo correto de proceder numa emergência, numa base em funcionamento 24h/dia, 7dias/semana; ➤ Com capacidade para monitorizar todas as câmaras de vigilância e alarmes; Equipado com um botão de emergência.
Devem ser feitas rondas periódicas e esporádicas, quer no interior, quer no exterior das áreas seguras (os horários e zonas a rondar podem ser determinadas nas ordens de operações)
As paredes, pisos e tetos devem ser de materiais que ofereçam a proteção e robustez necessárias
As portas de acesso às áreas seguras devem ser construídas em madeira maciça, metal ou outro material que lhe confira solidez e resistência
A armação das portas de acesso deve oferecer a mesma resistência que a porta e os fiéis das dobradiças devem estar protegidos
As portas de acesso devem dispor de um sistema de controlo de acessos mecânico combinado, se possível, com um sistema lógico
As portas de acesso que dispõem de chaves, as mesmas devem ser guardadas num chaveiro, devendo alguém ser sempre responsável por elas
Devem ser elaboradas normas internas que estabeleçam os procedimentos para o controlo das chaves
No caso de as áreas seguras ou áreas que não devem estar ao fácil alcance de qualquer pessoa, disporem de janelas, estas não devem permitir vistas para o interior
Se existirem varandas ou varandins, devem-se utilizar portas de segurança
As áreas seguras devem ter: <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sistema de alarme anti-intrusão ligado ao centro de segurança; ➤ Sistema de deteção de incêndios ligado ao centro de segurança, e à central de Bombeiros; ➤ Sistema de extinção de incêndios; ➤ Sistema de deteção de inundações ligado ao centro de segurança; ➤ Sistema de portas antipânico; ➤ Destruidores de papel e de CD/DVD; ➤ Sistema de energia elétrica alternativo de forma a garantir-se os serviços mínimos indispensáveis; Saídas de emergência devidamente assinaladas.
Devem ser definidos os procedimentos a seguir no caso de um alarme ser acionado, e todos devem ter conhecimento desses mesmos procedimentos que devem ser testados previamente

Figura 9: Medidas de segurança às instalações que poderão estar presentes nos planos de segurança

Tabela VIII. Medidas de segurança eletrónica que poderão ser implementadas em planos da PSP.

Medidas de segurança eletrónica que poderão ser adaptadas na PSP
Os servidores, sistemas de gestão de redes, controladores de rede e de comunicações, <i>routers</i> e <i>firewalls</i> , referentes a redes e sistemas de informação que tratam dados sensíveis, devem ser acomodados em áreas seguras e, se possível, em bastidores com estruturas robustas, portas com fecho e proteções apenas removíveis com chave
Os terminais dos utilizadores devem estar localizados em áreas seguras, principalmente nos casos em que se tratem de dados sensíveis críticos
Nas ligações entre equipamentos localizadas no interior da mesma área segura, bem como nas ligações entre diferentes áreas seguras dentro do mesmo edifício, deve utilizar-se, preferencialmente, fibra ótica, não sendo possível a utilização de fibra ótica, recomenda-se uma separação mínima de 50 cm entre a cablagem das redes e sistemas de informação que processam dados pessoais e a restante cablagem, como a da energia, telefones, dados, entre outros
Dentro das áreas seguras apenas devem existir linhas de comunicação e dispositivos eletrónicos autorizados
Nas áreas seguras deve ser proibida a utilização de telemóveis, <i>smartphones</i> e de outros dispositivos eletrónicos com capacidade fotográfica

Figura 10: Medidas de segurança às instalações que poderão estar presentes nos planos de segurança às instalações da PSP.

Fonte: Manual de Boas Práticas Parte III – Segurança Física, do Gabinete Nacional de Segurança;
https://www.gns.gov.pt/media/10697/MBP%20III_Seguran%C3%A7a%20F%C3%ADsica_V1_16ABR18.pdf, Consultado em 28 de abril de 2018.